UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

“Nossa casaca é dupla-face”: dinâmica sócio espacial e política local no processo de implementação do PAC e da UPP em uma favela da cidade do Rio de Janeiro.

Juliana Blasi Cunha

São Paulo
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

"Nossa casaca é dupla-face": dinâmica sócio espacial e política local no processo de implementação do PAC e da UPP em uma favela da cidade do Rio de Janeiro.

Juliana Blasi Cunha

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutora em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Heitor Frúgoli Jr.

São Paulo
2014

Nome: Juliana Blasi Cunha

Título: "Nossa casaca é dupla-face": dinâmica sócio espacial e política local no processo de implementação do PAC e da UPP em uma favela da cidade do Rio de Janeiro.

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutora em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Heitor Frúgoli Jr.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Mariana Cavalcanti (FGV)

_____

Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello (UFRJ/UFF)

_____

Profª. Dra. Cibele Saliba Rizek (USP)

_____

Prof. Dr. Lúcio Kowarick (USP)

_____

Suplentes: Profª. Dra. Patrícia Birman (UERJ), Prof. Dr. Ronaldo de Almeida (UNICAMP), Profª. Dra. Raquel Rolnik (USP) e Profª. Dra. Suzana Pasternak (USP). Prof. Dr. Julio Assis Simões (USP).

Ficha catalográfica

Cunha, Juliana Blasi.
"Nossa Casaca é Dupla-Face": dinâmica sócio espacial e política local no processo de implementação do PAC e da UPP em uma favela da cidade do Rio de Janeiro. SP: PPGAS / FFLCH / USP, 2014.
Xiv, 279 f.

Tese (DOUTORADO) – Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), 2014.
Referências Bibliográficas f.270-279.

Orientador: Heitor Frúgoli Jr.

1.Políticas Públicas. 2.Favela. 3.Análise situacional. 4.Organização socioespacial. 5.Associativismo local. I. Frúgoli Jr., Heitor (orient.). II.Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. "'Nossa Casaca é Dupla-Face': dinâmica sócio espacial e política local no processo de implementação do PAC e da UPP em uma favela da cidade do Rio de Janeiro".

Resumo

A presente tese tem como tema a trama articulada em torno do recente processo de implementação de políticas públicas em duas favelas vizinhas da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, às quais o poder público chama "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". Tal processo envolve algumas das políticas de maior visibilidade no cenário político atual, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e ainda o processo de regularização urbanística e fundiária. A partir da *análise situacional* dessa trama, o trabalho evidencia as diferenciações, as rivalidades e também as alianças que perpassam a complexa dinâmica organizacional dos moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho. Através da análise de seus discursos e também práticas espaciais, em diferentes *situações sociais*, a tese ressalta que os moradores dessas duas favelas não se percebem e, sobretudo, não atuam como um grupo único, coeso e integrado, tal como sugere a categoria "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". A tese discute ainda os desafios colocados aos antigos arranjos do associativismo local ao longo do processo de implementação dessas políticas públicas. O trabalho descreve e analisa a forma como velhos e novos atores da política local "participam" do processo em curso, dando especial atenção às práticas das lideranças comunitárias e à noção de agência nelas encontrada. A tese aborda a multiplicidade de lógicas que orienta a ação dessas lideranças, problematizando, assim, a recorrente polarização em análises desse tema entre práticas individualistas e coletivistas.

Palavras-chave: políticas públicas, favela, análise situacional, organização socioespacial e associativismo local.

Abstract

This dissertation is articulated around the recent process of implementing public policies in two neighboring favelas in the zona sul of the city of Rio de Janeiro, which is known as "Pavão-Pavãozinho-Cantagalo Complex". This process involves some of the most visible policies in the current political scenario, such as the Program for Accelerating Growth (PAC), The Pacification Police Units (UPP) and also policies for urban and land regulation. By employing a *situational analysis* of this drama, the work makes evident differentiations, rivalries, and also alliances that spread throughout the complex organizational dynamics of residents in both Cantagalo and Pavão-Pavãozinho. By analyzing discourses and spatial practices in distinct *social situations*, the dissertation emphasizes that residents in these two favelas don't perceive and, especially, don't act as one single unified group, cohesive and integrated, such as suggested by the category "Pavão-Pavãozinho-Cantagalo Complex". The dissertation further discuses the challenges placed on previous arrangements of local associativism throughout the process of implementing these public policies. The work describes and analyzes how both old and new actors on the local political scene "participate" in the process underway, giving special attention to community leadership practice and the notion of agency as found therein. The dissertation takes up the multiple logics that guides action among these leaders, thus calling into question the recurrent polarization found in analyses of this topic among individualist and collectivist practices.

Keywords: public policies, favela, situational analysis, sociospatial organization and local associativism.

Agradecimentos

Muitos são aqueles que, em diferentes momentos, direta e indiretamente, contribuíram para a realização dessa pesquisa. Agradeço à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) por prover as condições materiais indispensáveis à realização da presente tese. Esse trabalho não seria possível também sem a contribuição de moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho, que me permitiram, de diferentes maneiras, desfrutar de parte do seu tempo. Dedico um agradecimento especial para Seu Dionísio, Dona Ângela, Juscelino, Dona Alzelina, Valdete, Dona Marli, Ana Paula, Bezerra, Bonifácio, Alzira, Dona Iolanda, Dona Aparecida e Seu Mário. Agradeço também aos integrantes da "equipe de trabalho social do PAC" e aos outros agentes interventores que se dispuseram a conversar comigo ao longo do trabalho de campo.

Contribuição fundamental ao desenvolvimento dessa tese foi dada pelo Prof. Dr. Heitor Frúgoli Jr., meu orientador, ao longo desses quatro anos. Através da leitura sempre muito atenta aos meus relatórios anuais da FAPESP, nos quais apresentava o material etnográfico, ele fez contribuições valiosas em relação à sistematização e análise dos dados dessa pesquisa.

No momento da qualificação dessa tese, em 2012, importantes sugestões também foram feitas a esse trabalho pelo Prof. Dr, Júlio Assis Simões (USP) e pela Profª, Dra. Mariana Cavacalnti (FGV-RJ). Agradeço ainda ao Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello (UFF) por, em minha graduação no IFCS/UFRJ, ter despertado meu interesse pela Antropologia. Interesse não apenas por ele despertado, mas também

alimentado ao longo de meu mestrado (PPGA/UFF) sob sua orientação e das inspiradoras interlocuções até o presente momento.

O diálogo com colegas do GEAC (Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade/USP), coordenado pelo Prof. Dr. Heitor Frúgoli Jr., foi também proveitoso para o desenvolvimento de questões desenvolvidas nessa tese. Nesse sentido, agradeço a Gilhermo André Aderaldo, Enrico Spaggiari, Marina Saraiva e todos os outros colegas do grupo. Da mesma forma, agradeço aos pesquisadores do LeMetro (Laboratório de Etnografia Metropolitana/UFRJ), coordenado pelo Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello, destacando aqui o diálogo com a Profª, Dra. Neiva Vieira da Cunha (UERJ), o Prof. Dr. Felipe Berocan Veiga (UFF) e a Profª Dra. Soraya Simões (UFRJ).

Por último, mas não menos importante, registro minha profunda gratidão à minha família e aos meus amigos, que, ao longo desses quatro anos, acompanharam e compartilharam diferentes momentos do desenrolar dessa pesquisa.. À essas relações, nas e através das quais venho me "moldando" ao longo da vida, devo o eixo que conduziu essa tese, não o lógico-intelectual, mas sim aquele relacionado à minha forma de perceber e de se colocar no mundo. Um salve mais do que especial àqueles de quem muito me orgulho em fazer parte da vida!

Lista de Siglas/Abreviações

ARO - Área de Restrição à Ocupação

BISU - Base de Inserção Social e Urbana

BNH - Banco Nacional de Habitação

CAO - Comissão de Acompanhamento de Obras

CCOMP - Conselho Comunitário do Projeto

CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos

CEHAB - Companhia Estadual de Habitação e Obras

CHISAM - Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro

CIEP - Centro Integrado de Educação Pública

CODESCO – Companhia de Desenvolvimento das Comunidades

COHAB - Companhia de Habitação

COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana

CV - Comando Vermelho

DEGASE - Departamento Geral de Ações Socioeducativas

FAPESP - Fundação de Apoio À Pesquisa do Estado de São Paulo

GEO-RIO - Fundação Instituto Geotécnica do Rio de Janeiro

GPAE - Grupamento para Áreas Especiais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPP - Instituto Pereira Passos

IPTU- Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

ONG - Organização Não Governamental

MUF - Museu de Favelas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PTN - Partido Trabalhista Nacional

POUSO - Posto de Orientação Urbana e Social

RA - Região Administrativa

SEOP - Secretaria Municipal de Ordem Pública

SMH - Secretaria Municipal de Habitação

SMU - Secretaria Municipal de Urbanismo

SMDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

TER - Tribunal Regional Eleitoral

UFF - Universidade Federal Fluminense

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora

USP - Universidade de São Paulo

Lista de Ilustrações e Mapas

Figura 01: Imagem da passeata realizada pelos moradores do Cantagalo em Ipanema (2008).

Figura 02: Imagem da passeata realizada pelos moradores do Cantagalo em Ipanema (2008)

Figura 03: Imagem de parte do Cantagalo e da praia de Ipanema ao fundo (2012).

Figura 04: Imagem dos prédios do PAC nas laterais direita e esquerda e do prédio da UPP (branco e azul) ao fundo, Cantagalo (2012).

Figura 05: Imagem de casas da região do Caranguejo, Pavão-Pavãozinho (2012)

Figura 06: Imagem do "Complexo Rubem Braga" com as duas torres de elevador visto da Rua Teixeira de Mello (2014).

Figura 07: Imagem do "Complexo Rubem Braga" e do bairro de Ipanema vistos do Cantagalo (2014).

Figura 08: Imagens do andar de cima de casas que se interconectam no Pavão-Pavãozinho e de beco estreito no Cantagalo (2013)

Figura 09: Imagem de pichação, Cantagalo. (2011)

Figura 10: Imagem de uma das reuniões comunitárias realizadas pelo Capitão da UPP (2012)

Figura 11: Imagem de reunião na Quadra Alegria da Zona Sul (2011)

Figura 12: Imagem do "santinho" da campanha como candidato a vereador de Seu Dionísio.

Figura 13: Imagem do, então, vice-governador "Pezão" anunciando início das obras do PAC 2. (2011)

Figura 14: Imagens do 1º Fórum Popular do PAC 2, "Quadra do Cantagalo" (2012)

Figura 15: Imagens da visita do CCOMP às casas em demolição na Rua Custódio Mesquita, Cantagalo (2012)

Figura 16: Imagem do agente do PAC social apresentando o "mapa do remanejamento" aos moradores (2012)

Mapa 1: Localização das Favelas nos bairros de Ipanema, Copacabana e Lagoa

Mapa 2: Cantagalo e Pavão-Pavãozinho

Mapa 3: Trajeto da minha casa até acesso do Cantagalo em Ipanema

Sumário

Capítulo I. Introdução e discussão metodológica. 1

1.1 "Somos parte da Zona Sul, de Ipanema e do Rio de Janeiro!": A passeata no dia de São Sebastião como ponto de partida. 1

1.2. Introdução às questões abordadas na tese. 7

1.3. Sobre o "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" **.....12**

1.4. Breve contextualização histórica sobre as políticas públicas em favelas. 25

1.5. Apresentação das atuais políticas públicas e do contexto geral da cidade. 33

1.6. Sobre o Trabalho de Campo. 50

Capítulo II. "Nossa casaca aqui é dupla-face!": a dinâmica organizacional dos moradores. 79

2.1. "Deus me livre! Vou rezar muito e pedir para não cair nesse Cantagalo": diferenciações entre moradores das duas favelas nas negociações de indenização. ...82

2.2. A crise dos decretos de "uso e ocupação do solo": a dinâmica fusão-cisão entre os moradores. 89

2.3. Sobre a existência de um "nós" relacional: o princípio da relatividade estrutural... 107

Capítulo III. Memórias, práticas espaciais e construção de identidades. 116

3.1. O princípio da antiguidade como critério de diferenciação social nas relações de poder atuais. 117

3.2. Algumas atividades da vida associativa e os usos do espaço no passado. 130

3.3. Relações com os bairros: segregação, circulação e vínculos entre asfalto e favela. 148

3.4. Incongruências entre discursos e práticas relacionadas ao uso do espaço pelos moradores em questão. 161

Capítulo IV. "Temos que mostrar a nossa força! Essa é a hora da virada!": (re) arranjos entre velhos e novos atores na política local. 173

4.1. "O pessoal está organizando um movimento FORA BEZERRA e eu estou dentro!": representatividade e legitimidade nas associações de moradores. 173

4.2. "Tem que ter jogo de cintura, né?": a mediação das associações de moradores entre o poder público e o narcotráfico. 182

4.3. Temos que mostrar nossa força! Essa é a hora da virada!": levante, disputas e trajetórias das lideranças locais. 192

4.4. Tem que participar para tentar mudar! Criticar de fora é mole!": atuação das lideranças no CCOMP diante da retórica da "gestão participativa" do PAC 214

Capítulo V. Considerações Finais. 256

Referências Bibliográficas. 270

“Rio de ladeiras
Civilização encruzilhada
Cada ribanceira é uma nação

À sua maneira
Com ladrão
Lavadeiras, honra, tradição
Fronteiras, munição pesada

São Sebastião crivado
Nublai minha visão
Na noite da grande
Fogueira desvairada

Quero ver a Mangueira
Derradeira estação
Quero ouvir sua batucada, ai, ai

Rio do lado sem beira
Cidadãos
Inteiramente loucos
Com carradas de razão

À sua maneira
De calção
Com bandeiras sem explicação
Carreiras de paixão danada

São Sebastião crivado
Nublai minha visão
Na noite da grande
Fogueira desvairada

Quero ver a Mangueira
Derradeira estação
Quero ouvir sua batucada, ai, ai”

(Estação Derradeira, Chico Buarque)

Capítulo I. Introdução e discussão metodológica

1.1. "Somos parte da Zona Sul, de Ipanema e do Rio de Janeiro!": A passeata no dia de São Sebastião como ponto de partida.

Domingo, vinte de janeiro de 2008. Típico domingo de verão na cidade do Rio de Janeiro: calor intenso e milhares de pessoas se aglomeravam ao longo da orla das praias de Ipanema e Leblon. Nessa época do ano, a faixa de areia e o "calçadão" entre os postos 7 e 12 estão quase sempre repletos de pessoas. Muitas dessas pessoas são moradoras desses dois nobres bairros ou vindas de outras áreas, próximas ou longínquas, da mesma cidade. Outros tantos são turistas em férias vindos de diversas cidades brasileiras e ainda de outros países. Aos domingos as duas pistas da Avenida Vieira Souto ficam fechadas de 9:00 às 19:00 horas, para expandir a área disponível aos frequentadores. No "calçadão" e em duas pistas fechadas pessoas passeiam, observam o movimento, circulam a pé, de bicicleta ou de patins e skate. A praia é o lugar de lazer por excelência nessa cidade e, entre outras ali existentes, a de Ipanema é uma das mais procuradas.

Além de um dos metros quadrados mais caros do Brasil [1], a praia de Ipanema, com o morro Dois Irmãos ao fundo, é um dos principais cartões postais do Rio de Janeiro. Foi nesse cenário que, em 20/01/2008, os moradores da favela do Cantagalo realizaram uma manifestação. Um dos acessos do Cantagalo localiza-se a apenas três quadras da praia de

[1]Segundo, por exemplo, a reportagem do jornal O Globo, o metro quadrado ali custa em média o dobro do de um imóvel no bairro mais caro de São Paulo, Vila Nova Conceição. "Por R$ 11 milhões, é possível comprar um imóvel na Avenida Vieira Souto, em frente à praia de Ipanema, de 280 m² de área construída, com 4 quartos, sendo 2 suítes, e 2 vagas de garagem. Com o mesmo valor, em São Paulo, o comprador poderia fechar negócio em um apartamento de 578 m² – mais do que o dobro do tamanho do imóvel do Rio –, com 4 suítes e 6 vagas de garagem na Vila Nova Conceição, que, localizado ao lado do Parque Ibirapuera, é o bairro mais caro da capital paulista". http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/06/no-rio-m-de-imovel-de-luxo-pode-custar-mais-que-o-dobro-do-de-sp.html (acessado em 18/06/2014).

Ipanema, na Rua Teixeira de Melo, esquina com Rua Barão da Torre. Eram, aproximadamente, dez horas da manhã quando os moradores da favela do Cantagalo se reuniram em frente ao posto 8 de Ipanema. Reunidos, os moradores protestaram caminhando até o posto 9 pelas pistas fechadas da Avenida Vieira Souto.

Figura 01: Imagem da passeata realizada pelos moradores do Cantagalo em Ipanema, 2008 (Fonte: http://www.midiaindependente.org [29/03/2009]).

É certo que os moradores não estavam em grande número, mas, entre os que se faziam presentes, alguns tocavam instrumentos percussivos como bumbo e caixa, com os quais conseguiram atrair alguma atenção para sua manifestação. Havia também um microfone ligado a um equipamento de som no qual uma mulher discursava. Muitos moradores exibiam cartazes escritos à mão com dizeres como: “Srs. Governantes, respeito aos moradores do morro do Cantagalo. Não à remoção. Sim ao Progresso”, “Metrô sim! Desapropriação não” e “Não à remoção! Sim à urbanização!”.

Figura 02: Imagem da passeata realizada pelos moradores do Cantagalo em Ipanema, 2008 (Fonte: http://www.midiaindependente.org [29/03/2009]).

Além de ser um clássico domingo de verão carioca de praia lotada, a data na qual se realizou a manifestação -20/01- é também o dia do padroeiro da cidade do Rio de Janeiro: São Sebastião. Diante dos moradores do "asfalto" do nobre bairro de Ipanema e de toda uma plateia que naquele local se encontrava, os moradores do Cantagalo protestaram contra as ameaças de remoção que estavam sofrendo, deixando claro o que queriam: continuar a "ser parte" daquele bairro. No dia em que a cidade celebrava seu padroeiro, a passeata buscava trazer para a esfera pública a demanda daqueles moradores que se colocavam claramente contra o processo de remoção, que ali se iniciava. Entre os singelos cartazes feitos a mão com cartolinas pelos moradores, havia também faixas de alguns movimentos sociais que participavam da manifestação e que se destacavam pelo tamanho[2].

[2] Havia pessoas ligadas à "Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência" e à "União Nacional por Moradia Popular".

Ao longo da passeata, os moradores distribuíram um panfleto intitulado "Manifesto da comunidade do Cantagalo", assinado pela "comunidade do Cantagalo":

> "Agora como se não fossemos humanos, planejam nos remover, como entulhos para que aquilo que chamam de progresso aconteça. Somos parte da Zona Sul, de Ipanema e do Rio de Janeiro. Por que tomam medidas que agridem nossas vidas sem sequer nos consultarem? Não queremos e não aceitaremos ser arrancados dos lugares onde construímos nossas raízes!".

Essa passeata, trouxe para a esfera pública a indignação dos moradores dessa favela, localizada em Ipanema, contra aquilo que, até então, eram ameaças de remoção de famílias devido às obras de expansão do Metrô-Rio e do programa de (re)urbanização do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Na ocasião da manifestação, sabia-se que o Metrô-Rio chegara até a Praça General Osório, em Ipanema, e planejava-se construir um grande elevador interligando uma de suas saídas (Rua Teixeira de Melo) até o alto dessa favela. Para tal, as casas da favela localizadas no caminho do traçado do projeto desse elevador, seriam demolidas. Seus moradores, no entanto, ainda não sabiam ao certo como tal processo se daria. A incerteza diante do que lhes aconteceria impulsionava-lhes ao clima de indignação.

Tal manifestação prenunciava uma série de eventos conflitivos através dos quais, aos poucos, se evidenciaram as divergências de perspectivas, os conflitos de interesses e também as alianças dos atores que estavam em jogo nesse processo. Através dessa passeata, naquele momento, uma primeira clivagem se mostrava clara: aquela entre moradores e poder público. Tal processo de intervenção urbana, que então se iniciava

nessa favela, pode ser pensado como uma sequência de *dramas sociais*, na qual a resistência dos moradores expressa nessa passeata seria seu "estopim".

Segundo Victor Turner (2011 [1974]), *dramas sociais* são processos políticos, uma vez que envolvem a competição em torno de fins escassos - poder, dignidade, prestígio - através de meios particulares e da utilização de recursos, que são também escassos - bens, território e dinheiro. Tal conceito foi, originalmente, elaborado por Turner (1996 [1957]), em Schism and Continuity, para pensar a estrutura social de aldeias africanas Ndembu de forma processual e dinâmica, colocando em evidência os dilemas de segmentação e continuidade que a constituem.

Mais tarde, o conceito foi utilizado pelo próprio Turner como dimensão central para apreender o dinamismo da vida social também em outros contextos. Referindo-se, especificamente, aos "empreendimentos de renovação urbana" nos Estados Unidos, TURNER (1980) ressalta que esses se tornam *dramas sociais* quando há resistência aos objetivos de seus instigadores, pois quem resiste percebe a eclosão do empreendimento como uma ruptura e não como progresso. Dessa forma, inicia-se, assim, o que o autor classifica como a primeira fase do *drama*, que se manifesta inicialmente com a *ruptura* de uma norma ou a infração de uma regra moral ou de etiqueta em alguma arena pública (TURNER, 2011 [1974])[3].

[3] Importantes trabalhos da antropologia brasileira dialogam com aspectos da teoria ritual de Turner como, por exemplo, o de DaMatta (1978) e o de Dawsey (2006). À presente pesquisa interessa, mais especificamente, a abordagem desenvolvida em trabalhos como "Quando a rua vira casa" (1985) e "Gente das Areias" (2004), uma vez que tratam de processos de intervenção urbana como *dramas sociais*, respectivamente, em um bairro carioca e em uma aldeia de pescadores.

A passeata foi realizada pelos moradores do Cantagalo, aproximadamente, dois meses após o lançamento oficial do PAC no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". O programa foi lançado em novembro de 2007 e, apesar de ter sido amplamente veiculado pela mídia e contar inclusive com a presença do ex-presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, informações precisas não foram divulgadas aos moradores. A falta de informações sobre quais casas de fato seriam atingidas pelas obras, qual a data exata na qual os moradores deixariam suas casas e qual seria o valor da indenização ou outras formas de reparação instauravam uma forte atmosfera de tensão entre os moradores dessa favela.

A dúvida em relação ao que de fato lhes aconteceria ativava o fio da memória e fazia-lhes lembrar de uma situação não muito distante no tempo e no espaço. Muitos desses moradores tiveram laços familiares e de vizinhança desfeitos durante as décadas de 1960 e 1970, quando das políticas de remoção em massa de favelas da Zona Sul da cidade. Alguns moradores do "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" são oriundos das antigas e extintas favelas próximas dali, como a da Catacumba, Praia do Pinto e Ilha das Dragas. Alguns outros contam que, de cima do Cantagalo, viram a favela da Praia do Pinto, na Lagoa Rodrigo de Freitas, ser destruída pelo fogo. Baseando-se em uma experiência passada e sem informações presentes sobre o que exatamente lhes aconteceria num plano futuro, muitos moradores estavam assombrados por uma ameaça, que, mais de trinta anos depois, voltara a fazer parte de suas experiências cotidianas: a remoção.

Tal evento é significativo não apenas por ser o estopim ou o ponto de partida de uma série de outros eventos conflitivos relacionados ao processo de intervenção urbana nessa favela em específico. Essa passeata pode também ser tomada como o prenúncio da

retomada das práticas remocionistas que, pouco tempo depois, mais especificamente a partir de 2009, voltaram a integrar a pauta da política urbana dessa cidade, deixando, portanto, de ser uma espécie de "fantasma" e tornando-se, novamente, a realidade vivenciada em algumas favelas da cidade.

1.2. Introdução às questões abordadas na tese.

Segundo dados do último censo do IBGE (2010), 6% da população brasileira vive em "aglomerados subnormais"[4]. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, o percentual é 14,4%, ao passo que na própria cidade, o número chega a 22% e é equivalente a 1,4 milhão de habitantes distribuídos pelas 763 favelas nela existentes. A presente tese tem como tema a trama articulada em torno do recente processo de implementação de políticas públicas em duas favelas vizinhas, situadas na nobre Zona Sul da cidade, que formam o chamado "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo".

O processo pelo qual passam essas duas favelas – Cantagalo e Pavão-Pavãozinho – teve início em fins de 2007 e está em curso até o presente momento, julho de 2014, envolvendo algumas das políticas públicas de maior visibilidade no âmbito político

[4] "Aglomerados subnormais" é o termo classificatório utilizado pelo IBGE para referir-se às favelas, baseando-se em dois critérios: 1. Ocupação ilegal da terra; e 2. Possuírem pelo menos uma dessas características: urbanização fora do padrão vigente (vias de circulação estreita e alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos). (ww.ibge.gov.br – acessado em 14/05/2014). Em 2011, a prefeitura, via Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e Instituto Pereira Passos (IPP), formulou nova classificação equiparando a infraestrutura e urbanização das favelas à prestada nos bairros: "ex-favelas", "comunidades urbanizadas" ou bairros. Apesar de, nessa nova classificação, terem sido denominadas "ex-favelas", a categoria utilizada nessa tese para referir-se ao Cantagalo e ao Pavão-Pavãozinho será a de favela, marcando a não adesão à ideia que se busca divulgar de que essas desfrutam dos mesmos serviços básicos que o "asfalto". Essa questão será discutida em maiores detalhes nas páginas seguintes.

nacional, tal como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e ainda o processo de regularização urbanística e fundiária.

A partir da análise de diferentes eventos conflitivos relacionados ao processo de intervenção dessas políticas públicas, pretende-se discutir a dinâmica organizacional dos moradores das duas favelas vizinhas. Ao longo do segundo capítulo dessa tese, a forma como os moradores de ambas se organizam em diferentes *situações sociais* será comparada e analisada, buscando-se, assim, revelar os conflitos, alianças, arranjos e rearranjos em jogo entre eles.

O conceito de *situação social* é central no trabalho de autores contemporâneos que buscam pensar as cidades ressaltando sua dimensão relacional, tal como Hannerz (1980) e Agier (2011). Tais autores dedicam-se a tratar dos desafios e especificidades colocados ao uso desse conceito em contexto urbano. Se não o conceito propriamente dito, traços dele podem ser encontrados na sociologia norte-americana desenvolvida em Chicago, sobretudo na perspectiva interacional desenvolvida por Erving Goffman [1959]. Foi, no entanto, na antropologia britânica, mais especificamente na Escola de Manchester, que tal conceito foi inicialmente proposto e desenvolvido, tornando-se a chave de análise do aparato teórico-metodológico conhecido como *extended case method* ou *situational analysis* [5].

Dialogando com autores clássicos da antropologia britânica como Evans-Pritchard (2002 [1940]), Max Gluckman (1987 [1940]), Clyde Mitchell (1987 [1956]), Edmund Leach (1996 [1957]) e Victor Turner (1980), objetiva-se nessa tese, através da análise situacional, atentar para tudo que ela revela em termos das qualidades dinâmicas e

[5] Sobre a elaboração do conceito, ver Feldman-Bianco (2010), Fry (2011) e Frúgoli Jr (2007).

processuais das relações sociais entre os moradores das duas favelas em questão. Apesar de Evans-Pritchard e Gluckman ainda estarem identificados à ideia de coesão social do estrutural-funcionalismo, todos autores acima citados contribuíram substancialmente para o desenvolvimento dessa abordagem da antropologia, que privilegia a observação da contradição, do conflito de normas e da manipulação de regras, focando na observação das ações e interações de indivíduos que operam a estrutura social.

Tais autores estavam num claro debate com a teoria estrutural-funcionalista vigente na Inglaterra, sobretudo nas décadas de 1930 e 1940, que enfatizava a construção de sistemas sociais em equilíbrio [6]. Se na abordagem estrutural-funcionalista a preocupação era com a manutenção da coesão da sociedade, na abordagem processual, proposta pelos autores da chamada Escola de Manchester, a atenção voltou-se para os processos de transformação das sociedades, que passaram, então, a ser percebidas como instáveis. Esses antropólogos britânicos realizavam suas pesquisas em cidades africanas do Copperbelt que, entre as décadas de 1940 e 1950, passavam por um processo de rápida urbanização, gerando rearranjos em distintas dimensões da sua vida tribal.

No referencial teórico-metodológico desenvolvido pela Escola de Manchester, as situações sociais, os dramas, os conflitos e processos rituais são momentos privilegiados da apreensão etnográfica, pois em torno deles mobiliza-se uma complexa trama de

[6] A influência de Durkheim (1858-1917) é visível no funcionalismo de Malinowski (1884-1942), principalmente em sua proposta de caracterizar a cultura como um todo integrado composto por partes interdependentes. Torna-se, entretanto, decisiva na teoria estruturalista de Radcliffe- Brown e sua ênfase em salientar a externalidade e autonomia da estrutura social, como condição necessária para refrear e integrar os indivíduos. Com um modelo ideal de sociedade de pequena escala em mente, e tendo em vista a aparente estabilidade e isolamento dessas sociedades, antropólogos as estudaram enquanto totalidades e microcosmos em si. Implícito nessa análise está a existência de homogeneidade e de relativa coesão e estabilidade na sociedade ou comunidade estudada, atribuindo-se um papel desintegrador a quaisquer mudanças sociais. A ênfase desse tipo de abordagem era, portanto, na análise de modelos e regras sociais, através do estudo de formas, sistemas e valores sociais. Para mais sobre a abordagem estrutural-funcionalista, ver Kuper (1978).

representações, ações e embates que ressaltam ou evidenciam as diferentes percepções e valores em jogo. No segundo capítulo da tese, a partir da análise de diferentes eventos conflitivos relacionados à implementação das políticas públicas, analisar-se-á o dinamismo através do qual os moradores do Cantagalo e os do Pavãozinho definem situacionalmente solidariedades e, sobretudo hostilidades entre eles. Através da análise dos antagonismos e alianças estabelecidos entre eles em diferentes *situações sociais*, pretende-se, assim, ressaltar a propensão ao conflito existente entre eles, mas também a forma como o princípio da relatividade estrutural se faz presente em suas construções identitárias.

A fim de entender tal rivalidade e hostilidade, mas também as articulações que marcam a relação entre esses moradores, fez-se necessário um recuo histórico para evidenciar a forma como se apropriaram e se dividiram pelo espaço em questão. Através de entrevistas com antigos moradores das duas favelas e da técnica da história de vida, ao longo do capítulo III, buscar-se-á evidenciar que a dinâmica estabelecida entre eles não deve ser interpretada apenas como uma disputa por recursos e poder diante das atuais políticas públicas. A dinâmica através da qual se articulam e se diferenciam está relacionada também à forma relacional como construíram suas identidades, refletindo-se na forma como, historicamente, praticaram e se apropriaram do espaço em questão. No capítulo III, pretende-se evidenciar que a dinâmica que envolve hostilidades, mas, por vezes, solidariedades perpassa outros aspectos de sua vida social, que não apenas o político, no sentindo estrito do termo.

Há uma série de processos e categorias locais que organizam as formas de classificar e usar o espaço desses moradores que não têm sido levada em consideração por parte dos agentes interventores na concepção e implementação dessas políticas públicas,

sobretudo pelo PAC. Essas políticas chegam ali já aprovadas em esferas heterônomas, desconsiderando aspectos importantes da organização socioespacial dessas favelas. Diante de tal constatação, tornou-se necessário buscar entender, não apenas a dinâmica das relações estabelecidas entre os próprios moradores, mas também a forma como se relacionam com essas políticas públicas, buscando expor demandas e assegurar seus objetivos.

Análises sobre associativismo, movimentos sociais e participação popular não são algo recente nas pesquisas sobre favelas no Rio de Janeiro, tendo sido temas recorrentes das ciências sociais já nas décadas de 1960 e 1970, em estudos clássicos como os de Machado da Silva (1967), Valladares (1978), Medina (1964) e Santos (1981) [7]. O atual momento que vivem as favelas apresenta, no entanto, condições particulares que podem contribuir, substancialmente, para esse debate em geral. No quarto capítulo dessa tese, serão discutidos os desafios, as rupturas e as continuidades que a UPP, o PAC e a política de regularização urbanística e fundiária colocam aos arranjos tradicionais da vida política local.

Mais especificamente, nesse quarto capítulo, procurar-se-á descrever a forma como velhos e novos atores da política local percebem e "participam" dessas políticas públicas, dando especial atenção às práticas políticas das lideranças comunitárias e evidenciando a noção de agência implicada nelas. Não se trata de ler as atuações dessas lideranças apenas como formas de resistência a essa política, mas de pensá-las na sua articulação estreita com as próprias dinâmicas da intervenção. Dessa forma, pretende-se problematizar polarização,

[7] Para um balanço geral sobre como essa temática se constituiu enquanto campo de investigação das ciências sociais, ver Cardoso (1984) e Kowarick (1986).

recorrente em análises desse tema, entre práticas individualistas e coletivistas. Trata-se, portanto, de descrever e analisar como atores, com trajetórias de vida, interesses e perspectivas tão distintos, encontram formas possíveis de engajamento na vida política local.

Nas páginas que se seguem, ainda nesse primeiro capítulo da tese, pretende-se apresentar o "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" e, na sequência, as atuais políticas públicas voltadas a essas favelas. Uma breve contextualização histórica sobre políticas públicas em favelas na cidade do Rio de Janeiro será feita, a fim de se ressaltar que a relação entre favelas e poder público é antiga, contribuindo para problematizar a atual retórica da "chegada do Estado" nas favelas, tão propalada no presente. No final desse primeiro capítulo, uma discussão metodológica será realizada, buscando circunscrever aspectos das condições de realização do trabalho de campo, através do qual o conhecimento apresentado nessa tese foi construído.

1.3. Sobre o "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo".

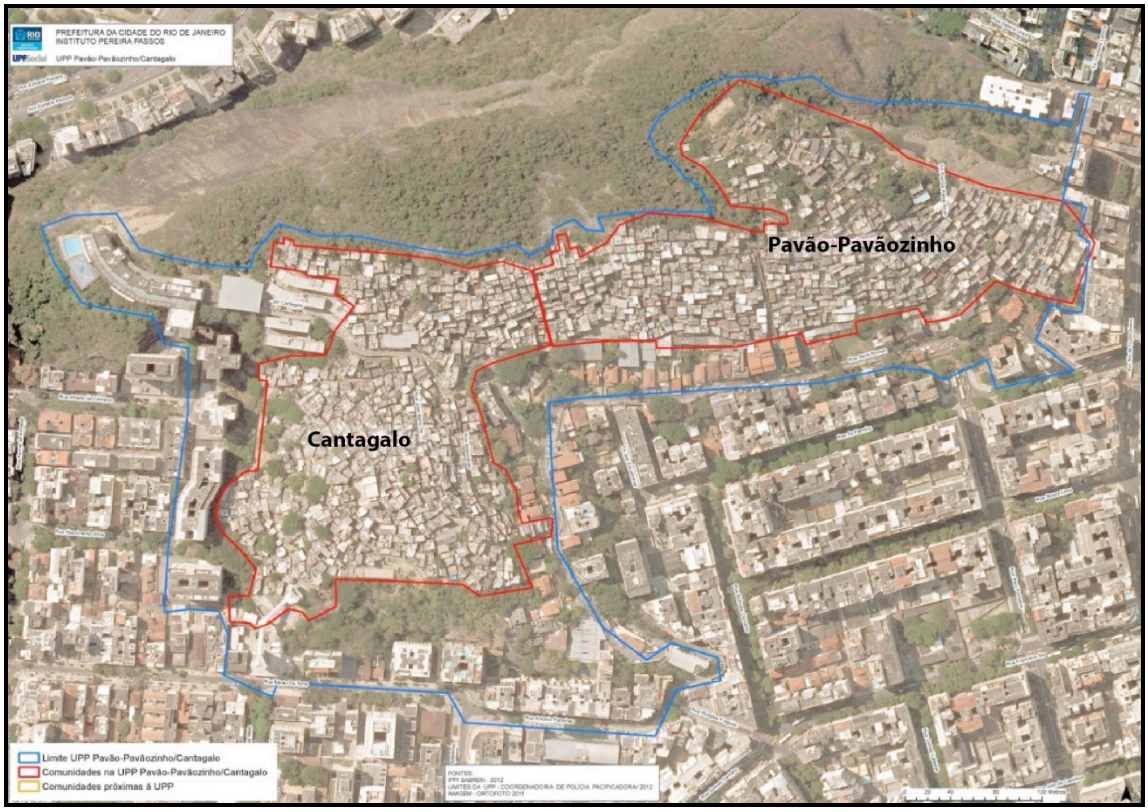
O chamado "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" localiza-se entre três dos mais nobres bairros da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro: Ipanema, Copacabana e Lagoa. Segundo o Censo-IBGE 2010, a população total é de 10.338 habitantes, sendo 5.567 do Pavão-Pavãozinho e 4.771 do Cantagalo. Segundo lideranças locais, no entanto, o "Complexo" abrigaria cerca de 20 mil habitantes. Independente das disputas em relação ao número de habitantes, interessa aqui se tratar de duas favelas vizinhas que têm seus principais acessos localizados a três ou quatro quadras das, internacionalmente, famosas

praias de Ipanema e de Copacabana. O Cantagalo possui três acessos pelo bairro de Ipanema e o Pavão-Pavãozinho dois por Copacabana. O Cantagalo faz fronteira com o Pavão-Pavãozinho, sendo possível, portanto, passar de uma favela a outra.

Mapa 1: Localização das Favelas nos bairros de Ipanema, Copacabana e Lagoa.
(Fonte: http://uppsocial.org/) [2014]

Com algumas divergências em relação às datas, em geral, a história que os moradores contam sobre eles mesmos é que a ocupação local teve início ainda na década 1910 com os primeiros ocupantes que, aos poucos, chegaram ao Cantagalo. Pouco depois, a ocupação se estendeu pela encosta do morro, com o começo da formação da favela do Pavão-Pavãozinho. Conforme contam, os primeiros moradores a ocuparem o Cantagalo eram do estado de Minas Gerais ou do interior do estado do Rio de Janeiro e, em geral, eram negros. Para o Pavão-Pavãozinho também foram algumas dessas famílias, porém, a partir da década de 1950 e, de maneira mais intensa, a partir da década de 1980, tal local passou

a receber um fluxo significativo de migrantes da região Nordeste do país, que ali se concentrou e vai expandiu a favela.



Mapa 2: Cantagalo e Pavão-Pavãozinho.
(Fonte: http://uppsocial.org/) [2014]

O Pavão-Pavãozinho também recebeu famílias negras do interior do estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, tal como o Cantagalo. No entanto, quando teve início a migração nordestina, essa foi aos poucos se fixando, em sua grande maioria, no Pavão-Pavãozinho. Esses migrantes do Nordeste, com algumas exceções, não se fixaram no Cantagalo, que permaneceu ocupado, em sua maioria, pelas antigas famílias de negros de Minas Gerais ali estabelecidas. Atualmente, portanto, os nordestinos no Pavão-Pavãozinho são a maioria dos moradores, enquanto que no Cantagalo é notável a presença de uma grande maioria negra.

Os bairros de Ipanema e Copacabana são famosos pontos turísticos e seus imóveis são altamente valorizados no mercado imobiliário da cidade [8]. Diferente do que acontece em periferias populares da cidade onde a distinção entre favela e não-favela não são tão nítidas, no caso do "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" o contraste social em relação ao asfalto é extremamente bem marcado. Conforme lembra Valladares (2005), no entanto, é necessário relativizar a recorrente percepção das favelas como o local por excelência do pobre na área urbana e, com isso, problematizar a polarização asfalto (moradia do rico) X favela (lócus da pobreza urbana). A ideia da autora passa por ressaltar que o "dogma da pobreza" em relação às favelas se sustenta mais no contraste violento com os bairros de classe média e alta que lhes são próximos do que nas características das próprias favelas. Segundo Valladares (2005: p. 157), nas favelas: "A miséria não é, pelo menos não é mais, uma característica geral e a precariedade dos equipamentos urbanos deve ser fortemente relativizada" [9].

Em termos de educação e saúde, o Cantagalo e o Pavão-Pavãozinho contam em seu território com uma escola pública de ensino fundamental, o Ciep Presidente João Goulart. Nos bairros de Ipanema e Copacabana localizam-se mais cinco Escolas Municipais, às quais esses moradores têm acesso: Marília de Dirceu, Presidente José Linhares, Penedo, Castelo Novo e Edna Poncioni Ferreira. No próprio território há também a "Creche Municipal Elza Machado dos Santos ("Tia Elza") e uma Clínica da Família. Para além desses equipamentos de educação e saúde municipais, as favelas contam ainda com cerca

[8] O bairro de Copacabana foi estudado por Velho (2002 [1989]) como um bairro rejeitado por alguns, mas extremamente valorizado por outros, que para lá se mudavam na busca de "melhorar de vida". O autor desenvolveu um clássico estudo, intitulado A Utopia Urbana, onde o foco foi colocado na interação social, no convívio e na tensão social.

[9] Os processos de segregação urbana das chamadas "periferias consolidadas" têm sido encarados a partir de uma série de novos elementos conceituais por diversos autores. Para mais informações ver, Marques & Torres (2005) e Kowarick & Marques (2011).

de vinte ONGs, que atuam oferecendo desde creche e educação básica até atividades esportivas e culturais. Entre as ONGs principais estão o Criança Esperança, o AfroReggae, o Surf Club, A Academia de Boxe Nobre Arte, o Favela Surfe Club e o Museu da Favela (MUF).

Com base dos dados do Censo IBGE (2010), a Prefeitura do Rio de Janeiro, através do Instituto Pereira Passos (IPP) e da UPP Social, divulgou um documento chamado "Panorama dos Territórios-UPP Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" [10]. Nesse documento, as duas favelas em questão são classificadas como "assentamentos urbanizados", por terem passado pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tal documento apresenta em números a situação do saneamento básico (água e esgotamento sanitário) nas duas favelas. Em relação ao abastecimento de água, coloca que:

> "Entende-se aqui como abastecimento de água *adequado* o número total de domicílios cujos moradores declararam que suas residências estavam ligadas à rede geral de água, enquanto que *inadequado* refere-se àqueles que responderam que seus domicílios têm outras formas de abastecimento, por exemplo, proveniente de poços, rios ou através de caminhões pipa. Conforme mostra a tabela, 99,2% dos domicílios da UPP têm abastecimento de água considerado *adequado*, média bastante próxima das R.A.s (99,9% Copacabana e 99,6% Lagoa) e do Município do Rio de Janeiro (98,5%)" (p.6).

Em relação ao esgotamento sanitário, o documento explica que "o esgotamento é considerado adequado quando é ligado a uma rede geral de esgoto, oficial ou não, a uma rede pluvial ou a uma fossa séptica. As demais formas de esgotamento, fossa rudimentar,

[10] Documento disponível em http://uppsocial.org/territorios/pavao-pavaozinho-cantagalo/?secao=inicio (acessado em 10/04/2014).

vala, diretamente a rio, etc. são consideradas inadequadas" (p.8). Dessa maneira, tanto o Pavão-Pavãozinho, quanto o Cantagalo têm praticamente 100% dos seus domicílios com esgotamento sanitário considerado *adequado,* a média é de 99,2% e é novamente no documento equiparada à média do "asfalto".

O documento destaca ainda que praticamente a totalidade dos domicílios da UPP tem coleta de lixo avaliada como *adequada* (99,9%), assim como se observa na R.A. Copacabana (100%) e na R.A. Lagoa (100%). A explicação do que seria considerado adequado vem na sequência:

> "A coleta de lixo é considerada *adequada* quando é feita diretamente, ou seja, um agente da COMLURB passa de porta em porta recolhendo o lixo produzido ou quando é feita indiretamente, ou seja o indivíduo deposita seu lixo em uma caçamba, que será esvaziada pelo agente em dias e horários determinados. Quando o destino do lixo é outro, como um terreno baldio, um logradouro, um curso d'água ou queimado e enterrado em algum terreno, o acesso ao serviço de coleta de lixo é considerado inadequado" (p.10).

Em relação à energia, 73,4% dos domicílios das favelas utilizam energia de companhia distribuidora e 26,6% dos domicílios da UPP utilizam energia de "outras fontes". Na prática, "outras fontes" seriam os "gatos" e, assim, novamente, quase 100% dos domicílios estão ligados à companhia distribuidora de energia.

De acordo com essas informações divulgadas pela Prefeitura, as favelas em questão desfrutariam de serviços como água, esgotamento e coleta de lixo tal como os bairros de Ipanema e Copacabana, onde se localizam. Os números mostram que todos esses serviços chegam a praticamente 100 % dos moradores dessas favelas, que, partindo do fato de

estarem perfeitamente urbanizadas e providas de serviços básicos, podem, então, ser categorizadas como bairros, “assentamentos urbanizados” ou “ex-favelas”.

O que os números, no entanto, não explicam, por exemplo, são os tonéis nas portas das casas de muitos moradores dessas duas favelas. Tais tonéis são utilizados para armazenar água, forma encontrada pelos moradores para lidar com os muitos dias em que ela não chega até suas casas. Tais números também não explicam a existência da prática da “manobra”, sistema local através do qual o curso da água encanada, a cada dia é direcionado para uma determinada área das favelas por um morador (“manobreiro”), pois a rede pública não chega para todos. Os tonéis e a “manobra” não são artefatos do passado, mas sim observados ao longo do meu trabalho de campo.

O escoamento de lixo ainda é um dos principais problemas enfrentados cotidianamente, sobretudo porque, além do forte odor em alguns pontos, servem como chamariz para os inúmeros ratos que ali disputam espaço com moradores. O lixo é tema recorrente e exaustivamente debatido nas reuniões comunitárias nas quais se busca pensar em alternativas ao problema de seu escoamento. Não é preciso caminhar muito morro acima para encontrar também áreas com esgoto a céu aberto.

Se os dados anunciados pela prefeitura, resultados de intensa pesquisa estatística, levam a crer que os moradores dessas favelas desfrutam dos mesmos serviços de urbanização e infraestrutura que aqueles disponíveis no asfalto, uma simples volta pelas favelas sinaliza na direção contrária. De acordo com o documento, na pesquisa estatística realizada bastava que o morador declarasse que o “domicílio” estava conectado com a

rede, seja de água ou esgotamento, por exemplo, para que fosse considerado "adequado", pouco importando, no entanto, se o serviço de fato funciona.

No mesmo documento da prefeitura são divulgados ainda dados relacionados à educação nesse "território". Não há números sobre frequência escolar e nem sobre o nível de escolaridade. Os dados apresentados não revelam o número de crianças que frequentam a escola e, portanto, se a demanda está sendo atendida. O que é ressaltado como aspecto importante é o número de crianças simplesmente alfabetizadas:

> "A próxima tabela, 17, apresenta o total e o percentual de alfabetizados e não alfabetizados entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade. Trata-se de uma informação extremamente relevante porque esse dado é um indicador de desenvolvimento social importante para analistas e gestores públicos, pois indica um alto grau de vulnerabilidade social. Na UPP Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, 93,6% das pessoas nessa faixa etária são alfabetizadas" (p.12).

No asfalto, tais números sobre alfabetização são de 98,9% em Copacabana e 99% na Lagoa. Apesar de mostrarem alguma diferença nos números sobre educação no asfalto e na favela, a discrepância seria muito maior se avaliação abordasse níveis de escolaridade como, pelo menos, o ensino médio. Em 2011, uma pesquisa quantitativa foi realizada no Cantagalo por pesquisadores da FGV (Fundação Getúlio Vargas). A partir de tal pesquisa realizada, 802 moradores, OLIVEIRA (2011: p. 35) revela: "Há no Cantagalo 73 % dos entrevistados no grupo de baixa escolaridade, ou seja, aqueles com 18 anos ou mais, que não completaram o ensino médio".

Muito pouco é necessário para que o serviço prestado na favela seja divulgado nesse documento e também nos meios de comunicação como "adequado" e, portanto, equivalente ao do "asfalto". Tais favelas passaram, segundo as classificações da Prefeitura, a serem consideradas "ex-favelas", "comunidades urbanizadas" ou bairros. Esses termos designariam favelas que "já contam com serviços básicos idênticos aos desfrutados por moradores do asfalto" (DAFLON, Rogério. Cidade ganha 44 ex-favelas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 maio 2011. Rio, p.19).

Reconhecer que o mapa da segregação sócioespacial na cidade do Rio de Janeiro é complexo e não pode ser reduzido à polarização asfalto (moradia do rico) X favela (território da pobreza) é uma proposta de extrema importância nos estudos sobre as próprias favelas. É preciso, no entanto, pensar em algumas implicações dessa proposta no sentido de sua possível generalização e, consequente, negação ou escamoteamento da precariedade de serviços ainda existentes em muitas favelas, mesmo nas que, assim como o Cantagalo e o Pavão-Pavãozinho, já foram palco de algumas, mais especificamente, três políticas de urbanização.

Apesar de ter sido alvo de algumas das mais importantes políticas públicas de urbanização de favelas, grande ainda é a precariedade dos serviços e equipamentos urbanos disponíveis a seus moradores, destacando-se, assim, a maneira específica através da qual o Estado se relaciona com essas áreas da cidade. O Estado e suas ações há muito estão ali presentes, mas a forma específica como atuam nesses territórios é que permite a manutenção das favelas como favelas.

Em geral, os moradores dessas duas favelas possuem graus relativamente variáveis no que diz respeito à sua renda, ao nível educacional, às condições de suas habitações e ao tipo de ocupação que exercem no mercado de trabalho. É possível encontrar casas de pau-a-pique e barracos de madeira, ao mesmo tempo em que não é raro observar casas de dois ou mais andares muito bem construídas.

Figura 03: Imagem de parte do Cantagalo e da praia de Ipanema ao fundo.
Foto: Juliana Blasi Cunha [2011].

Nas primeiras impressões de uma "moradora do asfalto", o padrão das construções e o nível de urbanização me pareciam igualmente precários nas duas favelas. As casas quase sempre sem reboco e algumas outras ainda de madeira, as ruas e becos com bastante lixo pelo caminho, o esgoto a céu aberto e os tonéis para armazenar água nas portas de algumas casas me chamavam a atenção. Marcada pela impressão inicial da situação de algumas casas e esgoto a céu aberto em algumas áreas, acabei por nivelar a situação geral por baixo e não conseguia notar qualquer diferença significativa entre as duas favelas e entre áreas de cada uma delas.

Após alguns meses fazendo trabalho de campo, comecei a perceber, a partir das minhas próprias observações já mais familiarizadas e também a partir das acusações e reclamações dos moradores do Pavão-Pavãozinho, algumas diferenças significativas entre as duas favelas. De uma maneira geral o Cantagalo concentra os equipamentos urbanos e usufrui de um nível mais avançado de urbanização. As duas favelas vizinhas foram palco das mesmas políticas públicas de urbanização, o "Cada família um lote" (1983) e o Favela-Bairro (1993). Segundo contam algumas lideranças das duas favelas, no entanto, elas foram mais atuantes no Cantagalo do que no Pavão-Pavãozinho[11].

No Cantagalo localiza-se, por exemplo, o CIEP João Goulart, construído no Governo Brizola em 1985 e que, a partir da década de 1990, concentrou no mesmo prédio ("Brizolão") quase todas as ONGs que atuam nas duas favelas. Além de abrigar uma escola municipal e aproximadamente vinte ONGs com projetos de natação, dança, boxe e outros, esse prédio, situado no Cantagalo, serve ainda como espaço privilegiado para recepcionar políticos e outras autoridades em visita às favelas.

O Governo Brizola construiu a "estrada do Cantagalo" que liga a Rua Saint Roman (asfalto) até o prédio do "Brizolão", localizado no topo do morro do Cantagalo. Através dessa estrada é possível chegar de carro a tal prédio, o que justifica, portanto, a frequente preferência pelo local na recepção das autoridades. Tal fato é motivo para muitas queixas dos moradores do Pavão-Pavãozinho que, dificilmente, recebem tais ilustres presenças.

[11] Há uma série de razões relacionadas ao narcotráfico apontadas pelos moradores, que não serão abordadas.

Foi no Cantagalo também que essa mesma gestão construiu a quadra da Escola de Samba Alegria da Zona Sul, que é, atualmente, utilizada tanto para a realização de bailes funks e outras festas, como para reuniões comunitárias. No Pavão-Pavãozinho, o Governo Brizola construiu um plano inclinado ("bondinho"), que leva moradores até as regiões mais altas dessa íngreme favela. Nela, no entanto, não foi aberta nenhuma via larga que permita o tráfego de automóveis. Tal fato dificulta a coleta de lixo e ainda o acesso de outros serviços. O Cantagalo sofre menos com a falta d'água e luz; e o sistema de esgotamento sanitário é também mais eficaz. Tais diferenças, segundo contam algumas lideranças das duas favelas, devem-se ao fato do programa de urbanização "Favela Bairro" (1993) ter atuado mais no Cantagalo, quase não adentrado no Pavão-Pavãozinho.

Em relação às intervenções públicas atuais é preciso destacar que o PAC, em 2008, iniciou suas obras pelo Cantagalo, onde em parceria com o Metrô-Rio construiu dois elevadores panorâmicos interligados à saída de uma das estações do Metrô de Ipanema. Além disso, a construção dos prédios também teve início pelo Cantagalo e, apenas em 2013, já na segunda fase do PAC, foi iniciada no Pavão-Pavãozinho. Uma imensa caixa d'água foi construída no Pavão-Pavãozinho em 2010, mas só passou a funcionar em 2014. Além disso, o prédio reformado para ser a base da UPP nas duas favelas está também localizado no Cantagalo, próximo ao prédio "Brizolão", com suas inúmeras ONGs, e aos prédios do PAC.

Figura 04: Imagem dos prédios do PAC nas laterais direita e esquerda e do prédio da UPP (branco e azul) ao fundo, Cantagalo. Foto: Juliana Blasi Cunha [2012].

No Pavão-Pavãozinho, devido à forte migração, o número de moradores é maior e o território, em geral, mais adensado do que no Cantagalo. É no topo do Pavão-Pavãozinho que se encontra também uma região chamada de Caranguejo, que foi inteiramente delimitada como área de risco e que deverá ser removida, apesar de nenhuma solução ainda ter sido apresentada a esses moradores. Tal região, com algumas exceções, concentra casas que diferem pela sua precariedade em relação ao restante das construções das duas favelas. São casas de pau-a-pique, algumas de madeira e outras ainda de papelão. Ali não há esgoto, rede de água e nem luz elétrica, que é puxada das casas que ficam mais abaixo.

Figura 05: Imagem de casas da região do Caranguejo, Pavão-Pavãozinho.
Foto: Juliana Blasi Cunha [2012].

Apesar de uma concentração de casas precárias nessa região do Pavão-Pavãozinho, não se pode deixar de enfatizar que há algumas como essas também no Cantagalo, assim como há diversas casas com excelente padrão de material, estrutura e acabamento no Pavão-Pavãozinho. A variedade de situações econômicas e sociais dos moradores e de suas moradias é enorme nas duas favelas, não podendo ser confundida com a diferenciação em termos de infraestrutura e equipamentos urbanos existentes entre as duas favelas.

1.4. Breve contextualização histórica sobre as políticas públicas em favelas.

A implementação de políticas públicas em favelas não é algo recente na história da cidade do Rio de Janeiro. Desde o surgimento das primeiras favelas, ainda no início do século XX, diversas foram as representações sociais que orientaram as ações do poder

público em sua direção. Ao longo dessa história, algumas dessas representações acabaram caindo por terra, enquanto outras novas foram incorporadas ao repertório. Há também aquelas percepções que perduraram, cristalizando-se no imaginário coletivo. As ações do poder público em relação às favelas foram orientadas por variadas representações sociais, no entanto, de uma maneira geral, pode-se dizer que há algo comum a todas essas orientações: a concepção de que as favelas são um problema a ser solucionado.

No início do século XX, quando do surgimento das primeiras favelas, essas foram consideradas um problema estético e de saúde pública para a cidade do Rio de Janeiro, então, ilustre capital da República. Desde suas primeiras aparições, as favelas cariocas sofreram investidas de políticas públicas que buscavam erradicá-las, em princípio, em nome da estética e do higienismo. Nesse período, a favela era vista como um mundo diferente que surgia contrariando a ordem urbana e social, que se pretendia estabelecer na capital do país, justificando-se, assim, as investidas no sentido de sua erradicação. Uma campanha bastante conhecida é a de saneamento de 1907, sob a direção de Oswaldo Cruz, médico responsável pela Campanha Sanitarista durante o governo Pereira Passos (VALLADARES, 2005: p.27).

Já nas décadas de 1960 e 1970, as favelas são percebidas como "aglomerações patológicas" que deveriam ser banidas da pitoresca paisagem carioca. Tal termo é utilizado por Perlman (2002) para descrever um dos pontos de vista dominantes nessa época sobre favelas. Segundo tal autora, a favela era vista como:

> "uma aglomeração desordenada de vagabundos, desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas (...) que econômica e socialmente

> constituem um dreno, um parasita, exigindo altos gastos em serviços públicos e dando pouca contribuição. Este ponto de vista implica a óbvia política de que, tanto para a cidade quanto para os favelados, o melhor seria que as favelas não existissem mais" (PERLMAN, 2002: p.42).

A contribuição dos moradores das favelas enquanto mão-de-obra barata para a urbanização e desenvolvimento econômico da cidade do Rio de Janeiro não era reconhecida e, assim, o morador da favela era considerado um parasita do Estado. Apesar de certa ambiguidade nas políticas públicas direcionadas à favela no período anteriormente referido[12], pode-se dizer que nessas décadas realizou-se uma grande operação visando à remoção das favelas e de seu *modus vivendi* no Rio de Janeiro.

Nas décadas de 1960 e 1970, grande parte da população favelada, especialmente a de favelas localizadas na área nobre (Zona Sul) da cidade, foi removida para os conjuntos habitacionais distantes do centro da cidade, como Cidade de Deus, Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança. Tais conjuntos habitacionais foram financiados pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) e comercializados pela COHAB (Companhia de Habitação). Segundo Brum (2013), o argumento evocado pelas autoridades da época para justificar a remoção para o conjunto habitacional era perpassado pela ideia de que a mesma constituiria uma oportunidade dos seus novos moradores se livrarem do estigma de favelado. Com base em extensa pesquisa de arquivo, BRUM (2013: p.185), destaca o ponto de vista do poder público, através de documento elaborado pela CHISAM, órgão responsável pela remoção de inúmeras favelas da paisagem urbana:

[12] Em meio a essa política de orientação anti-favela das décadas de 1960 e 1970, foi criada a CODESCO, organismo público cuja missão era manter as favelas e organizar a participação dos favelados nos trabalhos de remanejamento de seus espaços quando da urbanização de seu território. Tal órgão, no entanto, sobreviveu apenas por três anos (1968-1971) em meio a um contexto político declaradamente anti-favela. Para maiores detalhes sobre a atuação da CODESCO, ver SANTOS (1981).

> "Como objetivo primeiro, está a recuperação econômica, social, moral e higiênica das famílias faveladas. Pretende-se também a transformação da família favelada, da condição de invasora de propriedades alheias – com todas as características de marginalização e insegurança que a cercam – em titular de casa própria. Como consequência, chegar-se-ia à total integração dessas famílias na comunidade, principalmente no que se refere à forma de habitar, pensar e viver (CHISAM, 1971, p. 40)".

Nos anos 1960 e 1970, a percepção dos favelados como fruto de um processo marcado pela marginalidade social era amplamente dominante, e serviu como justificativa ideológica para a operação anti-favela empreendida pelo Governador Carlos Lacerda (1962-1965), continuada por Negrão de Lima (1966-1971) e Chagas Freitas (1971-1974). Em um período de 12 anos a operação erradicou 80 favelas, demoliu 26.193 barracos e removeu 139.218 pessoas (VALLADARES, 2005: p.130).

Progressivamente, a partir da década de 1980, fez-se dominante uma orientação política em relação às favelas, na qual a proposta de remoção em massa passou a não mais ser aceita como solução ao "problema favela". Segundo Magalhães (2013), nesse período, o termo "remoção" foi deslocado do repertório de representações e práticas sobre a favela:

> "O período de abertura democrática produziria um novo enquadramento para o debate acerca do que se fazer com as favelas e as periferias em geral e, no bojo daqueles acontecimentos, as soluções consideradas associadas à ação do período anterior (marcadas pela repressão) seriam deslocadas do campo de intervenção estatal" (MAGALHÃES, 2013: p.92).

Ao propor a regularização fundiária e a urbanização das favelas, o programa "Cada família, um lote", do então Governador Leonel Brizola (1983-1986), marcou o início do afastamento do paradigma das remoções, inaugurando uma outra orientação: o da urbanização. Uma das propostas de Brizola, eleito em 1982, era transformar as favelas em bairros populares. Segundo BURGOS (2006: p.41):

> "Fiel ao perfil do voto que o elegeu, o governo Brizola desenvolveria uma agenda social especialmente voltada para as favelas do Rio de Janeiro, onde a situação de infra-estrutura era muito precária.(...) Através do Programa de Favelas da Cedae (Proface), desenvolvido entre 1983 e 1985, o governo levaria sistemas de água e esgoto a cerca de 60 favelas, incorporando-as à rede dos seus bairros; a Comlurb comprou microtratores adaptados às condições das favelas, viabilizando assim a coleta de lixo nas mesmas; um programa de iluminação pública foi iniciado em julho de 1985 pela Comissão Municipal de Energia, visando a superar o déficit então existente, já que apenas 47 das 364 favelas cadastradas dispunham de sistemas de iluminação pública (...)".

Já na década de 1990, mais especificamente em 1994, foi criado o programa da prefeitura Favela-Bairro, que, elaborado a partir das diretrizes traçadas pelo Plano Diretor de 1992, definiu claramente a proposta de "integração" das favelas à cidade dita formal[13]. O programa Favela Bairro marca a consolidação da orientação no sentido da urbanização nas políticas voltadas às favelas da cidade. Os arquitetos Leitão & Delecave (2013) destacam que o Programa Favela-Bairro foi iniciado com a realização de um concurso público de metodologias para intervenção em favelas promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ). Segundo os autores, as principais ações do Programa

[13] Para uma discussão sobre como as fronteiras entre legal e ilegal (ou formal e informal) são difusas, ver, por exemplo, Telles & Cabanes (2006) e a coletânea Barbosa, Renoldi & Veríssimo (2013).

Favela Bairro, destinado a promover a integração das favelas ao tecido urbano da cidade, seriam:

> "complementar ou construir a estrutura urbana principal; oferecer condições ambientais para a leitura da favela como um bairro da cidade; introduzir os valores urbanísticos da cidade formal como signo de sua identificação como bairro: ruas, praças, mobiliários e serviços públicos; consolidar a inserção da favela no processo de planejamento da cidade; implementar ações de caráter social, implantando creches, programas de geração de renda e capacitação profissional e atividades esportivas, culturais e de lazer; promover a regularização fundiária e urbanística (Programa Favela-Bairro, 1998)" (LEITÃO&DELECAVE (2013: p. 269).

Por mais que houvesse vozes dissonantes, nesse período, as políticas de urbanização de favelas visando à sua "integração" se consolidaram, ao passo que a "remoção" parecia eliminada do repertório possível às intervenções públicas[14]. Concomitantemente, a partir da década de 1980, a chamada "violência urbana" passaria a representar o principal problema público das últimas décadas, produzindo um intenso debate e inúmeras propostas de intervenção nas favelas, que passaram, então, a ser tomadas como lócus da violência e fonte de todo o perigo que se espraiava pela cidade.

A partir de 1980, progressivamente, os grupos organizados, a partir da comercialização de drogas ilícitas, passaram a atuar sistematicamente nas favelas, tomando-as como base das suas operações (Zaluar, 1985). Este fenômeno desencadeou o aumento da sensação de medo e insegurança entre os moradores de toda a cidade, impactando as políticas de segurança pública das décadas de 1980 e 1990.

[14] Gonçalves (2013) chama atenção para a tentativa falha de se remover a favela do Vidigal, localizada no Leblon, em 1977, como o marco definitivo do abandono da política de remoção.

Como afirma Machado da Silva (2008, 2010), o problema da "violência urbana", tal como foi construído nos últimos tempos, aponta para uma preocupação das diversas camadas sociais com a continuidade das rotinas cotidianas, associando as práticas tidas como violentas como ameaça à integridade física e patrimonial. Zaluar (2000) e Soares (1996) ressaltam que a reação ao medo foi materializada através da demanda por aumento de policiamento e pela explicitação do desejo de que os policiais adotassem procedimentos mais repressivos.

Além do problema da violência urbana, supostamente irradiada pelas favelas, com desdobramentos na questão da segurança pública, a urbanização das favelas também se consolidava e as remoções pareciam estar, cada vez mais, fora do campo de possibilidades. Segundo Cavalcanti (2013), a institucionalização da política de urbanização das favelas legitimou-se na esfera pública como uma resposta ao domínio territorial exercido pelo tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Em suas palavras:

> "a lógica subjacente é a de que a violência justifica a melhoria na infraestrutura das favelas. Assim, paradoxalmente, a violência e o estigma associados a essas áreas acabam por criar as condições para a melhoria material e também para o reconhecimento político de seus moradores – ao mesmo tempo que se reproduzem como estereótipos e sustentam as relações de poder que reforçam a ideia de alteridade cultural perante a cidade dita 'formal'" (CAVALCANTI, 2013: p. 194).

Não discutiremos aqui o papel do associativismo e nem de outros fatores que tenham conduzido a essa mudança de orientação do poder público na direção das favelas da cidade. Interessa aqui ressaltar que, diferente do ocorrido em favelas vizinhas (como Catacumba, Ilha das Dragas e Praia do Pinto), o "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo"

não foi atingido durante o período das grandes remoções e passou ainda, no período seguinte, a ser palco privilegiado da atuação de políticas públicas visando à urbanização e à "integração"[15].

O "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" serviu como uma espécie de laboratório para políticas habitacionais e também de segurança pública, tendo recebido programas como o pioneiro "Cada família, um lote", do governador Brizola (1983) [16] e depois o "Favela-Bairro", do prefeito César Maia (1993). Em 2000, essas favelas foram ainda as primeiras da cidade a receber uma unidade de policiamento comunitário, batizada de Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE). Segundo Cardoso (2010), o grupamento foi criado e ali implantado em uma experiência pioneira no ano de 2000. Inspirado nos princípios filosóficos e operacionais do "policiamento comunitário", o grupamento não tinha como objetivo principal o combate aberto ao tráfico de drogas, mas sim a redução dos crimes contra a vida e atuou nessas favelas até o ano de 2007, quando o policiamento, que já fracassava desde 2004, retirou-se de vez[17].

---

[15] É comum que os moradores antigos do "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" atribuam o fato de não terem sido removidos à sua eficiência em termos de associativismo local e resistência política. Dizem ainda que os moradores da vizinha e extinta favela da Praia do Pinto não conseguiram fazer o mesmo e, por isso, "perderam tudo". Burgos (2006: p.28) ressalta que os moradores das favelas não queriam ir morar nos parques proletários, "razão pela qual criaram, ainda em 1945, as comissões de moradores, inicialmente no Pavão-Pavãozinho e pouco depois nos morros do Cantagalo e da Babilônia, como forma de opor resistência a um suposto plano da prefeitura de remover todos os moradores para os parques".

16 Segundo Leitão & Delecave (2013), as favelas Pavão-Pavãozinho e Cantagalo foram escolhidas para um projeto de demonstração concentrando os principais programas de urbanização anunciados pelo governo Brizola. "O projeto iniciado em 1984 e concluído em 1986 previa obra de infra-estrutura, acessibilidade e transporte, além de unidades habitacionais para as famílias desalojadas pelas obras de urbanização" (LEITÃO&DELECAVE, 2013: p.268).

[17] Segundo Cardoso (2010), o grupamento permaneceria vinte e quatro horas nas favelas e prestaria serviço de polícia ostensiva, inibindo a ocorrência de situações que colocassem vidas em risco. Para cumprir tal propósito, em suas ações cotidianas o grupamento procurava constranger o poder do tráfico e evitaria criar situações que provocassem conflitos armados que expusessem os moradores ao risco de morte. Ao mesmo tempo, exerceria um rígido controle interno de modo a desestimular procedimentos violentos e/ou criminosos por parte dos seus agentes. Para mais sobre a atuação do GPAE nessas favelas, ver Cardoso (2010).

Através dessa breve contextualização histórica sobre políticas públicas em favelas acima realizada, pretende-se aqui chamar atenção para o fato de que a relação entre Estado e favelas não é algo recente na história dessa cidade. A existência dessa antiga relação entre poder público e favelas vem sendo, frequentemente, ocultada pela propalada retórica da "chegada do Estado", que, nessa perspectiva, estaria diretamente associada à recente entrada das UPPs nas favelas. As imagens de policiais hasteando bandeiras do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil em favelas "recém-ocupadas" são, frequentemente, apresentadas nos meios de comunicação como símbolos da chegada do Estado nesses territórios, onde antes, supostamente, estivera ausente.

1.5. Apresentação das atuais políticas públicas e do contexto geral da cidade.

A partir de 2007, o "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" voltou a ser foco de importantes políticas públicas que apresentam um discurso fortemente marcado pelo paradigma da urbanização e da "integração" dessas áreas à cidade, concebida como formal. A presente pesquisa tem como tema as políticas públicas que ali vem sendo implementadas desde fins de 2007, que englobam as obras de infraestrutura e reurbanização do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a instalação de uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) e, finalmente, o processo de regularização urbanística e fundiária também em curso.

Conforme mostrado acima, não é de hoje que o poder público atua nas favelas da cidade e, a forma específica através da qual sempre se relacionou com elas [18], foi, inclusive, uma das principais propiciadoras do surgimento e consolidação dessas no tecido urbano da cidade. Como vimos acima, o Estado não esteve ausente das favelas ao longo do século XX e nesse início de XXI, mas sim atuando de uma forma específica nesses territórios, onde, dessa forma, produziu e consolidou ali suas margens. Tomar as atuais políticas em questão como um marco da "chegada do Estado" nas favelas é desconsiderar a perversidade da relação através da qual o poder público, historicamente, se fez presente nessas favelas.

Ressaltar essa relação histórica entre poder público e favelas, não significa, no entanto, negar o diferencial da absoluta centralidade que, recentemente, as favelas assumiram nas políticas urbanas da cidade do Rio de Janeiro. Tal centralidade vem sendo interpretada pela bibliografia sobre o tema a partir do contexto de preparação da cidade para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. De acordo, por exemplo, com Cavalcanti (2013):

> "(...) é necessário ir além das intervenções urbanísticas e se voltar para o contexto mais amplo em que os programas de urbanização contemporâneos são concebidos e executados, e para de que modo eles estão conectados a processos maiores de transformação urbana e social.
>
> O PAC-Favelas foi concebido em consonância com as exigências do planejamento estratégico e de marketing urbano que vêm dando o tom da construção política, discursiva e imaginária de uma cidade apta a sediar megaeventos

[18] As autoras norte-americanas Das e Poole (2004) organizaram uma coletânea desenvolvendo a ideia de que a presença do Estado nas diferentes regiões da sociedade não é homogênea.

> globais como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, entre outros" (CAVALCANTI, 2013: p.196).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um programa do governo federal, lançado em 2007, pelo governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva. O PAC teve continuidade e foi posteriormente estendido, no período de 2010 a 2014, no governo da presidente Dilma Rousseff. No documento de lançamento do projeto, foram anunciados os investimentos em infraestrutura que, aliados a medidas econômicas, visavam a estimular os setores produtivos e levar benefícios sociais para todas as regiões do país. Em tal documento era anunciado como objetivo "acelerar o crescimento econômico do Brasil para gerar mais emprego e renda e reduzir as desigualdades regionais"[19].

Anunciada como uma das mais amplas políticas de desenvolvimento das últimas décadas, o PAC previa, em sua primeira etapa, investimentos da ordem de R$500 bilhões para o período de quatro anos (2007 a 2010), dos quais R$106 bilhões seriam destinados para a área de habitação. Os eixos fundamentais do programa, elencados em tal documento, eram: Investimento em Infraestrutura; Estímulo ao Crédito e ao Financiamento; Melhora do Ambiente de Investimento; Desoneração e Administração Tributária; Medidas Fiscais de Longo Prazo; Consistência Fiscal. A área de investimento em infraestrutura está subdividida em três linhas específicas: Logística (Rodovias, Ferrovias, Portos, Aeroportos e Hidrovias); Energia (Geração e Transmissão de Energia Elétrica. Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis); Social e Urbano (Saneamento, Habitação, Transporte Urbano, Luz para Todos e Recursos Hídricos).

[19] Para mais detalhes, ver http://www.dnit.gov.br/menu/pac/pac_inicio. (acessado em 15/04/2008).

Apesar de ser concebida e implementada como uma política pública de desenvolvimento econômico e social no âmbito nacional, o PAC se orienta localmente de acordo com as especificidades das diferentes demandas das regiões nas quais atua, caracteriza-se, portanto, como uma política pública semi-focada. Na cidade do Rio de Janeiro, o setor de "infra-estrutura social e urbana" do PAC vem atuando através de ações concebidas e implementadas especificamente para uma determinada região da cidade, as favelas, e não para a cidade como um todo.

A especificidade da atuação dessa política que se volta para a (re)urbanização das favelas da cidade reflete-se na alcunha "PAC-Favelas". A atuação se deu, inicialmente, nas favelas de grande porte, isto é, os aglomerados de favelas, os chamados "Complexos", tendo depois se estendido a outras favelas menores. As três maiores obras do PAC-Favelas foram realizadas em três complexos: Alemão, Manguinhos e Rocinha.

No momento do lançamento do projeto, o valor do investimento em favelas no Estado do Rio de Janeiro era de 1,3 bilhões de reais, dos quais 495 milhões para o Complexo do Alemão, 235 milhões para Manguinhos, 110 milhões para Rocinha e 35,2 milhões para o "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". A articulação entre as diferentes esferas administrativas (municipal, estadual e federal) no planejamento, execução e, sobretudo financiamento dessa política é apontada por alguns autores como um dos diferenciais do PAC em relação às intervenções anteriores. Conforme destaca, por exemplo, Torquato (2013):

> "O que vale ser ressaltado sobre os recursos do PAC em relação aos investimentos anteriores em projetos de intervenção em favelas, como o destacado Favela-Bairro, realizado no Rio de Janeiro, é que

> ao contrário deste, que esteve ancorado em recursos de empréstimos realizados junto a organismos internacionais, as obras do PAC são realizadas através de recursos oriundos do Tesouro Público, da União, do estado e dos municípios" (TORQUATO, 2013: p. 55).

O PAC foi lançado no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" em novembro de 2007, com a presença do presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, do ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida e do governador Sérgio Cabral. Em seu discurso aos moradores e à imprensa Lula prometeu: "Vamos transformar estas e outras comunidades, como a Rocinha, Manguinhos e o Alemão, em lugares dignos para se morar, que permitam a vocês a conquista da cidadania"[20].

Apesar do PAC ter sido oficialmente lançado no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" em novembro de 2007, sua proposta foi apresentada aos "moradores" apenas em março de 2008, na "Primeira Grande Reunião de Moradores". O projeto apresentado compunha-se basicamente por dois eixos centrais de ação: (1) obras físicas que integram o "programa de re-urbanização" da favela; e (2) as "ações sociais" que fazem parte do "trabalho social" do PAC.

Para que as propostas do PAC de "tratamento paisagístico", "ampliação de praças", "construção de playgrounds" e, sobretudo, "alargamento de ruas" se tornassem realidade, aproximadamente 250 famílias seriam desalojadas de suas casas até o término das obras, inicialmente, previsto para o final de 2009. A "participação comunitária" viabilizada pelo programa restringia-se, no entanto, às propostas de ação do "trabalho social", não contemplando nenhum tipo de consulta aos moradores em relação à intervenção das obras

[20] Para mais informações, ver http://www.transportes.proderj.rj.gov.br/noticia_29.html (acessado em 21/08/2008)

físicas que ali se realizariam. Segundo o trecho do jornal editado e distribuído na favela pelo PAC:

> *"*Este programa de aceleração do crescimento veio com um formato novo onde há uma especial atenção com a qualidade dos processos participativos. Foram editadas novas instruções normativas do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica para o PAC em todo o Brasil sobre o assunto, que representam um grande avanço para a governança social sobre a execução de intervenções e obras públicas. Considera-se beneficiário do projeto quem reside na comunidade. Como o projeto é uma herança de uma obra contratada antes do PAC, em 2006, é mais difícil alterar o projeto físico. O projeto social, no entanto, comporta alterações, o que está acontecendo continuamente, e para melhor, com a contribuição participativa do Conselho Comunitário do Projeto-CCOMP" (Jornal do PAC, 2008: p.2).

Quando indagado a respeito das inúmeras demolições previstas para todos os "complexos" onde o PAC atuaria, o subsecretário de Urbanismo da Secretaria de Obras, Vicente Loureiro, em 5 de março de 2008, declarou ao Globo: "Não se faz um omelete sem quebrar ovos. É preciso abrir avenidas, preservar a faixa marginal de canais e combater a área de risco. Isto provocará a demolição de casas".

Desde então, foram construídos pelo PAC no Cantagalo dois prédios para realocar moradores, tanto do Pavão-Pavãozinho como do Cantagalo, que tiveram que deixar suas casas devido às obras físicas, sobretudo pelo alargamento de ruas. Cada um dos dois prédios já construídos no Cantagalo possui dois blocos de apartamentos, totalizando quatro blocos e 150 apartamentos. Os apartamentos são de dois quartos, sala, cozinha e banheiro, distribuídos em uma área de 42 m².

Em junho de 2010 foi inaugurado também no Cantagalo um monumental elevador panorâmico ligando o bairro de Ipanema à favela e também um mirante, formando o chamado "Complexo Rubem Braga"[21]. O "Complexo" foi construído pelo Metrô-Rio em parceria com o PAC, sendo formado por duas torres com elevadores panorâmicos, um mirante, acesso à então recém-inaugurada estação de metrô General Osório e uma passarela que liga essas torres a uma região do Cantagalo conhecida como Quebra-Braço[22].

Além dos elevadores atualmente serem um dos acessos dos moradores do Cantagalo à favela, o chamado "Mirante da Paz" tornou-se o mais novo ponto turístico de Ipanema com vista para a praia de Ipanema e do Leblon e para a Lagoa Rodrigo de Freitas. No vídeo de apresentação do elevador, elaborado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (gestão de Sergio Cabral), diz-se que o elevador "é o verdadeiro elo de uma cidade que não está mais partida". Logo na sequência é exibida uma entrevista com Zuenir Ventura, autor do livro "A cidade partida" (1994), na qual o autor ressalta que esse é um gesto simbólico na direção de se "criar pontes e não muros" entre partes da cidade.

[21] Rubem Braga foi um renomado cronista brasileiro que, após ter vivido em diversas cidades brasileiras, escolheu Ipanema como lugar de residência até o fim de sua vida.

22 A empresa responsável pela sua construção foi a Odebrecht Infraestrutura, que em sua página da internet explica que o complexo "é composto por um túnel de 260 m de extensão escavado na rocha que liga a estação General Osório às duas torres (de 64 m e 31 m de altura) de elevadores com capacidade para transportar até 100 pessoas por viagem. No topo da torre mais alta foi construído o Mirante da Paz, e instalados postos de serviços públicos, como o Rio Poupa Tempo". (http://www.odebrecht.com/sala-imprensa/noticias/noticia-detalhes-81) (acessado em 18/09/2010)

Figura 06: Imagem do "Complexo Rubem Braga" com as duas torres de elevador visto da Rua Teixeira de Mello. Foto: Juliana Blasi Cunha, [2014].

Figura 07: Imagem do "Complexo Rubem Braga" e do bairro de Ipanema vistos do Cantagalo. Foto: Juliana Blasi Cunha [2014].

O elevador tem proporções monumentais e, sobretudo à noite, quando suas luzes de neon verde são acesas, inscreve fortemente sua presença no bairro de Ipanema. Cavalcanti (2013) destaca que a forma como o PAC opera a inscrição das favelas na paisagem da cidade é o seu principal diferencial em relação às políticas anteriores. A autora analisa alguns desses símbolos do propalado discurso de integração entre favela e asfalto inscritos pelo PAC na paisagem da cidade. Além do elevador do Cantagalo, a autora descreve a

passarela projetada na Rocinha por Oscar Niemeyer (PAC-Rocinha), o famoso teleférico do Alemão (PAC-Alemão) e a praça que concentra todos os novos equipamentos urbanos em Manguinhos (PAC-Manguinhos).

Cavalcanti (2013) ressalta que aquilo que salta aos olhos em todos os exemplos acima não é a favela em si mesma, mas o modelo e discurso da suposta integração entre favela e asfalto. Em suas palavras:

> "Os projetos do PAC têm fortes efeitos sobre a paisagem urbana ao combinar os seguintes recursos: eles conferem ênfase à favela como cenário, são visíveis a grandes distâncias e enfatizam as conexões ou passagens entre a favela e a chamada cidade formal. Desse modo, eles produzem um regime ambíguo de (in)visibilidade desse espaço, na medida em que não é a favela, como tal, que sobressai na paisagem, mas o espetáculo de sua 'integração' à cidade" (CAVALCANTI, 2013: p.206).

Ao longo da atuação do PAC no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo", além dos prédios, elevador e "alargamento de vias", houve também investimentos em recapeamento de ruas e na rede de esgotamento sanitário e água. Muitas das metas propostas, no entanto, não foram concluídas ao fim de 2009, tal como previsto no projeto inicial. As obras foram retomadas em fins de 2011, já no governo Dilma Rousseff, quando o chamado "PAC 2", além de dar início ao processo de remanejamento de famílias para o alargamento de ruas no Cantagalo (Rua Custódio Mesquita) e no Pavão-Pavãozinho (Avenida Pavãozinho), anunciou também o início da construção de mais algumas unidades habitacionais no Pavão-Pavãozinho, da reforma do chamado "casarão" e a construção de uma quadra poliesportiva no Pavão-Pavãozinho.

Além das intervenções urbanísticas do PAC, a partir de novembro de 2009, o chamado "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" recebeu também uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Em um contexto de preparação da cidade para sediar os megaeventos anteriormente citados, a resolução da questão da segurança pública torna-se cada vez mais central para poder público. As UPPs fazem parte da atual política de segurança do Estado do Rio de Janeiro, que, orientada pela percepção das favelas como sendo o foco do problema da violência urbana, concentra suas ações especificamente nessas áreas, buscando a ocupação permanente de algumas delas estrategicamente escolhidas.

De acordo com o discurso das autoridades veiculado nos meios de comunicação, trata-se, basicamente, de "tomar dos traficantes" o controle armado desses territórios e de "devolvê-lo ao Estado", estabelecendo, então, a paz; processo ao qual chamam de "pacificação". Contrastando modalidades de gestão tutelar sobre territórios e populações utilizadas pelos governantes em diferentes momentos da história do Brasil, Pacheco de Oliveira (2013) ressalta que, o termo "pacificação", utilizado pelo governo para dar conta dessas favelas, destaca a forma radical e acentuada como foi construída essa alteridade. Segundo o autor:

> "Pois aí foi recuperada uma categoria — a de "pacificação" — nunca antes utilizada no planejamento urbano, em ações de segurança, nem sequer em quaisquer outras ações voltadas para segmentos da sociedade nacional. Trata-se de uma categoria central e que atravessou cinco séculos, da história colonial ao Brasil republicano, até então unicamente utilizada para a população autóctone, que por suposto seria regida por valores e padrões de comportamento absolutamente diversos dos ocidentais" (PACHECO DE OLIVEIRA, 2013: 127).

A ideia de "pacificação" estaria atrelada a uma mudança de orientação na atuação da polícia militar, que passaria de um "policiamento de confronto", característico do

combate repressivo ao narcotráfico, para um "policiamento comunitário" ou de "proximidade". Apesar do "policiamento comunitário" existir nos Estados Unidos há algum tempo, segundo Albernaz, Caruso & Patrício (2007), no Brasil, foi somente a partir do marco constitucional de 1988, que o foco da ação policial foi aproximado das garantias individuais e coletivas dos cidadãos. No caso do Rio de Janeiro, as autoras destacam o importante papel exercido pelo Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira na disseminação das propostas do "policiamento comunitário". O Coronel Nazareth Cerqueira comandou a Polícia Militar do Rio de Janeiro nos anos de 1983/1984 e 1991/1994, durante as gestões do governador Leonel Brizola, e foi a partir daí, que o debate em torno de uma "polícia comunitária" passou a fazer parte da retórica dos gestores e executores da segurança pública (ALBERNAZ, CARUSO & PATRÍCIO, 2007: p. 40).

A proposta de "policiamento comunitário" é perpassada pela ideia do estabelecimento de um novo tipo de relacionamento entre a polícia e a população dessas localidades, que deveria ser pautado por princípios de cooperação e respeito mútuos. No ano de 2000, o "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" recebeu, justamente, a primeira experiência prática inspirada nesse modelo de policiamento, dando origem ao GPAE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais)[23].

Após algumas outras experiências em outras favelas e o término do GPAE em 2007, em 2008, a primeira UPP da cidade, também inspirada no "policiamento comunitário", foi instalada na favela Santa Marta. Apesar de a primeira UPP ter sido instalada na favela Santa Marta em 2008, segundo destaca Do Nascimento (2013), foi

[23] Para mais sobre a atuação desse policiamento e a percepção dos moradores dessas duas favelas, ver CARDOSO (2010).

apenas em decreto assinado pelo Governador em 6 de janeiro de 2011, que os objetivos e estrutura das UPPs foram apresentados de forma clara. O processo de "pacificação" das UPPs implica no controle do Estado sobre as favelas que estariam sujeitas ao controle dos narcotraficantes ostensivamente armados, devolvendo, então, a paz à população local. O decreto de 2011, anteriormente referido, enumera as etapas do processo de estabelecimento das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas. Nas palavras de Do Nascimento (2013), o processo apresentado no decreto, divide-se em quatro momentos:

> "tem no primeiro deles o que se chamou de "intervenção tática", etapa realizada por equipes especiais (o BOPE e/ou BPChoque), com o objetivo de "recuperarem o controle estatal sobre áreas ilegalmente subjugadas por grupos criminosos ostensivamente armados" (art. 2o, I do Decreto-lei No. 42.787 de 6 de janeiro de 2011). A segunda etapa, chamada de "estabilização", corresponde ao cerceamento da área, que será sucedido pela implantação propriamente dita da UPP (art. 2o, II do Decreto-lei No. 42.787 de 6 de janeiro de 2011). O terceiro momento, denominado "implantação da UPP", "ocorre quando policiais militares especialmente capacitados para o exercício da polícia de proximidade chegam definitivamente à comunidade contemplada pelo programa de pacificação, preparando-a para a chegada de outros serviços públicos e privados que possibilitem sua reintegração à sociedade democrática." A quarta e última etapa diz respeito ao monitoramento das UPPs. Nesta fase, tanto as ações das UPPs quanto as de outros atores públicos e privados serão avaliados sistematicamente com o objetivo de aprimorar o programa (art. 2o, IV do Decreto-lei No. 42.787 de 6 de janeiro de 2011)" (DO NASCIMENTO, 2013: p.56).

Em 30 de novembro de 2009, o BOPE "invadiu" o "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" no intuito de fazer uma operação de busca e apreensão de armas, drogas e traficantes. Após essa "intervenção tática", aproximadamente um mês se passou até que, em 23 de dezembro de 2009, foi ali instalada uma base da chamada "Unidade de Polícia

Pacificadora Pavão-Pavãozinho/Cantagalo". Essa unidade foi a quinta UPP da cidade e a terceira implantada na Zona Sul do Rio, formando, junto com a UPP Santa Marta e a UPP Babilônia/Chapéu Mangueira, "um novo corredor de segurança ao longo da orla, do Leme à praia de Ipanema"[24].

No presente momento, julho de 2014, já são 38 UPPs estabelecidas em favelas localizadas em áreas estratégicas da cidade, como a turística Zona Sul e outras adjacentes aos locais importantes para os "grandes eventos". Desde que a UPP foi instalada no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo", moradores e policiais, atores que historicamente mantiveram uma relação conflituosa, passaram a conviver cotidianamente no mesmo território. Nesse processo de "pacificação", os agentes da UPP passam a atuar não mais apenas em atividades de repressão ao narcotráfico, mas também em atividades relacionadas a diversas esferas da vida social da favela, tal como a esportiva, a cultural e ainda a política. Dessa forma, de acordo com o decreto acima citado, a UPP busca preparar a favela para sua "reintegração à sociedade democrática".

Apesar de uma notável diminuição dos antigos índices de homicídio nessas favelas e na cidade em geral[25], o papel de destaque e controle que as UPPs vem assumindo em diversas esferas da vida social cotidiana dos moradores dessas favelas vem sendo problematizado pela bibliografia específica sobre o tema[26]. Os impactos da atuação da UPP na política local no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" serão abordados mais a frente nessa

[24] Ver detalhes em http://upprj.com/wp/?page_id=591 (acessado em 15/07/2012).
[25] No bairro de Copacabana, "O resultado foi uma queda de 84% das mortes violentas, de 25 vítimas em 2009, ano da primeira unidade, para quatro nos últimos 12 meses" http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/02/sem-upp-suburbio-do-rio-tem-taxa-de-homicidio-20-vezes-maior-do-que-area-pacificada.htm (acessado em 18/05/2012).
[26] Sobre os impactos no cotidiano dos moradores causados pela UPP ver Cunha & Mello (2011) e sobre as interferências na vida associativa ver Machado da Silva (2013); Fleury (2013); Rodrigues et al. (2012) e Araujo Silva (2013).

tese. Interessa aqui, no entanto, ressaltar que a atual justaposição de política de urbanização e de "policiamento comunitário", a que Cavalcanti (2013) chama de "PACificação", não constitui, como vimos anteriormente, novidade por si só na história da atuação das ações públicas destinadas às favelas. O próprio "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" já fora palco do programa de urbanização do Favela-Bairro e do "policiamento comunitário" do GPAE concomitantemente.

No atual contexto de preparação da cidade para os megaeventos esportivos, o "problema da favela" assume, no entanto, uma centralidade de proporções, anteriormente, nunca alcançada, reunindo esforços e investimentos no âmbito federal, estadual e municipal. Além dessa centralidade, o que parece trazer um diferencial significativo a essa já conhecida combinação - urbanização e "policiamento comunitário" - é o processo de regularização urbanística e fundiária que ali também passou a atuar. Na esteira dessas intervenções públicas de "reurbanização" e "pacificação" relacionadas ao PAC e à UPP, inicia-se, em abril de 2011, nas duas favelas, o processo de regularização urbanística e fundiária, que seria uma fase essencial na dita "integração" de ambas e de seus moradores à cidade formal.

Através desse processo, os moradores que se adequarem aos parâmetros estabelecidos pela legislação urbanística elaborada terão suas casas regularizadas, recebendo, portanto, o habite-se e o título de propriedade de suas casas. O discurso em pauta no momento é que, através dessas intervenções que geraram melhorias e mudanças, esses territórios passariam da categoria de favela à de bairro, ingressando, portanto, na formalidade. Uma vez que esses lugares recebem melhorias e passam a contar, segundo o poder público, com os

"mesmos serviços" disponíveis no asfalto, passam também a ter que cumprir "deveres", tal como o restante da cidade.

Entre outros "deveres" como o pagamento de taxas de luz, água e, em breve IPTU[27], essas áreas passam a ter, assim, que se adequar também à legislação urbanística elaborada especificamente para cada uma delas, tal como ocorre na cidade em geral. O então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, em 5 de maio de 2011 esteve presente em uma cerimônia no Cantagalo, na qual 44 títulos de propriedade foram distribuídos a moradores locais[28]. Em seu discurso, o governador advertiu: "Agora aqui vai ser como no asfalto. Vocês estão passando a ter direitos, mas vão ter também que cumprir com seus deveres".

Além da concessão de títulos de propriedade e habite-se, o processo de regularização urbanística e fundiária tem como objetivo conter o crescimento aparentemente desordenado e espontâneo do "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo", bem como de outras favelas da cidade[29]. De novembro de 2010 até maio de 2011, três

---

27 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

[28] O processo de regularização fundiária do Cantagalo vem sendo realizado com o apoio do Instituto Atlântico, que se define como "uma entidade sem fins lucrativos constituída desde 1992 com o intuito de influir no aperfeiçoamento de políticas públicas de forma prática." (http://iatlantico.blogspot.com/search/label/Favelas). No livro lançado por Castro, diretor do Instituto Atlântico, nada é discutido sobre as consequências dessa regularização fundiária como, por exemplo, o pagamento de impostos como o IPTU e uma possível retirada dos moradores mais pobres ("remoção branca") que não terão como pagar essas taxas. Uma passagem do livro muito bem ilustra o tom do discurso desse Instituto: "Se a cidade não carregar a favela para si, então será a favela que engolirá a cidade formal no seu imenso seio contraventor (...). A integração por assim dizer positiva, com evidente e substantiva adição de valor de riqueza econômica e juspolítica para todos, é aquela em que o asfalto, gradual e sustentavelmente, se impõe como modelo, pela adoção, na favela, das normas superiores que a cidade formal pratica em sua organização jurídica e social" (Castro, 2011: p.172). Apenas 44 moradores do Cantagalo receberam esses títulos, ao passo que no Pavão-Pavãozinho ninguém ainda os recebeu.

[29] De acordo com o site da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), o processo de regularização urbanística envolve a elaboração de uma legislação para essas áreas que: "leva em conta a tipologia da ocupação espacial existente e é baseada em quatro fundamentos importantes: 1. A contenção da expansão horizontal – o novo bairro não pode crescer além dos limites estabelecidos. No caso de encostas o eco-limite deve ser respeitado. 2. A limitação do crescimento vertical, através da estipulação de gabaritos máximos que variam de acordo com a largura das vias, declividade do terreno e gabarito já existente no local. 3. O respeito

decretos foram assinados pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, estabelecendo "As normas de Uso e Ocupação do Solo" do Cantagalo e as do Pavão-Pavãozinho. Os decretos, dentre outras coisas, dividem as favelas em subzonas e definem o "gabarito máximo permitido" a cada uma delas. O decreto relacionado ao Pavão-Pavãozinho delimita ainda uma grande área dessa favela – Caranguejo e Vietnã – como "área de risco", que deverá ser removida, situação que não ocorre no Cantagalo. Consta ainda nos dois decretos os parâmetros específicos de higiene, segurança e habitabilidade necessários à regularização de uma edificação para fins de concessão de habite-se e inscrição imobiliária. Além de demarcarem áreas de risco e delimitarem o gabarito máximo a cada região, os decretos proíbem também a construção de novas edificações e colocam ainda que, a partir de então, obras só poderão ser realizadas com a devida autorização da prefeitura.

Paradoxalmente, nesse contexto de regularização urbanística e fundiária e de políticas declaradamente de urbanização e integração das favelas, a experiência, atualmente, vivenciada por muitos moradores das duas favelas é a da volta do "fantasma da remoção". A delimitação das áreas de risco, o impedimento de novas construções e obras dos decretos e também os remanejamentos promovidos para alargamento de vias das obras PAC, instaura um drama na vida desses moradores. Como disse uma liderança do Pavão-Pavãozinho: "Não se fala em outro assunto aqui agora! É remoção, remoção e remoção!".

---

ao espaço público – não se pode construir nas ruas e calçadas, ou praças, ou áreas definidas como *non aedificandi*. 4. A promoção de salubridade". (http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=140043).

Segundo Magalhães (2013), a realização dos "megaeventos" acima citados tem implicado uma importante intervenção no espaço físico da cidade, utilizando-se, inclusive, de alterações significativas na legislação urbanística como um todo. Nas suas palavras:

> "Apesar de o termo "remoção" deixar de ser mobilizado frequentemente por agentes públicos associados às intervenções em curso nas favelas da cidade, o enquadramento moral desses processos de deslocamento populacional passaria a se dar a partir de uma ambiguidade, cuja característica principal seria uma tensão entre a negação pública desses processos de deslocamento e a sua concretização" (MAGALHÃES, 2013: p. 99).

Gonçalves (2013), por sua vez, destaca ainda que o novo Plano Estratégico Municipal, elaborado no primeiro mandato de Eduardo Paes (2009-2013), falava abertamente em reduzir as favelas em 3,5% até o ano de 2012, embasando-se em uma construção específica da ideia de risco. No levantamento realizado pelo Instituto Pereira Passos em 2011, nota-se a redução ocorrida nas áreas ocupadas por essas localidades, interrompendo um processo contínuo de crescimento característico das últimas décadas. Segundo o estudo do IPP, entre 2009 e 2010, teria ocorrido uma diminuição da ordem de 386.879 m² de área onde havia favelas, o que corresponderia a 0,8% da área total ocupada.

A conjugação de práticas de remoção, atuando concomitante ao discurso de urbanização e integração nas favelas é um dos grandes diferenciais do momento pelo qual passam as favelas da cidade do Rio de Janeiro nesse contexto de preparação para a Copa 2014 (recentemente ocorrida) e Olimpíadas de 2016. A polarização entre a política de remoção e a política de urbanização foi abandonada nas ações de poder público em direção

às favelas. Agora esses dois paradigmas se justapõem na atuação política pelas favelas da cidade.

1.6. Sobre o trabalho de campo.

A forma através da qual apreendemos os fenômenos sociais está orientada não apenas pelas opções teóricas do antropólogo, mas também por nossa personalidade e experiência biográfica. O método etnográfico depende do contato estabelecido entre o pesquisador e os indivíduos do grupo estudado, sendo, portanto, suscetível a humores, temperamentos, preconceitos, euforias, paixões, medos e todos os outros ingredientes que perpassam todo e qualquer tipo de interação social.

O reconhecimento dessa subjetividade pode ser considerado a contribuição de maior relevância elaborada pelo paradigma hermenêutico para a antropologia. A chamada geração pós-moderna norte-americana é representada por autores como Marcus & Fischer (1986) e Clifford (1994), que formularam críticas aos textos clássicos, com questões como as condições de produção da pesquisa, o papel do autor e a ausência no texto de reflexões sobre tais temas. James Clifford (1983) ressaltou, por exemplo, como o estilo textual da etnografia clássica estabeleceu, entre outros aspectos, o pressuposto da autoridade do etnógrafo cuja presença aparece na introdução do livro para valorizar sua experiência pessoal de campo e a validade de seus dados, mas desaparece ao longo do texto para, através da impessoalidade do discurso indireto, legitimar as conclusões.

A partir do reconhecimento de toda subjetividade que perpassa o método etnográfico, tornou-se imperativo aos antropólogos buscar encontrar na escrita do texto a

forma mais apropriada de lidar com isso. Após receber duras críticas, Foote-Whyte (2005), por exemplo, na década de 1990, escreveu dois anexos para sua clássica etnografia urbana "Sociedade de Esquina" a fim de incluir uma reflexão sobre suas orientações pessoais e sobre todo o contexto no qual seu trabalho de campo havia sido realizado ainda na década de 1940, nos Estados Unidos. Foote-Whyte (2005) destaca que muitos trabalhos falham por conferirem pouca atenção ao processo de pesquisa, situando a discussão apenas em um nível lógico intelectual. Segundo o autor:

> "Falham quando deixam de levar em conta que, assim como seus informantes, o pesquisador é um animal social. Tem um papel a desempenhar e as demandas de sua própria personalidade devem ser satisfeitas em alguma medida para que ele possa atuar com sucesso" (FOOTE-WHYTE, 2005: p. 283).

A necessidade de tratar dessa subjetividade deve-se ao fato não só de os etnógrafos perceberem esse tipo de influência sobre os resultados de sua pesquisa e, assim, poderem relativizar algumas de suas posições, mas, também, para que os leitores possam, com clareza, melhor avaliar as condições em que a pesquisa foi realizada e, consequentemente, a forma como o conhecimento enunciado foi produzido. É necessário, portanto, um investimento do antropólogo na análise do seu próprio modo de olhar.

A antropóloga brasileira Mariza Peirano (1995) chama atenção para os perigos da reprodução no Brasil das ideias pós-modernas de forma acrítica. Segundo a autora, o abuso dessa literatura em cursos de graduação:

> "promove um descrédito prematuro e inconsequente da tradição da disciplina, fazendo com que os estudantes mal

> informados passem a ver nos textos clássicos exemplos ultrapassados do realismo etnográfico, de autores positivistas que nunca deram a devida atenção à dimensão existencial do encontro etnográfico" (PEIRANO, 1995: p.26).

Sem negar aquilo que Peirano (1995: p.26) chama de a "dimensão existencial do encontro etnográfico", mas, buscando evitar a "auto absorção", apresentarei algumas questões que considerei relevantes sobre o trabalho de campo realizado, de forma exploratória, em 2008 e depois, de forma sistemática e prolongada, nos anos de 2011 e 2012.

Além da passeata inicialmente descrita nesse capítulo ser relevante por ser o estopim de uma série de outros eventos conflitivos relacionados ao processo de intervenção urbana nessa favela, foi nesse evento que se deu meu primeiro contato com tal processo, que se iniciava a alguns quarteirões de minha casa e que, após algum tempo, tomei como objeto de pesquisa no doutorado. Nessa mesma manhã, eu estava na areia da praia na direção do posto 8, local em frente ao qual aconteceu a concentração da passeata. Da areia não era possível saber do que se tratava a manifestação e, curiosa, resolvi perguntar a Juscelino, um conhecido "barraqueiro" da praia, que eu sabia ser morador do Cantagalo. Ele possui uma barraca há mais de 20 anos nesse "ponto" da praia, onde vende bebidas e aluga cadeiras e barracas de sol. Nervoso, me explicou rapidamente o que estava acontecendo e disse estar chateado por não poder estar na manifestação. Apesar de a casa onde ele nasceu no Cantagalo também estar ameaçada de demolição pelas obras de construção do elevador pelo Metrô-Rio e PAC, ele não abandonaria as vendas de sua barraca para participar da manifestação. Não naquele domingo de praia cheia.

Nesse dia tudo o que vi e ouvi em relação à manifestação, além da explicação de Juscelino, foi à distância. Tal acontecimento, no entanto, despertou meu interesse. Passei,

então, a buscar informações sobre esse processo de intervenção urbana a fim de elaborar um projeto de pesquisa a ser desenvolvido ao longo do doutorado. A manifestação não teve grande repercussão na mídia em geral, mas foi registrada pelo site mídia independente (http://www.midiaindependente.org/). Foi a partir do material disponível nesse site e do material do trabalho de campo posterior que me foi possível elaborar a narrativa da passeata em maiores detalhes.

Em minha dissertação de mestrado, defendida em 2007, no PPGA/UFF sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello, eu havia trabalhado com as formas de sociabilidade em um balneário localizado no Norte do Estado do Rio de Janeiro. Desde a década de 1970, o mar vem, aos poucos, avançado sobre esse balneário e, nesse processo, pescadores e veranistas vêm perdendo, respectivamente, seus locais de moradia e residências de vilegiatura. O aspecto simbólico que perpassa as relações das famílias com suas casas já era para mim, portanto, um tema de interesse. Salvo as diferenças entre um processo de intervenção urbana promovido pelo poder público e um "infortúnio" da natureza, nos dois casos trata-se de famílias que, de uma forma ou de outra, estão perdendo suas casas em decorrência da complexa trama que se articula em torno desses processos.

Ao presenciar a passeata dos moradores do Cantagalo, a relação entre famílias e suas casas já era, portanto, uma questão que me movia. Tal interesse pelo tema vinha também de um olhar já orientado pela leitura de uma bibliografia sobre processos de intervenção urbana em disciplinas cursadas na graduação e no mestrado. A partir daquela passeata dos moradores do Cantagalo, o interesse no assunto foi despertado e, aos poucos, me aproximei do campo à busca de informações que me permitissem elaborar o projeto de

doutorado, para no ano de 2009 participar do processo seletivo e, em 2010, dar início ao doutorado no PPGAS/USP, sob orientação do professor Prof. Dr. Heitor Frúgoli Jr.

A fase exploratória do trabalho de campo dessa pesquisa, quando ainda buscava informações iniciais que me permitissem escrever o projeto de doutorado, teve início através do contato com Juscelino, o "barraqueiro" da praia anteriormente citado. Juscelino, nascido e criado no Cantagalo, tem 50 anos e foi aluno da minha mãe no curso supletivo há vinte anos na Escola Municipal Marília de Dirceu, no bairro de Ipanema. O contato inicial estabelecido na escola entre minha mãe e Juscelino perdurou com o passar dos anos, uma vez que a minha família frequentava a praia, aos fins de semana, no mesmo ponto em que ele trabalha na venda de bebidas e aluguel de cadeiras em sua barraca. Juscelino é uma figura extremamente carismática e, dono de uma aguçada inteligência social, trata a todos os seus fregueses com enorme atenção.

A proximidade física e contato cotidiano entre moradores da favela e do bairro são grandes pelas ruas de Ipanema. Não são maiores, no entanto, que a distância social que os distingue e os afasta pelas ruas do bairro. O apartamento da minha família localiza-se na Rua Gomes Carneiro, a três quarteirões de um dos principais acessos do Cantagalo, mas a primeira vez que subi o morro foi por conta da pesquisa.

Mapa 3: Trajeto da minha casa até acesso do Cantagalo em Ipanema.
(Fonte: Google Maps, 2014).

Velho (2002 [1978]) em seu texto "Observando o familiar" destaca que "o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido" (p.126). O autor, nesse texto, se refere aos grupos e indivíduos que encontramos diariamente, que fazem parte da paisagem e do cenário da rua e com a presença dos quais estamos habituados. Velho (2002) ressalta que há nessa situação uma familiaridade, mas que isso não significa um conhecimento em relação à lógica de suas relações.

Gostaria aqui de acrescentar que, essa "proximidade" com os moradores da favela dada pelos encontros nas ruas de Ipanema, além de não significar um conhecimento sobre eles, fez com que não fossem por mim notados durante bom tempo da minha vida como moradora desse bairro. Simmel [1903], em clássico texto escrito no início do século XX, reflete sobre os dispositivos de adaptação dos indivíduos modernos aos conteúdos e à vida na cidade grande. O autor chama atenção para o caráter *blasé,* característico a todo "filho

da cidade grande", que precisa desenvolver essa disposição anímica para poder reagir sem alto gasto de energia a cada novo estímulo da cidade. O autor destaca que:

> "A essência do caráter *blasé* é o embotamento frente à distinção das coisas; não no sentido de que elas não sejam percebidas, como no caso dos parvos, mas sim de tal modo que o significado e o valor da distinção das coisas e com isso das próprias coisas são sentidos como nulos. Elas aparecem ao *blasé* numa totalidade acinzentada e baça, e não vale a pena preferir umas em relação às outras" (SIMMEL, 2005 [1903]: p.581).

Desde a minha infância, na minha casa era possível ouvir os tiroteios no Cantagalo, mas esses eram registrados, por mim, como fogos de artifício. Por mais que esbarrasse, diariamente, com os moradores da favela nas praças, pontos de ônibus, ruas, praia e filas de supermercado do bairro, em geral, a presença deles não era, por mim, registrada. Afora Juscelino, os moradores da favela atrás da minha casa, ficavam num registro de invisibilidade ou nulidade.

Foi com Juscelino que, em 2008, fui pela primeira vez ao Cantagalo. Marquei com ele na Rua Teixeira de Mello e subimos o morro pela Saint Roman, por onde ele disse ser melhor para mim. Nesse dia, ele deu um passeio rápido comigo pelo Cantagalo, no qual fez questão de me mostrar os lugares em que eu não deveria ir e nem mesmo passar por perto. Mostrou-me em que direção ficavam as "bocas" (de fumo) dali e disse ainda que eu não passasse da "virada", região que divide o Cantagalo e o Pavão-Pavãozinho, porque não havia nada para eu fazer "lá do outro lado".

Naquele dia, Juscelino apresentou-me as ruas principais do morro pelas quais eu deveria andar e as fronteiras que eu não devia cruzar, revelando, assim, a forma como eu deveria me orientar naquele espaço. Terminado o curto passeio, ele me levou para o BISU (Base de Inserção Social e Urbana), escritório do PAC na favela, onde disse que eu encontraria quem me ajudasse com o que eu queria saber, uma vez que ele se dizia "não ligado em política".

O BISU ficava na estrada do Cantagalo, rua principal dessa favela e logo na base do morro. Nesse escritório ficava a "equipe de trabalho social do PAC", tirando dúvidas de moradores em relação ao projeto e realizando reuniões com o CCOMP (Conselho Comunitário do Projeto), formado por lideranças locais. Juscelino chegou ali e logo procurou uma agente comunitária que era sua amiga e trabalhava no projeto. Para ela, me apresentou como a filha da sua antiga professora e moradora do bairro de Ipanema, que estava fazendo uma pesquisa sobre o PAC. Conversei um pouco com a agente comunitária e com a assistente social da equipe e logo descobri que, no dia seguinte, haveria uma reunião deles com as lideranças locais que eu poderia assistir.

Enquanto eu conversava com essas pessoas no BISU, disse a Juscelino que ele não precisava ficar me esperando, porque dali eu sabia ir embora sozinha. Tal escritório ficava na Estrada do Cantagalo, rua larga e principal dessa favela. Para ir embora bastava descer essa rua e eu sairia na Rua Saint Roman e logo em Ipanema. Juscelino, no entanto, fez questão de me esperar e me levar de volta até o asfalto, na Rua Teixeira de Mello, local de partida do nosso encontro naquele dia. Enquanto nos despedíamos e eu agradecia, ele recomendou: "Já sabe por onde não pode andar, né?! Olha lá, menina!"

No dia seguinte, subi o morro pela Rua Saint Roman até o escritório do BISU, onde assisti a reunião entre agentes interventores do PAC e líderes locais. Durante semanas, fui para aquele escritório, quase diariamente, na parte da tarde. A estratégia de frequentar o BISU se apresentava interessante por ali ser um local em que era possível conhecer moradores, líderes, suas demandas e presenciar reuniões entre eles e os agentes interventores. Em um momento em que eu ainda não conhecia os moradores, ali era um lugar de fácil acesso, onde bastava chegar e presenciar as coisas enquanto aconteciam.

Exceto uma parada ou outra em alguma birosca para comprar uma água, o trajeto que eu fazia, então, dentro da favela era sempre o mesmo: subia pela ladeira Saint Roman, pegava a Estrada do Cantagalo e, logo no seu início, já chegava ao BISU. Nessa fase inicial do trabalho de campo, eu circulava, portanto, apenas pelas vias largas, mais urbanizadas e principais, isto é, pelo que Alvito (2001: p. 28) chama de as "bordas da favela".

Algum tempo depois, já no final do ano de 2008, a assistente social da equipe de trabalho social do PAC, me convidou, no entanto, para acompanhá-los numa visita que fariam a uma região da favela vizinha, Pavão-Pavãozinho, chamada Caranguejo. Bem animada com a possibilidade de circular por outras áreas do Cantagalo e ainda pela favela vizinha, aceitei, de imediato, o convite. Às nove horas da manhã do dia marcado, nos reunimos em frente ao BISU de onde, acompanhados de agentes comunitários, seguiríamos até o Caranguejo. Todos da equipe estavam vestidos com coletes verdes que os identificavam como agentes do projeto do PAC. A assistente social havia reservado um para mim e pediu que eu também vestisse. Atravessamos a região da "virada" e, já na favela do Pavão-Pavãozinho, começamos uma subida íngreme em direção ao topo desse morro.

Logo no início da subida, passamos por alguns adolescentes armados. Quando já estávamos na altura da chamada "4ª estação" (do bonde), passamos por uma "boca". Olhares foram lançados em nossa direção, mas nada foi perguntado. Entre os homens armados ali presentes, alguns estavam sentados, outros em pé e apenas um deles pediu para a assistente social da equipe que guardasse a máquina fotográfica que ela levava nas mãos: "Máquina na bolsa, tia! Sem foto!". Possivelmente, os traficantes já haviam sido informados que a equipe do PAC faria uma visita àquela região. O colete verde nos identificava como tal e funcionava como uma espécie de salvo-conduto, permitindo que, sem qualquer questionamento, passássemos primeiro por "olheiros" e depois pela "boca". Sem ter que prestar satisfações, seguimos até atingir o pico do Pavão-Pavãozinho, chegando, então, à região do Caranguejo.

Após uns cinco minutos da nossa chegada e quando ainda conversávamos com uma família moradora de uma das casas de pau-a-pique daquela região, um intenso tiroteio entre policiais e os traficantes locais iniciou-se na base do morro. Assim que ouviram os primeiros tiros, as duas agentes comunitárias, que guiavam essa visita ao Caranguejo, correram juntas e se abrigaram em uma das casas. O arquiteto, a assistente social, a socióloga da equipe e eu também buscamos nos abrigar, entrando na casa de um morador, que nos abriu a porta.

Ficamos sentados no chão da sala e, em questão de minutos, começamos a observar, pelas frestas das paredes rachadas e janelas, uma movimentação do lado de fora. Em uma longa fila, muitos traficantes subiam num passo apressado em direção à mata, que se localizava logo acima da área onde estávamos. Além de se refugiarem, eles buscavam

também esconder suas armas. Muitos deles levavam em suas costas dois fuzis atravessados. Algum tempo depois, dois helicópteros da polícia militar davam voos rasantes sobre a região onde estávamos, procurando em vão pelos traficantes, que na mata já haviam se abrigado em algum esconderijo[30].

Cerca de duas horas se passaram, até que, por volta de meio-dia, retornamos ao BISU, na base do morro do Cantagalo. Enquanto descíamos o morro, a vida dos moradores parecia ter retomado seu fluxo normal. Crianças já brincavam nas ruas, enquanto outras desciam o morro apressadas para não perder aula na escola. Adultos e jovens iam e vinham do trabalho, enquanto outros conversavam sobre a operação policial nas biroscas. A descida até a base do morro do Cantagalo me pareceu interminável. Enquanto os moradores pareciam ter retomado seus afazeres cotidianos com aparente naturalidade, minhas pernas tremiam[31] e eu só me lembrava da recomendação que Juscelino havia feito meses antes: "Já sabe por onde não pode andar, né?! Olha lá, menina!".

Não interessa aqui discutir o quanto fui "afetada" (Favret-Saada, 2005) por essa experiência, mas me arrisco a dizer que, a partir dela, passei a entender o que alguns deles, por vezes, diziam: "Isso aqui não é parque de diversão, não!". Com a descrição desse episódio, busquei evidenciar a forma limitada como me foi possível circular pelas favelas nessa fase exploratória do trabalho de campo. Em 2008, o narcotráfico se fazia

[30] Segundo Jornal O Globo, o saldo dessa operação policial foi de sete presos, quatro mortos, três policiais feridos e grande quantidade de drogas e armas apreendidas. Entre as armas uma "metralhadora ponto 30 do exército boliviano, capaz de derrubar um helicóptero e avaliada em 150 mil reais". http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2008/11/12/policia-faz-operacao-no-complexo-pavao-pavaozinho-139794.asp (acessado em 21/5/2011).

31 Além das pernas trêmulas pelo medo, eu havia torcido o pé esquerdo na lama (Caranguejo), quando corri para me abrigar na casa do morador.

amplamente presente nessas favelas. Com a saída do GPAE (Grupo de Policiamento em Áreas Especiais) em 2007[32], os confrontos entre policiais militares e os traficantes locais do "Comando Vermelho" voltaram a ser frequentes, durante as "operações policiais". Nesse período inicial, o trajeto que eu realizava nas favelas ficou restrito ao Cantagalo, mais especificamente, às visitas ao BISU e a algumas outras instituições e ONGs, localizadas no prédio do "Brizolão", onde é possível chegar percorrendo a "borda" da favela, ou seja, as ruas largas e principais do Cantagalo.

Após o episódio do tiroteio, voltei a obedecer as "práticas espaciais" (Certeau, 1994 e 1995)[33] que me haviam sido apresentadas por Juscelino como estratégias na tentativa de evitar esse tipo de situação. Ainda nesse período, aos poucos, aprendi que era melhor subir o morro bem no final da manhã ou já na parte da tarde, porque caso ocorresse alguma operação policial naquele dia, àquela altura já teria se dado e eu não seria pega de surpresa, como havia, então, acontecido. Da minha casa em Ipanema, passei a ficar atenta aos barulhos de helicóptero e tiroteios no morro, que a essa altura, não mais eram tomados, por mim, como fogos de artifício. Dependendo da situação, antes de subir o morro, ligava para alguém para saber como estava a situação por lá naquele momento. As tentativas de buscar "ler o clima"[34] e outras formas de evitar estar no meio do "fogo cruzado" são muitas e as mais variadas, mas, o fato é que, em geral, os tiroteios pegam quase todos os moradores de surpresa.

[32] Cardoso (2010) descreve em detalhes o clima de medo e tensão que imperava nessas favelas no ano de 2007, quando os traficantes locais haviam reconquistado o território e o GEPAE se retirou dali fracassado.
[33] O debate com esse autor será desenvolvido ao longo do capítulo III.
[34] Cavalcanti (2008) faz uma interessante abordagem sobre tiroteios e espaço urbano, onde destaca como própria rotina dos moradores das favelas é constituída pela virtualidade de conflitos que podem irromper a qualquer momento.

Ao longo do ano de 2008, minha circulação pela favela era, portanto, restrita às suas "bordas", onde se localizavam algumas instituições importantes, e também a determinados horários. Circulava respeitando a cartografia local, da qual faziam parte estratégias de evitação de determinadas áreas. Mesmo com os desafios colocados pelo controle do território pelo tráfico armado e pelos constantes confrontos entre esses e os policiais, foi possível, com esse trabalho de campo exploratório, conseguir material etnográfico mais que suficiente para a escrita do projeto de doutorado. Nos anos de 2009 e 2010 fiquei afastada do trabalho de campo. Em 2009, o afastamento deu-se por motivos profissionais[35] e, em 2010, já no doutorado, residi em São Paulo para cursar as disciplinas do PPGAS/USP. No início de 2011, terminadas tais disciplinas, retornei ao Rio de Janeiro para retomar o trabalho de campo, agora então, de forma sistemática e por períodos mais prolongados.

Nenhuma relação de maior proximidade, no entanto, havia sido estabelecida na fase exploratória do trabalho de campo. Os contatos naquela fase limitaram-se às reuniões e encontros no BISU e outras instituições e, dois anos depois, ficou difícil retomá-los. Busquei por Juscelino na praia, mas não o encontrava. Tinha seu telefone residencial, mas a ligação não completava. Enquanto estive fora do campo, em novembro de 2009, uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi instalada no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". Em 2011, o controle do território por traficantes ostensivamente armados e as constantes "operações policiais" haviam sido suprimidos nessas e em algumas outras

[35] Em 2009, fui professora substituta na Universidade Estadual do Norte-Fluminense (UENF), residindo, portanto, naquela região.

favelas da cidade. As UPPs eram, até então, veiculadas pela mídia, recorrentemente, como um "caso de sucesso"[36].

Resolvi, então, conhecer o tal elevador e os prédios construídos e inaugurados pelo PAC em 2010; até então, só os conhecia através de notícias de jornais. Nesse dia, após uma caminhada de cinco minutos, cheguei ao elevador e subi até o "mirante da paz", onde alguns turistas admiravam a vista. Dali os turistas desceram e eu resolvi seguir andando pela passarela que me levou a um lugar da favela que, até então, eu não conhecia, o Quebra Braço - ou somente "Quebra". Após percorrer a passarela, que liga o elevador e o mirante à favela, comecei a andar por becos, subir escadas, passar por biroscas e por pessoas que se agrupavam e conversavam nas portas das casas pelas ruas estreitas. Perdida, resolvi perguntar sobre como chegar aos prédios construídos pelo PAC. Um senhor me dá duas opções de trajeto. Uma caminhada mais curta e outra um pouco mais longa, mas através da qual, segunde ele, eu "poderia passear e conhecer melhor a comunidade". A mais curta, cortava caminho pelos becos e pegava seus atalhos; a mais longa, percorria as largas vias principais da favela. Os moradores que encontrei naquele pedaço, que ainda me era desconhecido, pareciam acostumados com a presença de cada vez mais visitantes perdidos que passeavam pelo morro após a "instalação" da UPP e a construção desse elevador[37].

Decido tentar a caminhada mais curta, que passaria por becos que eu, até então, não conhecia. Após me perder algumas vezes, o trajeto indicado pelo senhor me levou para

[36] Segundo Do Nascimento: "Embora as UPPs fossem uma pauta recorrente na grande imprensa carioca, a maioria esmagadora do que era veiculado era feito sem maiores problematizações ou críticas" (DO NASCIMENTO, 2013: p.23)

[37] Não se pretende dizer que, antes da UPP, não havia turismo nessas favelas, mas apenas que a intensidade e autonomia dos visitantes aumentaram. Muitos chegam através de passeios organizados, mas, alguns outros, agora, vão mesmo sozinhos. Para uma interessante abordagem sobre a construção das favelas como destino turístico, ver Freire-Medeiros (2009).

a minha antiga conhecida Estrada do Cantagalo, de onde já era possível avistar os prédios construídos pelo PAC. Após um tempo circulando pelos prédios, resolvi descer pela rua principal, pois queria passar em frente ao BISU. O antigo escritório do PAC, no entanto, não mais existia. No caminho até a Saint Roman, passei pelo primeiro grupo de homens armados naquele dia. Dessa vez, no entanto, não eram traficantes, mas sim policiais da UPP.

Minha circulação por ali se mostrou tranquila e, dessa forma, passei a ir para o Cantagalo sozinha e andar sem direção, me perdendo entre os becos, ouvindo as conversas dos grupos por onde passava e observando crianças brincando juntas, pessoas tomando uma cerveja num botequim, outras indo e vindo do trabalho ou mesmo paradas, descansando numa sombra, conversando com amigos. Naquele momento, desfrutava de uma circulação pelo "interior" da favela, que seriam os becos, travessas e vielas, que apresentam um nível de urbanização reduzido em relação às suas "bordas". Na fase inicial do trabalho de campo, não havia conseguido circular por esse "interior", tendo a minha circulação restrita às "bordas da favela".

Naquele momento, início de 2011, entre as alterações causadas no cotidiano desses moradores, uma era por eles apontada, frequentemente: o maior controle sobre a possibilidade de entrar e sair da favela. A frase "a gente sai para trabalhar e sabe que vai poder voltar" era, frequentemente, mencionada e destacava o término da imprevisibilidade com que conviviam diariamente, quando, a qualquer momento, uma operação policial e tiroteio poderiam ter início. Se por um lado, os moradores deixaram de conviver com os frequentes tiroteios, fruto das "operações policiais" e os desmandos do controle armado do

tráfico sobre o território, por outro, o "ir e vir" deles pelas favelas passava então a ser controlado por policiais da UPP através de frequentes "duras" (revistas policiais).

Além disso, havia um controle policial sobre os horários e as práticas recreativas, como, por exemplo, os bares com forrós e os bailes funk. Em 2011, quando voltei ao campo, o baile funk das sextas-feiras na "quadra do Cantagalo" tinha voltado a acontecer, após um ano inteiro em que permanecera proibido pelo comando da UPP. Ao longo desse primeiro ano de atuação da UPP nessa favela, também os bares foram proibidos de funcionar após as 23:00 horas. Em 2011, o baile havia sido liberado pelo Capitão da UPP local, mas era necessário respeitar o horário por ele estabelecido e, semanalmente, renovar a autorização por escrito com o mesmo. A renovação da autorização ficava condicionada ao que tinha ocorrido em termos de "bom comportamento dos moradores", na semana imediatamente anterior.

Questões sobre o controle exercido pela UPP na vida social e, sobretudo política do lugar serão discutidas ao longo da tese. Interessa aqui, no entanto, ressaltar que, naquele momento, a entrada da UPP alterava a forma como era possível realizar o trabalho de campo. Diante do que foi acima descrito, não é possível afirmar que a entrada da UPP melhorou a circulação dos próprios moradores pela favela. Não restam dúvidas, no entanto, que a presença da UPP facilitou, consideravelmente, o acesso de pessoas "de fora", como eu, à favela.

Sem o desafio dos tiroteios e do controle territorial exercido pelo tráfico, passei a circular pela favela com alguma facilidade. Quando retornei ao trabalho de campo em 2011, os grupos ostensivamente armados pelos quais passava, diariamente e em vários

pontos da favela, eram os de policiais da UPP. Esses, no entanto, em geral, não representam perigo a uma moradora branca do asfalto. Diferente do que acontece com os moradores e "gansos"[38], as pessoas "de fora" da favela não tomam "duras" dos policiais e podem circular com facilidade. Ao longo do período em que realizei trabalho de campo, jamais ouvi um relato em que pessoas "do asfalto" e turistas circulando por ali tivessem sido alvo das frequentes "duras" realizadas pelos policiais[39].

Apesar do meu acesso à favela ter sido consideravelmente facilitado pela instalação ali de uma UPP, dificuldades decorrentes de outra ordem se apresentaram à minha mobilidade pelo campo: a falta de familiaridade com as referências espaciais locais. Como moradora do asfalto, estava acostumada a ruas alinhadas, edificações, quarteirões e calçadas planejados, de um modo geral, de acordo com as normas e técnicas da engenharia e arquitetura. Locomover-se por entre becos e atalhos requer a aquisição de uma competência que só com tempo é possível. Apesar de alguns pontos terem até nomes de rua, por vezes, essas em nada se parecem com nossa concepção do que seria uma, sendo difícil localizar, por exemplo, onde estaria seu começo e fim. Algumas vezes é mesmo difícil entender onde começa e termina uma casa. Muitas casas são geminadas e, quando se trata de uma edificação de dois andares é, sobretudo difícil entender, por exemplo, onde estão as entradas (acessos) de cada uma delas. Em algumas partes da favela, a engenharia local é impressionantemente desafiadora.

---

[38] "Ganso" é um termo do jargão policial para se referir a jovens que são ou foram funcionários do tráfico. Com o passar do tempo e das frequentes revistas, os policiais identificam os jovens que têm "passagem" (pela polícia) e esses passam a ser alvos de "duras" e constrangimentos recorrentes. Mais sobre essas "varreduras" realizadas nas favelas com UPP e os conflitos com moradores, ver Do Nascimento (2013).

[39] Kant de Lima (1995), em análise sobre a polícia da cidade do Rio de Janeiro, ressalta que a forma como policiais elegem seus suspeitos para as "duras" está "intimamente relacionada com o preconceito de cor existente no Brasil, devido ao antigo sistema econômico baseado na escravatura" (KANT DE LIMA, 1995: p.57). Tais preconceitos, segundo o autor, teriam sido reforçados ainda por um conhecimento pseudocientífico ensinado em faculdades de direito através da disciplina medicina legal, onde seriam fornecidas "tipologias científicas dos criminosos".

Figura 08: Imagens do andar de cima de casas que se interconectam no Pavão-Pavãozinho e de beco estreito no Cantagalo. Foto: Juliana Blasi Cunha [2013].

Um simples detalhe faz uma enorme diferença na própria forma de caminhar pelos becos, subindo ou descendo o morro. Em geral, no asfalto, as escadas obedecem a uma medida padronizada com degraus equidistantes entre si e com uma largura mínima para cada um deles e, dessa forma, já condicionados àquele padrão, subimos ou descemos escadas de "olhos fechados". Na favela, nem sempre ou quase nunca, tal padrão é seguido e o que parece uma simples alteração das distâncias entre degraus, faz-se sentir em forma de tensão no simples ato de caminhar. Dessa forma, no início, a cada escada, pequena ou grande, encontrada pelo caminho, subindo ou descendo o morro, minha atenção era para ela voltada, a fim de evitar o próximo tropeço. À noite, nos pontos onde a iluminação é fraca ou inexistente, um escorregão é quase um batismo.

As referências em relação à localização de uma casa são dadas a partir de casas de outras pessoas ou nomes de bares. Assim, é comum ouvir de moradores: “A casa dela é entre o “Fumaça” (bar do) e a casa da Conceição”. Dessa maneira, quando ali comecei a circular, tinha bastante dificuldade em chegar sozinha até a casa de um morador na qual havia ido, por exemplo, no dia anterior. Com a UPP ali dentro, no entanto, perder-se no caminho, era uma possibilidade que não implicava maiores riscos, permitindo, então, conhecer melhor o espaço e expandir os limites de circulação nas favelas. Isso não significa que não houvesse mais “bocas” e nem traficantes armados em certas áreas. As “bocas” e os traficantes continuavam ali. Apenas agora as “bocas” estavam em locais mais escondidos e a “rapaziada” aparentemente sem armas.

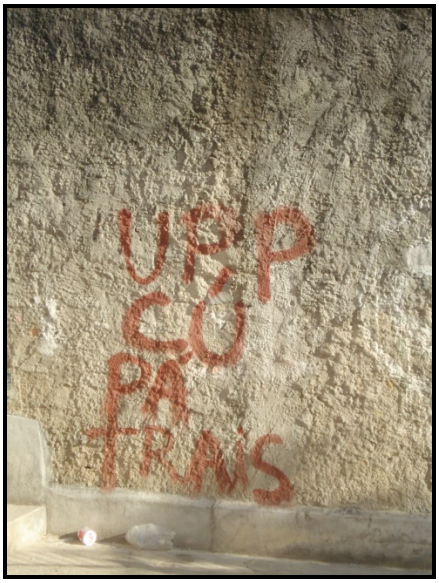


Figura 09: Imagem de pichação, Cantagalo. Foto: Juliana Blasi Cunha [2011].

Os traficantes ocupavam lugares mais discretos e reservados, mas, como mostra a foto acima, não deixavam de marcar sua presença nas favelas. A principal diferença que a entrada da UPP ali marcou foi a redução da possibilidade do início de uma “operação policial” e da consequente irrupção de um tiroteio. Dessa maneira, foi possível me perder e encontrar caminhos, aprendendo não apenas a chegar aos lugares que queria, mas

também a fazê-lo por diferentes trajetos. Com o tempo, dependendo do horário e local para onde eu iria, sabia por qual dos cinco acessos possíveis às duas favelas era melhor subir. Obviamente, tal competência adquirida não se aplica a todas as áreas das favelas, mas sim àquelas por onde mais circulei ao longo do trabalho de campo.

Terminada a problematização em relação à essa dimensão espacial que envolveu a minha circulação pelas favelas, passo, então, à apresentação de alguns aspectos relacionados à minha interação com os moradores e lideranças locais. Após alguns dias flanando pela favela e sem conseguir contatar Juscelino em seu telefone residencial, resolvi ir até a Associação de Moradores do Cantagalo e me apresentar à Bezerra, seu presidente. Eu já o conhecia de vista das reuniões do BISU e de outras instituições de 2008, mas, nesse dia, conversamos por, aproximadamente, duas horas e, ao final, ele me convidou para uma reunião comunitária que seria organizada pelo Capitão da UPP na semana seguinte.

Nessa reunião, Bezerra me chamou à frente, pediu que eu me apresentasse e, então, falei de forma bem rápida dos objetivos da minha pesquisa. Desde esse dia, passei a acompanhar uma série de reuniões que compuseram uma apertada agenda durante os anos de 2011 e 2012. Passei a acompanhar essas reuniões e, a partir disso, pude fazer contatos com algumas lideranças das quais consegui me aproximar, estabelecendo uma interlocução mais frequente. Essas, então, me chamavam para outras reuniões que envolviam outros atores, aconteciam em lugares diferentes e tratavam de outros temas.

Nem sempre foi fácil me inserir e ser aceita em algumas dessas reuniões. Ao longo do percurso, por mais de uma vez, fui indagada por lideranças, que eu ainda não

conhecia, sobre o que eu fazia, para quem eu trabalhava e o que queria ali. No final do ano de 2011, após quase um ano no campo de forma sistemática, uma passagem foi especialmente importante, pois, de alguma maneira, revelou para mim, a que grupo, àquela altura do meu trabalho de campo, meu pertencimento era associado no campo de disputas local.

Eu havia sido convidada para uma reunião, que se daria na casa de uma liderança do Cantagalo, por Seu Dionísio, de 65 anos, nascido no Pavão-Pavãozinho. Cheguei à reunião com ele, mas, antes que entrássemos na casa, Márcia, logo no portão, me perguntou o que eu queria e, de uma forma bem direta, o que eu tinha para lhe oferecer como "contrapartida". Após explicar um pouco sobre minha pesquisa e objetivos, deixei claro que, além dos futuros artigos acadêmicos sobre o processo que ali estava em curso, eu nada tinha para lhe oferecer.

Em tom bastante agressivo, a líder do Cantagalo seguiu seu questionamento me perguntando se eu fazia ideia de quantos pesquisadores passavam por ali todos os dias. Por fim, concluiu enfatizando que estava cansada disso e que não me queria em sua casa. Quando eu já me virava para ir embora, Seu Dionísio interveio dizendo que eu havia sido convidada por ele e que ela não poderia me tratar daquele jeito. Em tom bem alterado, Seu Dionísio disse que, por ele, aquela reunião estava cancelada. Seu Dionísio se dirigiu a mim e seguimos andando. Alguns outros líderes apoiaram a atitude de Seu Dionísio, juntando-se a nós e, naquele dia, não houve a tal reunião.

Essa passagem revela a desconfiança e hostilidade com que alguns moradores e, sobretudo, lideranças dessas favelas relacionam-se com a enorme quantidade de

pesquisadores e também agentes interventores que, quase diariamente, ali chegam. O ceticismo dos moradores e lideranças em relação a pesquisadores e a agentes interventores é fruto das experiências de relações estabelecidas entre esses ao longo de anos. Além dessa desconfiança, o conflito com essa liderança evidencia também a forma como, após certo tempo, alguns pesquisadores passam a fazer parte do acirrado campo de disputas entre essas lideranças.

Essa passagem trouxe à tona algo que eu já sabia, mas ainda não com a devida clareza: àquela altura, após meses convivendo com seu Dionísio e sua família em diversas situações para além das reuniões, eu fazia parte da rede de alianças dele. De brinde, levava as clivagens de suas relações com outras lideranças; passava a conviver, então, com a hostilidade, especulações e acusações de seus antagonistas que, por vezes, se voltavam contra mim.

Não raras foram as vezes em que alguns olhares de desconfiança e mesmo especulações acusatórias sobre a minha presença pairaram no ar, em algumas reuniões. O antropólogo Philippe Bourgois assinala que a necessidade de tecer laços de simpatia com as pessoas que se estuda conduz os investigadores a serem negligentes com as dinâmicas negativas (1995: p.10). A romantização da relação entre informante e etnógrafo – idealmente marcada pela amizade e adoção do antropólogo – de alguma maneira parece ocultar que através de relações hostis também é possível produzir conhecimento. Situações conflituosas, como a descrita acima, revelavam muito sobre as oposições e alianças entre as lideranças locais, que poderiam ser traduzidas pela máxima: "O amigo do meu amigo, meu amigo é. O amigo de meu inimigo, meu inimigo é!".

Hannerz (2003) destaca que antropólogos, frequentemente, possuem uma visão bastante romântica de seu trabalho de campo e das pessoas com as quais se relaciona nele. O autor destaca que os antropólogos se orgulham em anunciar que foram adotados por seus informantes e não só porque isso sugere algo sobre suas habilidades como "trabalhadores de campo", mas também por causa de seu valor moral (HANNERZ, 2003: p.208-09).

Há quase um ano no campo, aquela situação deixava claro que, naquele campo de disputas, não havia espaço para buscar "neutralidade" e, menos ainda, ser simpática com todos. A hostilidade de alguns, no entanto, em nada impedia meu processo de construção de conhecimento; muito pelo contrário, revelava aspectos da dinâmica das disputas entre eles. Ao longo do trabalho de campo, não havia como ser diferente. Nós já vínhamos consolidando uma interlocução forte e, a partir do momento em que Seu Dionísio "tomou partido" e posicionou-se claramente em minha defesa, eu deveria retribuir posicionando-me também ao seu lado. Com o passar do tempo, virei uma espécie de "assessora" de Seu Dionísio, passando, em sua campanha para o cargo de vereador em 2012, a ser por ele apresentada como sua "diretora de campanha". Não tenho dúvidas que nossa "parceria" rendeu não apenas um rico material de pesquisa para mim, como também, para ele, a presença da "doutora da USP", sempre ao seu lado nas reuniões, era interessante.

Após dois anos de trabalho de campo, tal envolvimento com o interlocutor não mais me incomodava, pois, já estava mais que claro para mim, que, se de fato eu quisesse me inserir e acompanhar de perto a vida política local, não havia espaço para neutralidade. Posicionar-se fazia parte da minha inserção naquele campo. Tal situação vivenciada no campo, no entanto, exigiu um enorme esforço de distanciamento, no momento da escrita etnográfica, para descrever e analisar essas disputas com a clareza necessária.

Dessa maneira, não sem conflitos, fui me inserindo nessa rede e passando a participar de muitas reuniões: as das duas Associações de Moradores, da Associação com a Pastoral de Favelas e moradores, da UPP com moradores das duas favelas ou da UPP, com a presença de autoridades convidadas, e, por fim, as reuniões da "equipe de trabalho social do PAC" (2) com o CCOMP (Conselho Comunitário do Projeto).

Essas reuniões acabaram por ocupar um lugar de destaque em minha etnografia, pois tornou-se possível observar a forma como os moradores e as lideranças se engajam e atuam politicamente, buscando expor suas demandas e garantir diferentes interesses diante das políticas públicas em questão. Através dos antagonismos e alianças expostos nessas reuniões, foi possível pensar na dinâmica organizacional mais ampla que orienta as práticas sociais cotidianas desses moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho. As diversas reuniões comunitárias constituíram um *lócus* privilegiado de observação etnográfica.

As inúmeras reuniões apresentavam-se como um palco onde, de maneira conflituosa, os interesses divergentes e também convergentes eram nitidamente expostos. Nelas, lideranças e agentes interventores, em um momento, disputavam entre si, e, em outro, cooperavam e buscavam uma solução em relação às decisões a serem tomadas. Segundo Turner, "uma arena é um arcabouço - seja ele institucionalizado ou não - que funciona manifestamente como um cenário para a interação antagonística cujo intuito é chegar a uma decisão publicamente reconhecida" (TURNER, 2008: p.123).

A adoção do *extended-case method* ou *situational analysis*, arcabouço teórico-metodológico desenvolvido por autores da Escola de Manchester, privilegia a observação sistemática de casos que incluem disputas, por serem esses os instrumentos mais profícuos para se desvendar o desenvolvimento e mudanças das relações entre indivíduos que interagem num dado contexto social. Dada a premissa de que as normas de uma sociedade são vagas e discrepantes, a ênfase é no comportamento real das pessoas e não em declarações de informantes sobre normas ideais de comportamento; isso lembra, assim, a distinção feita por Malinowski sobre a diferença entre o que as pessoas de fato fazem e aquilo que dizem fazer. Ocorre, assim, uma preferência pelos dados colhidos diante de um conflito de regras ou direitos sociais ou de uma passagem crítica e ritualizada da vida social, nos quais afloram os diferentes grupos de interesse, *status* e personalidade.

Além de me permitirem observar o comportamento político dos moradores e a dinâmica organizacional mais ampla dos moradores das duas favelas, essas reuniões possibilitaram estabelecer e aprofundar relações com alguns moradores que acabaram por se tornar importantes interlocutores da pesquisa. Após algum tempo de contato ao longo dessas reuniões e conversas sobre as questões das intervenções pelas quais a favela passava, foi-se estabelecendo uma relação de maior proximidade com alguns moradores, o que acabou por abrir espaço para conversas sobre outros temas, que não apenas o da política local. Assim, passei a marcar "entrevistas abertas" nas casas de algumas dessas pessoas ou de parentes, onde, através das memórias e narrativas, foi possível compreender a história da ocupação desse lugar e a forma como esses moradores se organizaram, se diferenciaram e se distribuíram ao longo desse território.

Paralelamente às reuniões comunitárias, busquei, desde o início do trabalho de campo, me aproximar de atividades ali dentro que não passassem apenas pela apertada agenda dessas reuniões. Dessa maneira, passei a fazer as unhas semanalmente com uma manicure local, que se tornou uma importante interlocutora; fiz aulas de boxe por sete meses na Academia de Boxe Nobre Arte; frequentei o baile funk na quadra do Cantagalo e o pagode no "Cafezinho" (bar) às sextas-feiras; sobretudo no começo, comparecia a quase todos os eventos para o qual fosse convidada.

Dessa forma, além de observar o cotidiano dos moradores, consegui me aproximar de pessoas que me apresentavam a outras pessoas, estabelecendo uma rede de interlocutores que não se restringia às lideranças locais. No Cantagalo, Juscelino contribuiu bastante para a expansão e consolidação dessa rede, ao passo que, no Pavão-Pavãozinho, o vínculo com Seu Dionísio assegurava a minha aproximação de alguns importantes interlocutores. Através das memórias e narrativas dos moradores sobre outros aspectos da vida associativa local, que não apenas a política (no sentido estrito do termo), mas também, por exemplo, os blocos de carnaval e os times de futebol, foi possível pensar com maior riqueza de detalhes no tipo de relação e dinâmica estabelecida entre os moradores do Cantagalo e os do Pavão-Pavãozinho. O conhecimento desses aspectos históricos da formação desse lugar e da dinâmica socioespacial do passado foi fundamental para a compreensão de muitas questões que perpassam o comportamento político desses moradores, os conflitos entre eles próprios e aqueles com o poder público.

Grande parte das entrevistas[40] realizadas não foi gravada. Isso se deve ao fato de que, no contexto de uma favela, dependendo do tempo de relação e grau de confiança com

[40] As entrevistas realizadas foram do tipo "abertas", nas quais procurei não incorrer no erro de impor aos meus informantes categorias que não lhes dissessem respeito, buscando dar-lhes condição de me levarem a

o interlocutor, muita coisa é omitida, ou melhor, quase nada é dito diante do gravador. Por mais que, inicialmente, eu não estivesse interessada em falar sobre o narcotráfico local, esse assunto acabava se impondo, pois perpassa as mais diferentes atividades nesse lugar. O tráfico dominou ostensivamente essas favelas, atuando e interferindo de forma marcante nas mais diversas esferas da vida social desse lugar. Dessa maneira, o tráfico e suas histórias quase sempre vêm à tona quando se fala sobre quase todos os assuntos ligados à vida associativa como o samba, blocos de carnaval, associação de moradores e outros.

Nos casos em que eu tinha pouco tempo de relação com o interlocutor e o gravador estava ligado, nos momentos em que assuntos relacionados ao tráfico apareciam em suas falas, a nossa conversa travava. Após isso acontecer em algumas entrevistas, abandonei o gravador. Em algumas situações, no entanto, quando eu já tinha uma relação mais consolidada, e possivelmente de alguma confiança com o interlocutor, o gravador foi utilizado sem qualquer constrangimento da parte deles.

Descrevi um pouco da minha relação com meu principal interlocutor do Pavão-Pavãozinho, Seu Dionísio. Volto agora à minha relação com meu principal interlocutor do Cantagalo e através de quem essa pesquisa começou: Juscelino. Foi somente após algum tempo em que já realizava trabalho de campo, que o encontrei ali dentro e entendi o porquê de seu sumiço da praia e de seu telefone fixo não atender. Encontrei com ele no meu caminho para uma das reuniões no Cantagalo e ele logo me chamou para um café na sua "casa nova".

---

ver outras dimensões e a pensar de maneira mais criativa a problemática que, através deles, me propus a analisar.

Àquela altura, a residência onde Juscelino nasceu e fez inúmeras reformas ao longo da vida, havia sido demolida pelas obras do Metrô-Rio que, em parceria com o PAC, construíram o elevador e todo o "Complexo Rubem-Braga", anteriormente descrito. Desde 2008, época da manifestação dos "moradores" do Cantagalo na praia de Ipanema - descrita no início da tese - Juscelino havia sido avisado que sua casa iria "ter que sair". Na época, as informações eram vagas e imprecisas, e diante delas, ele era categórico e comentava na praia: "Do Cantagalo eu não saio!". Ao longo desse período, essas informações vagas e imprecisas se tornaram realidade concreta. Em 2009, as obras para a construção do elevador, que ligaria o asfalto ao alto do morro, saíram do papel. Para tanto, muitas casas da região onde Juscelino morava, conhecida como Quebra, foram demolidas, os "moradores" indenizados e caminhos diferentes por eles foram traçados.

Em 2009, quando eu estava fora do campo, Juscelino fora chamado para negociar a sua casa. Segundo ele, ao longo do processo de negociação das indenizações, ele tentou resistir, "jogando para cima" o valor da sua casa, conforme havia sido orientado a fazer pelos "amigos advogados lá de baixo (asfalto)". Ele contou que chegou a pedir 500 mil reais por sua casa. Ao final da negociação, ele acabou recebendo um total de 175 mil reais [41], com o qual planejava comprar uma casa grande ali no Cantagalo mesmo. O que aconteceu, no entanto, foi que sua esposa, nascida e com família em Bonsucesso - subúrbio do Rio -, resolveu para lá voltar e comprar uma casa para ir morar com a família. Após muita discussão entre o casal, ela comprou uma "casa muito boa" em tal bairro e Juscelino cumpriu com sua palavra inicial: "do Cantagalo eu não saio!". No Cantagalo, Juscelino

[41] O valor dessa indenização e de outros que saíram por conta das obras do Metrô com o PAC são muito mais elevados do que aquelas pagas no "remanejamento" do PAC, no qual o Metrô -Rio não tinha nenhuma participação. Era comum ouvir dos moradores "Fulano saiu pelo metrô! Se deu bem!" ou ainda "O PAC não paga bem como o metrô. Eu queria ter saído pelo metrô.".

comprou uma casa pequena e quase sem ventilação no valor de 25 mil reais, onde atualmente mora.

Juscelino não tem mais a casa onde nasceu e reformou ao longo de sua vida. Seu telefone residencial não é mais o mesmo e, atualmente, faz visitas frequentes ao bairro de Bonsucesso para ver sua família. Nessa cisão familiar, aborrecido com a decisão da esposa, decidiu que não mais trabalhariam juntos na barraca da praia e "deu tudo para ela e para os filhos". Ele agora fazia uns bicos num prédio em Ipanema e torcia para que uma nova obra do PAC quisesse demolir aquela casa onde ele estava morando, para ele ganhar uma outra indenização e comprar uma casa melhor só para ele. No Cantagalo é claro.

Juscelino me apresentou a algumas outras pessoas que tinham sido removidas também do "Quebra" e com que conversei ao longo do trabalho de campo. Quando sabia que eu estava a caminho do Pavão-Pavãozinho, franzia a testa e dizia que eu não tinha nada que andar para "aqueles lados de lá". Sempre que me via em algum lugar se aproximava, para saber o que eu estava fazendo e com quem estava andando. Além de me apresentar a outros moradores antigos, Juscelino teve a importante contribuição de me ajudar a pensar a relação dos moradores dessas favelas com os bairros, como veremos mais à frente.

Em 2013, comecei, aos poucos, a me afastar do campo. Tal desligamento foi confuso e inquietante, em parte pela proximidade da minha casa em relação às favelas. Aos poucos, no entanto, me afastei da rotina que havia estabelecido e passei a subir o morro apenas em algumas situações especiais. Em agosto de 2013, me mudei de Ipanema, o que acabou facilitando o desligamento do campo necessário ao início do processo de textualização da etnografia. Em visitas ao bairro de Ipanema, no entanto, os encontros com

“eles” pelas ruas do bairro eram recorrentes. A essa altura, meus antigos vizinhos, não me eram mais invisíveis. Muito pelo contrário, àquela altura, era a presença deles o que eu mais percebia na praia, no supermercado ou no ponto de ônibus em Ipanema ou Copacabana. Eu agora os notava em todos os lugares espalhados pelo bairro.

Capítulo II. "Nossa casaca aqui é dupla-face!": a dinâmica organizacional dos moradores.

A dinâmica organizacional que orienta a relação entre moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho foi muito bem representada através da metáfora usada por uma liderança em uma das reuniões do CCOMP (Conselho Comunitário do Projeto – PAC 2), no final do ano de 2012. Nessa reunião, uma das agentes da equipe de trabalho social do PAC apresentava a nova agente comunitária, que passava a integrar a equipe: "Essa é a Naiana, que agora vai trabalhar com a gente. Ela é nascida e criada aqui no Cantagalo, mas casou e agora está morando no Pavão-Pavãozinho com o marido".

Interrompendo a apresentação da nova agente comunitária, o presidente da Associação de Moradores do Cantagalo, Bezerra, em tom jocoso, disse sorrindo: "Ih... então a Naiana é vira-casaca!". Nesse momento, uma antiga liderança do Pavão-Pavãozinho, Seu Dionísio, rebateu a piada. Apesar do tom de brincadeira, Seu Dionísio falou como quem passava uma lição: "Não, não! Isso não é assim não! Nossa casaca aqui é dupla-face. Ela vira e desvira para os dois lados!".

A metáfora da casaca dupla-face, acionada por Seu Dionísio, evidenciou a dinâmica presente na relação entre os moradores das duas favelas vizinhas que, após dois anos de trabalho de campo sistemático, de alguma maneira, eu já conhecia; porém ainda não com a clareza necessária ao âmbito analítico. Ao longo do trabalho de campo, entender essa dinâmica havia se tornado um dos objetivos centrais dessa pesquisa. No princípio, não conseguia observar qualquer regularidade na relação e na forma de atuação dos moradores dessas duas favelas. Com o passar do tempo, o jogo entre eles se mostrava cada vez mais

complexo de entender. Naquela reunião, a imagem de uma casaca dupla-face, que poderia ser virada e desvirada, funcionou como a materialização da dinâmica, que eu vinha buscando compreender há algum tempo.

Nesse capítulo, a partir da descrição de diferentes eventos conflitivos, pretende-se evidenciar o processo através do qual o tipo de relação existente entre os moradores dessas favelas foi, aos poucos, se revelando ao longo da pesquisa. Partindo da descrição de distintos eventos, que incluem disputas e conflitos, busca-se comparar a forma como os moradores das duas favelas se organizam entre eles em cada uma dessas diferentes *situações sociais,* analisando, assim, a dinâmica organizacional entre eles.

Originalmente publicada em 1940, a obra "Análise de uma situação social na Zululândia moderna" deixa clara a forte ênfase de Gluckman (1987) em, através da análise de *situações sociais,* abstrair a estrutura social da sociedade Zulu. Através da observação sistemática de casos que incluem disputas, o autor aborda as diversas lealdades dos indivíduos a diferentes grupos, baseados em diferentes princípios de organização, ressaltando as linhas de fratura internas, divergências de interesses e inversões de hierarquias.

O autor utiliza a noção de conflito para explicar feitos que longe de ameaçarem a unidade do corpo social, ilustram a capacidade integradora do sistema que o organiza. Seu trabalho é permeado, portanto, pela ideia de que normas conflitantes podem contribuir para a coesão social. Apesar dessa orientação estrutural e busca pela coesão social, este trabalho é considerado o marco inicial no desenvolvimento do *extended-case method* ou *situational analysis.* A partir desse trabalho, Gluckman [1940] forneceu a base para o conjunto de

conceitos analíticos e métodos que foram posteriormente desenvolvidos nas décadas de 1950 e 1960 no Rhodes Livingston Institute e no Departamento de Antropologia de Manchester.

2.1. "Deus me livre! Vou rezar muito e pedir para não cair nesse Cantagalo": diferenciações entre moradores das duas favelas nas negociações de indenização.

Logo nas aproximações iniciais com o campo, ainda em 2008, fiquei sabendo que as reuniões de negociação, relativas aos valores das indenizações das casas dos moradores que seriam "remanejados" por conta das obras do PAC, estavam em curso. Em uma das minhas visitas ao BISU (Base de Inserção Social e Urbana)[42], uma das assistentes sociais da equipe do PAC social me informou sobre essas reuniões. Representantes do PAC e moradores buscariam, nessas reuniões, chegar a um consenso sobre as formas de compensação para os proprietários que teriam suas casas demolidas, para que o alargamento de ruas, construção de praças e playgrounds fossem executados pelas obras do PAC.

Na intenção de conseguir assistir a algumas dessas negociações entre os moradores e agentes interventores, fui para o local que me havia sido indicado. Ao chegar ao lugar da reunião, me apresentei a um dos integrantes da equipe de negociação. Tal pessoa era o advogado da equipe da CEHAB-RJ[43], que logo me questionou sobre a necessidade de assistir às reuniões de negociação. Após alguma conversa e muita insistência da minha

[42] O BISU localizava-se no Cantagalo e funcionava como espécie de base ou escritório do PAC no "Complexo-Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". Ali aconteciam as reuniões do PAC social com as lideranças e era também o espaço onde muitos moradores iam para tirar suas dúvidas em relação ao projeto.
[43] Companhia Estadual de Habitação e Obras, órgão responsável pela construção dos novos prédios, pela realocação de recursos da indenização dos moradores e pelo seu remanejamento.

parte, chegamos ao acordo no qual, no dia seguinte, eu poderia assistir a algumas negociações.

No dia seguinte, cheguei ao "Brizolão" à tarde e estava presente também o diretor da CEHAB-RJ para entregar alguns cheques do Governo do Estado do Rio de Janeiro aos moradores que já haviam finalizado a negociação e chegado a um acordo em relação à indenização de suas casas. Novamente fui questionada sobre o meu interesse nas reuniões de negociação, mas, após mais algum diálogo, ficou decidido que eu acompanharia a sessão de negociações da parte da tarde naquele dia e as da manhã e tarde do dia seguinte.

Essas negociações se davam separadamente entre cada família de moradores e os agentes representantes da CEHAB-RJ em uma das salas do prédio do "Brizolão", no Cantagalo. Na sala reservada às negociações estavam presentes um engenheiro, um advogado e um secretário que compunham a equipe da CEHAB-RJ. Os moradores presentes haviam recebido em suas casas uma notificação sobre a necessidade de ali comparecerem para negociar suas casas ou imóveis comerciais que seriam demolidos para viabilizar a execução do projeto urbanístico idealizado pelas obras do PAC. A esses moradores, o PAC oferecia três opções: 1. Apartamentos construídos pelo PAC no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo"; 2. Indenização em dinheiro; e 3. Compra assistida.

As negociações que tive oportunidade de acompanhar deram-se com as famílias de moradores do Pavão-Pavãozinho. O processo de negociação com as famílias de moradores do Cantagalo havia sido iniciado semanas antes e alguns desses já haviam chegado a um

consenso e, inclusive naquele dia, estavam recendo seus cheques indenizatórios ou chaves simbólicas dos apartamentos do PAC para onde se mudariam.

Os moradores do Pavão-Pavãozinho aguardavam, em clima de apreensão, juntos do lado de fora da sala de negociação. De acordo com uma lista, cada família foi sendo chamada para entrar na sala pelo secretário da equipe. Enquanto a família entrava e acomodava-se sentando nas cadeiras da mesa de frente para a equipe, o engenheiro foliava uma pasta-arquivo em suas mãos. Nessa pasta estavam as fotos e a planta da casa, o cadastro da família e o valor de indenização proposto na avaliação feita pelo técnico da CEHAB-RJ.

Nas poucas negociações que pude acompanhar, não presenciei um caso no qual a família de moradores ficasse satisfeita com o valor da indenização oferecido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da CEHAB-RJ. Assisti, no entanto, a primeira das reuniões do processo de negociação entre as famílias e os técnicos, na qual, dificilmente, logo se chega a um acordo entre as partes. Diante da insatisfação demonstrada pelos moradores em relação ao valor oferecido por sua casa nessa primeira reunião, equipe e moradores negociavam de acordo com a situação da casa em questão.

Nos casos em que a casa era considerada pelos técnicos como tendo uma boa metragem e uma estrutura-física de qualidade, o engenheiro orientava o morador insatisfeito a pedir uma revisão da avaliação que havia sido feita. Havia casos em que o morador insistia que a metragem da casa era bem maior e que os técnicos haviam “comido a metade da casa”. O engenheiro indicava que fariam outra visita na casa para uma nova medição e avaliação.

Alguns moradores, donos de casas grandes de dois ou mais andares, queriam uma indenização maior por elas, pois queriam, com o valor recebido, comprar uma boa casa para a família no subúrbio da cidade. Quase todos, no entanto, negavam veementemente a possiblidade de sair da favela e ir morar em qualquer bairro distante dali. Como, em geral, o valor das indenizações oferecidas pelo Governo do Estado eras baixos, a compra de outra casa na favela mostrava-se uma difícil opção. O preço dos imóveis ali era elevado e, com as obras que então se iniciavam, subiram ainda mais. Além dos altos preços, não há muita oferta de casas a venda ali, pois, segundo contam, "quem tem, não vende". Os apartamentos construídos pela PAC apresentavam-se aos moradores, portanto, como a forma mais viável, ou no limite a única, de ali permanecer.

Aqueles que possuíam uma "boa casa" tentavam negociar ressaltando o tamanho de suas casas, a qualidade do material e acabamentos utilizados na construção e, sobretudo a quantidade de núcleos domésticos que nela coabitava. Negociavam, pois, dependendo da situação, havia a possibilidade de conseguirem mais de um dos apartamentos construídos pelo PAC. Quando o engenheiro considerava a casa como pequena e de má estrutura-física, dizia, no entanto, que, nesse caso, não havia muito como negociar. Alegando que dificilmente o morador conseguiria um valor maior do que o oferecido por uma casa "naquelas condições", o advogado da CEHAB aconselhava a família a aceitar logo um dos apartamentos que estavam sendo construídos pelo PAC no local.

Uma das famílias proprietárias de uma pequena casa no Pavão-Pavãozinho, ao ouvir a sugestão do advogado de aceitar um dos apartamentos do PAC, pediu mais informações. O filho perguntou sobre a localização dos apartamentos e o engenheiro respondeu que, até aquele momento, os prédios que já haviam sido aprovados para a construção pela

Prefeitura seriam perto do “Brizolão”, no Cantagalo. Nesse momento, a mãe, uma senhora de aproximadamente 70 anos e moradora do Pavão-Pavãozinho desde os 16 anos, interviu de forma implacável: “Deus me livre! Vou rezar muito e pedir para eu não cair nesse Cantagalo! Já não me importo nem mais de sair minha casa, mas não quero sair da minha comunidade!”.

O engenheiro seguiu em sua fala tentando explicar: “Mas a senhora não vai sair da sua comunidade! O prédio será construído aqui mesmo no Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo!”. O filho procurou acalmar a mãe dizendo que ele também se negava a ter que ir morar no Cantagalo: “Eu não tenho nada para fazer aqui nesse Cantagalo! Eu não conheço nada daqui. Não sei nem andar aqui direito! Para cá eu não venho!”. O advogado seguiu ressaltando que ir para os apartamento do PAC, que seriam construídos no Cantagalo, seria a melhor opção para eles permanecerem no “complexo”, uma vez que a casa deles “é muito ruim e ninguém pagará valor maior por ela”.

Essa e outras negociações desse dia tiveram a importante função de chamar atenção para o fato de que Estado e moradores apresentam percepções conflitantes em relação à forma como concebem e tratam o espaço em questão. O Estado, nesse caso representado pela equipe de negociação da CEHAB-RJ, percebe esse território como um todo integrado, coeso e uniforme: o “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo”. Já os moradores concebem a existência de duas favelas vizinhas, porém distintas: o Cantagalo e o Pavão-Pavãozinho.

O projeto do PAC concebe o “Complexo” como um espaço indiferenciado (amorfo) e, como os prédios planejados para serem construídos no Pavão-Pavãozinho ainda não tinham a autorização da Prefeitura liberada, ofereceu como opção viável aos moradores

dessa área o "remanejamento" para os prédios que, já autorizados, seriam construídos no Cantagalo. Tendo apresentado tal remanejamento como opção aos moradores de permanecerem no "complexo", fica claro que o projeto do PAC não leva em consideração, portanto, as categorias espaciais locais e as formas como os moradores se diferenciam e se organizam socialmente por esse território[44].

Essa foi a primeira vez que para mim ficou claro que "Cantagalo e Pavão-Pavãozinho não são a mesma coisa!". Além desse embate de percepções sobre a forma como o Estado e moradores concebiam esse espaço, o evento conflitivo acima descrito revelava ainda a diferenciação e hostilidade que marca a relação estabelecida entre os moradores, sobretudo os antigos, dessas duas favelas vizinhas.

Nesse momento inicial do trabalho de campo, as diferenciações e hostilidades entre os moradores do Pavão-Pavãozinho e os do Cantagalo estavam sendo, recorrentemente, evidenciadas nas reuniões deles com a equipe do PAC através de discussões entre eles. Além disso, em ocasiões outras, os moradores, em suas narrativas, frequentemente, se apresentavam buscando ressaltar suas diferenças em relação aos da favela vizinha. Foi através de narrativas de rivalidade, disputas e hostilidades entre eles que esses moradores se apresentaram para mim e descreveram a relação existente entre as duas favelas. "Eles ficam para lá e nós para cá. Eu não gosto de lá e não sei nem andar lá direito. A gente não se dá com eles!", diziam os moradores de uma das favelas em relação aos seus vizinhos. Era comum ouvir um discurso bem semelhante dos moradores da favela vizinha.

[44] Desde a Antropologia clássica, Durkheim & Mauss (1981) chamavam atenção para as formas de classificação espaciais. Os autores tratam das atribuições de significação ao espaço, destacando que esse não é amorfo, mas sim socialmente construído.

Os moradores do Cantagalo se apresentavam como sendo em sua maioria negros vindos do Estado de Minas Gerais e do interior do Rio de Janeiro. Tais moradores se auto-intitulavam "crias do morro" ou "raiz", pois diziam terem sido os primeiros a chegar à encosta e nela terem permanecido. Em oposição a essa identidade, tais moradores atribuíam aos vizinhos do Pavão-Pavãozinho a de "filhos do vento". Segundo os moradores do Cantagalo, seus vizinhos seriam em sua maioria imigrantes nordestinos, que ali chegaram depois deles e teriam uma relação fluida com o lugar, uma vez que vinham para trabalhar e depois voltavam para a sua terra.

Nesse momento do trabalho de campo, tais moradores falavam dessa hostilidade e rivalidade entre eles como uma regra ou norma que orienta suas práticas sociais cotidianas e foi dessa maneira marcadamente antagônica que comecei a pensar, descrever e analisar a relação entre eles. A situação acima narrada me permitiu, na ocasião, perceber que a trama articulada em torno da implementação dessa política pública era mais complexa e não podia ser resumida a simples polarização, que a passeata descrita no início da tese revelava: Estado X moradores. Além desse embate de percepções sobre a forma como o Estado e moradores concebem esse espaço, o evento conflitivo acima descrito revelou ainda a diferenciação e hostilidade que marca a relação estabelecida entre os próprios moradores dessas duas favelas vizinhas. Nesses contatos iniciais foi através da regra Cantagalo (local de "cria do morro") X Pavão-Pavãozinho (local dos "filhos do vento"), que esses moradores apresentaram a relação existente entre eles.

A fala de indignação da senhora e do seu filho, ambos moradores do Pavão-Pavãozinho, diante da possiblidade de mudar-se para o Cantagalo, revela que o conflito perpassa não apenas a relação entre Estado e moradores, mas também a estabelecida entre

os próprios “moradores”. Naquele momento inicial do trabalho de campo, tal percepção já apontava para a necessidade da problematização de categorias como “moradores”, “comunidade” e “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo” pelo fato de sugerirem a existência de grupos ou todos coesos, integrados e unívocos.

2.2. A crise dos decretos de “uso e ocupação do solo”: a dinâmica fusão-cisão entre os moradores.

Conforme o trabalho de campo avançava, a relação entre os moradores das duas favelas foi também se revelando bem mais complexa que a polarização inicialmente apresentada por eles em algumas reuniões e em suas narrativas sobre eles mesmos: moradores do Cantagalo X os do Pavão-Pavãozinho. Aos poucos, fui percebendo que essa regra através da qual, frequentemente, se apresentavam em suas narrativas, não correspondia ao que era vivenciado pelos moradores em suas práticas sociais cotidianas. Observando suas práticas em diferentes *situações sociais*, foi se revelando uma trama bem mais dinâmica que questionava a rigidez da regra através da qual se apresentavam.

No início de 2011, retomei o trabalho de campo de forma mais prolongada e sistemática. Após alguns meses no campo, em abril, a vida associativa das duas favelas passava por um momento de grande efervescência. Muitas eram as dúvidas, boatos e especulações dos moradores naquele momento gerados pelo início da aplicação dos decretos de “Uso e Ocupação do Solo”, relacionados ao processo de regularização urbanística e fundiária em curso nas duas favelas.

O processo de regularização urbanística e fundiária tem como objetivo conter o crescimento aparentemente desordenado e espontâneo do "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo", bem como de outras favelas da cidade[45]. De novembro de 2010 até maio de 2011, três decretos foram assinados pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, estabelecendo "As normas de Uso e Ocupação do Solo" do Cantagalo e as do Pavão-Pavãozinho.

De forma distinta de outras intervenções, como, por exemplo, a do PAC, os decretos sobre as normas de uso e ocupação do solo foram elaborados separadamente para cada uma dessas duas favelas. O decreto Nº 33015[46] de 5 de novembro de 2010 diz respeito especificamente ao Cantagalo e o decreto Nº 33866[47] de 20 de maio de 2011 refere-se ao Pavão-Pavãozinho. Os dois decretos, dentre outras coisas, dividem as favelas em subzonas e definem o "gabarito máximo permitido" a cada uma delas. O decreto relacionado ao Pavão-Pavãozinho delimita ainda uma grande área dessa favela – Caranguejo e Vietnã – como "área de risco", que deverá ser removida, situação que não ocorre no Cantagalo. Consta ainda nos dois decretos os parâmetros específicos de higiene, segurança e habitablidade necessários à regularização de uma edificação para fins de concessão de habite-se e inscrição imobiliária.

---

[45] De acordo com o site da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), o processo de regularização urbanística envolve a elaboração de uma legislação para essas áreas que: "leva em conta a tipologia da ocupação espacial existente e é baseada em quatro fundamentos importantes: 1. A contenção da expansão horizontal – o novo bairro não pode crescer além dos limites estabelecidos. No caso de encostas- o eco-limite deve ser respeitado. 2. A limitação do crescimento vertical, através da estipulação de gabaritos máximos-que variam de acordo com a largura das vias, declividade do terreno e gabarito já existente no local. 3. O respeito ao espaço público – não se pode construir nas ruas e calçadas, ou praças, ou áreas definidas como non aedificandi. 4. A promoção de salubridade". http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=140043 (acessado em 14/04/2011).

[46] http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D33015M.PDF (acessado em 30/05/2011).

[47] http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D33866M.PDF (acessado em 30/05/2011).

Há ainda um terceiro decreto (Nº 33648[48] de 11 de abril de 2011) que não é específico a nenhuma das duas favelas, mas sim destinado a todas as favelas consideradas Áreas de Especial Interesse Social- AEIS. Esse terceiro decreto vem reforçar que:

> "Art.1º Fica vedado iniciar a construção de novas edificações em favelas declaradas por Lei como AEIS. Parágrafo único. Excetuam-se as construções de iniciativa e responsabilidade do Poder Público destinadas ao reassentamento de população situada em área de risco, de preservação ambiental e em áreas objeto de projetos de urbanização da comunidade, que poderão ser licenciadas observando os decretos específicos. Art 2º Serão permitidas apenas reformas nas edificações existentes, comprovadamente para melhoria das condições de higiene, segurança e habitabilidade, desde que: I- seja comprovada sua existência na data da publicação da Lei que declarou a respectiva área como de especial interesse social; II- não promova acréscimo de gabarito ou expansão horizontal ou vertical; III- não se constituam em novas unidades habitacionais; IV- não se situem em Zona de Risco ou de preservação".[49]

O penúltimo artigo dos dois decretos específicos anteriormente citados prevê ainda que: "Art. 12º Deverão ser implementadas campanhas elucidativas pelos Órgãos competentes junto à população residente para o esclarecimento do presente Decreto e dos parâmetros urbanísticos aos quais as edificações estarão submetidas para o licenciamento e o aceite".

---

[48] http://ademi.webtexto.com.br/IMG/pdf/doc-1213.pdf (acessado em 30/05/2011).

[49]A proibição feita pela Prefeitura de reformas que promovam a expansão horizontal e aumento do gabarito é facilmente questionada pela notícia do jornal O Globo de 9/5/2012: "Vidigal terá hotel de charme 5 estrelas. Arquiteto renomado e dono de bares se reuniram para abrir empreendimento de alto padrão no topo da comunidade". As obras já foram iniciadas, apesar de ainda não terem a autorização da Prefeitura. No dia seguinte, uma segunda matéria é publicada divulgando o argumento do arquiteto responsável que diz que não estão construindo nada novo e que trata-se da reforma de um imóvel já existente e que, portanto, não seria necessária autorização da Prefeitura para tal. A matéria informa que o hotel terá 11 quartos e é difícil não pensar que será promovido um acréscimo de gabarito ou expansão vertical da construção "já existente" ("Rio", Jornal O Globo, 9/05/12: p.18).

Campanhas elucidativas, no entanto, não foram realizadas junto à população. A forma como a população tomou consciência da existência desses decretos foi através de um funcionário da SMU (Secretaria Municipal de Urbanismo) que, a partir de abril de 2011, acompanhado de policiais da UPP e, no Cantagalo, do presidente da Associação de Moradores, passou a realizar visitas de fiscalização nessas duas favelas. Nessas visitas, o funcionário e sua "comitiva" circulavam pelas duas favelas embargando algumas "obras realizadas sem autorização" e distribuindo "autos de interdição" de casas localizadas em áreas classificadas pelo decreto como de risco.

Obras são embargadas por ocorrerem sem a necessária autorização prevista no decreto, quando, na verdade, os moradores nem da existência do decreto sabiam. Da mesma maneira, as marcações das áreas de risco não foram claramente apresentadas aos moradores em uma reunião e muito menos uma solução lhes foi proposta em campanhas elucidativas. O POUSO (Posto de Orientação Urbanística e Social) teve sua base ali instalada somente em novembro de 2011, ou seja, oito meses após o início da aplicação desses decretos. Até o POUSO instalar sua base no Cantagalo, em novembro de 2011, o citado funcionário da SMU ia uma vez por semana à Associação de Moradores do Cantagalo e uma vez também à do Pavão-Pavãozinho prestar esclarecimentos aos moradores sobre os decretos e circular pela favela fiscalizando obras, distribuindo "autos de interdição" e embargando algumas obras.

A partir das visitas de caráter fiscalizatório realizadas pelo funcionário da Prefeitura, a informação sobre a existência dos decretos começou a circular pelas duas favelas e, junto a ela, espalharam-se também pânico, boatos e especulações entre os moradores. Tal decreto, de alguma maneira, ameaçava o antigo *modus operandi* dos

moradores desse lugar, no qual o poder público não interferia na forma como esses usavam e ocupavam o espaço em questão. No início da ocupação dessas favelas, as formas de apropriação do espaço e da construção de casas eram negociadas entre os próprios moradores. Mais tarde, a Associação de Moradores passou a mediar e regular essa negociação e, nos últimos tempos, os narcotraficantes locais também exerceram sua autoridade[50]. Antes da entrada da UPP e desses decretos de "uso e ocupação do solo", havia, assim, uma espécie de acordo no qual o controle em relação, por exemplo, ao local onde novas casas poderiam ou não ser construídas era negociado entre moradores, a Associação de Moradores e também os chefes do narcotráfico local.

Com os decretos, tal acordo havia se rompido, pois, independentemente do local, a construção de casas novas estava por si só proibida. O poder público agora passava a interferir tentando regular a forma como os moradores usavam e se apropriavam do espaço de uso comum dessas favelas e até mesmo do interior de suas casas. Através dos decretos, o poder público classifica áreas como impróprias a moradia (de risco), dita o número de andares que cada edificação pode ter de acordo com as sub-zonas e controla se as lajes das casas devem ser fechadas ou abertas, a forma como as escadas no interior das casas devem ser construídas e o número de janelas propícias a ventilação[51].

A partir do momento em que o decreto se tornou público, iniciou-se ali a escalada de uma crise. A partir dela, uma série de ações por parte dos moradores das duas favelas

[50] É comum nas duas favelas ouvir histórias de que os traficantes locais no passado vendiam terrenos através da Associação de Moradores, expandindo os limites das favelas.

[51] Sobre a entrada da UPP e decreto de Uso e Ocupação do Solo na favela Santa Marta, Mello & Da Cunha (2011: p.392) ressaltam que: "A reordenação do espaço urbano e da vida cotidiana da favela deflagrada pela implementação da UPP e pelo início da regularização urbanística objetiva instituir uma nova visão de mundo, à qual correspondam as novas práticas sociais exigidas de seus moradores. Trata-se, portanto, de transformar normas em valores".

veio a decorrer. Moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho, que haviam tido suas obras embargadas ou recebido auto de interdição de suas casas, procuraram se informar com lideranças locais, que organizaram, então, uma série de reuniões para discutir o que estava acontecendo. O assunto foi levado também para as reuniões comunitárias que estavam sendo realizadas pelo Capitão da UPP local, uma vez por mês, com os moradores[52].

Diante das dúvidas e especulações sobre os decretos, formou-se um amplo e articulado grupo de lideranças e moradores envolvendo participantes das duas favelas. Sem a iniciativa dos presidentes das duas associações de moradores e do Capitão, lideranças e moradores das duas favelas se articularam para discutir e pensar em como se posicionar diante dos decretos. Algumas lideranças buscaram o apoio de representantes da Pastoral de Favelas[53] e de movimentos sociais ligados à causa das remoções de favelas. Para essas reuniões não foram convidados, no entanto, o Capitão e outros policiais da UPP. Os presidentes das associações, no entanto, apesar de não terem sido os organizadores dessas reuniões, delas participaram em meio às outras lideranças locais.

Antes de a primeira dessas reuniões começar, os moradores e lideranças das duas favelas aos poucos chegavam, conversavam entre si e acomodavam-se nas cadeiras que formavam uma grande roda na quadra da Escola de Samba Alegria da Zona Sul, no

[52] No início de 2011, algum tempo após "ocupação" das duas favelas pela UPP, o capitão passou a realizar reuniões comunitárias para saber das demandas locais, receber autoridades, "se aproximar" e discutir as questões da comunidade. Algum tempo e muitas críticas depois, criou-se a UPP social para assumir essa função de ouvir as demandas locais e fazer o encaminhamento e articulação buscando soluções com setores do poder público e também privado. Veremos mais sobre essa participação do Capitão da UPP na vida associativa da favela ao longo desse texto.

[53] A Pastoral de Favelas desempenha um papel importante no movimento comunitário de favelas do Rio de Janeiro desde final da década de 70, prestando serviço de Assistência Jurídica e incentivando a mobilização comunitária. Para mais sobre a conscientização e a assessoria jurídica prestadas pela Pastoral de Favelas ver Carvalho (1991) e Brum (2005).

Cantagalo. As especulações sobre o que de fato lhes ocorreria corriam soltas. Cada morador ia dando sua opinião sobre o que estava acontecendo: "O projeto deles é tirar a gente daqui!". "Querem derrubar nossas casas e mandar a gente para o "Minha casa, minha vida" lá em Campo Grande!". "Eles querem fazer disso aqui um lugar para gente rica do asfalto morar!". "Já ouvi falar que vão fazer um restaurante com vista panorâmica para a praia de Copacabana lá no Caranguejo. Por isso que querem mexer com a gente, mas eu não saio da minha casa, não! Quero ver me tirar de lá!".

Grande parte dos moradores presentes nessas reuniões é de regiões do Pavão-Pavãozinho, conhecidas como Caranguejo e Vietnã[54], que foram delimitadas pelo decreto como "área de risco" ou A.R.O. (Área de Restrição à Ocupação) e que, dias antes, haviam recebido auto de interdição de suas casas. Segundo o decreto Nº 33866, essas áreas foram definidas de acordo com o "relatório GEO-RIO/ Janeiro-2011"[55].

Esses moradores diziam que o governo queria mandá-los para os conjuntos habitacionais dos longínquos bairros da Zona Oeste (Campo Grande e Cosmos) pelo programa do Governo Federal "Minha casa, minha vida". Diante de tal possibilidade, mostravam-se apavorados e evocavam, como argumentos contrários, a distância em relação ao emprego e à escola dos filhos e sobretudo, os vínculos de pertencimento à "comunidade". Nas palavras de uma moradora: "Esse projeto 'Minha casa, minha vida'

[54] Conforme anteriormente descrito, essas regiões do Pavão-Pavãozinho localizam-se no topo do morro é possível encontrar casas de pau-a-pique e barracos ainda de madeira, que em muito diferem do restante das construções das duas favelas em geral.

[55] A GEO-RIO (Fundação Instituto Geotécnica do Rio de Janeiro) é um Órgão da Secretaria Municipal de Obras responsável por elaborar estudos e propor soluções de geotecnia para as encostas e áreas de risco da cidade do Rio de Janeiro. Na perspectiva de justificar o "repertório da remoção", em 2009, a Prefeitura encomendou um "novo levantamento das chamadas "áreas de risco" pela Geo-Rio. O mapeamento realizado indicaria que existiriam 17.244 casas em situação de desmoronamento, número bem superior às quase 13 mil moradias apontadas pela listagem de 2009, e que tenderia a crescer, como afirmou o prefeito à época". (MAGALHÃES, 2013: p.93)

acaba com ‘meus sonhos, minha família’”. Os representantes da Pastoral de Favelas os acalmavam dizendo que não podiam tirá-los dali de qualquer maneira e que eles teriam que ser indenizados devidamente ou realocados em áreas próximas, tal como previsto na Lei Orgânica do Município, art. 429.

Muitos desses moradores questionam o fato da área onde vivem ter sido classificada pelos estudos técnicos da GEO-RIO como de risco, demonstrando claramente não quererem sair das suas casas. Muitos são os argumentos expostos por diferentes moradores que ali querem permanecer: “Como é de risco se eu moro aqui há 30 anos e nunca nada aconteceu?!”. “Aqui é tudo rochoso. Não estamos sobre o barro. Não há, na história da comunidade, episódios de desabamentos nessa área aqui!”. “Nós temos uma carta na manga: Se isso aqui é área de risco, como foi que o PAC construiu essa caixa d`água gigante aqui?![56] É área de risco para a gente, mas não para eles?!”. “Será área de risco ou de *rico*?!”. “Vamos pedir um contra-laudo para verificar isso e mesmo se for área de risco, por que não constroem uma contenção na encosta?! Dizem que sai mais barato do que realocar todos nós!!” .

Outros moradores da mesma região, no entanto, expressam a vontade de deixar suas casas e morar em um apartamento dos que já foram construídos pelo PAC no Cantagalo. Dizem que há muitos apartamentos ainda vazios e que a situação deles é de urgência. Contam histórias de água entrando em casa e do pânico a cada chuva que cai, chamando atenção para a necessidade urgente de serem realocados nesses apartamentos do PAC ainda vazios: “Esse negócio de rivalidade de morador do Pavão-Pavãozinho com

[56] As obras do PAC construíram uma grande caixa d`água numa área contigua à área do Caranguejo para abastecer a região dali para baixo. As áreas são tão próximas que é difícil perceber os limites demarcatórios e entender o que as diferencia enquanto área própria ou de restrição à ocupação.

morador do Cantagalo para mim é besteira. Quem diz isso, está fazendo charme. Se me desse um apartamento lá, eu ia hoje mesmo. Pode ser no Galo, na Galinha... não me importo"[57].

É comum ouvir-se acusações dos "cria do morro" ou "antigos" tanto do Cantagalo, como do Pavão-Pavãozinho, em relação a esses moradores que aceitam ou até mesmo desejam sair de suas casas no Pavão-Pavãozinho e ir no morar no Cantagalo. Para os antigos, os recém-chegados, a quem, pejorativamente, chamam "paraíbas" ou "filhos do vento", estão interessados na indenização ou em ganhar um apartamento e, assim, atrapalham a luta dos "antigos", que querem em suas casas e favela permanecer. Na visão dos "antigos", os "paraíbas estão aqui há pouco tempo" e, não tendo vínculos com a comunidade e com o território, não se importam em ter que sair de uma favela e ir para a outra. Do ponto de vista dos antigos moradores, de qualquer maneira, para esses "de fora", se conseguissem um apartamento do PAC "estariam no lucro porque eles chegam aqui sem nada mesmo e agora só querem é saber de se dar bem".

Além da situação dos moradores em áreas de risco do Pavão-Pavãozinho, outra situação que se destacava não apenas nas reuniões, mas também em conversas nas mais variadas situações é o fato de obras e novas construções estarem proibidas pelos decretos. Obras, mesmo que sejam de melhorias, só poderiam ser realizadas com a devida autorização da Prefeitura e o início de novas edificações estava vedado. Alguns moradores do Cantagalo tiveram obras de suas casas embargadas e não estavam entendendo porque não podiam mais fazer obras e contavam que até por pequenos reparos haviam sido

[57] Galo é a forma como os moradores frequentemente se referem ao Cantagalo e Galinha foi a forma encontrada pelo morador para brincar com o nome dessa favela e enfatizar que, para ele, não fazia diferença morar no Cantagalo ou no Pavão-Pavãozinho.

notificados: “Estou com material todo comprado e não posso fazer uma obra na minha casa?!”, reclama indignado um morador do Cantagalo. “O morador vai fazer como, agora, quando a família aumentar?! Aqui é assim!! Os filhos casam, a família cresce e constroem outra casa em cima!! Vai fazer como, agora, se não pode mais construir nada?!” Outros moradores do Cantagalo procuram ainda saber se no decreto há alguma demarcação de área de risco nessa favela. Alguns estão preocupados com a possibilidade de suas casas serem interditadas, mas, rapidamente, o presidente da Associação do Cantagalo esclarece que ali não há área de risco.

A insatisfação e dúvidas por conta da delimitação do gabarito máximo para cada subzona em que as duas favelas foram divididas também é grande. Na área do Quebra-Braço, no Cantagalo, por exemplo, o gabarito máximo permitido pelo decreto é de um (1) pavimento. O que acontece, no entanto, é que nessa região é raro se encontrar uma edificação com um único pavimento. “Os outros pavimentos vão ser derrubados?!”, perguntam, assustados, os proprietários do segundo ou terceiro pavimentos das edificações.

Segundo informa o técnico da Prefeitura em suas visitas com fins de fiscalização, os pavimentos não serão derrubados, mas essas edificações não poderão ser regularizadas e não receberão, portanto, o habite-se ou título de propriedade. “O que acontecerá com as casas que ficarem sem a papelada quando quase todas tiverem o papel direitinho?!”. “E as casas de três pavimentos que são antigas?! Serão regularizadas?! Isso é direito adquirido!! Antiguidade é posto!! Não podem nos tirar isso...já existe há muitos anos!!”. “Daqui para frente a gente até aceita que seja assim, mas o que já está pronto tem que ser aceito!”

Algumas dessas reuniões articuladas por lideranças locais e moradores das duas foram realizadas com o intuito de esclarecer dúvidas, sobretudo em relação à situação dos moradores do Pavão-Pavãozinho em "área de risco". Ao final de uma dessas reuniões, uma liderança do Cantagalo disse:

> "O caminho é esse! Temos que nos unir para lutar e impedir que moradores nascidos e criados aqui sejam removidos. O problema aqui é que a comunidade só se une quando o bicho está pegando! Tempo todo é Cantagalo para um lado e Pavão-Pavãozinho para o outro. Pessoas só olham para seus interesses, pegam sua indenização e acabou!".

O que se pretende destacar aqui é que, apesar dessa variação de situações, diferentes interesses e rivalidades habituais existentes, nesse momento de crise, tais moradores passam a atuar de forma articulada, deixando em segundo plano as diferenciações e hostilidades que perpassam sua relação. Tais insatisfações e dúvidas dos moradores diante dos decretos foram também expostas na reunião comunitária, que ocorreu cerca de um mês depois, organizada pelo Capitão da UPP e com a presença do representante da SMU, convidado para explicar aos moradores essa situação, como uma espécie de tentativa de reparação pelos transtornos.

Além de moradores comuns, estavam também presentes muitas lideranças locais, totalizando por volta de 80 pessoas. Tal reunião foi realizada em um auditório localizado no prédio conhecido como "Brizolão", no Cantagalo. Na mesa de frente para os moradores estavam os dois presidentes das associações de moradores, o Capitão da UPP e o convidado, que ali representava a SMU e deveria esclarecer as dúvidas dos moradores. O Capitão abriu a reunião e passou a palavra ao convidado, que iniciou dizendo que os

decretos foram criados com o objetivo de melhorar o ambiente de vida deles. Em relação à delimitação do gabarito, ele afirmou que:

> "... ao contrário do que todo mundo pensa, quando uma pessoa aumenta seu gabarito, acha que está melhorando a qualidade de vida da sua família, mas está na verdade criando problemas para a comunidade porque você sobrecarrega a energia, aumenta o adensamento, diminui a ventilação e aumenta quantidade de lixo (...) Nós estamos aqui para tentar regularizar tudo que for possível dentro das normas de segurança e de habitabilidade. A terra não estica. O céu é o limite para vocês e nós estamos aqui para controlar isso!".

Em relação aos moradores de área de risco, ele disse que:

> "Tem certas situações em que é melhor perder a casa do que perder a vida. Estamos aqui para zelar pelas pessoas, sobretudo as que estão aqui há muito tempo. Vocês têm que entender que às vezes perdemos em algumas coisas, mas ganhamos em outras. Temos direitos, mas também temos deveres. No asfalto também é assim".

Após o convidado terminar sua fala, o Capitão passou a palavra aos dois presidentes das associações. Após os dois presidentes falarem cada um sobre a situação específica da favela da qual são presidentes da Associação de Moradores, o Capitão da UPP passou a palavra aos moradores e lideranças locais pedindo que respeitassem o tempo de dois minutos para que todos pudessem falar e ser respondidos. A primeira pessoa a falar foi Deise, liderança local, de uma família bem numerosa no Cantagalo, tendo ali nascido. Ela tem cerca de 40 anos e há alguns anos seu filho foi assassinado dentro do Degase[58],

[58] "Criado pelo Decreto nº 18.493, de 26/01/93, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas é um órgão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela execução das medidas socioeducativas, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aplicadas pelo Poder Judiciário aos jovens em conflito com a lei". (www.degase.rj.gov.br/quem_somos.asp) [acessado em 10/04/2014].

instituição penitenciária para “menores infratores”. Desde então, ela articulou-se ao grupo “Mães de vítimas de violência do Estado” e desempenha importante papel na vida associativa dentro e fora da favela. Antes de iniciar sua fala, ela disse seu nome e se apresentou como moradora do Cantagalo. Feito isso, ela começou o seu discurso e ao longo dele falou em “morador do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho” e na “comunidade”:

> “Quero falar sobre o impedimento do crescimento da comunidade. Isso quer dizer que o morador do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho não pode mais crescer sua residência para melhorar o ambiente familiar?! A família cresce e tem que ficar todo mundo apertado. O que eu quero dizer para a comunidade é que nós podemos revogar essa lei. Podemos revogar esse decreto! (...) Querem organizar, tudo bem!! Nós queremos uma comunidade organizada, mas tem que respeitar a gente. É fácil tombar casa que foi construída!! Quero ver fazer casa para a gente! Que direito à moradia é esse ?!”

Ao longo da reunião, alguns moradores tanto do Cantagalo como do Pavão-Pavãozinho narraram suas histórias e tiraram dúvidas sobre o decreto em relação ao seu caso específico. Uns perguntavam sobre um tipo específico de obras que gostariam de fazer e queriam saber se estariam mesmo proibidos, outros perguntavam sobre a regularização de casas com quatro pavimentos e, como sempre, aparecia em tom mais dramático a situação das pessoas em área de risco. Na fala de uma senhora moradora da região do Caranguejo, a questão foi colocada primeiro no âmbito da sua situação individual e, logo na sequência de sua fala, ela se refere aos moradores em geral daquela região: “Minha casa primeiro pegou fogo. Daí eu fiz outra, mas agora vocês querem me tirar de lá do Caranguejo. Quero saber: como é que vai ficar a situação da gente lá em cima? Precisamos de uma solução urgente!”.

O funcionário da SMU diz que é responsável pela implementação dos decretos de regularização urbanística e fundiária, mas que para tratar da questão da realocação dos moradores em área de risco é necessário entrar em contato com a Secretaria de Habitação. Afirmou ainda que poderia fazer o favor de passar para essa secretaria o que está se passando ali e pedir que venham até a favela para explicar o que acontecerá com eles. Após mais algumas falas, foi a vez de uma liderança do Pavão-Pavãozinho. Seu Dionísio tem 65 anos e é nascido no Pavão-Pavãozinho. Ele tem uma importante trajetória na vida associativa da favela, tendo sido, na década de 1980, presidente por três mandatos da Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho. Em suas palavras:

> "Queria pedir que as autoridades tivessem mais carinho com a nossa situação porque estamos todos apavorados. Gostaria ainda de aproveitar a oportunidade e pedir para marcar uma reunião com o senhor para falar dos problemas específicos do Pavão-Pavãozinho, que é uma coisa específica. A integração Pavão-Pavãozinho e Cantagalo existe, mas os problemas são diferentes. As situações são diferentes. Eu aproveito também para sugerir que o Pavão-Pavãozinho e também o Cantagalo, forme uma comissão especifica para discutir o decreto... porque lei cumpre-se, mas decreto se derruba! Esse decreto foi feito sem a participação da comunidade e agora querem que a gente engula isso. Não é só o governo chegar aqui e achar que o Pavão-Pavãozinho somos qualquer coisa, que aceitamos qualquer coisa".

É interessante notar que, ao longo da reunião, grande parte dos moradores que falou ao microfone tornou pública a sua situação individual, trazendo à tona a ampla gama de diferentes interesses, objetivos e perspectivas em relação aos decretos. Já as lideranças locais, ao falarem, colocaram o problema num âmbito mais coletivo e acionaram frequentemente o termo "comunidade", como no caso da primeira e última fala narradas acima. Mesmo em alguns casos marcando as diferenças entre as duas favelas, a retórica da

comunidade e da integração entre Cantagalo e Pavão-Pavãozinho se destaca na fala e atuação das lideranças locais.

Após essa reunião, a situação parece ter ficado mais clara e a crise inicial passado. Os moradores e lideranças das duas favelas não mais se reuniram voluntariamente para discutirem e se colocarem contra os decretos e a mobilização entre eles, portanto, cessou. Os moradores e lideranças do Cantagalo perceberam que seus problemas estavam relacionados ao embargo de obras e limitação do número de andares de suas casas, não havendo ali área de risco e nem qualquer possibilidade de remoção, tal como ocorria no Pavão-Pavãozinho. Quando os moradores e lideranças do Cantagalo perceberam que, para eles, não havia possibilidade de remoção, a mobilização perdeu a força e as duas favelas voltaram a atuar de forma independente.

O assunto do decreto passou a ser tratado em separado nas reuniões semanais da Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho, ao passo que no Cantagalo os moradores apenas tiravam suas dúvidas na Associação de Moradores com o funcionário da SMU que lá ia semanalmente realizar visitas fiscalizatórias, mas sem reuniões específicas para discutir esse assunto. As reuniões com o Capitão continuaram acontecendo uma vez por mês, reunindo lideranças e moradores das duas favelas, mas para a discussão de outras questões ou outros projetos. A participação conjunta das lideranças das duas favelas nessas reuniões comunitárias promovidas pela UPP, no entanto, não partiu delas. Elas participaram das reuniões conjuntas promovidas pelo Capitão por essas terem se apresentado como uma oportunidade de expor suas demandas diante de representantes do Estado, mas não foram elas que as organizaram conjuntamente a fim de buscar soluções

para o “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo”, tal como ocorreu, inicialmente, durante a crise causada pelos decretos.

Conforme havia se evidenciado na fase inicial do trabalho de campo, tais lideranças e moradores das duas favelas estão quase sempre buscando ressaltar as diferenças entre as duas favelas, enfatizando em suas narrativas que não fazem parte da mesma comunidade. Apesar da rivalidade, da hostilidade e dos conflitos de interesses existentes entre eles, diante da ameaça inicial dos decretos de “Uso e Ocupação do Solo”, eles se articularam e atuaram conjuntamente em torno de um interesse comum: posicionar-se contra ao que consideraram como uma ameaça à sua condição de morador. Além de na prática terem se articulado, houve, nesse momento de crise, uma mudança também no discurso das lideranças, no qual a retórica da comunidade foi acionada para expor suas demandas na arena diante do poder público.

Do ponto de vista dos moradores e lideranças, tal possível ameaça de remoção era representada pelos decretos e era contra isso que eles deixaram em segundo plano suas rivalidades e disputas, unindo-se naquele momento inicial em busca de informações. Assombrados pelo “fantasma da remoção”, os boatos se espalharam pelas duas favelas, muitos pensaram que iriam perder suas casas e, apesar de possuírem diferentes interesses, os moradores e lideranças das duas favelas se articularam voluntariamente e realizaram reuniões entre eles para melhor se informarem sobre o que estava acontecendo.

Os decretos podem ser tomados aqui, portanto, como um elemento mobilizador que faz com que os moradores e lideranças deixem em segundo plano suas rivalidades e diferentes interesses, articulando-se frente a um inimigo externo que, através das visitas do

funcionário da Prefeitura e seus autos de interdição e embargo de obras, pareciam querer retirá-los de suas casas. A possibilidade de remoção frequentemente atua entre os moradores de favela em geral como um elemento mobilizador, tal como é possível perceber na história da formação das associações de moradores da cidade do Rio de Janeiro. Grande parte das associações de moradores foi fundada no período das grandes remoções. Segundo Diniz:

> "As primeiras tentativas de remoção teriam início em 1963 e, a partir desse ano, cresceriam continuamente as tentativas de extirpação de favelas. Paralelamente, de 1963 a 1967, o dinamismo do processo de expansão do número de associações de favela mantêm-se alto. Do total de associações que surgiram nos anos 1960, 52% concentram-se nesse período" (DINIZ, 1982: p.36).

Apesar da diversidade de interesses e situações socioeconômicas existentes entre esses atores, a condição de moradores (ou a ameaça a ela) cria entre eles uma identidade coletiva que os mobilizam contra os decretos. Em sua análise de seis diferentes casos de movimentos coletivos no Brasil, VALLADARES&BOSCHI (1983: p.129) colocam que, nesses casos:

> "Não é a identidade de classe – particularmente em termos da dimensão ocupacional – o elemento aglutinador dessas populações em atuação coletiva organizada. O elemento de mobilização – e, portanto, de criação da identidade coletiva – volta-se antes, para os aspectos ligados ao espaço imediato de moradia, os quais, em comparação com a ocupação, tendem a ser de natureza mais permanente".

Interessa aqui ressaltar que é, portanto, em momentos de crise que se estabelece entre esses moradores uma identidade comum: a de "morador". Passada essa crise inicial relacionada aos decretos, a relação entre eles volta a ser marcada pelas habituais disputas e rivalidades. A crise dos decretos descrita acima ressaltou, portanto, que a relação entre os moradores das duas favelas é mais complexa do que se supunha a princípio. A norma organizativa Cantagalo X Pavão-Pavãozinho, que me fora por eles apresentada no início da pesquisa, mostrou não dar conta da dinâmica estabelecida entre os moradores e lideranças das duas favelas nessa situação de crise, quando promoveram um arranjo social alternativo. Essa "crise dos decretos", portanto, revelou que a relação desses moradores é perpassada também por rearranjos, por momentos onde a trégua e a articulação são também possíveis.

No aparato teórico-metodológico desenvolvido por Victor Turner (2008 [1974]) a crise, segunda etapa do *drama social,* seria um momento de aguda reflexividade que traz à tona alianças, conflitos, lealdades e arranjos que estariam submersos na dinâmica organizacional mais ampla. Diante da crise dos decretos, uma intensa produção coletiva de narrativas elaborou e organizou a experiência dos moradores, orientando suas ações ao longo do processo. Ainda dialogando com Turner [1974], essa crise e a consequente articulação dos moradores das duas favelas podem ser pensadas também como um momento de "liminaridade", no qual emerge a "possibilidade de se ficar de fora não somente da sua própria posição social, mas de todas as posições sociais, e de se formular uma série potencialmente ilimitada de arranjos sociais alternativos" (TURNER, 2008 [1974]: p.12).

A oposição aos decretos e, por consequência, ao Estado se dá naquele momento de forma acentuada, no entanto, em situações cotidianas, cada um desses moradores e lideranças possuem diferentes percepções em relação à atuação do Estado e atuam baseados nas diferenciações e hostilidades existentes entre eles. Passada a crise inicial causada pelos decretos e pelo "fantasma da remoção", a oposição morador X Estado se desfaz e os moradores voltam a atuar orientados por uma dinâmica fragmentada em várias outras disputas e rivalidades, sendo a principal delas, Cantagalo X Pavão-Pavãozinho.

2.3. Sobre a existência de um "nós" relacional: o princípio da relatividade estrutural.

A articulação entre os moradores e lideranças das duas favelas vizinhas como um grupo unívoco apareceu como um arranjo alternativo em um momento de crise, que passado um breve período, logo se desfez; tal como narrado acima. Sem criar uma dicotomia entre "tempos de crise" e "tempos normais", buscou-se apenas mostrar que, em suas práticas sociais cotidianas, os moradores e Estado têm entre si uma fronteira difusa e borrada, isto é, não é sempre que moradores e lideranças das duas favelas se articulam e atuam unidas opondo-se ao poder público.

Cardoso (2010) em sua tese sobre o policiamento comunitário (GPAE) nessas duas favelas, faz um grande avanço ao reconhecer a dinâmica entre os moradores do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. O autor ressalta que as duas favelas têm suas histórias particulares e que, ao longo das décadas, seus moradores construíram suas identidades coletivas, valorizando os aspectos distintivos entre si. Em suas palavras:

> "Os moradores das duas favelas, em suas narrativas, fazem questão de marcar a singularidade que há entre elas, ressaltando aspectos positivos da sua favela e os negativos da favela vizinha.
>
> De modo que não há como não considerar que os moradores do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo negam a existência de uma identidade única entre as favelas. Isso fica evidente quando atentamos para as categorias de acusação e desqualificação dos moradores de cada uma das favelas" (CARDOSO, 2010: p.89).

Meu material etnográfico me leva, no entanto, a discordar do seguinte argumento apresentado por CARDOSO (2010: p.90):

> "Todavia, apesar da hostilidade declarada, quando se trata da relação com órgãos públicos, sobretudo com a polícia, surge por meio das falas dos moradores um discurso sobre unidade ou conjunto. Neste caso, é o Galo e o Pavão, seja para criticar a polícia, seja para tratar de demandas por prestação adequada de serviços públicos, como é o caso envolvendo abastecimento de água, fornecimento de luz e serviços de correio. (...)
>
> O que ficou evidente para mim é que o nós entre os moradores das duas favelas é relacional. Ou seja, existe a percepção de um nós em contraponto a eles, entre os moradores quando se trata de falar de si, da sua história, do seu cotidiano e da relação com os vizinhos. Nesse caso, nenhuma aproximação identitária para além de serem moradores de favelas é possível. Todavia, o quadro se modifica quando se trata da relação com ONGs e órgãos públicos. Nesse caso, é o nós que engloba as duas favelas em distinção a eles. Dessa maneira, a conquista de demandas fica mais fácil, alegações sobre a quantidade de pessoas que moram nas duas favelas que podem ser atendidas por benefícios trazidos por ONGs ou por algum tipo de iniciativa estatal. (...)
>
> Assim quando se trata do policiamento comunitário, ou mesmo de outras iniciativas estatais, pode-se falar do

> Pavão e Galo como um complexo que guarda muito mais semelhanças do que diferenças".

Os dados empíricos da presente pesquisa mostram a possibilidade de existência de uma articulação entre esses moradores diante do poder público e ONGs, sobretudo, em momentos de crise[59]. Isso não significa, no entanto, que os moradores das duas favelas atuem articulados entre si diante do poder publico em todas as situações, como parece ressaltar Cardoso (2010) na citação acima. Há um jogo entre essas lideranças e moradores no qual, de acordo com a *situação social*, podem atuar também de forma articulada, marcando a integração entre Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Há entre esses moradores das duas favelas, portanto, uma tendência à rivalidade e à segmentação, mas também há entre eles a possibilidade de fusão. Em algumas situações, sobretudo as de crise, é possível que acionem o "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo".

Apesar da existência dessa possibilidade, é importante marcar, no entanto, que essa unidade não se dá sempre na relação de oposição ao poder público ou às ONGS, diante dos quais os moradores se colocariam sempre como um todo unívoco. Como vimos, após a "crise dos decretos", a fusão entre moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho diante do Estado diluiu-se, rapidamente, em suas habituais rivalidades e disputas. Tais fronteiras entre Estado e morador são limitadas de maneira clara em momentos de crise e são, portanto, contextuais, podendo dissolver-se rapidamente, como no caso acima descrito.

Santos (1981), a partir da análise dos processos de intervenção urbana em Brás de Pina, Catumbi e Morro Azul, destaca o papel dos momentos de crise na formação da ação

[59] Mais sobre a articulação dos moradores dessas duas favelas diante da "crise dos decretos de uso e ocupação do solo, ver Cunha (2012).

coletiva entre os moradores. O autor ressalta que as fronteiras entre Estado e morador se definem conjunturalmente e através de crises. Em suas palavras:

> "Só aí que se evidencia a distância para o morador, que, em seus eventuais conflitos, não está obrigatoriamente, em contradição com o governo. Também são só nesses momentos que ele vai estabelecer identidades com outros moradores que, em tempos normais, veem o Estado e se relacionam com ele cada um à sua maneira" (SANTOS, 1981: p.212).

A oposição aos decretos e, por consequência, ao Estado se dá naquele momento de crise de forma acentuada e cria entre os moradores e lideranças das duas favelas uma unidade. Cada um desses moradores e lideranças, no entanto, percebem e se relacionam com a atuação do Estado de acordo com o princípio da segmentação em momentos outros, que não o de crise. Em geral, diversos são os objetivos e interesses dos moradores e lideranças em relação ao Estado em jogo nesse processo, podendo, portanto, o Estado ser "amigo" ou "inimigo" em função de tais objetivos, o que ficará claro ao longo dessa tese.

Se voltarmos ao primeiro evento conflitivo descrito nesse capítulo, lembraremos, por exemplo, que, no momento da negociação do valor da indenização de suas casas, os moradores não se colocam como um todo unívoco contra o Estado. Ao contrário, tais moradores reafirmam suas diferenças identitárias diante do poder público, por exemplo, ao se negaram a sair do Pavão-Pavãozinho para ir morar nos prédios do PAC no Cantagalo.

Nas reuniões do CCOMP (Conselho Comunitário do Projeto) do PAC 2 também é comum que as disputas e rivalidades desses moradores venham à tona, contribuindo para a argumentação dessa tese que vai de encontro à proposta de Cardoso (2010) da existência

de um “nós relacional”, que estaria sempre articulado diante do poder público ou das ONGs. Em tais reuniões, é comum observar lideranças e moradores buscando ressaltar as diferenças entre eles, enfatizando que não fazem parte da mesma comunidade. Assim, em uma das reuniões do CCOMP, quando a presidente da Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho, Alzira, em sua fala se lembrava de uma promessa feita pelo ex-presidente Luis Inácio da Silva que esteve na “comunidade”, uma antiga liderança do Pavão-Pavãozinho a interrompeu: “Ele foi ao Cantagalo! Na mesma comunidade, não! Apenas na mesma formação rochosa, porque aqui é outra coisa! Pavão-Pavãozinho não é mesma comunidade que Cantagalo!”.

Quando, em uma das reuniões comunitárias da Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho, os moradores discutiam com um representante da Prefeitura a questão do lixo, por exemplo, a simples menção do representante à solução que adotaram no Cantagalo, gerou certo tumulto, que forçou um morador antigo a lembrá-lo:

> “Cantagalo e Pavão-Pavãozinho são morros distintos, com culturas diferentes e problemas separados. Lá no Galo em um minuto você dá uma volta em tudo, aqui tem que subir ladeira e mais ladeira. O problema do lixo aqui é muito mais complicado e é diferente do de lá. Não adianta querer a mesma solução porque eles lá falam outra língua. Eles não sabem onde fica Grotão, Vietnã, Serafim (áreas dentro do Pavão-Pavãozinho). Eles não entendem nada daqui. Assim como eu também pouco sei andar lá. Pavão-Pavãozinho não é Cantagalo”.

A tendência à diferenciação e à clivagem entre os moradores dessas duas favelas é, frequentemente, por eles exposta nessas reuniões com o poder público e ONGs. Os moradores das duas favelas atuam, recorrentemente, de forma segmentada diante do poder

público, disputando recursos e ressaltando as diferenças em suas identidades, quase sempre não reconhecidas pelo último.

Em uma visita guiada pelas lideranças locais do Pavão-Pavãozinho com técnicos da Comlurb[60] a fim de estudar os melhores pontos para a colocação de mais pontos de coleta de lixo, a diferenciação entre as duas favelas veio novamente à tona de forma bastante explícita. Após percorrer grande parte do Pavão-Pavãozinho, chegamos finalmente à região conhecida como "virada", que marca o trecho de rua limítrofe entre as duas favelas. As lideranças do Pavão-Pavãozinho falavam da necessidade de colocar mais uma caçamba de lixo nessa favela e mostravam a calçada na qual a queriam. Por essa calçada ser bem estreita, uma técnica da Comlurb sugeriu que a caçamba fosse colocada na calçada do outro lado da rua, onde haveria mais espaço. Tal rua, no entanto, marca a divisa entre duas favelas e, na cartografia local, a calçada do outro lado já é parte, portanto, do Cantagalo. A simples menção a essa possibilidade gerou entre as lideranças que acompanhavam os técnicos um clima de revolta: "Nós estamos aqui para marcar os pontos de lixo da nossa comunidade! Por que vocês já querem colocar a caçamba para eles?!" E a técnica responde: "Mas, gente, é só atravessar a rua! Na outra calçada tem mais espaço para a caçamba!". Mal sabia ela o que estava em jogo na separação entre aquelas duas calçadas.

As relações entre esses moradores estão quase sempre marcadas por diferenciações e rivalidades entre as duas favelas; já os interesses comuns, quando surgem, são muito mais tênues e têm uma tendência muito mais forte a se dissolverem em uma multiplicidade de interesses menores. No entanto, em alguns momentos, como os de "crise", a identidade

[60] Companhia Municipal de Limpeza Urbana da Prefeitura do Rio de Janeiro.

de morador do “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo” se sobrepõe a todas as outras com força suficiente para consolidar uma fronteira compacta em relação ao exterior.

O sentimento de pertença dos moradores às favelas é relacional. Quase sempre se sentem pertencendo a uma ou a outra favela, marcando as diferenças entre eles. Em algumas situações, no entanto, é possível que esse sentimento de pertencimento assuma um sentido mais amplo de todo o “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo”. Tal dinâmica remete, guardadas às mediações necessárias, ao princípio da relatividade estrutural elaborado pelo clássico estudo de Evans-Pritchard (2002 [1940]) para descrever a relação entre as tribos adjacentes dos Nuer e dos Dinka. O autor descreve a relação de oposição mútua entre os Nuer, mas também a de oposição comum deles frente aos Dinkas, que os ladeiam. O trabalho coloca em destaque um sistema onde seções tribais lutam entre si e, em outro momento, unem-se e lutam contra uma terceira parte. A partir disso, Evans-Pritchard desenvolve a ideia que “ser de” (ceing) algum lugar é estruturalmente relativo e depende do contexto em questão.

As segmentações e fusões ocorrem de acordo com a *situação social*, usando o termo já utilizado por Evans-Pritchard em 1940. Em suas palavras:

> “Um valor vincula uma pessoa a seu grupo e um outro a um segmento do grupo em oposição a outros segmentos do mesmo, e o valor que controla suas ações é uma função da *situação social* em que a pessoa se encontra. Pois uma pessoa vê a si mesma como membro de um grupo apenas enquanto em oposição a outros grupos e vê um membro de outro grupo como membro de uma unidade social, por mais que esta esteja fragmentada em segmentos opostos” (EVANS-PRITCHARD, 2002 [1940]: p.149).

A pertença e, consequentemente, a não pertença a um grupo são estruturalmente relativas. Nesse sentido, o sistema político nuer configura-se, para Evans-Pritchard [1940], como um sistema que vive do equilíbrio entre duas tendências opostas: a de cisão, e consequentemente de segmentação, e a de fusão, e consequentemente de combinação. Apesar de, assim como Glukman [1940], Evans-Pritchard [1940] acreditar que o conflito entre duas tendências opostas acabava por contribuiu para o equilíbrio e coesão do grupo, o "princípio da relatividade estrutural" por ele elaborado em muito contribuiu para o posterior desenvolvimento do conceito de *situação social* e de toda a abordagem dinâmica e relacional proposta pela geração seguinte da antropologia britânica.

Por sua concepção de estabilidade da estrutura, Evans-Pritchard é considerado um estrutural-funcionalista, o que, na antropologia contemporânea, é praticamente uma categoria de acusação. Pretende-se aqui, no entanto, ressaltar a forte contribuição dele na direção da proposta de abordagem dinâmica e processual das gerações seguintes, tanto a desenvolvida pela Escola de Manchester, como também as atuais abordagens relacionais sobre a cidade, por exemplo.

A metáfora da casaca que vira e desvira ilustra a dinâmica que marca a prática social dos moradores dessas duas favelas vizinhas. Após observar tal prática em diferentes *situações sociais*, tornou-se claro que ela é mais complexa e dinâmica que a forma como se auto-apresentaram para mim em suas narrativas no início da pesquisa. As narrativas de rivalidades em que supostamente se dividiriam em dois grupos fixos e opostos não dão conta de suas práticas, nas quais, por vezes, se rearranjam, articulando-se diante de alguma situação.

A dinâmica da casaca dupla-face não deve ser entendida de forma utilitária como disputa por poder ou recursos diante dessas politicas públicas atuais. Tal jogo está diretamente relacionado à forma relacional como constroem também suas identidades estabelecendo vínculos com o território. A dinâmica que marca o tipo de relação estabelecida entre esses moradores foi historicamente construída ao longo do tempo em que ocuparam, se organizaram e se diferenciaram por essa encosta, perpassando outros aspectos da vida social do lugar, que não apenas o político, no sentido estrito do termo.

Capítulo III. Memórias, práticas espaciais e construção de identidades.

A fim de entender as diferenciações e hostilidades, mas também as articulações que marcam a relação entre esses moradores observadas nas diferentes *situações sociais* anteriormente descritas, fez-se necessário um recuo histórico. Através de entrevistas com antigos moradores das duas favelas utilizando da técnica da história de vida, esse capítulo busca analisar a forma como esses moradores de origens diferentes se organizaram e se distribuíram espacialmente ao longo da ocupação dessa encosta.

Pretende-se descrever as "práticas espaciais" elaboradas pelos moradores das duas favelas, dialogando com a proposta de Certeau (1994, 1995) de que o espaço não é neutro, mas sempre um lugar praticado por seus usuários. Através das narrativas, ressaltaremos as categorias de classificação e formas de particularização do espaço em questão. Ao entender a forma como se apropriaram e praticaram esse espaço construindo suas alteridades, foi possível perceber que a dinâmica da "casaca dupla-face" é mais do que uma disputa por recursos e poder diante das políticas públicas atuais, pois perpassa também outras dimensões da vida social, que não a política, no sentido estrito do termo.

A técnica da história de vida foi amplamente utilizada na década de 1920 na sociologia desenvolvida em Chicago, tendo entrado em desuso no período das teorias funcionalistas, onde o foco recaiu nas grandes estruturas. Tal técnica era inspirada na psicologia social e, como ressalta Becker (1994: p.103), atribuía, portanto, "grande importância às interpretações que as pessoas fazem de sua própria experiência como explicação para o comportamento". A ideia é entender os efeitos da estrutura e das normas sociais a partir do ponto de vista dos atores. Com veremos, essa técnica permite entender

como os processos foram vivenciados não de forma abstrata, mas sim com incrível riqueza de detalhes.

3.1. O princípio da antiguidade como critério de diferenciação social nas relações de poder atuais.

Apesar das disputas e discordâncias que aparecem nas narrativas dos antigos moradores sobre a história do lugar, há um consenso em relação ao fato de que a ocupação teve início pela encosta do Cantagalo e que, somente após algum tempo, expandiu-se pelo morro vizinho, dando origem ao Pavão e depois ao Pavãozinho. A resposta de Bonifácio, um morador de 62 anos nascido no Cantagalo, à minha pergunta provocadora indica bem a importância que atribuem ao fato da ocupação ter ali se iniciado. Ao ser perguntado se quando o Cantagalo surgiu o Pavão-Pavãozinho já existia, ele afirma o seguinte:

> "Não! Aí que é a diferença. Cantagalo é primeiro! Se você pegar o mapa do Estado da Guanabara você vai ver a pedra como Morro do Cantagalo. O corte da pedra aqui atrás é corte do Cantagalo. Aquilo lá (Pavão-Pavãozinho) aconteceu, né? Foi expandido depois, mas aqui (Cantagalo) é primeiro. Foi expandido, criaram uma associação lá e hoje em dia eles querem botar o complexo como Pavão-Pavãozinho-Cantagalo. Não é! O primeiro a existir aqui se chama Cantagalo. A ocupação começou por aqui (Cantagalo)! Lá (Pavão-Pavãozinho) foi desenvolvendo depois. Isso é uma coisa que eu morro de raiva quando fala Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, porque não está sendo verdadeiro com a história.".

A informação sobre o pioneirismo dos moradores do Cantagalo na ocupação do lugar aparece também na pesquisa realizada por CARDOSO (2010: p.67):

> "Os primeiros registros apontam que durante o ano de 1907 já havia barracos no morro do Cantagalo sugerindo que a presença de residências no local é anterior a essa data (SETH, 1985). Anos após o primeiro registro público que apontava a ocupação no morro do Cantagalo, durante a década de 1920, foram identificados 16 barracos no morro do Pavão (Guimarães, 1953)".

A fim de marcarem sua singularidade em relação à favela vizinha, além de ressaltarem que foram os primeiros a chegar, os moradores mais antigos do Cantagalo destacam ainda que, ao longo das décadas, preservaram a favela "fechada" em relação à "gente de fora". Em suas narrativas contam que, evitando o aluguel e a venda de suas casas para "gente de fora", preservaram a sua origem: negros vindos de Minas Gerais e do interior do Rio de Janeiro.

O início da ocupação dos dois morros vizinhos deu-se com a chegada de trabalhadores de cidades do interior do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que vinham em busca de oportunidades de emprego em casas de família e na construção civil nos então nascentes bairros de Ipanema e Copacabana. Tais migrantes começaram a ocupação pelo Cantagalo, mas, poucas décadas depois, já ocupavam também a encosta vizinha do Pavão. Com o passar das décadas, no entanto, o Pavão passou a receber um forte fluxo de migrantes do Nordeste do país; o Cantagalo, segundo eles fazem questão de ressaltar, permaneceu em sua maioria ocupado pela população original e seus descendentes. Com a chegada dos nordestinos, a partir da década de 1950, aos poucos, o Pavão foi se expandindo em direção ao Cantagalo, dando origem ao Pavãozinho, que se localiza entre as duas favelas.

Segundo Cardoso, o Pavão-Pavãozinho tornou-se um centro de apoio ao migrante nordestino e, a partir de 1980, esse processo se intensifica gerando adensamento e verticalização das construções. Em suas palavras: "Durante os anos de 1950, contavam-se 1.460 habitantes. Durante a década de 1970, a população local foi contabilizada em 3.000 pessoas (IPLANRIO, 1981) e, posteriormente, já nos anos de 1990 a população local é estimada, de forma imprecisa, entre 10 mil e 15 mil pessoas" (CARDOSO, 2010: p.81).

O fato de terem sido os primeiros a ali chegar e de terem mantido a favela basicamente ocupada pelas mesmas famílias confere, atualmente, aos antigos moradores do Cantagalo, uma espécie de sentimento de diferenciação ou superioridade nas relações de poder local em relação aos seus vizinhos. Nas palavras de Gabriel, morador de 50 anos, nascido no Cantagalo:

> "A questão é que o Cantagalo é um morro que é família. É coisa hereditária nossa. É uma raça diferente do Pavão-Pavãozinho, que já é mais imigrante, que vieram de fora e ocuparam lá, entendeu? O Cantagalo, onde aqueles mais antigos foram falecendo, que eram os nossos pais e ficou só família, parente mesmo. É... tipo assim, meu pai faleceu, eu sou filho de mineiro, meu pai veio e depois faleceu. Aí nascemos nós, cariocas. Nós... nascemos cariocas! Eu e minhas irmãs somos cariocas. Meus primos nasceram todos aqui também. Então, ficou uma geração só de moradores daqui. Geração de cariocas. Lá (Pavão-Pavãozinho) não. Lá, já foi assim... local imigrado".

Marcando sua identidade de carioca em oposição aos seus vizinhos nordestinos, em suas narrativas, os moradores do Cantagalo apresentam a si mesmos como "cria do morro"

ou "raiz", uma vez que seus moradores permaneceram em sua maioria como membros das antigas famílias ali estabelecidas. Enquanto isso, o Pavão-Pavãozinho passa a receber mais e mais migrantes do Nordeste do país e as famílias antigas de negros tornaram-se minoria em meio aos nordestinos; ganham, assim, por parte de moradores do Cantagalo, a pejorativa acusação de "reduto dos paraíbas"[61].

O princípio de diferenciação acionado pelo moradores do Cantagalo em relação aos do Pavão-Pavãozinho é em relação à origem nordestina de muitos dali. É comum ouvir moradores do Cantagalo atribuírem a ocupação do Pavão exclusivamente aos nordestinos, esquecendo-se, no entanto, que no início dessa ocupação, negros de Minas Gerais e do interior do Rio de Janeiro também foram para a encosta do Pavão. Tal esquecimento causa profunda indignação aos poucos moradores antigos negros que ali vivem e que fazem questão de ressaltar sua origem, diferenciando-se dos nordestinos. Tais antigos moradores tornaram-se invisíveis em meio ao grande fluxo de nordestinos que o Pavão-Pavãozinho recebeu, sobretudo a partir de 1980, e que fez com que o local passasse a ser diretamente associado apenas aos nordestinos, perdendo, assim, poder e prestígio na "balança" das relações de poder local. Segundo Bonifácio, morador de 62 anos nascido no Cantagalo:

> "Vamos dizer, se for falar assim bem educadamente: são duas culturas diferentes. São bem diferentes porque aqui (Cantagalo) é mais família. Se você olhar, fulano é filho de ciclano e ciclano é primo de fulano que casou com ciclano. Aqui sempre há esse laço. Lá (Pavão-Pavãozinho) já é uma população muito flutuante. É uma população de pessoa que vem aluga, vai e volta. Não tem essa raiz igual tem aqui no Cantagalo. Hoje em dia a gente já tem um pouco essa população flutuante de aluguel, mas a maioria mesmo é

[61] A categoria "paraíba" é utilizada pelos moradores do Rio de Janeiro como referência, de forma pejorativa, a todos os migrantes da região nordeste do país.

> daqui. Você vê a família Carvalho, aqui em cima, deve ter uns 300. Eu sou da família deles... é a maior família. Lá sobrou muito pouco das famílias antigas porque teve uma época lá que o presidente da Associação de Moradores andou cedendo espaço que tinha... aí a pessoa vinha fazia uma casinha e ia morar lá. Aí então tem muitas pessoas novas ali. Não é pessoas lá de trás, não. Antigo mesmo ai no Pavão, se você for ver mesmo, se muito tiver, tem umas 100 famílias. O resto tudo são pessoas recentes".

Os moradores antigos do Cantagalo reivindicam para si o título de "morador raiz" ou "cria do morro". Por oposição, tais moradores classificam pejorativamente seus vizinhos como "filhos do vento", justamente por serem "de fora", por não terem ali nascido ou não serem descendente de famílias antigas no lugar. Frequentemente, os moradores do Cantagalo falam sobre seus vizinhos: "Eles vieram com o vento!". A ideia passada é a de que vieram não se sabe como e que, assim como vieram, também podem ir embora a qualquer momento.

Segundo Bigodinho, morador de 50 anos nascido no Cantagalo, anteriormente citado: "Lá é muito nordestino. Que vieram de lá recente, estão sempre vindo, entendeu? Aí faz seu pezinho de meia, aí vai embora. Daí depois volta e já traz outros. Pavão-Pavãozinho é assim. Já aqui, o pessoal não quer sair daqui. Não sai. Aqui (Cantagalo) é tudo cria do morro".

O desejo de permanência dos filhos daqueles que habitaram o Cantagalo é responsável pela principal característica local valorizada pelos moradores. Um dos principais critérios de diferenciação que aparece nas narrativas dos antigos é o "caráter comunitário" do Cantagalo que é, frequentemente, por eles descrito como sendo "tudo família". Insistem ainda em ressaltar que ali é muito difícil alugar ou vender casa para

"gente de fora", pois a preferência é sempre dada aos filhos e parentes dos antigos moradores locais. Os moradores do Cantagalo orgulham-se disso e estão sempre destacando esse aspecto. Os poucos moradores antigos do Pavão-Pavãozinho também reconhecem que o Cantagalo permaneceu "fechado" aos migrantes nordestinos. Nas palavras de Seu Carlos, de 82 anos, migrante negro de Minas Gerais e desde os 16 no Pavão-Pavãozinho:

> "Eu não convivia lá no Cantagalo não, mas o que eu sei é que eles não gostavam desse pessoal nordestino lá. Não gostavam mesmo. O que eu sei é isso! Aquele negócio lá (Cantagalo) era só pessoal da cor. Eles não queriam os paraíbas lá!".

Na presente situação, assim como no paradigmático caso de Winston Parva[62], o princípio da antiguidade dá o tom à dinâmica organizacional desses moradores. O fato de no Cantagalo a maioria das famílias residir há no mínimo três gerações faz com que esses moradores definam a relação existente entre eles como sendo pautada em uma maior coesão social ou "laço", tal como se refere o morador anteriormente citado. A antiguidade no lugar faz ainda com que essas famílias se percebam e se definam como possuidoras de estreitos vínculos não apenas entre si, mas também em relação ao território onde residem. Essa percepção em relação à coesão do grupo e suas relações com o território não é algo apenas que os moradores do Cantagalo reivindicam para si, mas que também é assim reconhecida por moradores antigos do Pavão-Pavãozinho. Assim, nas palavras de Seu Dionísio, negro, 65 anos, nascido no Pavão-Pavãozinho e de família de Minas Gerais:

[62] No caso de Winston Parva há uma separação entre dois grupos, que não se distinguem do ponto de vista econômico, de origem étnica e nem profissionalmente. A separação e diferenciação entre os dois grupos está baseada no "princípio da antiguidade" que alimenta a coesão social através de tradicionais redes de solidariedade existentes entre os antigos, excluindo os moradores mais recentes, a quem consideram "de fora". Mais sobre o princípio da antiguidade que fundamenta as relações de poder em Winston Parva ver Elias& Scotson (1994).

> "Eles lá são muito unidos. Você mexe com um, aparecem 20! E eles lutam mesmo pelo que querem para a comunidade. Eles são aguerridos. Se eu tivesse uma Associação de Moradores ou voltasse para a escola de samba, eu ia querer trabalhar com pessoas do Galo. Eles são fogo! Você pode ver, em qualquer reunião sempre tem mais gente do Galo e eles se colocam... falam mesmo! Tanto que você pode ver que eles lá estão bem mais adiantados assim na urbanização. Tudo acontece primeiro lá e nós aqui ficamos esquecidos."

Os moradores do Cantagalo se descrevem e são conhecidos por estarem sempre participando articuladamente e reivindicando diante das políticas públicas que ali são implementadas. A explicação dada por eles para o atual "avanço" do Cantagalo em relação ao Pavão-Pavãozinho em termos de urbanização, equipamentos urbanos e prestação de serviços é o fato de se conhecerem há muitos anos e, assim, conseguirem se articular melhor politicamente e expor suas demandas, assegurando de forma mais eficaz seus objetivos. De alguma maneira, por terem sido os primeiros a chegar, os moradores do Cantagalo sentem-se como os legítimos possuidores de direitos e tal sentimento é explicitado através da máxima, frequentemente por eles acionada: "Antiguidade é posto!".

O Pavão-Pavãozinho, que no passado mantinha uma acirrada disputa através de times de futebol e blocos carnavalescos com o Cantagalo, com a intensificação da migração nordestina a partir de 1950, acabou ficando conhecido como o "reduto dos paraíbas" e perdendo força nas relações entre as duas favelas. Apesar de muitos nordestinos serem de famílias que ali estão há duas ou três gerações, os "paraíbas" são, frequentemente, considerados "de fora" ou "estrangeiros"[63] pelos moradores antigos dos

[63] A condição dos nordestinos nesse grupo remete à clássica discussão de Simmel (1983) sobre o "estrangeiro". Simmel ressalta que eles são "inimigos internos", pois, por um lado, têm uma posição de

dois morros vizinhos. A eles é atribuída uma falta de identidade com o lugar e com suas questões, sejam elas de ordem política, cultural ou outra.

Em geral, nos dias atuais, quando se fala em Pavão-Pavãozinho, é comum esquecer-se dos negros de Minas Gerais e falar do lugar como local ocupado apenas por nordestinos. Frequentemente, os moradores do Cantagalo esquecem que o Pavão-Pavãozinho também seus "crias do morro". Nas palavras de Bonifácio, morador de 62 anos nascido no Cantagalo:

> "Lá (Pavão-Pavãozinho) é mais cearense, que é outra raça. Nós que somos daqui, consideramos o cearense outra raça. Eles são os judeus brasileiros, porque eles são muito um junto com o outro. Um ajuda o outro. O que é uma coisa que eu admiro. Chega um cearense, já faz em cima e já manda chamar a família e vai trazendo outro. São muito unidos. Mas eles não têm identidade com a comunidade. Para eles tanto faz. Eles têm lá a sociedade deles na questão do local onde nasceram, mas não com a comunidade. O que é diferente daqui, porque aqui todos têm identidade com o lugar".

Tais acusações aos "paraíbas" não são feitas apenas pelos moradores do Cantagalo, mas também pelos poucos antigos ("crias do morro") que sobraram no Pavão-Pavãozinho. É comum que os antigos do Pavão-Pavãozinho atribuam aos "paraíbas" todos os problemas dessa favela como, por exemplo, o do lixo jogado nas ruas. Em geral, é a eles também

---

membros do grupo, mas, por outro, estão fora dele e o confrontam. Sua posição no grupo é determinada por ele não ter pertencido a ele desde o início. Assim como o nordestino em questão, o estrangeiro de Simmel não é o viajante que chega hoje e parte amanhã, mas sim aquele que fica. Apesar de ficar, no entanto, ele tem a característica do "viajante potencial", isto é, mesmo não tendo partido não superou a liberdade de ir e vir. Apesar de não estar organicamente anexado ao grupo, é um membro orgânico do grupo. Simmel fala ainda da objetividade do estrangeiro que pode também ser pensada como liberdade, uma vez que ele não está amarrado a nenhum compromisso que poderia prejudicar a sua percepção. Ele é mais livre prática e teoricamente, porque examina as condições com menos preconceito e não está amarrado à sua ação pelo hábito. Nada disso deve ser considerado, segundo Simmel, como falta de compromisso, mas sim uma forma especifica de compromisso.

atribuída a falta de articulação política e, como consequência, o fato de serem "esquecidos" pelas políticas públicas, que acabam sempre beneficiando a favela vizinha. Segundo Seu Dionísio, negro, 65 anos, nascido no Pavão-Pavãozinho e antiga liderança: "Eles ("paraíbas") não participam de nada, não vão à Associação de Moradores. Se tiver faltando água na casa de um deles, eles se ajudam, mas é tudo do portão para dentro da casa deles. Com a comunidade, eles não querem nada!".

É comum ouvir acusações dos moradores antigos de que eles, os "paraíbas", apenas "usam" o morro enquanto estão no Rio de Janeiro a fim de juntar dinheiro para voltar para o Nordeste e, dessa maneira, não se ocupariam das questões relacionadas à "comunidade". Dona Alzelina, uma moradora antiga do Pavão-Pavãozinho, negra de 83 anos e que lá vive desde seus 21, ao ser por mim perguntada sobre a participação dos nordestinos na Associação de Moradores e nos blocos de carnaval, respondeu que:

> "Olha minha filha, até hoje eu não sei te explicar muito bem, mas eles não são chegados a esse negócio de reunião não. A maior parte deles vive de aluguel, então não gosta muito de contato com esse ou aquele. É só chegar no fim do mês pagar seu aluguel e fim de papo. Não tem que dar satisfação a ninguém. Esse é que é o problema! Está tudo muito bem hoje e está trabalhando. Quando vai ver, o fulano já foi para o Norte. Ele estava aí trabalhando e tal, mas deu saudade de casa e já foi! É assim! Você está entendendo? É desse jeito ai. Eles da noite para o dia vão embora. E ainda mais agora com negócio de avião, que é tudo muito fácil. Olha, minha filha, quando você pensa que não, já foi. Quando você pensa que não, já chegou. É desse jeito que eles são".

A acusação aos “paraíbas” de formarem um grupo fechado e de não estabelecerem vínculos com o lugar e as pessoas dali aparece na fala dessa mesma antiga moradora do Pavão-Pavãozinho, relacionada a aspectos de suas práticas sociais cotidianas. Segundo Alzelina, que aluga há muitos anos cômodos da sua casa para eles, os nordestinos não se relacionam bem com os moradores antigos dali:

> “Você mesmo, você não vê diferença de um para o outro não? Você não nota assim diferença de uma comunidade para outra, não? O comportamento assim das pessoas é diferente. As pessoas de cor, os antigos que moravam aqui, a maior parte foi tudo embora. Já faz uns bons anos isso. Os nordestinos eram assim quando chegaram aqui: Ele mora na sua casa de aluguel... daí ele passa ali e você está aqui sentada, mas eles não falavam com você! Só falava quando chegava e queria conseguir o lugar para morar, mas entrava, saía para lá e para cá e não cumprimentavam você! Outro exemplo para você entender: no caminho aí nos becos, quando você está na frente e eu quero passar. Aí, você arreda (abre caminho) para eu passar. O que eu falo? Muito obrigado, né? Você sabe que eles nunca agradeciam? Eles passavam e nem agradeciam. Assim é que era e muitos que estão chegando ainda são assim. Então, eu te dou caminho e você não agradece? E tem mais: Eles.... Agora eu não escuto muito mais esse comentário, mas eles não gostam de preto não. É porque eles não são pretos, como nós. O cabelo, eles são brancos. Mas eu te digo uma coisa: ninguém é melhor do que eu! Não é, minha filha!”

Não são apenas os antigos moradores do Cantagalo, que fazem acusações aos nordestinos, mas também os antigos do Pavão-Pavãozinho. A polarização inicial Cantagalo (“cria do morro”) X Pavão-Pavãozinho (“filhos do vento”), torna-se mais complexa quando se percebe que no Pavão-Pavãozinho também existem “crias do morro” e que eles, convivendo na mesma favela, também se diferenciam dos nordestinos ou “filhos do vento”. A troca de acusações e a rivalidade são uma constante nas relações que envolvem os

moradores antigos do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho e os nordestinos. Nesse intenso fluxo de trocas de acusações mútuas, os moradores antigos do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho são também classificados depreciativamente pelos nordestinos. Os nordestinos, frequentemente, reivindicam para si a identidade de trabalhadores esforçados e bem sucedidos e, por oposição, atribuem aos moradores antigos a pecha de "malandros" ou pouco "chegados ao trabalho".

Com frequência, os nordestinos atribuem aos negros do Cantagalo a fama de vagabundos, preguiçosos, ligados ao tráfico e que, ao invés de se dedicar ao trabalho árduo, estariam envolvidos em atividades recreativas como praia, surf, pagode, samba e baile funk. Na perspectiva dos nordestinos**,** nessas atividades, os "cariocas" despenderiam grande parte de seu dinheiro e tempo, não apresentando uma atitude previdente em relação ao seu salário, gastos essenciais com a família e melhoria de suas condições de vida. Tal previdência dos nordestinos em relação ao salário é uma das razões para a recorrente acusação de "judeus brasileiros", feita pelos antigos locais, além, é claro, do aludido fechamento do grupo. Nas palavras de Maria, uma cearense de 53 anos que chegou no Pavão-Pavãozinho aos 27 anos:

> "Muita gente preguiçosa por lá (Cantagalo). O que tem de preguiçoso lá não está no caderno. E ali aquele colégio Menino de Luz, é cheio daquela gente que *não gosta de trabalhar*... Os filhos todos estudam lá... Você paga? Nem eles. Todo mundo tem que pagar, né? Mas essas *preguiçosas* não pagam e fica por isso mesmo. Porque o pessoal lá é muito *bravo*, você que não sabe... Querem vaga para os filhos? Se ela (diretora) disser que não tem, vai ter que arranjar vaga para os filhos deles. E na hora de pagar dizem que não tem dinheiro. Minha afilhada estudava lá. Todo mundo pagava e o pessoal do Cantagalo é contado quem tem disposição para pagar. Não paga porque não quer pagar. E a

> coisa lá (diretora da escola) não bota peito não. Ela não obriga a pagar porque é gente que tem ligação com o pessoal do pedaço. Mas você vai procurar quantas pessoas decentes para ver só como é que é o negócio. Eles cismam que não vão pagar, e não vão pagar. O dinheiro é para outras coisas, agora para pagar aula, não paga. Pagar o colégio, não paga. De modo que não tem assim pessoal que tem força de vontade lá. Mas lá tem gente boa lá...".

A acusação de Maria aos moradores do Cantagalo é dirigida aos antigos ou "cria do morro" em geral das duas favelas. Como no Pavão-Pavãozinho os "antigos" sumiram em meio a tantos nordestinos, o Cantagalo tornou-se sinônimo de "crias do morro"; da mesma forma que o Pavão-Pavãozinho é visto como "reduto de paraíbas". Esse sistema de troca de acusações mútuas foi também notado por CARDOSO (2010: p. 89):

> "Os moradores do Cantagalo se auto-intitulam comunitários, higiênicos e cuidadosos com a favela e acusam seus vizinhos de descompromissados e os chamam, pejorativamente, de "paraíbas". Já os moradores do Pavão-Pavãozinho se veem como empreendedores e corajosos. Ao tratar de seus vizinhos tentam desqualifica-los chamando-os de 'pretos' e 'fedorentos'".

Na dinâmica local, no entanto, assim como na fictícia Winston Parva, os termos estigmatizantes acionados pelos outsiders não chegam a representar uma ameaça, uma vez que, segundo ELIAS & SCOTSON (2001: p.27): "Enquanto o equilíbrio de poder entre eles é muito desigual, seus termos estigmatizantes não significam nada, não tem poder de feri-los". As acusações dos nordestinos não abalam o sentimento de superioridade dos antigos ou "crias do morro" nas relações de poder local. Tal sentimento de superioridade é, frequentemente acionado, pelos "crias do morro" das duas favelas, em diferentes situações, através da máxima: "Antiguidade é posto!".

Para além da atual rivalidade entre antigos moradores das duas favelas (negros de Minas ou do interior do estado) e novos moradores (nordestinos), há também a estabelecida historicamente entre os antigos das duas favelas. No passado, os moradores antigos das duas favelas, rivalizavam, por exemplo, através de blocos carnavalescos e times de futebol, explicitando e reforçando os vínculos entre cada favela e com o seu território. Nesse período, o Cantagalo não tinha o domínio nas relações de poder local e o Pavão-Pavãozinho ainda não era o difamado "reduto dos paraíbas". Segundo conta Seu Dionísio, morador de 65 anos, nascido no Pavão-Pavãozinho: "Pavão-Pavãozinho sempre sobressaiu sobre o Cantagalo. Ganhávamos futebol, samba e tudo mais. Aqui era favela modelo! Só perdemos o posto quando o papa veio ao Rio e foi visitar o Vidigal. Lá (Cantagalo) não estava com nada. Lá era atrasado".

Atualmente, os antigos das duas favelas parecem manter uma relação de maior identificação entre si, uma vez que ambos representam a tradição e, a partir da década de 80, o principal foco de rivalidade recaiu sobre os migrantes nordestinos. É comum, no entanto, por mais que o foco maior de acusações sejam os nordestinos, ainda se ouvir antigos das duas favelas referindo-se uns aos outros de forma negativa e marcando suas diferenças. Nas palavras de Dona Alzelina moradora do Pavão-Pavãozinho de 83 anos:

> "O negócio deles lá (Cantagalo) é muito palavreado. Aquele pessoal tem a língua muito suja. Eles adoram uns palavrões, umas coisas estranhas. Você vai dizer que você não percebe a diferença? Você no caminho passando por lá, você não percebe? Até as crianças! Você vê as crianças daqui com as crianças de lá, é completamente diferente a educação. É tudo diferente! Não tem não. É isso ai que eu estou te dizendo. É completamente diferente".

Bonifácio, morador do Cantagalo de 62 anos, marca mais uma vez a singularidade da sua favela alegando que possuem formas diferentes de olhar o mundo:

> "São culturas diferentes mesmo. Tipo assim: eu não vou querer nunca sair daqui para ir morar num prédio lá (Pavão-Pavãozinho) dentro. Não iria de forma alguma! Primeiro porque eu nasci e fui criado aqui! A minha amizade é aqui. Lá eu vou ter de formar ainda. Eu até tenho amigos lá, mas não é a mesma coisa de forma alguma! Não tem nem como! Nós temos uma maneira de olhar o mundo diferente. É a ótica...questão de ótica. Eu gosto daqui. Tem algumas coisas erradas, mas eu acho que em qualquer sociedade tem. É... você tem que respeitar e gostar do local. O pessoal daqui adora e gosta muito da comunidade. Chega ao ponto mesmo de às vezes discutir feio por causa do Cantagalo".

A rivalidade entre antigos e novos moradores orientada pelo princípio da antiguidade, acaba confundindo-se com a oposição entre Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, sendo o primeiro o local dos "crias do morro" e o segundo o dos "filhos do vento" ou "paraíbas". A diferenciação entre Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, no entanto, vem de longa data, antes mesmo do estabelecimento em massa dos nordestinos no Pavão-Pavãozinho. A diferenciação e hostilidade que desceveremos nas páginas a seguir é a entre os antigos moradores das duas favelas, que perpassa a história da ocupação dessa encosta.

3.2. Algumas atividades da vida associativa e os usos do espaço no passado.

Através das narrativas individuais dos antigos moradores foi possível chegar à história de algumas importantes organizações da vida associativa local, tal como o os times de futebol e os blocos de carnaval. É interessante destacar que, até a década de 1980, os

estudos sociológicos e antropológicos urbanos tinham como foco os movimentos sociais, a luta dos operários e das associações de moradores. Os estudos ligados ao cotidiano popular e suas atividades recreativas eram nessa época praticamente inexistentes por serem considerados irrelevantes enquanto tema de pesquisa. Numa chave de leitura marxista, as atividades recreativas dos pobres, como futebol e samba, eram em geral consideradas formas de alienação da classe trabalhadora. Alguns dos trabalhos pioneiros nesse sentido foram o de Mello&Vogel (1981) sobre as formas de apropriação do espaço público para fins de lazer em um bairro carioca; o de Magnani (1984) sobre o tempo do lazer nos bairros da periferia de São Paulo; e o de Zaluar (2000 [1985]) que perpassa as agremiações carnavalescas de uma favela.

As organizações de caráter recreativo serão aqui tomadas também como atividades políticas – no sentido amplo do termo –, uma vez que também envolvem conflitos e afirmação de identidades e competição pelo poder. Segundo ZALUAR (2000: p.189), sobre as agremiações carnavalescas: "O conflito entre as pessoas, as facções e os grupos não organizados, com suas tramas de alianças, coalizões e divisões, com sua legitimidade advinda de regulamento ou do costume, torna o processo político nessas organizações muito rico e dinâmico".

No passado, as disputas e rivalidades entre os antigos moradores das duas favelas vizinhas manifestavam-se, frequentemente, através, por exemplo, do futebol e dos blocos de carnaval. Seu Dionísio, 65 anos, nascido no Pavão-Pavãozinho e personagem importante na vida associativa local, lembrando e narrando essa época conta que "O nosso bloco (Alegria de Copacabana) nunca, mas nunca mesmo, perdeu para o Galo. Nunca!!

Nem uma vez isso aconteceu porque a gente não admitia! Nem no carnaval e nem no futebol! Não perdíamos de forma alguma para eles".

Se, por um lado, atualmente, os moradores do Cantagalo destacam seu sentimento de superioridade nas relações locais, por outro, não negam que no passado nem sempre foi assim. O passado de dificuldades na disputa com o bloco carnavalesco do Pavão-Pavãozinho não é por eles omitido. Tal fato ressalta que nem sempre os moradores do Cantagalo estiverem hierarquicamente acima nas relações de poder local, destacando que essa é uma configuração mais recente nas relações entre eles. Nas palavras de Seu Mario, 64 anos, nascido no Cantagalo e, na época, um dos responsáveis pelo bloco local:

> "O Cantagalo infelizmente nunca teve patrocinador. Eles (Pavão-Pavãzoinho) tinham o "seu Miro", que bancava tudo mesmo. Ele era coronel e tinha uma indústria de cabo elétrico. O carnaval do Alegria de Copacabana era patrocinado! Era coisa grande. Nós aqui era fazendo pedágio ali embaixo... a gente saía com livro de ouro arrecadando dinheiro e fazia o carnaval. Tem alguns lá que acho hoje que tem uma identidade com o Cantagalo, mas já tem outros que detestam. Mas eu acho que é normal também. Eu também não aceito! Minha origem mesmo é azul e branco. É tipo a disputa do boi lá de Parintins".

Ao reconhecer as dificuldades econômicas do seu bloco, Seu Mário acaba por destacar, no entanto, a tão exaltada "garra" ou espírito "comunitário" do Cantagalo, que fazia o carnaval sem patrocínio e com dinheiro arrecadado entre os próprios membros da comunidade. O sentimento de pertencimento a cada uma das duas favelas era alimentado, por exemplo, através da rivalidade entre os blocos de carnaval e também entre os times de futebol das favelas. Tais organizações se formaram a partir da organização estabelecida ao nível da vizinhança, que encerrava em si uma localidade. A disputa entre essas

organizações perpassavam, em larga escala, a construção da alteridade em relação aos moradores da favela ao lado, que representavam, nesse caso, o "outro", contra o qual se colocavam.

No passado, no futebol de areia jogado nas areias de Ipanema e Copacabana e apelidado de "Sangue na Areia", os antigos moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho se enfrentavam, disputando cada partida como uma final de campeonato. A disputa entre os moradores dessas duas favelas fortalecia a identidade e coesão social de cada grupo, que era composto por fortes vínculos entre vizinhos e desses com seu território.

O bloco do Cantagalo chamava-se Unidos do Cantagalo e tinha como sinais diacríticos as cores azul e branco e o símbolo de um galo. Já o bloco do Pavão era chamado Império do Pavão e tinha como cores o verde e branco e como símbolos o Zé Carioca e o calçadão de Copacabana. Havia ainda um terceiro bloco que representava o Pavãozinho em específico chamado Independentes do Pavãozinho com cores verde e rosa, mas que, após alguns carnavais, acabou unindo-se ao bloco do Pavão e formando um único: Unidos do Pavão. Pavão e Pavãozinho juntos e representados pelo Unidos do Pavão passaram então a disputar acirradamente os títulos carnavalescos com o Cantagalo[64].

Samba no Cantagalo, o morador do Pavão-Pavãozinho, via de regra, não frequentava. É importante ressaltar, no entanto, que apesar dos antigos recordarem e sempre ressaltarem essa rivalidade, em alguns momentos de suas narrativas, aparecem

[64] Segundo ZALUAR (2000: p.174): "Em 1981, a Federação de Blocos do Rio de Janeiro calculava em 750 as agremiações existentes no município, sendo 383 blocos de embalo e 367 blocos de enredo, filiados à federação".

também os momentos de trégua ou integração entre os moradores das duas favelas. Assim, era regra que um não frequentasse o samba e os bailes da outra favela, mas, quando havia a presença de algum cantor especial ou banda de fora, tal regra era quebrada e moradores do Cantagalo, por exemplo, iam para o Pavão-Pavãozinho em busca de diversão. Nas palavras de Seu Mário, anteriormente citado, que foi também compositor do bloco do Cantagalo:

> "Você ia lá (Pavão-Pavãozinho) na escolha do samba enredo. Eles de lá quase não vinham aqui (Cantagalo). Quer dizer, algumas pessoas até vinham. Quem era compositor, por exemplo, vinha para fazer um samba, mas havia rivalidade de cores também porque aqui era azul e branco e lá verde e branco. Mas a gente ia lá quando tinha orquestra de fora ou alguma festa bacana."

Apesar das acirradas rivalidades locais, havia um circuito de alianças mais amplas e a defesa de interesses mais gerais entre essas agremiações. Em relação ao futebol contam, por exemplo, que, caso os dois times estivessem participando de uma competição em outra área da cidade e algum deles se desentendesse com um terceiro time, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo se uniam contra esse outro. No caso de um "inimigo externo", um dava suporte ao outro, colocando em segundo plano a habitual rivalidade entre as duas favelas.

Apesar de se formarem com base no princípio da segmentaridade de cada favela em específico, quando em visita a outros bairros, os blocos e times eram vistos como fazendo parte do todo que incluía as duas favelas e, dependendo da situação, colocavam-se mesmo como tal. As disputas entre times de futebol e blocos carnavalescos eram, portanto, passíveis também de arranjos alternativos, que possibilitavam momentos de articulação e trégua entre os antagonistas das duas favelas.

A rivalidade e as disputas eram o que animava ou dava sentido à vida associativa e ao cotidiano de cada uma das duas favelas. Ao mesmo tempo, essas eram também perpassadas por algumas *situações sociais* diante das quais esses moradores se aproximavam e se integravam. A identidade dos moradores de uma se definia em oposição à outra, mas, além do movimento de cisão, a relação entre os moradores das duas favelas era também, em alguns momentos, de complementariedade e integração entre eles.

O movimento do tráfico de drogas nessas favelas, quando ali começou a atuar, foi estabelecido orientando-se através desse esquema referencial da diferenciação e rivalidade entre Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Nas décadas de 1970 e 1980, traficantes de famílias do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho rivalizavam entre si e começaram, então, a intensificar ou dar novos contornos a essa antiga relação de disputa e rivalidade estabelecida e cultivada entre esses moradores, que caracterizava a localidade. As narrativas dos antigos moradores indicam que, nessa época, o que antes era apenas um hábito ou costume de não circular ou frequentar a favela vizinha, aos poucos, foi-se tornando um imperativo da "bandidagem" que ali se estabelecia. Segundo conta Carlos, um antigo morador de 51 anos nascido no Cantagalo:

> "Rivalidade de futebol, isso aí tinha, mas era aquela coisa sadia. Tinha também o samba do Cantagalo que competia com eles de lá, mas isso era tudo sadio. Nos blocos e nos ensaios estavam todos direitinhos. Foi complicando depois, com essa guerra de vagabundos. Antigamente não era nem facção. Era um cara que tomava conta do morro e tinha seu bando. Aqui no Cantagalo tinham 2 irmãos. O que infernizou foi a bandidagem! Foi bandidagem, que tinha até proibido de pessoas passarem de um lado para o outro. Teve gente que era meio envolvido que acabou morrendo, porque passou por aquele local que dividia. Então, as outras rivalidades, futebol e tal, isso era sadio! As pessoas até se davam, tinha aquela

> rivalidade enquanto estavam competindo, mas era tranquilo. Depois foi que ficou feio".

Os traficantes das "quadrilhas" da época, sendo de famílias locais, apoiaram-se nesse esquema referencial da rivalidade Pavão-Pavãozinho X Cantagalo, porém acirrando-o cada vez mais com tiroteios frequentes entre os dois lados e a proibição da circulação dos moradores entre as duas favelas. Nessa ocasião, segundo conta um morador: "Samba no Pavão-Pavãozinho, Galo queria invadir para dar tiro e vice-versa. Era um inferno!".

Na década de 1980, o que antes era uma rivalidade "saudável" que, de alguma forma, parecia animar e dar sentido à vida dos blocos carnavalescos e times de futebol locais, tornou-se uma violenta disputa da bandidagem local por pontos de vendas de drogas. Nessa ocasião, um bandido de família do Cantagalo, Tonzé, foi de sua favela expulso e se estabeleceu no Pavão-Pavãozinho. Do Pavão-Pavãozinho, Tonzé rivalizava com Ni e Cado, dois irmãos que tomavam conta das bocas de fumo e jogos do Cantagalo. Durante esse período, moradores em geral foram proibidos de passar de uma favela à outra.

Segundo Carlos, morador do Cantagalo, anteriormente citado:

> "Nessa época era antes que essas facções que hoje em dia você vê com nome aí. Eram famílias, né? Aqui do lado de cá (Cantagalo) era x e y e lá era o tal do Tonzé. Era pelo nome das pessoas. Aqui tinha Cado e Ni e lá tinha Tonzé. Não tinha esse elo de organização de facção que nem hoje. Ai não frequentava do outro lado e não podia passar. Aqui quando você desce aqui e passa a curva, daqui para lá era uma coisa e para cá, outra! Não podia passar, mesmo depois que fez a estrada, isso já no governo Brizola. Depois de muito tempo é que surgiu a falange vermelha que foi a primeira de todas e abriu isso".

Nas palavras de Seu Dionísio, morador de 65 anos nascido no Pavão-Pavãozinho:

> "Quem fazia isso no passado era vagabundo. O que existia nessa época não era nem facção. Existiam bandidos do Cantagalo, que não se davam com bandidos do Pavão-Pavãozinho. Então, tinha uma guerra, que quem era do Cantagalo não podia passar para o Pavão e quem era do Pavão não passava para o Cantagalo. Mas isso em termos de bandidagem. Depois, o negócio quando começou a ter muita matança, até morador dava a volta e não descia por dentro do morro! Para sair do Cantagalo e passar para o Pavão, tinha que ir pela rua. E isso ficou durante muitos anos".

Nesse período, a circulação entre as duas favelas ficou restrita a pessoas ligadas à vida associativa local, que deveriam apresentar algum motivo especial para fazê-lo. Nas palavras de Claudio Coelho, morador do Cantagalo de 50 anos e envolvido com esporte no local:

> "Eu circulava tudo aqui, porque eu fui treinador de futebol também. Eu tinha dois times de futebol de areia, que competiam com os jovens que eram lá do Pavão. Só que os vagabundos, tanto de lá, quanto daqui, sempre me conheciam. Sabiam qual era o meu objetivo com o esporte. Então, eu podia transitar lá sem problema, entendeu? Mesmo nesse período complicado de vagabundo e das guerras dos dois lados eu passava de um lado para outro. Mas a gente era olhado com outros olhos porque eu chegava e dava o papo reto. Com eles o papo tem que ser reto, sem curva e não pode gaguejar não! Então, eu chegava e falava: 'Meu trabalho é esse assim assado. Você conhece minha vida, minha família e sabe que não tem nada a ver com bandidagem. Meu mundo é outro. E eu pergunto: Eu posso vir com meu pessoal aqui pra vir treinar aqui?' E o cara falava: 'Ò, tá livre.'. Ai ele

> chamava todo o bando e falava: 'Esse pessoal, pode vir para lá e para cá que não tem problema. Não é ninguém envolvido com nada de coisas erradas'. Entendeu? Pode, pode. Não pode, não pode. E a gente fazia isso porque o caminho era mais curto. Descia por dentro do morro, passava pelo outro morro, descia pra praia, ia treinar, subia também".

Assim como Claudio, outras pessoas envolvidas em atividades como samba e educação contam que, mesmo nesse período, atravessavam a barreira estabelecida pelas quadrilhas rivais entre as duas favelas. É interessante perceber, no entanto, a necessidade de uma conversa, explicação e pedido de autorização aos bandidos locais, reforçando que a circulação não estava dada livremente para o "morador comum".

Um antigo morador do Pavão-Pavãozinho contou-me que Tonzé fora bastante respeitado nessa favela, até o momento em que "se envolveu com macumba, passou a usar drogas e meteu o pé pelas mãos". Segundo descreveu esse morador, Tonzé passou a brigar com o pessoal que trabalhava para ele no Pavão-Pavãozinho, a desconfiar de todos e a expulsar muitas famílias antigas do morro. Alguns contaram que uma "macumbeira" disse a Tonzé que um morador queria "tomar a boca (de fumo) dele". Ele passou, então, a desconfiar de todos, expulsar pessoas da favela e a matar muitos dos que para ele trabalhavam. Entre as pessoas que Tonzé matou estava, no entanto, um morador "trabalhador"[65], muito querido por todos e que não tinha relação nenhuma com a "bandidagem" local. Os moradores, então, ficaram muito revoltados com Tonzé, que, aos poucos, foi perdendo o respeito dos moradores do Pavão-Pavãozinho.

[65] Zaluar (1985) faz uma clássica análise sobre a construção da identidade de trabalhador que, em parte, dá-se por oposição a de bandidos e vagabundos que não trabalham.

Um dos meus interlocutores contou-me que, nessa ocasião, era casado com uma das duas irmãs de Tonzé e também fora expulso do morro por ele. Tonzé descobriu que a sua mulher o estava traindo e, achando que seu cunhado sabia de tal traição, considerou imperdoável que ele não tivesse lhe contado nada a respeito. Esse meu interlocutor e sua família foram expulsos do morro, assim como muitas outras que ali viviam há gerações. Tião era um daqueles que trabalhava para Tonzé e foram por ele expulsos do morro. Tião, no entanto, era também vice-presidente da Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho e, bastante irritado com a atitude de Tonzé, articulou-se com o Robson Caveirinha, ligado ao Comando Vermelho de Vigário Geral, para "tomar o morro" de Tonzé.

Segundo contou meu interlocutor, no dia da invasão, junto aos bandidos do Comando Vermelho, subiram o morro muitos homens que trabalharam para Tonzé e que haviam sido por ele expulsos do morro. Junto também estavam moradores sem relação com o tráfico, mas que queriam poder voltar para sua casa e comunidade. Tal interlocutor era um desses e conta que, no momento da invasão, Tonzé fugiu deixando para trás ouro, armas e drogas[66].

Após a entrada, do Comando Vermelho no Pavão-Pavãozinho, não demorou muito para que o "Comando" tomasse também o Cantagalo, que, então, estava nas mãos de uma quadrilha chamada "Medelin". Os irmãos Ni e Cado haviam perdido o poder para essa quadrilha, que era também ainda formada por traficantes de famílias locais.

[66] No livro "Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado", o jornalista Amorim aponta Tonzé como "um dos principais traficantes da Zona Sul do Rio" e conta que, após sua fuga do Pavão-Pavãozinho, ele foi assassinado por seu maior aliado no morro do Querosene, onde estava refugiado, por ter estuprado uma menina dessa favela. O jornalista ressalta ainda que após ser executado em cerimônia na frente dos moradores do morro da Querosone, sobre o corpo de Tonzé foi colocado um cartaz: "Esse é Tonzé, o estuprador" (AMORIM, 1993: p.31).

Na década de 1990, o "Comando Vermelho"[67] assume o domínio do tráfico de drogas no Pavão-Pavãozinho e no Cantagalo. A partir dessa entrada, não eram mais então famílias das duas favelas que rivalizavam em uma violenta disputa entre os dois lados, mas sim o "Comando" e toda sua estrutura (com armamento financiado pelo início da venda de cocaína e homens "de fora" da favela) que assumiam o monopólio do tráfico em ambas as favelas. ALVITO (2001: p.75), ao falar da celebração do Comando Vermelho em relação à aliança entre as duas favelas, cita um "poema", publicado no Jornal O Dia em 10/05/1996:

> "CV
> Fé em Deus
> GALO
> E
> PAVÃO
> Onde há fé, há amor.
> Onde há amor, há paz.
> Onde há paz, há Deus.
> Onde há Deus, nada falta.
> P.J.L. (Paz, Justiça e Liberdade)"

Às práticas e à dinâmica locais, a partir da década de 1990, sobrepuseram-se as ordens do "Comando", cuja orientação era no sentido de unificar as duas favelas não apenas do ponto de vista do varejo de drogas, mas também em aspectos de sua vida social. Com a tomada do território pelo "Comando", por exemplo, a proibição das antigas quadrilhas locais de não se passar de uma favela a outra foi suspensa.

---

[67] O Comando Vermelho é uma organização (facção de drogas) nascida em fins da década de 1979 no presídio Cândido Mendes em Ilha Grande, Rio de Janeiro. Muito se discute sobre a influência exercida pelos presos políticos sobre os prisioneiros comuns dentro desse presídio, mas é geralmente aceito que esses aprenderam algumas noções de organização de grupos e reciprocidade com os presos políticos que ali estavam. Segundo Dowdney, já em fins de 1980, o Comando Vermelho se expande e com a entrada da cocaína no varejo de drogas da cidade: *"Quadrilhas hierarquicamente estruturadas foram implantadas nas favelas para defender pontos de vendas e as comunidades vizinhas contra invasões policiais ou ataques de 'neutros'"* (DOWDNEY, 2004: p.33).

Devido às mudanças na estrutura do carnaval da cidade como um todo e à intensificação dos tiroteios entre os antigos traficantes locais, os blocos carnavalescos das duas favelas haviam ficado por aproximadamente cinco anos sem desfilar. Em 28 de junho de 1992, no entanto, as diretorias dos dois antigos blocos carnavalescos rivais se unem e fundam uma única escola de samba: "Grêmio Recreativo Escola de Samba Alegria da Zona Sul".

A unificação dos dois antigos blocos rivais das duas favelas faz pensar no que se passava ali naquele momento para que seus dirigentes tomassem essa atitude ou mesmo aceitassem essa proposta de unificação dos dois blocos rivais em uma única escola de samba. O monopólio do Comando Vermelho nas duas favelas rivais e suas intenções de unificação orientou a junção dos dois antigos blocos. Os dois blocos que representavam as duas favelas, se uniram e se transformaram numa única Escola de Samba, mas não sem que as disputas entre as duas favelas continuassem presentes em pequenos detalhes, como por exemplo, na história da fundação de tal escola.

Conforme conta Seu Dionísio, morador do Pavão-Pavãozinho de 65 anos e importante articulador da fundação da escola, para conseguir trazer o samba e o carnaval de volta para a comunidade, a alternativa disponível era promover a transformação dos dois blocos em uma única escola de samba. Diante da possibilidade de continuarem sem samba, os dirigentes dos antigos blocos rivais aceitaram se unir, pondo, de alguma forma, a rivalidade entre eles em segundo plano.

No estatuto da escola de samba consta que o "Grêmio Recreativo Escola de Samba Alegria da Zona Sul é uma sociedade civil, apolítica, partidária de finalidades filantrópica

e administrativa, fundada em 28 de junho de 1992, com sede e fórum na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Usa as cores verde, azul e branco e com o símbolo de Zé Carioca, um Galo sob o dedo indicador da mão direita do Zé Carioca e o desenho das ondas do calçadão da Avenida Atlântica" (1982: p.1).

Segundo Seu Dionísio, na ocasião:

> "Convocaram a última diretoria dos dois blocos e a proposta era fusão em uma escola de samba. Já que era para ser assim, eu queria a participação dos moradores do Cantagalo porque eles são aguerridos, mas só que, como eu era um dos cabeças do bloco do Pavão-Pavãozinho, eu não podia dizer isso assim... admitir que queria presença deles por causa da nossa rivalidade. Então, eu falei com eles de lá do Cantagalo para que não aceitassem a proposta inicial e fizessem uma contraposta para eles participarem junto com a gente. A minha proposta oficial, como morador do Pavão-Pavãozinho, tinha que ser a de tentar deixar eles de fora. O 'Comando' queria a fusão. Essa era a orientação".

Segundo conta Seu Mário, 64 anos, nascido no Cantagalo, membro da diretoria do bloco do Unidos do Cantagalo e que fez parte da fusão dos dois blocos, foram 12 pessoas que se reuniram e se dispuseram a fundar a escola de samba Alegria da Zona Sul:

> "A gente queria que não ficasse resquício de nenhuma das agremiações antigas e surgisse uma coisa nova, mas, como houve certas interferências, aí acabou ficando o "Alegria" no nome. Mas para não ser Alegria de Copacabana (nome do antigo bloco do Pavão-Pavãozinho), acabou ficando Alegria da Zona Sul. Cada um puxava para o seu lado. Quando foi para criar a logo marca da escola, no primeiro desenho era o Zé Carioca segurando o Galo pequenininho no dedo da mão. Ali já foi o motivo da briga! Como pode um papagaio ficar com um Galo no dedo? Ai a gente brigava: 'Não! Vai botar

> um do lado do outro e do mesmo tamanho!' Eram coisas dessa natureza".

Mesmo fazendo parte de uma mesma Escola de Samba, as antigas disputas continuaram a perpassar a vida desses moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho que se articulavam em torno do samba. Assim, as escolhas do enredo dos sambas eram também motivos de disputas entre os carnavalescos pertencentes aos dois antigos blocos. No primeiro ano que a escola Alegria da Zona Sul desfilou, havia no samba enredo uma série de referências ao centenário do bairro de Copacabana, à princesinha do mar e ao Zé Carioca que era todos símbolos relacionados ao bairro de Copacabana e ao antigo bloco do Pavão-Pavãozinho. Dois carnavais depois, o enredo da Escola de Samba referia-se ao centenário de Ipanema citando Tom Jobim, Vinicius de Moraes, a famosa garota de Ipanema e outros símbolos relacionados a esse bairro e, por sua vez, ao Cantagalo.

Alguns moradores do Cantagalo queixam-se de terem ficado prejudicados nessa fusão. Nas palavras de Gabriel, morador de 50 anos nascido no Cantagalo:

> "É, juntou. Fez a união, entendeu? Aí juntou os dois e criou 'Alegria da Zona Sul', que até o Maninho que era bicheiro, ele assumiu. Aí o verdadeiro morador que era do Cantagalo, do bloco... Unidos do Cantagalo, ele ficou assim meio deixado de lado. Deram prioridade mais ao pessoal do Salgueiro, pessoal do Pavãozinho, que sempre tinha aquela rivalidade. Então o morador daqui, que era sambista mermo, ele ficou meio deixado de lado".

A explicação para tal fato aparece mais detalhadamente na fala de Seu Bonifácio, de 62 anos, nascido no Cantagalo:

> "É porque eles (traficantes) mandavam mais do lado de lá (Pavão-Pavãozinho). A esposa do que mandou aí por muito tempo era do lado de lá, então ele tomou partido mais do pessoal do Pavão e não do pessoal do Galo. Porque aqui não era só soldado, tinha gerente, mas quem mandava mesmo era ele de lá. No tráfico só um manda e o resto obedece. Na época de bloco cada um tinha o seu, mas depois quando fundiu e fez a escola, passou a ser coisa maior. Aí já foi quando houve essa coisa de facção e o cara que era o chefão mesmo tinha uma mulher que era do lado de lá, então acabou puxando para lá mesmo".

Dessa maneira, diferentemente dos primeiros bandidos locais, que atuaram nas duas favelas levando em conta a rivalidade local e ainda acirrando-a, o Comando Vermelho monopolizou os pontos de vendas de drogas das duas favelas e buscou unificá-las em outros aspectos de sua vida social, tal como no samba. Uma série de questões e desentendimentos começou a aparecer na relação dos antigos dirigentes dos dois blocos locais, que eram "crias do morro", com os membros do Comando, que eram "de fora" da favela. A despeito dos conflitos sobre quem ficaria à frente da bateria e todas outras interferências do "Comando" no carnaval local, cabe aqui ressaltar que muitos moradores antigos, envolvidos com os blocos e que tentaram participar dessa fusão, acabaram se afastando ou mesmo sendo desligados da nova escola de samba.

Alguns desses contaram com muito pesar que acabaram se afastando do carnaval local por não aceitarem certas imposições do "Comando", que passava por cima da história e de questões da localidade, como a filiação do "Alegria da Zona Sul" ao Salgueiro e a consequente troca de suas cores para vermelho e branco. Nas palavras de Seu Mário, 62 anos, nascido no Cantagalo e um dos fundadores da escola de samba:

> "Presidente não entende a diferença entre ser presidente e estar presidente. Porque antes disso, tem Chico do Pandeiro, que foi uma pessoa lendária aqui dentro do Cantagalo. É o homem que comprava coisa para o Cantagalo, para fazer com que o Cantagalo desfilasse na época dos blocos. Ele era baterista, então ele desmontava a bateria dele para servir de peça para a bateria do bloco. E nunca fizeram uma homenagem a ele. Quando nós pintamos a quadra, nós fizemos uma homenagem aos antigos daqui. Fizemos aquelas caricaturas para simbolizar eles. Só que eles (traficantes do Comando Vermelho) chegaram aqui na quadra e pintaram tudinho. Nas paredes laterais a gente tinha pintado Francisco do Pandeiro, Jesus da Silva e outras pessoas que deram a vida pela agremiação. Eles pintaram tudo de vermelho e branco, que são as cores deles e também do Salgueiro. Isso era para atender à necessidade deles, de aproveitar a sucata do Salgueiro que faz o carnaval deles. Aí quando chega no final, ele vai lá catar toda sucata para fazer o carnaval aqui nosso. Isso me mata! Porque o Maninho é Salgueiro, né? E nessa época, ele que patrocinava aqui também a escola"[68].

Ao mesmo tempo em que existe mágoa pelas interferências do "Comando" que não respeitavam questões locais, há também uma espécie de orgulho na fala de alguns desses moradores por não terem cedido às ordens do Comando. O morador acima citado, Seu Mário, seguiu sua fala dizendo: "Eu fiz carnaval com o Maninho já sendo patrono daqui, mas a identidade da minha escola não fugiu não! Ele me deu material virgem para eu fazer. Eu reciclei lá alguma coisa dele, mas dentro do nosso padrão verde, azul e branco. Só que depois eu preferi mesmo me afastar!".

Muitos moradores antigos ligados aos blocos e ao samba preferiram se afastar do carnaval a ter que obedecer à máxima da organização: "Onde tem Comando, quem manda

[68] Era comum que as pequenas escolas de samba fossem apadrinhadas pelas grandes e, nesse caso, a escola grande a apadrinhar foi o Salgueiro. O Maninho era um famoso bicheiro da época, "patrono" do Salgueiro e, por consequência, também da pequena "Alegria da Zona Sul". Para uma abordagem sobre relações políticas e organizacionais entre escolas de samba e jogo do bicho, ver Chinelli & Machado da Silva (2004).

é o Comando". Tal lema é um claro sinal do poder centralizado e autoritário que os narcotraficantes desempenham na vida dos moradores das favelas nas quais atuam. Há nisso um claro conflito entre as práticas e regras da localidade e a chegada do "Comando", que, apesar de também ter participação de membros da localidade, tem sua esfera decisória fora dali. A organização do "Comando" ultrapassa, portanto, a organização ao nível local.

Mesmo com a proposta de unificação do "Comando", a relação de hostilidade e disputa entre os moradores duas favelas continuou a orientar suas práticas sociais cotidianas e muitos foram aqueles que continuaram, por exemplo, a não frequentar a favela vizinha. É comum que se atribua a rivalidade entre favelas em geral às disputas envolvendo os pontos de drogas por facções rivais ligadas ao tráfico. O que se pretendeu destacar aqui foi que relação de rivalidade entre Cantagalo e Pavão-Pavãozinho é anterior ao início do tráfico na região e, inclusive, orientou a forma como os antigos bandidos locais, as chamadas "quadrilhas", atuaram na região. Tais "quadrilhas", no entanto, foram substituídas pelo Comando Vermelho, que após dominar os pontos de venda de drogas das duas favelas, buscou, ao seu modo, unificá-las, alterando a dinâmica da vida local.

Essa orientação no sentido da unificação das duas favelas pelo Comando Vermelho reflete-se também na sigla por eles utilizada para referir-se às duas favelas: PPG (Pavão-Pavãozinho-Galo). O fato das duas favelas estarem sob o comando da mesma organização de narcotraficantes fez com que o poder público passasse a percebê-las e tratá-las como um todo coeso e uniforme: o "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". O termo "complexo" é uma categoria utilizada pelo Estado para definir conjuntos de favelas vizinhas que estejam sob o comando da mesma "facção" do narcotráfico.

Além dos moradores, em geral não, se identificarem com o termo pelo fato de, em situações cotidianas, não se sentirem pertencendo a um todo, há ainda a disputa em relação ao fato de nessa categoria o nome do Pavão-Pavãozinho vir na frente do Cantagalo, o que muito irrita os moradores do Cantagalo. Na palavra de Seu Bonifácio, de 62 anos nascido no Cantagalo:

> "Colocar Pavão-Pavãozinho na frente é não estar sendo verdadeiro com a história, porque aqui foi primeiro. A ocupação começou por aqui. Isso aí foi quando o poder paralelo estava fazendo pressão em cima e tinha um presidente (Associação de Moradores) lá que comungava muito dessa reza. Ia muito nas reuniões e conseguia se destacar porque ele era uma pessoa esclarecida e conseguiu colocar essa coisa. Aí botou dessa maneira. Eu discuti, mas depois quando eu vi que a coisa estava ficando muito feia e quente, eu parei. Eles não estão sendo verdadeiros com a coisa, mas foi ficando. Então, hoje para as autoridades é isso!".

As hostilidades, disputas e marcação de singularidades fazem parte do tipo de relação estabelecida entre esses moradores e da forma como se apropriaram do espaço em que se estabeleceram. A oposição mútua entre os moradores do Cantagalo e os do Pavão-Pavãozinho, por vezes, se transforma também em oposição comum frente a um inimigo externo, como no caso da "crise dos decretos" ou da situação dos blocos carnavalescos rivais que se uniram formando uma única Escola de Samba. O jogo da "casaca dupla-face", anteriormente citado, nos lembra que tais moradores se descrevem e atuam orientados por um sentimento de pertença a uma ou outra favela, mas que, por vezes, em algumas situações específicas, articulam-se e podem sentir-se pertencendo a um todo mais amplo.

A distância entre dois grupos de pessoas depende do valor que for acionado no momento em que ela se define. Tal distância é estabelecida, portanto, de acordo com a situação e o contexto. No caso da pesquisa em questão, por exemplo, a união dos dois blocos carnavalescos rivais se apresentava como uma das possibilidades dadas aos antigos dirigentes dos blocos de não deixar o samba e o carnaval das duas favelas acabarem. Em um momento de crise, em nome de salvar o carnaval local e tentar interferir nos rumos que estavam sendo dados pelo Comando aos blocos, a articulação entre os antigos dirigentes dos blocos das duas favelas tornou-se possível, mesmo que nos detalhes tenha seguido perpassada por suas habituais disputas e rivalidades.

3.3 Relações com os bairros: segregação, circulação e vínculos entre asfalto e favela.

Além de entender os vínculos que esses moradores estabelecem entre eles e com o território específico das duas favelas, é necessário também descrever e analisar as relações que eles estabelecem com os moradores do "asfalto" e com os bairros onde se localizam essas favelas: Ipanema e Copacabana. Buscar-se-á descrever aspectos da interação face-a-face desses diferentes grupos pelas ruas e outros espaços públicos desses bairros, ressaltando os encontros furtuitos e ainda os vínculos mais duradouros estabelecidos entre eles.

O estudo das relações de distância e proximidade entre distintos grupos no espaço urbano foi tema de alguns dos clássicos trabalhos da chamada Escola de Chicago. William Foote Whyte (2005 [1943]) e Herbert J. Gans (1963), por exemplo, dedicaram-se a

submeter as práticas sociais cotidianas de dois diferentes *slums* de Boston à análise etnográfica. Foote-Whyte (2005) etnografou as articulações ou arranjos entre organizações mafiosas e políticas que compunham um sistema de cooperação altamente organizado e integrado no North End, bairro de imigrantes italianos. Gans (1963), além de abordar temas importantes como pertencimento de grupo e reconhecimento social, narrou o processo de *redevelopment* (renovação urbana) do West End de Boston, cujo desfecho no final da década de 1950 culminou na desocupação quase que total dessa área urbana. Tais autores ressaltaram a importância da rua e da vizinhança como lugar dos laços sociais e práticas importantes para a vida urbana.

Através de narrativas de antigos moradores, pretende-se descrever e analisar as relações que os moradores dessas favelas estabeleceram com os moradores dos bairros em que se localizam e também como se apropriaram e circularam pelos espaços públicos desses bairros. Antigamente, por exemplo, um morador do Cantagalo, localizado em Ipanema, não poderia fazer a "xepa"[69] na feira da Leopoldo Miguez, em Copacabana, onde se localiza o Pavão-Pavãozinho. A mesma relação de pertencimento que mantinham com o território de sua favela, se estendia morro abaixo pelo bairro. Dentro dessa perspectiva, o morador do Pavão-Pavãozinho também não podia oferecer seu serviço de engraxate no vizinho bairro de Ipanema. Em geral, esses limites eram respeitados, a não ser quando os jovens queriam "sair na mão" ou brigar. Tais brigas são descritas, no entanto, em um tom de algazarra e euforia característica aos jovens. Na voz de alguns antigos moradores parece haver até um tom de saudosismo desses eventuais "encontros turbulentos" nas feiras dos bairros.

[69] Xepa é o termo utilizado para definir o momento final de uma feira (legumes e verduras), no qual os feirantes, numa espécie de liquidação, abaixam de maneira considerável o preço das mercadorias que restaram de suas vendas. Em alguns casos, mercadorias já danificadas são deixadas para trás pelos feirantes e catadas por alguns.

O símbolo do “calçadão” de Copacabana presente no logo da Escola de Samba, as evocações aos bairros nos sambas enredos e o nome do bairro na Escola de Samba “Alegria de Copacabana” também indicam o sentimento de pertença desses moradores em relação não apenas a sua favela, mas também ao bairro no qual essa se localiza. Ressaltar o sentimento de pertencimento dos moradores da favela ao bairro onde estão localizadas, não significa negar o preconceito ali sofrido por eles. Conforme conta Cláudio Coelho, treinador de boxe, morador nascido no Cantagalo de 51 anos:

> “Quando eu comecei a dar aula particular de boxe em final de 1980, início de 1990, eu estava com meus 28 anos, eu ia dar aula em alguns lugares chiques aqui embaixo mesmo Ipanema, Lagoa e tal. Aí, quando a mãe de aluno ou pai sabia que eu morava na favela, simplesmente arrumava uma maneira de tirar o aluno. E isso eu percebia porque eles me indagavam querendo saber se eu tinha envolvimento com tráfico de drogas e eu dizia que não, que a minha criação não era essa. Mas aí não adiantava e eles arrumavam uma maneira de tirar o filho, porque imaginavam que amanhã ou depois eu podia estar levando droga para o filho. Porque essa é a imagem que eles tinham da gente daqui da favela. E isso me perturbou durante muito tempo, porque eu precisava ganhar dinheiro com aulas e não conseguia”.

O atualmente renomado treinador de boxe lembra-se das dificuldades enfrentadas no começo da sua carreira. No início da década de 1990, Cláudio sofreu com o estigma de “morador de favela”, ao qual, na percepção dos pais dos seus alunos do asfalto, vinha acoplada a condição de traficante de drogas. Se por um lado, Cláudio Coelho lembra da discriminação sofrida por moradores do asfalto, por outro, ele se entusiasma ao lembrar e ressaltar também a relação com pessoas do asfalto que foram fundamentais para o ponto de virada da sua trajetória:

> "Tiveram duas pessoas que fizeram uma transformação na minha vida. Eu já estava chateado com tudo, foi quando eu conheci o Carlos Gama, que na época era vice-presidente da Universidade Gama Filho, e o Sérgio Zveiter, que é um renomado advogado da família Zveiter. Então, eu fui dar aula para esses dois. Eu, quando fui convidado pelo Murilo Bustamante para dar aula na casa deles, falei que não iria por tudo que já tinha acontecido e que eu não queria ter que negar a minha origem. Aí o Murilo insistiu dizendo que eles não eram assim. Quando eu fui na casa deles, eu me lembro que eu fiquei lá em baixo, no playground, esperando eles para dar aula e eles me chamaram para tomar café na casa deles. E eu fui subir para tomar um café, mas quem disse que eu conseguia pegar numa xícara? Eu estava tenso, nervoso! Aí eles chegaram e disseram assim: 'Nós sabemos de tudo que aconteceu contigo e tal. Infelizmente, a sociedade é assim, mas a gente não é e eu vou te apresentar muita gente. Quando as pessoas perguntarem, você pode dar aqui também o cartão. A sua referência vai ser a gente!'. E, então, ali eu fui indo, eles me levavam para festas da sociedade de terno e tudo e iam me apresentando e eu fui arrumando aluno particular. E ali eles mudaram a minha vida mesmo".

Cláudio lembra ainda de um encontro furtuito, na praia do Arpoador em Ipanema, com um morador do asfalto que teria sido responsável por sua inserção no universo da luta:

> "Na verdade, tudo isso começou porque quando eu tinha 16 anos, conheci um professor de judô que morava aqui na Antonio Parreiras, perto do hospital de Ipanema. Eu conheci ele no Arpoador. Na praia de Ipanema, no Arpoador. É porque *todo mundo* malhava no Arpoador. O nome dele chama-se Edgar Wallace. Aí ele estava na praia e aí a gente estava revezando na barra. Cada um ia um pouco e fazia uma série. Aí ele pegou e falou assim para mim: 'Pô, estou aqui malhando, mas eu preciso mesmo é perder peso porque eu vou competir judô.' E eu disse: 'Poxa, você compete judô?'. E ele: 'Compito. Você tem vontade de treinar um judô?' Aí eu disse que sim, mas que não tinha condições porque eu

> morava na favela e daí ele me deu o endereço dele aqui na Antônio Parreira e eu passei. Ele me deu um quimono e eu comecei a treinar. O pai dele era dentista aqui na General Osório e aí... você não sabe de uma! Quando eu cheguei em casa e contei para minha mãe, aí eu fui lá com a minha mãe na casa dele. Não é que minha mãe ficou lavando a roupa da família toda? Menina! Olha, você não queira saber. Ai eu comecei a treinar judô, judô, judô. E foi lá que eu conheci o meu professor de boxe, nessa academia de judô, que era aqui na Teixeira de Melo (Ipanema). E antigamente o que imperava era o judô. Judô era esporte de gente de elite porque era caro, entendeu? Foi assim que tudo começou! E por isso que eu acho que eu fico acreditando naquela coisa da solidariedade, que isso pode ajudar sim o próximo, pode melhorar o comportamento do jovem. Acho que é por isso que eu sempre acreditei nisso! Entendeu? E essa mistura para mim, se tem um orgulho que eu tenho desse projeto nesses 21 anos que eu estou com ele aqui, eu te digo, com maior orgulho: foi essa mistura favela-asfalto!"

Ao narrar sua trajetória, ao mesmo tempo em que Cláudio ressalta o preconceito dos pais de alunos moradores do asfalto que puseram em risco a sua carreira, ele também faz questão de sublinhar a importância da "mistura favela-asfalto" na sua trajetória como treinador e na do seu projeto importante social, a "Academia Nobre Arte".

A relação dos moradores com o bairro nunca foi tema de nenhuma pergunta feita aos moradores em entrevistas ou conversas informais. Ao transcrever entrevistas e notas de caderno de campos, no entanto, alguns encontros entre eles pelos bairros começaram a aparecer com alguma frequência em suas falas. Nas narrativas de moradores do Cantagalo, as situações de encontros com os moradores do bairro, frequentemente, se dão na praia de Ipanema, tal como no caso narrado acima. Já nas falas dos moradores do Pavão-Pavãozinho, os encontros são descritos na ladeira Saint Roman, que é um dos acessos dessa favela e local de residência no passado de ricos moradores do asfalto e de

embaixadas. Conforme conta Seu Dionísio, morador antigo do Pavão-Pavãozinho de 65 anos:

> "Isso aqui sempre foi uma área iluminada, prestigiada mesmo porque aqui na ladeira (Saint Roman) morava o General Orlando Torres. O Francisco Cuoco, o ator de novela, morou aqui na Saint Roman. Aqui tinha também a delegacia e a embaixada da Coréia. Só que ninguém via a comunidade como se vê hoje, com interesse. Mas, só que essas pessoas, ao passarmos na ladeira, subindo e descendo, nós conversávamos. Eu batia papo com Wilza Carla, ela era vedete e atriz também. Essas pessoas eram legais. Os nossos avós pais, eles paravam para conversar com eles! Hoje eu sinto preconceito, mas naquela época, na década de 50, 60, eu posso assim dizer, porque eu era criança, era garoto também, mas eu lembro muito bem. Não dava para perceber preconceito, porque se esbarravam aqui na ladeira e conversavam como se amigos fossem. Davam risadas, gargalhadas. Sempre um assunto com um, um assunto com outro. As pessoas... hoje não é a mesma coisa. Então, não existia a questão do preconceito ou pelo menos era bem menor. E aí eles sumiam na ladeira, entravam em suas casas e a gente continuava descendo o morro. A gente descia o morro. Eles não subiam o morro, mas, alguns vinham sim. Ai a Wilza Carla subia, o Doutor Armando subia, o próprio General também. Eles vinham na quadra de samba daqui, que a gente fazia atividades. A gente fazia show com Jerry Adriani, com Carlos José. Esses artistas, meu tio trazia na comunidade! Meu tio era relações públicas da comunidade e organizador das festividades. Convidavam e essas pessoas vinham a alguns desses eventos".

Na narrativa acima, Seu Dionísio se refere às décadas de 1950 e 1960, período bem anterior ao espraiamento da violência e do narcotráfico na cidade, pelo qual a favela foi responsabilizada e passou a ser sinônimo no imaginário coletivo. Uma hipótese a ser considerada é que talvez por isso o interlocutor ressalte a inexistência do preconceito,

diferenciando-se da narrativa anterior do treinador de boxe sobre a estigmatização sofrida já na década de 1980[70].

Com ou sem preconceito, o fato a ser aqui destacado é que a convivência entre moradores da favela e do asfalto pelas ruas de Ipanema e Copacabana dá-se desde o crescimento desses bairros no início do século XX, quando os trabalhadores começaram lentamente a ali chegar, ocupar as encostas e construir seus barracos. Segundo Lago (2000), no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1930 e 1940, o padrão dicotômico centro rico X periferia pobre implementado nas duas décadas anteriores sofreu alterações. As áreas centrais mais valorizadas e rentáveis para as empresas imobiliárias e de serviços urbanos, a então crescente Zona Sul, começaram a receber grande contingente de trabalhadores pobres, impedindo a total homogeneização dessas áreas. A partir da década de 1930, migrantes provenientes das áreas rurais passam a procurar essas áreas geradoras de emprego e em suas encostas se estabelecem.

Tendo desde sempre convivido pelo espaço público do bairro, a relação estabelecida entre moradores do asfalto e da favela apresenta características interessantes que contrastam fortemente, por exemplo, com as dos "enclaves fortificados" da cidade de São Paulo, descritos por Caldeira (2000). Segundo a autora, até a década de 1980, a cidade de São Paulo era mapeada em torno da oposição centro-rico X periferia-pobre. A partir dessa década, esse padrão muda e pobres passam a residir em favelas nos bairros nobres, não permitindo mais que se ignore as diferenças de classes. É nesse momento que os surgem os "enclaves fortificados", que seriam os espaços privatizados e monitorados para residência,

[70] A década de 1980 é quando o tráfico de drogas começa a espalhar-se pela cidade até que na década de 1990, as favelas passam a ser um problema de segurança pública e responsabilizadas pela violência urbana que assola a cidade do Rio de Janeiro. Mais sobre as diferentes formas como as favelas foram percebidas no imaginário social, ver Machado da Silva (2008).

consumo e lazer. Nesse caso, a esfera pública tradicional das ruas é abandonada pelos ricos para os pobres e marginalizados (CALDEIRA, 2000)[71].

No Rio de Janeiro, mais especificamente nos bairros de Ipanema e Copacabana aqui em questão, os espaços públicos não foram abandonados pelos moradores ricos que se isolaram em condomínios fechados. Os moradores desses bairros de classe alta convivem com a existência dessas favelas ali desde o princípio do surgimento desses bairros, não sendo as favelas para eles uma novidade, dado que cresceram juntas com esses bairros.

Nada disso significa omitir a segregação e preconceito vivenciado pelos moradores dessas favelas nos bairros. Um importantíssimo fato que me foi narrado e que deve aqui ser ressaltado é que as crianças das favelas dificilmente conseguiam estudar nas escolas públicas dos bairros por não terem um endereço que fosse aceito na hora da matrícula, restando-lhes a escola montada na Associação de Moradores. Conforme conta Dona Alzelina, moradora de 83 anos do Pavão-Pavãozinho:

> "O pessoal do Galo e pessoal do Pavão-Pavãozinho, ninguém podia estudar na escola onde eu trabalhava porque tinha que ser assim: quem é daqui do morro, estudava na Associação (de moradores), que era a Escola São Pedro. Então quem era daqui da favela só podia estudar lá. Não podia estudar na Penedo e nem na Castelo Novo (escolas do asfalto)".

Dona Alzelina trabalhou muitos anos na Escola Estadual Castelo Novo, em Copacabana, como inspetora e também cozinheira. Ela conta ainda que a fim de burlar essa regra, ela ensinava às mães das crianças da favela a darem o endereço dos seus empregos

[71] Mais sobre a ocupação de espaços públicos e privatizados pelas classes populares, médias e elite em São Paulo, ver FRÚGOLI JR. (1995).

nos bairros de Ipanema e Copacabana, como se fosse o da residência delas, pois, assim, conseguiriam fazer a matrícula nas escolas do asfalto[72]. Através dessa estratégia algumas famílias conseguiam matricular seus filhos nas escolas públicas dos bairros. O comum, no entanto, era que ficassem restritos à escola da Associação de Moradores, uma vez que a forma de nominação de suas ruas não eram aceitas na hora da matrícula por não constarem no cadastro oficial de ruas da cidade.

As narrativas dos moradores oscilam entre situações de segregação e preconceito, mas também de encontros furtuitos pelos bairros e do estabelecimento de vínculos empregatícios e, por vezes, de relações de amizades entre moradores do asfalto e da favela. A própria Dona Alzelina conta que o atual médico dela é um ex-aluno da escola onde ela trabalhava e com quem estabeleceu uma relação de maior proximidade:

> "O meu médico hoje, eu cuidei dele desde 6 anos na escola onde eu trabalhava. Ele era de cadeira de rodas. Hoje ele é o meu médico maravilhoso. Ele não é daqui de cima não. Ele morava na Souza Lima, agora mora lá na Francisco Otaviano num apartamentão. A mãe dele ia levar ele na escola e ele era de cadeira de rodas. A sala dele ficava no segundo andar, então ficava ruim de subir com ele. Ai eu treinei um jeito de subir com ele, que a mãe dele ficava boba como dava certo. Ai depois ele se formou. Um dia eu ia pra rua com a Valdete, minha filha, e aí ele me encontrou. Nossa! Ele me abraçou me beijou e falou: 'Ò, me formei e quando precisar, eu estou em tal endereço.'. Ele é chefe lá no Hospital da Lagoa, mas ele me atende no consultório dele aqui na praça General Osório".

Outro exemplo para pensar nas relações que se estabelecem entre esses diferentes grupos nesses bairros é o caso de Juscelino. Em 1957, Juscelino e seus irmãos nasceram

[72] Sobre a relação entre endereços e acessos à cidade, ver MELLO, SIMÕES & FREIRE (2010).

trigêmeos. Segundo conta ele, na época, o parto de sua mãe numa maternidade no bairro do Flamengo, virou notícia de jornal. A repercussão foi tamanha que ele e seus irmãos acabaram sendo apadrinhados pelo, então, presidente da República: Juscelino Kubitschek. Segundo conta:

> "Aí meu pai teve uma mudança de vida porque fomos afilhados de 'seu Juscelino'. Aí quem batizou foi dona Sara, a esposa dele. Nós nascemos no Fernando Figueira, maternidade que tem ali no Aterro do Flamengo. Nessa época, em 1957, trigêmeos era coisa rara de acontecer e houve todo aquele comentário. A pessoa que fez o parto da minha mãe era prima de seu Juscelino. Na ocasião, meu pai pedreiro, minha mãe trabalhando de lavadeira em casa de madame, aí teve aquele comentário todo e saímos na Manchete porque na época não existia Globo. Então, eles apadrinharam a gente e até os 12 anos a gente tinha convívio com ele na casa dele, que era ali do lado do Laura Alvim[73]. Ele tinha uma secretária, que apanhava a gente aqui na favela e levava lá para o seu Juscelino. A gente ficava com eles lá, passava o dia convivendo com ele. E isso foi até os 12 anos. Aí era assim, mas depois foi perdendo o contato".

Muito comuns são as relações descritas entre as mulheres da favela e as famílias para as quais trabalhavam como domésticas. Seu Dionísio, 65 anos nascido no Pavão-Pavãozinho, ressalta que:

> "Essa coisa de integração que eles falam agora como novidade toda hora é besteira. Aqui sempre teve o relacionamento de serviço. Sempre teve integração da convivência. As pessoas mulheres aqui trabalhavam aonde? Nos apartamentos! Nas casas deles lá em baixo! Se a mão de obra é explorada, se foi bem paga ou não, é outro assunto,

[73] Casa de Cultura localizada na Avenida Viera Souto em Ipanema.

> mas sempre existiu. Digo orgulhoso por minha mãe, entende? Por conviver com eles. Ela trabalhava para a família Lemos Bastos, eu convivia lá, eles me arrumaram escola e tudo mais. Eu costumo dizer que eu tive duas educações: eu tive a educação da comunidade e eu tive a educação da rua, que é a família Lemos Bastos. Eu levava porrada da minha mãe. Levava beliscões e puxões de orelha. Por quê? Os patrões dela me convidavam para sentar à mesa com eles na hora de refeição e eu ia. Daí, a minha mãe me dava porrada e dizia que não era para aceitar. Só que para eu entender isso criança... não tinha como! Eles me chamavam para ver televisão com eles, mas não era para aceitar! Como criança vou entender um negócio desses? Lógico que eu não ia entender. A gente tinha liberdade na casa. Morávamos na mesma casa, mas eu só vim entender essas coisas depois.".

Os encontros fortuitos, relações de amizade e vínculos empregatícios entre os moradores dessas favelas e os dos bairros onde se localizam são de fundamental importância para analisar a complexidade da situação. Trazer à tona esses vínculos e relações de distância e proximidade entre esses moradores pelas ruas do bairro, não significa negar o preconceito e forte segregação sofridos, mas, pelo contrário, mostrar em detalhes a complexidade que assinala essa relação. A chamada Escola de Chicago foi amplamente criticada e acusada de pensar nesses processos entre diferentes grupos num mesmo bairro como "naturais". A partir do final da década de 1960, autores franceses fortemente influenciados por Marx, como Castells (1972), Lojkine (1977) e Lefebvre (1968) propõem novos marcos para a reflexão sobre a cidade.

A Escola de Chicago foi fortemente criticada, sobretudo por ter incorporado o princípio de ecologia das ciências naturais em suas análises. Dentro dessa perspectiva ecológica, as cidades ordenam-se em "áreas naturais", através de processos de competição, invasão e sucessão. As críticas à Escola de Chicago chamam atenção de que o formato

físico das cidades não é o simples resultado de processos espaciais naturais, mas sim das forças de mercado e do poder do governo. Esses sociólogos franceses enfatizam que o urbano deve ser compreendido, portanto, como espaço socialmente produzido, assumindo diferentes configurações de acordo com os vários modos de organização socioeconômica e de controle político em que está inserido.

Recentemente a Escola de Chicago vem sendo relida por sociólogos e antropólogos franceses como, por exemplo, Isaac Joseph (2005) e Michel Agier (2011). JOSEPH (2005: p.117) em defesa de Park, um dos grandes precursores da Escola de Chicago, ressalta que:

> "Não se trata de integração, mas de livre circulação entre os territórios e os mundos, não se trata de assimilação das culturas, mas de sua porosidade. Essa ideia é central à sociologia da cidade tal como foi concebida por Park. Sem dúvida, uma ideia trazida por ele (...) e que o impede de reduzir a cidade a um mosaico de área naturais e de nichos ecológicos".

Sem deixar de perceber e pensar o espaço em questão como uma resultante de relações político-econômicas, pretendeu-se aqui aproveitar as contribuições metodológicas de Chicago, descrevendo e analisando não apenas a segregação, mas também a circulação e a interação face-a-face dos encontros entre esses diferentes grupos pelo espaço público desses bairros. A relação de Juscelino, um dos trigêmeos apadrinhados por Juscelino Kubitchek, com o bairro de Ipanema é um ótimo exemplo para pensar o sentimento de pertencimento dos moradores dessa favela em relação ao bairro.

Em um dos meus muitos encontros aleatórios com Juscelino pelas ruas de Ipanema, mais especificamente em um botequim na esquina da minha casa, ele disse estar

voltando de uma visita a sua família, que havia se mudado para Bonsucesso, subúrbio da cidade, localizado a vinte quilômetros de Ipanema. Conforme descrito no capítulo inicial da tese, sua família havia se mudado para tal bairro, após receber indenização do PAC e Metrô-Rio pela demolição de sua casa no Cantagalo, que estava no trajeto das obras. Irritado, mas, ao mesmo tempo, debochando da escolha feita por sua ex-esposa, Juscelino falou:

> "Deus me livre! Aquilo lá é muito longe! Aquele trem para lá é um calor infernal! E pior ainda é viver com aqueles suburbanos. Não é falar mal deles não, mas você sabe que é diferente! Você vai à praia aqui em frente e você vê de longe a diferença! É um tal de trazer rádio, isopor, jogar areia um no outro, se enterrar na areia e se afogam. Ih... é diferente da gente daqui! A maneira de ir à praia deles é diferente da nossa! Tá maluco! Não dá para mim não!"

Conversamos mais um pouco sobre as obras do PAC 2, o último jogo do Flamengo e, então, Juscelino se despediu da seguinte forma: "Deixa eu ir porque eu vou ali dar um mergulho no mar para tirar esse ranço de subúrbio de mim!". Por oposição ao subúrbio carioca, Juscelino se insere na categoria "gente daqui" de Ipanema, mostrando, claramente, o sentimento de pertencimento que tem em relação a esse bairro. Ao ressaltar essas relações entre asfalto e favela e o sentimento de pertencimento dos moradores dessas favelas a esses bairros, não se pretende negar a segregação, enclaves e exclusão, mas sim destacar o que pode ser uma das peculiaridades de favelas da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro: as relações que se estabelecem entre esses tão diferentes grupos pelas ruas desses bairros.

As relações entre moradores das favelas com os bairros em que se localizam foram pensadas a partir da noção de *citadino* desenvolvida por Joseph (2005). Diferente do *cidadão* orientado por uma certa idealização política do espaço urbano, a figura do *citadino* remete àqueles que de fato circulam por universos heterogêneos, ocupando as ruas. Ao descrever e analisar esses encontros pelas ruas dos bairros e as relações estabelecidas entre esses moradores da favela e do asfalto, busquei não apenas reforçar sua existência, por vezes, oculta sob a máxima da "cidade partida"; mas, sobretudo mostrar com maiores detalhes a complexidade que as perpassa.

3.4. Incongruências entre discursos e práticas relacionadas ao uso do espaço pelos moradores em questão.

Todo grupo tem uma versão predileta de si mesmo através da qual opta por se apresentar. No caso dessa pesquisa, a principal característica destacada por esses moradores sobre eles mesmos em suas narrativas é a relativa à região de origem dos ocupantes de cada uma das duas favelas. Os moradores em geral são taxativos ao dizer que no Cantagalo viveriam negros descendentes de famílias de Minas Gerais e do interior do Estado do Rio de Janeiro, ao passo que no Pavão-Pavãozinho residiriam os nordestinos, mais especificamente cearenses.

Conforme o trabalho de campo foi se desenvolvendo, alguns dados empíricos não se enquadravam nessa regra por eles enunciada. O presidente da Associação de Moradores do Cantagalo, por exemplo, é um cearense, que ali mora desde sua infância. Aos poucos fui percebendo que alguns dos meus outros interlocutores antigos moradores do Cantagalo também eram do Nordeste. Da mesma maneira que alguns dos meus principais

interlocutores do Pavão-Pavãozinho não eram nordestinos, mas sim negros nascidos ali e descendentes de família de Minas Gerais.

Os elementos do espaço, do sistema de valores e das atividades não se encontram agrupados e inter-relacionados como aparecem no discurso dos moradores, conforme ressalta o trabalho de Mello,Vogel&Santos (1985 [1981]). Segundo contam os moradores das duas favelas, mesmo antes do tráfico e do impedimento dos bandidos locais, não existia o hábito entre os moradores de frequentar a favela vizinha, já por conta de rivalidade relacionada ao samba e outras vistas anteriormente. Através de passagens das histórias de vida desses moradores percebe-se, no entanto, que essa distância entre as duas favelas e entre seus moradores não era tão bem marcada assim. Conforme o trabalho de campo avançava, ficava claro que as fronteiras, por eles construídas entre as duas favelas, são, portanto, mais fluidas do que eles me descreviam.

Segundo um antigo morador do Pavão-Pavãozinho: "Lá (Cantagalo) não estava com nada. Pessoal do Cantagalo vinha para cá porque aqui tinha muita festa...muita mesmo! Nós trazíamos orquestras e eles sempre queriam vir nas nossas festas". Segundo ZALUAR (2000: p.177), em relação aos blocos de carnaval e times de futebol da Cidade de Deus:

> "(...) eles têm também a atribuição de "levantar o nome do local", "animar o local", "tornar o local famoso", bem como permitir que o local vire um ponto de atração para os demais moradores do conjunto, tornando as visitas mais constantes e as festas mais concorridas. Neste sentido, a sua organização, embora circunscrita a um espaço geográfico determinado, tem o efeito contrário da guerra (entre bandidos rivais), pois amplia o espaço social. A rivalidade obriga a troca de visitas,

> a constante medição de forças em partidas, torneios e concursos."

Além do samba, uma outra razão que aparece nas narrativas para a circulação dos moradores entre as duas favelas eram as paqueras, namoros e casamentos. Segundo conta Seu Claudio, 58 anos nascido no Pavão-Pavãozinho:

> "Eu saía de lá e vinha para cá, porque as mulheres bonitas eram aqui do Cantagalo. As mulheres do Pavão-Pavãozinho eram feias. Boniteza era aqui no Cantagalo. Então a gente vinha para cá, para paquerar as meninas. E os caras do Galo saíam daqui para ir lá para o Pavão-Pavãozinho e não paqueravam ninguém porque elas não davam confiança. E as meninas daqui não davam confiança para os caras daqui".

Apesar da máxima frequentemente apresentada pelos moradores de que "são eles para lá e nós para cá", não é raro encontrar histórias de vida de moradores das duas favelas que se interconectam através de vínculos de samba, futebol, paquera e frequentes casamentos. Segundo conta Seu Dionísio, 65 anos nascido Pavão-Pavãozinho, em relação ao seu tio:

> "Quando ele casou, ele veio morar aqui (Cantagalo), Nova Brasília. A gente era abusado mesmo. A família Dionísio era abusada! E graças a Deus muito respeitada até hoje. Na época, acontecia mais de o pessoal aqui do Cantagalo namorar e casar e ir morar lá no Pavão. O inverso não tinha. O normal mesmo sempre foi o pessoal do Galo sair para ir morar lá. Não tinha o costume do pessoal de lá vir morar aqui. Mas ele morou um período aqui, mas devido à rivalidade de negócio de samba saímos daqui quase que, praticamente, fugidos! Expulsos!(risos) Porque como sempre o Pavão ganhou o desfile! E como é que eu estou morando aqui na área dos outros, disputo, desfilo com outra entidade, ganho daqui e ainda vou ficar aqui?! Aí ele voltou para lá!".

Seu Dionísio conta que ele mesmo, ao longo da vida, casou-se com três mulheres, sendo duas do Pavão-Pavãozinho e uma do Cantagalo. Todos os seus namoros e casamentos foram com mulheres negras de Minas Gerais, de uma ou outra favela, apontando para a ausência de relações conjugais entre os antigos moradores das duas favelas (negros de Minas e do interior do Estado) e os nordestinos que ali existiam. Segundo contam, os nordestinos ou os "judeus brasileiros" casam entre eles e, portanto, era comum que homens e mulheres negros das duas favelas namorassem e casassem entre si, a despeito das habituais rivalidades, acusações e disputas.

Com o desenrolar do trabalho de campo, as histórias de namoros e casamentos entre moradores antigos das duas favelas tornaram-se um dado frequente. Tal dado contrastava com a recorrente versão que, no início da pesquisa, eles me apresentaram sobre si: "é cada um para o seu lado" ou "a gente daqui não se dá com eles de lá". A distância entre os moradores das duas favelas, tão ressaltada em seus discursos através das categorias classificatórias espaciais "lá" e "aqui", não encontra, por vezes, correspondência em suas práticas espaciais. No campo não se encontra, necessariamente, a ordem analítica construída por eles em seus discursos. Nas palavras de Mello, Vogel & Santos (1985 [1981]):

> "Às vezes pode parecer que os elementos do espaço, dos sistemas de valores e atividades se encontram separados, agrupados e inter-relacionados, tal como aparecem no discurso. Procurar por eles esperando encontrá-los na sua dimensão analítica, leva sempre à frustração. Na realidade, todos os componentes do sistema são dados na sua síntese complexa e dinâmica." (MELLO,VOGEL&SANTOS, 1985: p. 71).

Também a divisão espacial entre as duas favelas não é tão clara e o limite entre cada uma delas é borrado. A região limítrofe entre as duas favelas é chamada "virada" e faz fronteira com o Pavãozinho e o Cantagalo. O presidente da Associação de Moradores do Cantagalo diz morar no Cantagalo, numa região chamada Nova Brasília. Tal região é contígua à "virada" e, dependendo da ocasião, pode ser considerada também como já fazendo parte do Pavãozinho. Quando os moradores do Cantagalo querem, por exemplo, desqualificar alguma proposta do presidente da sua Associação de Moradores, dizem que ele "nem no Cantagalo ele mora", empurrando-o para o Pavãozinho.

O limite entre as favelas é, portanto, situacionalmente definido de acordo com interesses em jogo, ressaltando a não existência de delimitações fixas e rígidas, tal como enunciam em suas narrativas. Os moradores dessas duas favelas constroem, afirmam e reafirmam suas identidades através de uma frequente retórica de afastamento e diferenciação em relação aos seus vizinhos. Através das narrativas de histórias de vida, analisando suas práticas de uso do espaço ao longo da história da ocupação dessas duas favelas, percebe-se, no entanto, que os limites entre elas e a distância entre seus moradores são, por vezes, mais fluidos do que aqueles por eles apresentados em seus discursos de apresentação sobre eles mesmos.

Aquilo que é apresentado em seus discursos é uma oposição fixa e rígida entre dois grupos, orientada pelo princípio da antiguidade: os antigos e os novos moradores, sendo os primeiros moradores do Cantagalo e os segundo do Pavão-Pavãozinho. Na prática, no entanto, percebe-se que há novos moradores no Cantagalo, assim como há antigos no Pavão-Pavãozinho Tal fato, no entanto, é irrelevante, pois, através da representação de que

no Cantagalo estariam os “crias do morro” e no Pavão-Pavãozinho os “filhos do vento”, os moradores do Cantagalo estão nos dias de hoje atualizando, uma outra e bem mais antiga rivalidade em jogo nessa dinâmica: entre os antigos do Cantagalo e os do Pavãozinho.

As propostas de Evans-Pritchard [1940] e Gluckman [1940], anteriormente citadas, trouxeram importantes contribuições para ressaltar a importância dos conflitos e das contradições das normas na análise das relações sociais. Preocupados, no entanto, com a busca por saber como, apesar das contradições, se produz a cooperação, o foco dos autores é na coesão social e na existência de uma única estrutura social em equilíbrio. Apesar de ressaltaram a importância da noção de conflito, suas análises propõe que, longe de ameaçarem a unidade do corpo social, tal noção possui uma capacidade integradora do sistema que o organiza. Os trabalhos dos autores são, portanto, perpassados pela ideia de que normas conflitantes contribuem para a coesão e equilíbrio da estrutura social.

É somente na obra de Leach (1996 [1957]) que a existência de uma estrutura social única e em equilíbrio será questionada. Ao longo de “Sistemas Políticos da Alta Birmânia”, o autor argumenta que o pressuposto da estabilidade, com o qual a abordagem estrutural-funcionalista trabalhava, só existe ao nível analítico. Sociedades em equilíbrio estável, para o autor, existem apenas enquanto modelos, enquanto tipos ideais ou abstrações. As diferentes partes desses modelos formariam um todo coerente, um sistema em equilíbrio. Tal abstração teórica postula uma rigidez formal que acaba por ignorar a prática social ou o comportamento real, no qual Leach está interessado.

Quando se trata da realidade social não há, para o autor, formação de um todo coerente, visto que essa é repleta de incongruências. Leach toma como referencial

empírico, em sua análise, os kachins e os chans que habitam o que ele denomina de Região das Colinas Kachins, na Alta Birmânia. Nesta área encontram-se um número significativo de grupos cultural e parcialmente distintos, segregados em algumas regiões e confundidos em outras. Assim, para o autor, seria uma "ficção acadêmica" supor que em situação etnográfica normal se encontrem comumente "tribos" diferentes, distribuídas no mapa de maneira ordenada com nítidas fronteiras entre elas.

Ao autor interessava saber até que ponto se poderia afirmar que um único tipo de estrutura social prevalece ao longo da região kachin. Através da análise de seu material etnográfico, a autor mostra que no caso por ele encontrado no trabalho de campo, há um sistema social, com três subsistemas distintos e interdependentes. Para entender um seria preciso levar em conta o outro. As estruturas políticas gumsa são essencialmente instáveis e só são inteligíveis, segundo o autor, em termos do contraste apresentado pelos tipos polares de organização gumlao e chan. As comunidades kachins oscilam entre esses dois tipos polares, não sendo, na realidade, nem de um tipo e nem de outro.

Na teoria, o modelo gumsa e o gumlao seriam duas estruturas sociais contrastantes, ao posso que na prática, são dois tipos polares num sistema total de fluxo e inter-relacionados, um tendendo em direção ao outro. Tanto na mitologia, como na história, a comunidade gumsa torna-se gumlao e vice-versa. Ambos os sistemas são estruturalmente deficientes, repletos de incoerências.

Essa inconsistência funcional é intrínseca à organização social kachin e é, na visão de Leach, a chave para a compreensão da mudança social que escapa ao modelo. São essas incoerências que permitiriam ao individuo certas manipulações em função de seu interesse,

possibilitando, assim, a oscilação frequente entre os extremos polares de gumsa e gumlao. O conflito e a contradição da normas é, portanto, visto em Leach [1957] não como contribuição para a coesão social, mas sim como o elemento que possibilita a mudança, o desequilíbrio ou o fluxo entre os princípios que orientam a prática dos moradores.

O autor dedica-se a ressaltar a diferença entre teoria e situações práticas. Em teoria, por exemplo, a hierarquia kachin depende estritamente do *status* de nascimento; todas as normas legais são estruturadas como se a hierarquia de aristocratas, plebeus e escravos tivesse uma rigidez e uma exclusividade análogas à das castas. Leach adverte, no entanto, que essa teoria seria uma ficção. O autor destaca a discrepância entre as regras idealizadas e a prática kachin, indo na contracorrente dos modelos abstratos de então. O autor chama atenção para a agência dos indivíduos, que ao manipular regras e normas, através de suas práticas, transformam a estrutura.

Leach (1996 [1957]) desenvolveu seu trabalho apoiando-se em seu material de campo e também em fontes documentais. O autor reivindica para si o fato de ter descrito a estrutura de um sistema social que não está em equilíbrio e propõe um método de análise dos processos de mudança social no qual a natureza fictícia de equilíbrio social seja francamente assumida. Apesar de colocar-se claramente contra o estrutural-funcionalismo, o autor sugere que nas situações práticas de trabalho de campo o antropólogo deve sempre tratar o material de observação *como se* fosse parte do equilíbrio global, pois, de outra forma, a descrição torna-se quase impossível.

No caso da pesquisa em questão, a rigidez postulada pelos moradores das duas favelas em seus discursos para apresentar a relação existente entre eles não encontra

correspondência em suas práticas. Tal modelo, construído a partir do discurso de apresentação dos moradores sobre si, indica a formulação de um único sistema social estável: antigos (Cantagalo) X novos (Pavão-Pavãozinho). Na prática, no entanto, o que existe é uma fluidez ou mobilidade entre dois princípios estruturais que se interpenetram: 1. Atual: antigos X novos moradores; e 2. Historicamente estabelecida: antigos do Cantagalo X antigos do Pavão-Pavãozinho. O fluxo constante entre esses princípios é observado nas práticas da complexa dinâmica existente entre esses grupos e entre eles e o espaço do qual se apropriam. Na prática, esse modelo revela-se inconsistente, pois esses princípios se inter-relacionam e se misturam num fluxo constante. Em suas práticas, os moradores manipulam essas regras rígidas frequentemente, dando origem a uma complexa dinâmica: a da "casaca dupla face", através da qual, recorrentemente se diferenciam, mas, também, em algumas situações, podem se articular.

Através do recuo histórico, utilizando-se dos recursos da memória e história de vida, esse capítulo buscou-se ressaltar os significados atribuídos ao espaço, através da análise das categorias e, sobretudo, das práticas espaciais. Ainda que, na prática, as fronteiras e distâncias construídas pelos/entre os moradores das duas favelas não sejam tão rígidas como apresentaram em seu discurso, o fato é que esses moradores não percebem esse espaço como um todo indiferenciado ou amorfo.

A maneira como esses moradores percebem e praticam esse espaço não corresponde à forma através da qual o mesmo é concebido pelo poder público. Conforme mostramos no capítulo dois dessa tese, ao propor o "remanejamento" de moradores do Pavão-Pavãozinho para o Cantagalo, o projeto do PAC evidencia que concebe o "Complexo" como um todo integrado e uniforme. Tendo apresentado tal "remanejamento"

como opção aos moradores de permanecerem no "complexo", fica claro que o PAC não leva em consideração, portanto, as categorias locais e as formas como os moradores se diferenciam, se apropriam e se organizam socialmente por esse território.

Há uma série de práticas, rivalidades e disputas locais que, apesar de historicamente centrais na dinâmica organizacional dos "moradores" do dito "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo", não estão sendo levadas em consideração por parte dos idealizadores de politicas públicas como o PAC. Tais projetos de intervenção urbana parecem ser concebidos de acordo com representações da sociedade e do poder público sobre favelas em geral, não atentando, por vezes, para as categorias e realidade social locais[74].

Diversos autores chamaram atenção para o fato dos idealizadores dos projetos não incorporarem no planejamento urbano as dimensões sociais do processo e as categorias e práticas espaciais. Já em 1961, Jacobs [1961] promove uma critica contundente ao racionalismo dos planejadores urbanos, que amarrados aos seus arcabouços teóricos, não levam em consideração em seus planos de intervenção a complexidade da realidade urbana. Nessa mesma direção, preocupados com a não incorporação dos usos sociais do espaço e com a democratização do planejamento urbano, tempos depois surgem os trabalho de Banck (1986), Mello, Vogel & Santos (1985), Bonduki (1992) e Holston (1993).

Diante de um projeto de intervenção urbana como o do PAC que não leva em consideração a dinâmica existente entre os moradores das duas favelas, a tese busca pensar

[74] Sobre a critica ao racionalismo dos planejadores urbanos, que amarrados aos seus arcabouços teóricos, não levam em consideração em seus planos de intervenção a complexidade da realidade urbana ver Jacobs (1961)

nas estratégias e alternativas desenvolvidas por esses moradores. A forma como se engajam, buscando expor demandas e assegurar seus objetivos nas arenas públicas será amplamente analisada no próximo capítulo dessa tese.

Cabe aqui lembrar rapidamente a estratégia adotada não por uma liderança comunitária atuando politicamente e buscando se colocar com interlocutora nesse processo, mas sim por uma "moradora comum" em seu cotidiano. Dona Aparecida era uma moradora do Pavão-Pavãozinho que foi "remanejada" para um dos prédios do PAC no Cantagalo, onde, em um mesmo corredor, residem moradores das duas favelas. O apartamento de Dona Aparecida é o último do corredor e antes da porta do seu apartamento, ela mandou colocar uma grade de ferro, que quase sempre está fechada. Reproduzindo as distinções e rivalidades existentes entre os moradores dessas duas favelas, Dona Aparecida conta que os moradores do Cantagalo são muito folgados ("entrões") e que, dessa maneira, ela prefere evitar "ter muito contato com essa vizinhança daqui (Cantagalo) na minha porta". Tal fato chama atenção para a forma como esses moradores se apropriam de forma singular do espaço do prédio projetado pelo PAC. Através dessa porta, Dona Aparecida atualiza o significado do espaço em questão evidenciando, como já analisou Certeau (1995: p. 23), que: "as maneiras de utilizar o espaço fogem à planificação urbanística".

Quando ainda era apenas um projeto, essa tese tinha como uma das questões centrais a ser desenvolvida a análise da forma como os "moradores comuns" das duas favelas vinham se apropriando do espaço projetado pelo PAC em seu cotidiano. As reuniões comunitárias e as práticas das lideranças locais diante desse processo, no entanto,

acabaram tomando uma dimensão central nessa tese, sendo esse o tema do capítulo que se segue.

Capítulo IV. "Temos que mostrar a nossa força! Essa é a hora da virada!": (re) arranjos entre velhos e novos atores na política local.

A "crise dos decretos" de uso e ocupação do solo, iniciada em abril de 2011, foi no segundo capítulo descrita para ajudar a analisar o tipo de relação que os moradores dessas duas favelas estabelecem entre eles e com o espaço que ocupam. Nesse capítulo, no entanto, tal crise permitirá introduzir a reflexão sobre a forma como as lideranças locais se relacionam com as políticas públicas que ali vem sendo implementadas. Neste capítulo, buscar-se-á pensar nos desafios, rupturas e continuidades que a UPP, o PAC e a política de regularização urbanística e fundiária colocam aos já estabelecidos arranjos da vida política local. Mais especificamente, procurar-se-á descrever a forma como velhos e novos atores da política local percebem e "participam" dessas políticas públicas. Trata-se aqui, portanto, de descrever e analisar como atores, com trajetórias de vida, interesses e perspectivas tão distintos, encontram formas possíveis de engajamento, buscando expor demandas e assegurar seus objetivos.

4.1. "O pessoal está organizando um movimento FORA BEZERRA e eu estou dentro!": representatividade e legitimidade nas associações de moradores.

Em março de 2011, um pouco antes do início da "crise dos decretos", reuniões comunitárias passaram a ser organizadas pelo Capitão da UPP local. Havia pouco mais de um ano que a UPP estava atuando nessas duas favelas e, segundo o Capitão, tais reuniões

eram uma forma de "aproximação" para conhecer melhor a comunidade, tomar conhecimento de suas principais demandas e encaminhá-las na busca por soluções [75].

Figura 10: Imagem de uma das reuniões comunitárias realizadas pelo Capitão da UPP[76].
Foto: Juliana Blasi Cunha, [2012].

Assim que o assunto da "crise dos decretos" surgiu em uma dessas reuniões, o Capitão comprometeu-se a convocar algum representante da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU) para que prestasse esclarecimentos aos moradores e lideranças locais. O convite à SMU já havia sido feito pelo presidente da Associação de Moradores do Cantagalo, mas a reunião de esclarecimento acabou se realizando apenas após o reforço do convite feito pelo Capitão.

[75] Davies (2014) desenvolve interessante análise sobre processos de regulamentação de reuniões comunitárias organizadas e dirigidas pelos comandos das UPPs em algumas favelas da cidade. O autor analisa símbolos, valores e temas suscitados nesses eventos aos quais chama rituais de "pacificação". Segundo o autor, "existem regularidades e formalidades que buscam conduzir a produção de novos valores morais e também renovar velhos mecanismos de controle sobre as dinâmicas políticas desses espaços" (DAVIES, 2014: p.24).
[76] Essa foto não é da reunião organizada pelo Capitão com o funcionário da SMU que será descrita aqui, mas serve para ilustrar essas reuniões comunitárias, sobretudo, a mesa com o Capitão, presidentes das duas associações e convidados.

A reunião de esclarecimento, com o funcionário da SMU, organizada pelo Capitão, ocorreu no grande auditório do prédio do "Brizolão", no Cantagalo. No palco desse auditório, em uma mesa, estava sentado ao centro o Capitão, à sua direita o funcionário da SMU e à sua esquerda os presidentes das duas associações de moradores: Bezerra (Cantagalo) e Alzira (Pavão-Pavãozinho). Na plateia do auditório estavam moradores e lideranças das duas favelas, totalizando aproximadamente sessenta pessoas. O Capitão abriu a reunião saudando a todos e logo passou a palavra ao funcionário da Prefeitura, que fez comentários iniciais gerais sobre os decretos. Logo em seguida, a palavra foi passada pelo Capitão ao presidente da Associação de Moradores do Cantagalo:

> "Eu tenho lá na Associação o mapa com o projeto da SMU para o Cantagalo, mas só que o pessoal não está se conformando com a coisa de ter que parar as suas obras e com o limite de gabaritos. Área de risco aqui no Cantagalo não tem. A Geo-Rio veio aqui e viu que já está tudo certo aqui. Agora não adianta ficar me desacatando e dizendo que eu estou associado com a Prefeitura. A associação não resolve mais esses problemas. Nós agora temos que respeitar a lei. Vocês têm que perguntar e reclamar para eles que estão aqui agora. Antigamente o governo não estava presente, então era a Associação que decidia. Agora não é mais assim. Acham que a Associação pode resolver e não é bem assim (...). Estamos lutando para transformar num bairro, então vamos ter que nos adaptar".

Na sequência, a palavra foi passada à Alzira (presidente da Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho), que clamou por explicações e disse que a comunidade estava apavorada, pois só se falava em remoções. A seguir, o Capitão retomou a palavra, passando-a aos moradores e lideranças locais e ressaltou que esses deveriam se inscrever para fazer uso da palavra e respeitar o tempo de dois minutos. Quando o Capitão delimitou

o tempo de dois minutos para a fala de cada morador e liderança, o descontentamento desses foi geral. Muitos balançaram a cabeça, fizeram comentários com colegas ao lado e gesticularam num claro sinal de desaprovação ao tal pedido do Capitão.

Mesmo não concordando com o tempo delimitado pelo Capitão para a realização de suas falas, muitos moradores e lideranças expuseram suas dúvidas e cobraram informações do funcionário da SMU sobre as obras embargadas, casas interditadas e gabarito, conforme vimos no capítulo anterior. Interessa aqui, no entanto, ressaltar a intervenção feita pelo Sidnei, liderança do Cantagalo, que se dirigia não ao funcionário da SMU, mas sim ao Bezerra, presidente da Associação de Moradores do Cantagalo. Sidnei tem 40 anos, é nascido no Cantagalo, professor em um projeto local de capoeira e é também um dos fundadores do Museu de Favelas (MUF), importante ONG local, que surgiu a partir de um projeto iniciado pelo "trabalho social" do PAC 1.

A fala de Sidnei deu-se após a de muitas lideranças e moradores, quase ao final do tempo previsto para a reunião. Sidnei estava sentado nas cadeiras localizadas logo à frente da plateia e ficou de pé com o corpo voltado para o palco onde estava Bezerra, mas sem ficar totalmente de costas para a plateia. Quando recebeu o microfone, Sidnei levantou a sua mão direita e apontando-a para Bezerra, em tom de deboche, deu início à sua fala:

> "Alô, alô, Bezerra! Essa é para você! O Bezerra falou uma coisa que me preocupa muito! Ele disse aí no começo que a Associação de Moradores perdeu a sua força e que agora é tudo com a Prefeitura. Capitão, eu quero te passar o seguinte: a comunidade, ela tem que ter eleição, entendeu? Isso que está acontecendo hoje é porque a Associação de Moradores não passa a informação para a comunidade, principalmente essa

> coisa dos decretos aí do urbanismo. Eu já ouvi duas vezes o Bezerra falando assim: 'Quem manda aqui agora sou eu e o Nogueira'. A nossa comunidade tem que ter eleição presidencial sim, porque a gente tem o direito de querer ter outro representante. Se a Associação de Moradores não presta mais para nada, então fecha a porta das duas associações. Não é governo que está mandando agora, como disse o Bezerra? Então não existe mais Associação?! As informações não chegam porque a Associação não faz o trabalho de comunicação. O que interessa para a gente, o alto falante da Associação não avisa. A reunião com a Pastoral na semana passada ele não anunciou! Então tem alguma coisa errada aqui. Aí quando Bezerra fala que a gente diz que ele está fazendo o jogo do governo...isso também falam de mim. Todo mundo fala de todo mundo aqui! O que importa é que a nossa comunidade tem que ter eleição sim! Teve no Pavão-Pavãozinho e aqui tem que ter também. A gente quer outro representante. O Bezerra já fez a parte dele...um excelente trabalho, mas hoje a Associação de Moradores não pode ser só Bezerra aqui (Cantagalo) e a Dona Alzira lá (Pavão-Pavãozinho)! Tem que ter um colegiado porque tem muita coisa importante acontecendo no morro e a comunidade tem que acordar, sair de casa e participar. A especulação imobiliária está rolando! Então, se a Associação de Moradores perdeu sua força, então fecha a porta e não existe mais. Ou o governo vai falar diretamente com o morador, ou vai colocar um representante ou a Associação vai fazer a parte dela de comunicar para acabar com essa bagunça que o morador não sabe de nada. Então, eu peço eleição no morro do Cantagalo. E tem uma galera querendo fazer um movimento "Fora Bezerra" e eu estou dentro desse movimento. Falou!".

Sidnei conduziu sua fala em forte tom de deboche, mas, ao mesmo tempo, passando bastante seriedade no que estava dizendo. Após encerrar sua fala, Sidnei foi aplaudido por muitos moradores e lideranças presentes nessa reunião. Bezerra logo pegou

o microfone para se defender quebrando a ordem de fala da reunião, que, a essa altura, já havia dispersado com os comentários e risadas da plateia sobre a fala de Sidnei. Enquanto Bezerra buscava se explicar, muitos foram se levantando querendo encerrar a reunião naquele tom que havia sido deixado por Sidnei. O Capitão, no entanto, tentou retomar a reunião, mas conseguiu apenas encerrá-la, agradecendo a presença de todos e, sobretudo, do funcionário da SMU presente.

A fala de Sidnei destaca alguns importantes pontos sobre a situação na qual se encontra a política local dessas duas favelas. Semanas antes, o presidente da Associação de Moradores do Cantagalo, Bezerra, havia caminhado pelo morro, junto ao técnico da Prefeitura e a policias da UPP, ajudando a localizar casas e moradores para que "autos de interdição" fossem entregues e obras embargadas, de acordo com os parâmetros previstos nos novos decretos de "uso e ocupação do solo", que começavam a ser ali aplicados. Por essa e outras atitudes do Bezerra, ele vinha sendo frequentemente acusado de estar "fechado com a Prefeitura", nada fazendo "pela comunidade".

Além dessa habitual acusação ao Bezerra, Sidnei acrescentou ainda que ele não repassava informações para os moradores e as lideranças, monopolizando, assim, a interlocução e a negociação com o poder público. Segundo Sidnei, os moradores e lideranças não se sentiam representados por Bezerra e gostariam de eleições para que pudessem eleger outro presidente, uma vez que Bezerra estaria "fechado com a Prefeitura", "fazendo o jogo do governo" e, dessa forma, não representando as demandas da comunidade.

Na verdade, Sidnei questionou o atual formato da Associação onde Bezerra monopoliza informações e o diálogo com o poder público, ressaltando a importância da existência de um colegiado para acompanhar tudo que estaria acontecendo ali. Sidnei colocou em questão, assim, o atual papel da Associação de Moradores, uma vez que na fala de Bezerra, "agora quem manda é a Prefeitura". Se quem manda é a Prefeitura, qual seria a função atual da Associação? Sidnei solicitou a participação de moradores e lideranças nesse processo e pediu eleições para que pudessem eleger outro representante e um colegiado.

A fala de Sidnei sobre a necessidade de eleições e de um colegiado ressalta a crise de representatividade da Associação de Moradores do Cantagalo e chama atenção, sobretudo para a disputa entre essas lideranças e a Associação pela interlocução e administração de projetos sociais e políticas que ali já atuam e os que estão por vir. Além disso, tal fala revela ainda outro problema: o da legitimidade do cargo de Bezerra. Sidnei questionou tal legitimidade uma vez que, segundo ele, ali não houve eleição como na Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho.

Segundo contam algumas lideranças locais, após a entrada da UPP, no ano de 2010, eleições foram realizadas na Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho, mas não na do Cantagalo. Diferentemente da Associação de Moradores do Cantagalo, a do Pavão-Pavãozinho foi acusada de suspeita de "envolvimento com o tráfico" local, sendo essa a razão apontada para a realização da eleição lá após a entrada da UPP. Nas palavras do próprio Bezerra:

> "Logo quando o comandante, o capitão, chegou aqui, ele falou: 'Bezerra, eu queria conversar com você. Você fica à vontade que a Associação daqui está livre de qualquer problema. Eu vim do serviço de inteligência e eu sei de tudo que está acontecendo aqui.'. Então, ele é um cara correto. Eu gostei dele, gostei. Aí ele: 'Eu não quero que você me dê informação nenhuma. Só vim te avisar que a associação do Cantagalo está isenta, não tem nenhum processo contra ela e nem contra você. Agora a de lá (Pavão-Pavãozinho) está sob investigação, entendeu? E vocês podem ficar à vontade. O que precisar, está aqui meus telefones e tal.'".

Já em relação à Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho, segundo conta uma antiga liderança dali, a abordagem do Capitão teria se dado em outros termos:

> "O Capitão chegou aqui dizendo que tudo pertencia ao tráfico. Os meninos (tráfico) fizeram uma reunião comigo e outros líderes daqui querendo que a gente assumisse a Associação. Só que eu disse não, porque eu achava que tinha que ter eleição mesmo. Eu achava que a gente tinha era que mostrar para ele que não era bem assim. Eu falei para eles (traficantes): 'Vocês são como autoridade da comunidade, mas infelizmente quem bate de frente somos nós. Quem bota a cara somos nós! Então, é a questão da confiança. Ou eles (poder público) confiam ou não confiam. Essa que é a grande verdade. Tem que ser democrático'. E ai tiveram as eleições e apareceram três chapas. A da Alzira ganhou e ela voltou para a Associação".

A fala "Vocês são como autoridade da comunidade, mas infelizmente quem bate de frente somos nós. Quem bota a cara somos nós." remete ao papel de mediação que lideranças locais e Associação de Moradores acabavam recorrentemente tendo que desempenhar entre o narcotráfico e o poder público ou ONGs. A fala dessa liderança

chama atenção para o "trabalho sujo" que lideranças e Associação de Moradores acabam realizando como interlocutores, ou como aqueles que "botam a cara", na mediação das negociações entre o poder público ou ONGs e o tráfico de drogas. Miranda & Magalhães (2004) analisam essa mediação ressaltando que essa é a maneira que os atores externos encontram para manter distância do tráfico, passando a impressão de que o contato não existiu:

> "A mediação faz com que, como por milagre, a ilegitimidade do contato se quebre. O fato de alguém que é técnico ou representante de ONG estar negociando com uma liderança permite que, por meio de um artificio cruel, aja como se todas as consultas fossem legais e legítimas. Admite-se que a liderança estabeleça relações com representantes do tráfico. É como se o fato de ser morador (a) eliminasse as barreiras entre legal e ilegal que são válidas para as outras pessoas" (MIRANDA & MAGALHÃES, 2004: p.52).

A situação descrita acima faz pensar sobre os diferentes níveis de "envolvimento com o tráfico" que distinguem a atuação da Associação de Moradores do Cantagalo e a do Pavão-Pavãozinho, fazendo com que uma tenha sido considerada "isenta" e outra colocada "sob investigação", após a entrada da UPP nas duas favelas. É difícil perceber o limite entre o que seria uma relação considerada inevitável entre a Associação e o narcotráfico e o ponto no qual tal limite é extrapolado, deixando de ser aceita pelos moradores e pelo poder público. No momento em que o limite é ultrapassado, tal relação passa a ser percebida por esses como "envolvimento com o tráfico" ou, em alguns casos, chegando mesmo a incorrer naquilo que no âmbito jurídico é classificado como "associação para o tráfico".

4.2. "Tem que ter jogo de cintura, né?": a mediação das associações de moradores entre o poder público e o narcotráfico.

Logo no início do trabalho de campo, procurei Bezerra e ele se mostrou disponível para uma conversa. Falei um pouco sobre a pesquisa e Bezerra tratou de conduzir a conversa, introduzindo ele mesmo os assuntos sobre os quais queria falar. O presidente da Associação de Moradores do Cantagalo, logo no começo da conversa, falou abertamente sobre o tipo de relação que ele estabeleceu com o narcotráfico ao longo dos 20 anos que trabalhou na Associação de Moradores do Cantagalo, como colaborador e presidente:

> "Eu sempre vivi balanceado com eles (tráfico). Tem que ter jogo de cintura, né? Eu cheguei a brigar com o chefe e depois estava tudo certo. Então você vê que a gente chegou uma época aqui que tinha que ter revólver! Então, a gente encarava os caras de igual para igual. Só que quando virou facção, aí mudou muito! Aí não tinha mais como ser de igual para igual porque aí era execução na hora. E aí foi onde que eu entrei com o jogo de cintura, entendeu? Mas eu nunca deixei me levar por nada. Ai o Caveirinha, do Comando Vermelho, que era o dono de tudo aqui, puxou 17 anos de cadeia. Eu nem conhecia ele porque ele era do Pavão. Ele não era do Cantagalo. Dominou tudo aqui, mas ele era do Pavão. Nessa época, o Comando Vermelho tomou tudo. Aí esse cara lá do Pavão, o Caveirinha, deram 10 favelas para ele. Então ficou Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e mais outras: Dique, Rocinha e sei lá mais quais. Aí eles vinham aí e eu tinha que ficar negociando com eles. Só que é o seguinte, eu não posso deixar estabelecer dentro da associação e tal. E a coisa importante é que eu não aceitava dinheiro. Eu nunca aceitei. Eles viam que meu trabalho era dedicado à comunidade e não mexia com o negócio deles, então eles achavam que eu não devia sair. Aí terminava o meu mandato de três anos,

> eu marcava uma assembleia para ver se aparecia alguma chapa e não aparecia ninguém! E eu tinha que renovar e continuava na frente da associação".

Ao longo de sua narrativa, Bezerra fez questão de enfatizar que não era mais um entre os tantos presidentes de Associação de Moradores que havia sido "porta-voz" do narcotráfico. Ele ressaltava, como vimos, que "eles apareciam aí e eu tinha que ficar negociando com eles", mas sem deixá-los se "estabelecer dentro da associação". O presidente destacava uma importante competência ao exercício de seu cargo: o seu "jogo de cintura". Tal competência lhe permitia reconhecer a autoridade do tráfico e com ela negociar, mas, sem se submeter totalmente à mesma, possibilitando sua articulação também com o poder público. Tal estratégia possibilitava a ele manter uma "boa relação" com os dois e fazer a mediação entre eles, quando necessário. Segundo conta:

> "Não é que eles (tráfico) obrigavam o cara a seguir e fazer tudo o que eles queriam. O que eles queriam é que as pessoas dessem as informações para eles, entendeu? Eles se consideravam como autoridade e na realidade eles eram autoridade. Mas isso eu falava com o governo, por isso eles me dão credibilidade até hoje, porque eles têm o serviço de inteligência deles e sabiam como eu fazia as coisas aqui. Eu conversava com o governo e explicava, entendeu? Quando o Garotinho foi o governador, eu tive umas três vezes com ele no Palácio. Eu fui para resolver uns problemas, pedir umas coisas e aí eu falava com ele: 'Governador, eu conheço você como governo e tal, mas a autoridade na comunidade é o tráfico. Eu reconheço eles como tráfico. O senhor vai me desculpar...'. Eu tinha que ser sincero com eles! E aqui eu falava com os meninos também. E eles também me respeitavam. Eles não entravam armados aqui (na Associação), se viesse conversar comigo qualquer coisa, deixava um cara ali. Controlava tudo aqui... todas as entradas do morro tinham as pessoas

> deles que queriam saber quem que ia e vinha e tal... E a Associação tinha que dar satisfação de tudo. E eu achava que eles não estavam errados não. Eles que comandavam, mas eles também não pressionavam não. Então, tinha um ou outro aí que se exibia no meio de cento e tantos homens. E eu tentava resolver os problemas com quem queria se exibir, mas eu tentava resolver eu e ele pessoalmente. Eu não pedia favor a eles, porque se você pedir favor a eles, fica devendo a vida toda. Então eles me ofereciam: 'Chefe, se alguém se exibir aí, qualquer coisa você me fala.'. Mas eu nunca fiz pedido e resolvia direto com o cara".

Bezerra conversava com o governador, assim como também conversava com os traficantes, estabelecendo e mantendo, portanto, uma boa relação com os dois. Pedir ou mesmo aceitar dinheiro ou favores dos traficantes locais é, no entanto, visto por Bezerra como algo extremamente negativo no desemprenho do cargo de presidente da Associação de Moradores. "Estar em dívida" [77] com os traficantes locais poderia obrigá-lo a fazer concessões e tratá-los com certas regalias, que comprometeriam sua credibilidade frente ao poder público e à "comunidade". Bezerra narra sua trajetória política enfatizando o fato de ter sempre se recusado a aceitar dinheiro e favores dos traficantes locais, evitando com isso criar uma "dívida moral" com eles [78].

Na análise de Bezerra, assim como na de pesquisadores que estudaram a relação entre associações de moradores e narcotráfico, como Alvito (2001) e Rocha (2009), seria

[77] Na antropologia clássica, a partir da análise de relações de troca entre polinésios, melanésios e povos da américa do norte, Mauss (2011 [1925]) propôs o "princípio da reciprocidade", que envolve as obrigações mútuas de dar, receber e retribuir, destacando o comprometimento social entre aqueles que trocam. Em análise da Antropologia da Política nacional recente, o princípio da reciprocidade foi utilizado por Kuschiner (2002) para tratar de relações políticas marcadas por esse "estar em dívida" gerando um fluxo constante de trocas mútuas entre políticos e eleitores.

[78] Em sua clássica etnografia sobre as relações estabelecidas entre o mundo do crime e da política nas décadas de 1930 e 1940 nos Estados Unidos, Foote-Whyte (2005 [1943]) destaca que o "favor" pago obriga menos que aquele se faz de graça. A remuneração financeira pode encerrar o ciclo das obrigações mútuas entre os envolvidos num sistema de obrigações pessoais recíprocas.

ao aceitar favores e, sobretudo, dinheiro, que os presidentes das associações de moradores em geral caracterizariam seu "envolvimento com o tráfico", perdendo a possibilidade de preservar certa autonomia em seu mandato. A dívida implicaria em uma retribuição dos favores e uma explicitação do estreitamento dessa relação entre eles, que, em geral perpassa visitas na cadeia e "passeios" junto com o "dono do morro" pela favela.

Ao publicizar a relação com os traficantes locais, através de visitas na cadeia e outros, os presidentes das associações perderiam a confiança, além de moradores e lideranças locais, também do poder público, em alguns casos, dificultando a chegada de programas do governo. As palavras de uma antiga liderança do Pavão-Pavãozinho vão nesse mesmo sentido destacar que grande parte do problema estaria na demonstração pública da relação estabelecida entre Associação e traficantes:

> "A Associação não pode ficar em conjunto com o tráfico. A Associação tem que ter sua autoridade. Lida com o tráfico? Lida com o tráfico! Mas para a comunidade, tem que ser a Associação. Não pode ser abertamente não... Então só o presidente que atende os moradores porque os caras não podem ficar de frente! Não é legal. Assim perde a confiança legal também de muitos políticos".

Bezerra possuía a competência ou "jogo de cintura" necessário para mediar a relação entre o poder público e o narcotráfico local, o que lhe garantiu seu cargo na Associação por vinte anos. Para ser um mediador é, portanto, necessário algum tipo de vínculo com os dois lados. Ele reconhecia a autoridade do tráfico, mas dizia que, através de uma certa distância em relação a ele, teria conseguido atuar não de forma totalmente autônoma, mas sem uma submissão completa e irrestrita ao mesmo. Sem posicionar-se

declaradamente a favor de um lado e contrário ao outro, ele foi se articulando e ganhando confiança e credibilidade pelo seu trabalho; não apenas com o poder público, mas também com o narcotráfico que acabava por reconhecer a importância da "boa relação" que Bezerra mantinha com o Estado para a entrada de políticas públicas na favela.

Relacionar-se e negociar com o narcotráfico faz-se, portanto, necessário ao desempenho do cargo de presidente da Associação de Moradores. Aceitar favores e dinheiro do tráfico implica num estreitamento de relações e na publicização desses vínculos. Tal publicização da relação traz problemas à execução de sua função, como a perda de confiança frente ao poder público. Essa perda de confiança frente ao poder público acaba indo contra aos interesses dos próprios traficantes, uma vez que inviabiliza a entrada de recursos e obras na favela, que a eles interessam buscar controlar. Contraditoriamente, o "papel sujo" de mediação entre tráfico e poder público que à Associação resta fazer, pode acabar tornando-se fonte da perda de sua representatividade.

As relações entre as associações de moradores e o tráfico de drogas é tema de muitos trabalhos, onde frequentemente se atribui a crise de representatividade das associações à coação que suas lideranças sofrem pelos bandos de traficantes nas diversas localidades. Zaluar (2006), por exemplo, ressalta que os traficantes são consultados sobre todas as atividades da Associação: "Tudo se passa como se os traficantes fossem os atores políticos que não podem deixar de ser consultados para a execução dessas atividades. É preciso ter a permissão deles, sob pena de sofrer represálias que inviabilizariam essa execução" (ZALUAR, 2006: p.362).

Vasta é a bibliografia (Machado da Silva & Leite, 2004; Miranda & Magalhães, 2004; Alvito, 2001 e Leeds, 1998) que trata de como a representação política nas favelas vem sendo dificultada pelo crime violento. A submissão dos presidentes das associações ao controle exercido pelo tráfico comprometeria a legitimidade da atuação desses líderes tanto diante do poder público, que passam a enxergá-los como "porta-vozes" do tráfico, como diante da comunidade, que desacredita da atuação de seus representantes e se afastam da vida associativa na favela. Machado da Silva (2004), a respeito da formação de ação coletiva em contexto de "sociabilidade violenta", chama atenção para a ausência de negociação:

> "Todos os agentes obedecem apenas porque sabem, pela demonstração de fato em momentos anteriores, que são mais fracos, com a insubmissão implicando necessariamente em retaliação física. No limite, pode-se dizer que não há fins coletivos nem subordinação; todas as formas de interação constituem-se em técnicas de submissão que eliminam a vontade e as orientações subjetivas de demais participantes como elemento significativo da situação". (MACHADO DA SILVA, 2004: p.40)[79].

O caso dessas duas favelas vizinhas nos obriga a refletir sobre essa articulação, frequentemente estabelecida na bibliografia, entre a crise de representatividade das associações e o domínio do tráfico nessas localidades. No caso da atual crise de representatividade da Associação de Moradores do Cantagalo, não é pelo "envolvimento com o tráfico" que o presidente dessa Associação está sendo acusado e por isso desacreditado pela comunidade. A acusação que Bezerra vem, rotineiramente, sofrendo

[79] Para mais informações sobre a relação entre formação de ação coletiva e "sociabilidade violenta", ver a coletânea de artigos organizada por Machado da Silva (2008).

por parte dos moradores é a de estar "fazendo o jogo da Prefeitura", não expondo suas demandas e nem buscando assegurar seus objetivos.

Durante todo o tempo em que esteve à frente da Associação de Moradores do Cantagalo, Bezerra parece ter "jogado dos dois lados" com maestria, articulando-se com poder público e com narcotráfico na medida certa de lhe possibilitar desempenhar sua função. Com a entrada da UPP e o encapsulamento do tráfico local, no entanto, Bezerra parece ter pendido mais para o lado do poder público e, com isso, vem perdendo pontos com os moradores e lideranças locais por não mais "brigar pela comunidade e nada fazer por ela".

Não entrarei em detalhes sobre a atuação de Alzira, presidente da Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho, e do tipo de relação que a ela foi possível estabelecer com o narcotráfico local. Dentre algumas acusações feitas a ela, aqui enunciarei apenas uma, por ser uma das mais recorrentes e por acreditar que ajuda a pensar no fato dessa associação ter ficado "sob investigação" quando da entrada da UPP. Segundo contam alguns informantes, Alzira fora vista algumas vezes andando pela comunidade com a tropa do "dono do morro". O passeio de Alzira ao lado do "dono do morro" pela favela foi apontado por alguns como um exemplo da explicitação da relação que ela mantinha com o tráfico e que distinguia a sua atuação da de Bezerra.

Bezerra não imaginou, no entanto, que caminhar pela comunidade junto ao funcionário da Prefeitura e aos policiais da UPP, mostrando a localização das casas a serem interditadas e obras embargadas, também abriria margem para uma crise em sua credibilidade; não junto ao poder público, mas sim diante dos moradores e lideranças

locais. Ao caminhar pelo "morro" ao lado do funcionário da Prefeitura e policiais da UPP, Bezerra, assim como Alzira ao passear com o "dono do morro", tornou pública a relação de proximidade que mantinha com um dos lados dessa relação de mediação. No caso de Bezerra, o poder público, a quem acreditava que deveriam obedecer.

A publicização da proximidade de Alzira em relação ao narcotráfico trouxe uma crise de representatividade da Associação diante do poder público. Já a publicização da proximidade de Bezerra em relação ao poder público abriu outra crise, mas essa de legitimidade diante de moradores e lideranças locais. A história recente dessas duas associações de moradores bem ilustra a "berlinda" na qual se encontram muitas delas desde a década de 1990: "muitos ficaram com a pecha de coniventes com o tráfico de drogas ou de submissos ao Estado", conforme ressalta Itamar Silva em entrevista ao Le Monde Diplomatique[80].

Não é apenas o controle amplamente exercido pelo tráfico que enfraquece, portanto, a Associação de Moradores e a formação de ação coletiva nas favelas. Dizer isso não significa negar a imposição e coação que o tráfico exerce sobre as associações em diversas favelas, mas apenas ressaltar que é preciso levar também em consideração na análise o processo mais complexo no qual muitos presidentes e outras lideranças locais passaram a atuar sob a "lógica da parceria" com o Estado. Há um processo a ser considerado nas análises sobre a crise de representatividade das associações que envolve o fato de muitos presidentes terem se tornado gestores de projetos governamentais.

[80] Disponível em https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1354.

Alguns pesquisadores tem chamado atenção para essa "lógica da parceria" como fator de importante relevância a ser considerado na análise da crise de representatividade das associações de moradores. O narcotráfico vem aos poucos deixando de ser, na literatura corrente, a única chave de interpretação dessa crise de representatividade. Rocha (2009) destaca que a relação política entre poder público e favelas se conformou ao padrão de "parcerias para a execução de projetos". Ao estudar uma favela que possui uma modalidade específica de estabelecimento do tráfico, intersticial e subterrâneo, Rocha (2009) destacou outros fatores para o "silenciamento" dos moradores. O chamado esvaziamento das associações de moradores, na análise de Silva&Rocha (2008) estaria perpassado por dois fatores: perda de legitimidade devido a relações com o tráfico e transformação do seu papel político, com um deslocamento da representação política à gestão de projetos sociais. A recente dissertação de mestrado de Araujo Silva (2013) também argumenta que a compreensão dos impactos do tráfico de drogas sobre o associativismo exige a interpretação de transformações políticas muito mais complexas, que justapõem a lógica de parcerias à gramática da violência urbana.

O que vem acontecendo nessas duas favelas suscita a pergunta sobre qual seria o papel da Associação de Moradores atualmente na vida política da favela. Com a entrada das UPPs e do PAC, ao Estado interessa ter a Associação como parceira e é isso que vemos representado, por exemplo, nos convites feitos aos presidentes para sentarem-se à mesa nessas reuniões junto ao Capitão e em muitas outras junto à equipe do PAC. A fala de Bezerra, sentado no palco do auditório ao lado do Capitão, do funcionário da SMU e de Alzira, na reunião descrita no início desse capítulo reforça tal questão:

> "A Associação não resolve mais esses problemas. Nós agora temos de respeitar à lei. Vocês tem que perguntar e reclamar para eles que estão aqui agora. Antigamente o governo não estava presente, então era a Associação que decidia. Agora não é mais assim."

Ao mesmo tempo em que se fala em crise de representatividade das associações de moradores, faz-se necessário destacar que essa perda de espaço se dá no âmbito da política local, onde as lideranças e moradores locais não mais se sentem por elas representados. Já o poder público segue considerando e acionando os presidentes dessas associações como os principais representantes e interlocutores locais.

CAVALCANTI (2013: p.219) em seu artigo sobre implementação do PAC e UPP em Manguinhos, fala de um processo ao qual chama de "PACificação":

> "O fato das associações de moradores terem-se tornado internamente desacreditadas não diminuiu a posição estratégica que ocupam no atual cenário político. Os presidentes dessas entidades continuam a ser os principais mediadores na implementação de políticas públicas nas favelas. (...) Mesmo que a legitimidade perante moradores seja questionável, nem Estado e nem tráfico podem prescindir dessa instância mediadora na implementação de políticas sociais".

As associações tiveram importante papel de mediação com o tráfico quando da entrada do PAC e outros programas recentes no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". Com a entrada também da UPP, após a apuração da situação da Associação do Pavão-Pavãozinho e da realização ali de eleições, as duas associações seguem sendo, frequentemente, acionadas como os interlocutores principais da comunidade pelo poder

público, na ocasião de todo e qualquer anúncio de novo programa público, ou inauguração de obras que ocorram nas duas favelas. Os presidentes das duas associações são frequentemente convocados a participar e a sentar junto aos funcionários dos programas nas reuniões realizadas pela equipe do PAC, pelo capitão da UPP e, mais tarde, pela UPP social, mantendo, assim, o papel de destaque na interlocução com o poder público. Tais políticas foram inicialmente implementadas, portanto, através da mediação das associações de moradores, instituições que atualmente vem passando por uma crise de representatividade diante de moradores e lideranças locais.

4.3. "Temos que mostrar nossa força! Essa é a hora da virada!": levante, disputas e trajetórias das lideranças locais.

É diante dos moradores e lideranças locais que as associações de moradores vêm perdendo espaço na vida política local. Após o simbólico "passeio" de Bezerra pelo "morro" com o funcionário da Prefeitura e policiais da UPP indicando a localização das casas a serem marcadas, muitos moradores intensificaram o processo através do qual atribuíram uma série de acusações a ele, não mais reconhecendo sua representatividade política. No início da "crise dos decretos", abril de 2011, não foi a Bezerra, por exemplo, que muitos moradores procuraram se articular em busca de explicações e soluções para a crítica situação que então vivenciavam.

Nesse mesmo período, após a entrada da UPP e o início da realização de reuniões comunitárias pelo Capitão, muitas lideranças locais, antigas e novas, passaram a buscar, retomar e, em alguns outros casos, conseguir conquistar seu espaço na vida política local.

Algumas lideranças antigas, que haviam se afastado da política local por não aceitarem submeter-se ao controle do tráfico, naquele momento, sentiam que essa era uma oportunidade e até mesmo obrigação de retomar suas atividades e seu espaço na vida associativa local. Outras lideranças antigas não tinham chegado a se afastar da política local, mas, naquele momento, sentiam também necessidade de articulação para combater o discurso de um "vazio institucional", frequentemente, evocado pela polícia sobre a vida associativa local.

Nas primeiras reuniões comunitárias realizadas pelo Capitão da UPP, além de alguns poucos "moradores comuns" com alguma demanda ou reclamação a ser feita, era comum ver representantes de quase todos os grupos locais, programas sociais do governo e ONGs[81] ali já existentes, representando suas instituições. Além de antigas lideranças, esse é um período em que também aparecem pessoas novas na vida política local, buscando apoio ou recurso para desenvolver ou se engajar em algum dos programas sociais do governo ou de ONGs.

A atuação de duas lideranças locais, uma antiga e uma nova, nesse momento da "crise dos decretos", traz importantes contribuições para pensar a perda de legitimidade das associações de moradores, a insurgência dessas lideranças e toda a disputa que se desenrola entre elas na tentativa de protagonizar a vida política local no contexto da entrada da UPP[82].

[81] No Cantagalo estão localizadas cerca de 20 ONGs. Conforme analisado por Rocha (2009), de uma maneira geral, as ONGs encontraram espaço e justificação a partir década de 1990 nas favelas, através do discurso de "ausência do Estado".

[82] Em análise sobre a situação da entrada da UPP no Borel, Araujo Silva (2013) coloca que, diante da desconfiança dos policiais em relação à presidente da Associação de Moradores e de suas tentativas de monopolizar a interlocução com os demais "braços do Estado", alguns moradores assumiram a condução da política local fazendo as vezes de "lideranças", legitimadas para tanto por seus vínculos institucionais a grupos locais, organizações não governamentais e/ou programas sociais.

Por lideranças locais estamos chamando aqui pessoas que, ligadas à Associações de Moradores, programas sociais, ONGs ou, por vezes, nenhum desses, em algum contexto, tornam-se importantes atores na vida associativa local. Independentemente do tempo durante o qual permaneceram na cena política local, interessa que, em algum contexto, tenham adquirido o status de "referência" a quem moradores recorrem para pedir informações ou queixar-se sobre determinado assunto. Mais do que buscar elencar as características imprescindíveis à definição de uma liderança, interessa aqui o processo de disputas e acusações mútuas na reivindicação pela constituição desses como interlocutores legítimos diante do poder público e da comunidade. Nesse sentido, ALVITO (2001: p.124) define "líder comunitário" da seguinte maneira:

> "Quando digo líder comunitário não me refiro apenas aos presidentes de associações de moradores, embora vá tratar, sobretudo deles. Alguns ex-presidentes, por exemplo, continuam sendo pessoas importantes em suas microáreas, a quem se fazem queixas ou pedem soluções. Alguns comerciantes, donos de barracas que são pontos de aglutinação em certos locais, também podem ser considerados líderes comunitários".

Após analisar o perfil de sete líderes comunitários, ALVITO (2001: p.131) destaca que o melhor caminho para explicar os líderes comunitários é pensar que "para cada grupo, em cada contexto, um determinado tipo de líder revela-se o apropriado". A ideia de que o que constitui essas lideranças é o contexto, no qual algumas pessoas emergem como importantes "referências" locais, traz contribuições para pensar, por exemplo, o processo

através do qual Elisângela, moradora do Pavão-Pavãozinho de 38 anos, tornou-se uma liderança no contexto da "crise dos decretos".

Em janeiro de 2011, a casa de Elisângela, localizada na região da "boca do mato" do Pavão-Pavãozinho, foi demolida pela Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP). Elisângela estava em seu trabalho em Copacabana quando homens da SEOP e policiais chegaram à sua casa com marretas em punho. Ela foi avisada sobre o que acontecia por sua filha de 15 anos, com quem morava na casa. Assim que soube da notícia, Elisângela subiu o morro, mas, quando chegou, a casa estava cheia de água, porque canos já haviam sido quebrados por eles. Ela tentou ainda negociar e pedir um prazo para sair de sua casa, mas não houve jeito. Naquele dia, ela e sua filha, junto a outros moradores, assistiram à demolição da sua e de mais duas casas da região da "boca do mato".

A alegação dos funcionários da Prefeitura é de que essa casa estaria em área classificada pela Geo-Rio como sendo "de risco". Junto a essa casa, foram demolidas, nesse dia, mais outras duas em meio a um universo maior de casas localizadas exatamente nessa mesma região; era difícil entender como se deu a escolha dessas três em meio às outras ao lado. Segundo conta Elisângela, sua casa foi demolida sem qualquer notificação prévia e, portanto, não lhe foi dado um prazo para procurar outra casa para morar antes de deixar a sua, tal como previsto na legislação, que regulariza como se devem dar os processos de remoções, quando necessários.

Elisângela e sua filha foram morar na casa de sua mãe no Méier, Zona Norte da cidade. Após ter visto literalmente a sua "casa cair", ela passou a ir à Prefeitura, diariamente, buscar uma solução para o seu caso. Após muitas idas e vindas, dois meses

depois, ela recebeu a proposta de ir morar em um apartamento do programa do Governo Federal "Minha casa, minha vida" em Campo Grande, zona oeste da cidade. Tal bairro localiza-se a 57,6 km da Zona Sul, região onde Elisângela morava e, atualmente, ainda trabalha. O conjunto habitacional fica na Estrada dos Caboclos, uma região de Campo Grande onde, segundo ela conta, leva-se duas horas e meia para chegar e é marcada por uma precariedade em sua rede de escolas, hospitais, comércio e, sobretudo transportes.

Na busca por expor sua demanda e assegurar seus objetivos, Elisângela conheceu ativistas ligados ao "Comitê Popular da Copa", ao "Conselho Popular" e à Pastoral de Favelas, movimentos sociais e instituições que atuam contra as remoções forçadas em favelas e prestam assessoria jurídica a pessoas em situação como a dela. Elisângela acompanhou reuniões ligadas a esses grupos, onde se informou sobre sua situação e descobriu que, de acordo com a legislação que regula processos de remoção, seu deslocamento não podia se dar para uma região tão afastada do seu local de origem. Após visitar a localidade onde o conjunto habitacional do "Minha casa, minha vida" está localizado, ela optou por não aceitar a proposta que lhe havia sido feita e levar seu caso ao Ministério Público.

No momento em que Elisângela estava se engajando nessa luta e conhecendo todo um circuito de pessoas, reuniões e manifestações ligadas a esses movimentos sociais e instituições, a "crise dos decretos" se iniciava no Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Em abril de 2011, dois meses após a demolição da casa de Elisângela e de outras duas famílias, muitos moradores das duas favelas estavam apavorados com as notificações de obras embargadas e de autos de interdição das casas, que estavam acontecendo por conta do início da aplicação dos decretos de "Uso e Ocupação do Solo".

Muitos moradores estavam assombrados pelo “fantasma da remoção”, que, nesse momento, não era apenas mais uma lembrança remota de um passado distante, mas sim algo que, há dois meses, havia voltado a fazer parte da realidade de algumas famílias do mesmo lugar. Nesse momento crítico, não foi a Bezerra que os moradores assombrados pelo “fantasma da remoção” recorreram, mas sim a algumas conhecidas lideranças locais, que passaram a se articular e organizar reuniões na Quadra Alegria da Zona Sul, no Cantagalo. Essas reuniões se davam sem a organização dos presidentes das duas Associações e do Capitão da UPP, funcionando como um momento em que moradores expunham o que tinha acontecido com eles e, junto às lideranças, todos buscavam entender a situação dos decretos de “uso e ocupação do solo”. Paralelamente à reunião organizada pelo Capitão da UPP com o funcionário da SMU, descrita no início desse capítulo, os moradores se organizaram com as lideranças locais, buscando informações e soluções entre eles.

Figura 11: Imagem de reunião na Quadra Alegria da Zona Sul.
Foto: Juliana Blasi Cunha, [2011].

Apesar dessas reuniões não serem organizadas pelos presidentes das duas associações, eles compareceram a algumas delas. Nessas reuniões todos ficavam sentados em uma grande roda, pois não há mesa a partir da qual a reunião é presidida e nem há separação do ambiente entre palco e plateia. Os presidentes das duas associações, sentados na roda em meio aos moradores e lideranças, participaram como os demais, não ocupando qualquer papel hierarquicamente superior ao longo da reunião. Em meio às falas dos moradores e lideranças, Alzira buscava auxiliar repassando as informações que possuía, enquanto Bezerra mal conseguia fazer uso da palavra, sendo frequentemente acusado de "estar fechado com a Prefeitura e a UPP", já que havia ido à casa de alguns dos moradores ali presentes com o funcionário da SMU e policiais para entregar auto de interdição ou embargar obra. Um morador, em tom muito exaltado, falou para Bezerra, quando ele tentou fazer uma intervenção na reunião:

> "Você não tem que falar nada, Bezerra! Você foi na porta da casa da minha mãe, que por sinal você conhece há mais de trinta anos, entregar auto-de-interdição junto com a UPP e o cara da Prefeitura! Minha mãe foi parar no hospital! Eu não sei nem o que você está fazendo aqui, Bezerra!"

Elisângela ficou sabendo da realização dessas reuniões e buscou articular a participação nelas de representantes do "Conselho", do "Comitê", da "Pastoral" e ainda do Ministério Público – com quem, a essa altura de sua luta, ela já estava engajada. Foi em uma dessas reuniões "na quadra" que, pela primeira vez, Elisângela chegou acompanhada dos representes desses grupos. Mesmo que não houvesse lugar específico para figuras de destaque como uma mesa, nessa reunião, os representantes do Ministério Público se

tornaram figuras centrais, ouvindo moradores, esclarecendo as muitas dúvidas e passando informações valiosas sobre seus direitos.

Outras reuniões como essa, com a presença de representantes do "Conselho", da "Pastoral" e do "Comitê" ocorreram "na quadra". Elisangela e esses ativistas foram ganhando visibilidade nessas reuniões, ao passo que os presidentes das duas associações apenas acompanhavam o que estava acontecendo, passando alguma informação e, no caso de Bezerra, sendo frequentemente acusado ao longo das falas de moradores. Moradores e lideranças formaram uma "Comissão das Remoções" com integrantes das duas favelas e outras medidas foram tomadas, em parte orientados pelos ativistas trazidos por Elisângela para essas reuniões. Aos poucos, diante daquela "crise dos decretos" foi se evidenciando a formação de um circuito político que corria paralelo ao que era proposto pelo Capitão e pelas associações de moradores, por quem lideranças e moradores não se sentiam representados.

Apesar de não se sentirem representados pelos presidentes das associações e pelo Capitão, não deixaram de comparecer à reunião "oficial" organizada pelo Capitão, pois encaravam ali uma oportunidade de expor suas demandas na esfera pública diante do representante da SMU. Essa reunião "oficial" do Capitão, no entanto, não lhes bastara. Assim que nessa grande reunião "oficial" organizada pelo Capitão ficou claro que no Cantagalo não havia "área de risco", os moradores dessa favela deixaram de participar dessas reuniões paralelas promovidas pelas lideranças locais e moradores das duas favelas.

Uma vez que os moradores do Cantagalo não mais participavam dessas reuniões, elas deixaram de ser realizadas "na quadra", passando a serem realizadas na Associação de

Moradores do Pavão-Pavãozinho. A Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho localiza-se na Avenida Pavãozinho e é uma casa grande, que funciona também como local de cultos da igreja evangélica, da qual Alzira faz parte. Na sala da Associação repleta de cadeiras ao fundo, vê-se cartazes com dizeres bíblicos e imagem de Jesus. As cadeiras dessa sala ficavam sempre enfileiradas, voltadas para uma mesma direção e, pelo tamanho da sala e quantidade de presentes, ficava difícil arrumar as cadeiras em roda, como nas reuniões que ocorriam "na quadra".

Sem que ocupassem um palco ou mesa à frente, os ativistas e Elisangela foram ganhando ampla visibilidade nas reuniões realizadas na Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho, tendo algumas delas chegado a ser presididas por eles do início ao fim. A presidente da Associação e outras lideranças locais participavam, sentados em meio aos moradores, assistindo à representação dos ativistas, que envolvia a exibição de documentários sobre remoções em outras favelas, leitura dos direitos daqueles que estão nessa situação, ensinamentos sobre como proceder e depoimentos comoventes de pessoas que haviam sido removidas.

Em maio de 2011, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em sessão da "Comissão Especial de Habitação e Direito à Moradia Adequada", quando vereadores apuravam os casos de remoção pela cidade, Elisângela figurava articulada a integrantes desses movimentos anteriormente citados, como a representante do Pavão-Pavãozinho. Ao circular pela Câmara Municipal, por diversas reuniões e manifestações relacionadas às remoções como a representante por excelência do Pavão-Pavãozinho, aos poucos, Elisângela tornou-se conhecida também na política supra-local. Em pouco tempo, com o papel de destaque que assumiu na cena política relacionada às remoções dentro e fora da

favela, ela tornou-se uma “referência” para moradores quando o assunto era a ameaça de demolição, casa interditada, “área de risco”, obra embargada ou qualquer assunto relacionado às notificações da Prefeitura sobre as condições e situação de suas casas.

O destaque alcançando por Elisangela na cena política local e também supra-local gerou um certo incômodo por parte de outras lideranças locais. Não foram poucas as vezes em que presenciei a atuação de Elisângela ser questionada e até mesmo desqualificada por outras lideranças; eram muitas e as mais variadas as acusações feitas. As acusações oscilavam desde ofensas e dúvidas levantadas sobre a sua vida pessoal até o individualismo (“interesse pessoal”) que motivava a sua causa. Nessa percepção, a causa de Elisângela não alcançava o patamar de uma “luta política”, uma vez que ela só fazia aquilo tudo supostamente porque sua casa havia sido demolida e ela queria ganhar um apartamento do PAC. Tais acusações não se davam declaradamente durante as reuniões, mas sim em conversas informais, em particular ou em grupo pequeno, com essas lideranças, onde a atuação de Elisângela, na ocasião, sempre surgia como tema.

A acusação mais recorrente à Elisangela vinha de antigas lideranças locais, que tentavam deslegitimar sua atuação pelo fato de ela não ser “cria do morro”; ressaltava-se o princípio da antiguidade como importante ou necessário para o processo de legitimação de uma liderança. Ela era acusada de oportunismo e de ser uma “liderança de última hora”, sendo a legitimidade de sua atuação não reconhecida por tais lideranças, pelo fato de ela “ter vindo com o vento” e de não possuir uma trajetória de luta na vida associativa das duas favelas. Para esses líderes, o que constitui a legitimidade de uma liderança seria sua antiguidade e trajetória de luta pela comunidade. Desconsideravam aquelas que emergiam como tais, em um dado contexto específico, como peça fundamental.

Independente das acusações feitas a Elisangela e das tentativas de buscar deslegitimá-la enquanto liderança, interessa aqui destacar o processo no qual, diante de uma crise, uma "moradora comum" torna-se liderança. Em pouco tempo, ela passou a figurar na política supra-local como representante dos moradores do "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" e nas favelas como uma "referência" a quem moradores recorrem para tirar dúvidas e queixar-se sobre o que acontecia naquele momento.

Seu Dionísio é uma das antigas lideranças do Pavão-Pavãozinho, que demonstrou certo incômodo com a atuação de Elisângela e seus companheiros ativistas nas reuniões, que se iniciaram durante a "crise dos decretos" e prosseguiram passado o momento crítico inicial. Seu Dionísio é um negro de porte altivo de 62 anos, nascido no Pavão-Pavãozinho. A trajetória de sua vida pessoal está intimamente entrelaçada à história de inúmeras instituições importantes do associativismo local. É fácil perceber o reconhecimento por parte dos moradores em relação à importância de sua liderança, ao andar com ele pelas ruas e becos das duas favelas. Em uma caminhada com ele por lá, observei que muitos são os moradores que o param para fazer algum comentário, pedir uma informação ou fazer uma queixa. Outros, no entanto, fazem questão apenas de cumprimentá-lo: "Bom dia, meu presidente!".

Não é à toa que os moradores se referem a ele como "meu presidente" ou simplesmente "presidente". Por três mandatos consecutivos (1982-1989), seu Dionísio foi presidente da Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho. Esse foi um período de extrema importância na vida política local, uma vez que diversas obras de urbanização e infraestrutura foram realizadas nas duas favelas pelo Governo de Brizola, nesse período de

redemocratização. Seu Dionísio é músico baterista e viveu por nove anos na Europa, tendo retornado de lá para passar férias no Brasil e não mais voltado, pois aceitou a proposta de colegas moradores de se integrar e participar da vida política local, que naquele período se reorganizava.

As associações de moradores se encontravam muito enfraquecidas pela ditadura militar, quando sua representatividade foi gravemente abalada por práticas repressivas contra determinadas lideranças e pelas remoções que imperaram na década de 1970. Ao recolocar o voto como importante moeda de troca, a redemocratização favoreceu o reflorescimento do associativismo em geral e nas favelas em particular (Burgos, 1998) e, ao investir na urbanização, fez renascer de forma mais intensa a vivacidade da política na favela.

Seu Dionísio esteve à frente da Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho por quase uma década, num período reconhecidamente importante da política local, de muitas obras e os famosos mutirões nas favelas[83]. Além da participação nas atividades políticas (no sentido estrito do termo), ele esteve amplamente envolvido em outras importantes atividades da vida associativa local. Antes de mudar-se para Europa, Seu Dionísio e toda sua família tinha um papel de destaque na vida dos blocos carnavalescos e todas as atividades ligadas ao samba local. Muitas eram as festas promovidas por sua avó, no que então se chamava "terreiro" de sua casa. No período em que retornou ao Brasil, ele continuou a participar intensamente dessas atividades e, em 1992, foi um dos articuladores

[83] Segundo ABRANTES (1980: p.152): "Os empréstimos para obras, as concessões de materiais e a assistência técnica incrementaram o arranjo político reinante: de um lado, acumularam recursos nas mãos das associações de moradores e, de outro, centralizaram a política social e articularam-na à máquina do Estado".

da fusão dos dois blocos rivais em uma única escola de samba, tornando-se dela também seu primeiro presidente.

Seu Dionísio conta das negociações necessárias com a quadrilha do traficante Tonzé na década de 1980, quando esteve à frente da Associação. Apesar das mesmas, Seu Dionísio acabou sendo expulso por Tonzé, por não aceitar envolvimento do presidente do conselho fiscal da Associação com esse traficante. Em sua narrativa, no entanto, ele ressaltava a entrada do Comando Vermelho, na década de 1990, como um período de muitas e maiores dificuldades por imposições do tráfico não apenas nas atividades da Associação, mas também nas relacionadas à escola de samba, que nesse período foi fundada e da qual ele foi o primeiro presidente.

Como homem sério respeitador do horário de seus compromissos, Seu Dionísio, por exemplo, não tolerava o atraso de um dos chefes locais do Comando Vermelho ao ensaio da bateria da escola de samba. Em suas palavras: "Dar esporro no cara, na frente de todo mundo, é algo que você faz uma vez por impulso, mas depois repensa e vê que não tem condição de trabalhar assim. Não dá para viver batendo de frente com eles o tempo todo. Era muita autoridade para uma escola de samba só. Eu fiz o primeiro carnaval e depois deixei para eles. Me afastei da escola".

Após muitos desentendimentos por não aceitar as interferências do Comando Vermelho, Seu Dionísio acabou por se afastar definitivamente tanto da Associação de Moradores, quanto da Escola de Samba. Ele não atribuiu o seu afastamento da vida associativa local diretamente à entrada do Comando Vermelho de forma consciente e articulada em sua narrativa. No entanto, o período em que se afastou da política local é o

mesmo da entrada do Comando Vermelho e das situações conflituosas por ele descritas. Assim como muitas lideranças de outras favelas, pelos contatos estabelecidos quando esteve à frente da Associação, Seu Dionísio conseguiu um cargo na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), tendo ali permanecido por um longo período "trabalhando pela comunidade, mas longe da política que estavam fazendo aqui dentro".

A história de Seu Dionísio representa a trajetória de outras lideranças antigas de favelas, a quem Cavalcanti (2013) chama de "lideranças históricas". Em suas palavras:

> "Muitas dessas lideranças históricas protagonizaram um breve movimento associativo que floresceu logo após a abertura democrática, nos anos 1980. A maioria se retirou da política comunitária na década de 1990 e mesmo que suas trajetórias variem consideravelmente, há um padrão de migração para as ONGs ou para o Estado, onde encontram alguma margem de manobra para influenciar politicamente a vida na favela sem se sujeitarem a interações diretas com o tráfico" (CAVALCANTI, 2013: p. 219).

Com a entrada da UPP e as suspeitas levantadas pelo Capitão do envolvimento da Associação de Moradores e da vida associativa local em geral com o narcotráfico, Seu Dionísio percebeu uma oportunidade e até mesmo obrigação de voltar à cena política local. Seu Dionísio queria se reaproximar desse âmbito, mas buscava um distanciamento da Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho, sob a qual recaía uma série de acusações de "envolvimento com o tráfico". Em suas palavras: "Foi aí que criamos a ASASC – Associação de Assistência Social Comunitária. Criamos para ter uma voz jurídica, porque o Capitão chegou aqui dizendo que todo mundo era bandido. Tudo que tinha na comunidade, era da malandragem".

Seu Dionísio participou de todas as primeiras reuniões organizadas pelo Capitão. Foi nesse período que estabelecemos nossos primeiros contatos e nessa ocasião era comum ouvir muitas lideranças desconfiadas sobre o propósito daquelas reuniões. Algumas falas de lideranças em conversas informais foram muito marcantes por mostrar bem toda a desconfiança e temor que a população local sentia em relação à polícia:

> "Até que me prove o contrário, para mim, todo policial é filho da puta. Eu não vou participar de reunião nenhuma até saber o que eles querem! Pode até ser gente boa e esse Capitão parece educado mesmo, mas eu não vou à reunião nenhuma não".

Outra liderança, numa clara crítica à interferência da UPP na vida associativa local ao promover tais reuniões, colocou: "Agora é o comando azul que não deixa a gente falar!". A fala dessa liderança destaca o descontentamento de alguns em relação à interferência que a UPP vinha exercendo na vida política local. Tal interferência foi vivenciada por algumas lideranças locais como uma substituição do domínio exercido pelo Comando Vermelho pelo que agora estava sendo desempenhado pela UPP.

Já Seu Dionísio e outras lideranças, no entanto, encaravam tais reuniões realizadas pelo Capitão como uma oportunidade de se apresentarem e mostrarem quem são para o Capitão e para o poder público em geral. A ideia dele e das outras lideranças era a de se apresentarem na esfera pública como interlocutores legítimos ou não envolvidos com o tráfico, evitando que a interlocução com o poder público ficasse centralizada nas mãos do Capitão e das duas associações de moradores. O grande temor de Seu Dionísio e outras lideranças era em relação ao papel que o Capitão vinha assumindo na cena política local.

Nas palavras de Seu Dionísio para outras lideranças, antes de uma das reuniões iniciais com o Capitão: “Se a gente não se apresentar agora, subentende-se que era tudo do tráfico mesmo. A hora é essa! Ano passado não teve um evento na quadra. Que ditadura é essa?! Temos que mostrar nossa força! Essa é a hora da virada!”.

Após a entrada da UPP em fins de 2009, um pouco mais de um ano se passou até que, em março de 2011, essas reuniões começassem a ser organizadas pelo Capitão, com a participação das duas associações e de moradores e lideranças. Com o início das reuniões organizadas pelo Capitão, Seu Dionísio foi aos poucos se reaproximando da vida política local. Ele buscou resgatar seu espaço na política local, que se mostrava um campo de disputas cada vez mais concorrido por tantas lideranças, para afirmarem-se como interlocutoras legítimas para o poder público. É nesse contexto que procurei entender o incômodo dele e de outras lideranças diante do destaque que Elisângela havia conquistado na cena política local, através de sua participação junto a ativistas nas “reuniões paralelas” relacionadas à “crise dos decretos”.

Em uma dessas “reuniões paralelas” sobre a “crise dos decretos” na Associação do Pavão-Pavãozinho, diante da intensa participação de Elisângela, Seu Dionísio comentou comigo que não achava correto “essa menina que chegou aqui ontem, junto com esse pessoal de fora, tomar a frente da situação”. Ele estava visivelmente chateado e, ao longo da reunião, demonstrou seu descontentamento através de expressões corporais, arqueando suas sobrancelhas e cruzando seus braços, assumindo claramente um ar de crítica, mas, ao mesmo tempo, mostrando-se distante da atuação de Elisângela.

Na reunião seguinte, Alzira, presidente da Associação do Pavão-Pavãozinho, que até então participava das reuniões sentada nas cadeiras junto com os demais, sentou-se numa mesa à frente dos moradores e lideranças. Alzira ficou de pé em frente à mesa, após saudar a todos abrindo a reunião, convidou Seu Dionísio a vir para frente e com ela esclarecer alguns pontos de uma lista de reivindicações que fizeram, para entregar aos responsáveis pelas obras do PAC.

Caminhando lentamente entre as cadeiras onde estavam os moradores, Seu Dionísio foi à frente e, em pé, agradeceu à Alzira, cumprimentou os moradores, preparando-se para iniciar a sua fala. Em tom imponente e com toda sua bagagem como liderança, impostou sua voz falando alto e pausadamente, como um líder que é, discursando para a plateia. Ele reforçou a união entre os "crias do morro" para conseguirem o "melhor para a comunidade". Rapidamente, Seu Dionísio se tornou a figura de maior visibilidade nessa reunião e passou a controlar o tempo de fala e quando a palavra seria passada para Elisângela e seus amigos "de fora".

Antes de essa reunião acontecer, ao longo da semana, Seu Dionísio havia conversado com a presidente da Associação, explicado o que pensava sobre a participação de Elisângela. A despeito de todas as suas críticas à atuação de Alzira e de seu temor em ter sua imagem articulada à dela, Seu Dionísio fez um acordo com ela para que eles "tomassem as rédeas" dessas reuniões. Assim foi feito e os dois, mais especificamente Seu Dionísio, passaram a presidir as reuniões seguintes. Tal situação não durou muito, pois antigos desentendimentos entre Alzira e Seu Dionísio vieram à tona e eles se afastaram. No intervalo de uma reunião para outra, lideranças se aproximavam e se afastavam numa frequência que impunha fortes desafios ao entendimento etnográfico, sendo esse apenas um exemplo dessa dinâmica.

O desconforto de Seu Dionísio diante da atuação de Elisângela é perpassada pelo sentimento de superioridade nas relações de poder local dos "antigos" das duas favelas em relação aos recém chegados "de fora". O que se pretende aqui, no entanto, é destacar o acirrado campo de disputas que caracteriza o atual momento da vida política local. A disputa entre Elisângela e Seu Dionísio é apenas um exemplo de disputa entre eles, que ressalta uma busca por um espaço, como interlocutores legítimos, com o poder público e/ou ONGs que ali cheguem. Tais disputas são por maior visibilidade, que lhes possibilite tornarem-se legítimos representantes dos moradores, estabelecendo interlocução com o poder público ou o privado, que ali se apresentem em forma de programas sociais ou projetos.

Elisângela era frequentemente acusada de não estar "lutando pela comunidade" e de apenas estar "envolvida na política" porque sua casa havia sido demolida e ela queria um apartamento do PAC. Dentro dessa perspectiva, ela não lutava por uma "causa coletiva", tal como Seu Dionísio, que, mesmo não sendo particularmente atingido por remoção e nenhuma das políticas em questão, estava articulado nas mais diversas questões que envolvessem o "bem da comunidade", desde o lixo até as remoções.

A polarização da atuação de lideranças e movimentos sociais entre "individualista" e "coletivista" advém do pensamento marxista dominante nos estudos de movimentos sociais no Brasil na década de 1970. As trajetórias dessas duas lideranças, no entanto, impõem uma problematização a essas categorias que, de maneira simplificada, são frequentemente pensadas por oposição: individualista X coletivista. Para buscar entender a política como um dado etnográfico, ou seja, tal como é praticada pelo grupo estudado, é

necessário romper como essa dicotomia e se perguntar: O quanto há de individual na trajetória e atuação de Elisângela? O que há de coletivo na atuação de Seu Dionísio? Quanto há de individual num projeto que se pretende coletivo? Até que ponto nas práticas dessas duas lideranças essas categorias não se interpenetram?

No ano seguinte, 2012, Elisângela e Seu Dionísio candidataram-se aos cargos de vereadores na cidade do Rio de Janeiro. Elisângela candidatou-se pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) e, segundo conta, ela foi chamada para ser candidata um mês antes das eleições, pois alguns candidatos desse partido haviam tido sua candidatura interrompida pela Lei da Ficha Limpa. Ela conta ter-se filiado ao PDT por ser o partido de Brizola, por quem sempre teve muita admiração. Nesse ano, no entanto, o PDT, assim como mais dezenove outros partidos, aderiu à coligação "Somos um Rio" do então Prefeito e candidato à reeleição, Eduardo Paes do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

A casa de Elisângela fora derrubada durante a gestão do prefeito Eduardo Paes, por seus funcionários da SEOP (Secretaria Municipal de Ordem Pública). Sendo candidata à vereadora por um partido coligado ao de Eduardo Paes, Elisângela tiraria fotos com ele e essas iriam para o material de divulgação da sua campanha, que seria doado pelo partido dele, o PMDB. Em uma entrevista para o jornal Agência Pública (Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo)[84], Elisângela conta que:

> "Aí eu estava em campanha rodando as comunidades e o pessoal do partido me

[84] http://www.apublica.org/2012/06/elisangela-chegou-tempo-de-ver-sua-casa-cair-veja-minidoc/ (acessado em 21/03/2014)

> chamou para fazer fotos para o material de campanha. Quando soube que iria ter que posar para uma foto com o Prefeito, quase morri. Eu falei: 'Não vou tirar foto com esse homem. Se vocês forem tirar foto, vai ser comigo esganando ele. Ele derrubou a minha casa'. Nem eles sabiam da minha história. Ficaram assustados comigo. E disseram que eu ia ter que ganhar um material que vinha com a cara dele, ou pagar o meu material todo. Aí eu resolvi fazer o meu material por minha conta mesmo. Consegui 50.000 panfletos e fiquei como suplente."

Seu Dionísio, por sua vez, candidatou-se pelo pequeno PTN (Partido Trabalhista Nacional), com quem dizia não ter nenhuma "afinidade ideológica", mas que esse havia sido o partido onde "conseguiu uma legenda" para candidatar-se. Na época em que era presidente da Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho, ele era filiado ao PDT, mas se desligara do partido há algum tempo e só conseguira legenda no PTN. No ano de 1994, quando afastado da política local, Seu Dionísio havia se candidato a deputado estadual, mas não teve êxito. Ele contou que nessa época estava muito difícil fazer campanha no morro por conta dos traficantes, que só permitiam a colocação de faixas e a panfletagem dos candidatos que fossem por eles apoiados. Como, segundo ele, esse não era seu caso, sua candidatura ficou prejudicada e ele não teria conseguido se eleger.

Em 2012, com o controle exigido pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral) e a fiscalização realizada pela polícia sobre a participação dos traficantes na candidatura dos vereadores, Seu Dionísio acreditava poder fazer uma boa campanha e "levar essas eleições para trabalhar pela comunidade". O partido dele, assim como o de Elisângela e outros dezoitos, fazia parte da coligação "Somos um Rio" de Eduardo Paes. O material de

campanha de Seu Dionísio fora, portanto, doado pelo PMDB. Seu Dionísio não se negou a receber esses panfletos ("santinhos") do PMDB, pois, segundo ele, havia gasto muito dinheiro com a confecção de faixas para colocar nas favelas e não seria possível pagar também pelos "santinhos".

O material de campanha doado deveria ser retirado pelos candidatos na Barra da Tijuca, zona oeste da cidade. Dei uma carona para Seu Dionísio até o enorme galpão, que guardava o material de campanha de vereadores dos mais variados partidos políticos que compunham aquela grande coligação. No nosso caminho de volta, com um "santinho" com o rosto dele e do Eduardo Paes em mãos, Seu Dionísio disse que iria "cortar a cabeça do Eduardo Paes numa guilhotina". Após muita risada, entendi que ele planejava, com uma guilhotina de cortar papel, partir o "santinho" ao meio, retirando o rosto do Prefeito e deixando apenas o dele.

Figura 12: Imagem do "santinho" da campanha como candidato a vereador de Seu Dionísio.

No dia seguinte, fui convidada para participar da função de "cortar a cabeça do Eduardo Paes". Enquanto retirávamos os "santinhos" que iam para a guilhotina das caixas, surgiu uma discussão sobre os santinhos a serem cortados. Ele e sua esposa começaram a debater o assunto, pois achavam que alguns deveriam permanecer com o rosto do Eduardo Paes. Os dois sabiam que muitos moradores votariam nele e, portanto, era fato que a cabeça do Eduardo Paes não seria cortada de todos os panfletos. O que, naquele momento, estava em discussão era a quantidade de "santinhos" que ficariam inteiros e em quais pontos das favelas seriam distribuídos santinhos com e sem o rosto do Eduardo Paes.

Nenhum dos dois líderes locais foi eleito como vereador em 2012. Pretendeu-se aqui, no entanto, enfatizar que, ao mesmo tempo em que se deu uma crise de representatividade das associações diante dos moradores e lideranças, emergiu uma forte atuação dessas lideranças, na política local, que estavam em constante disputa pelo protagonismo na vida associativa das favelas. Diante do monopólio da interlocução com o poder público das associações de moradores, essas lideranças lutavam para conseguir espaço na condução da política local. Sentiam-se ainda bastante ameaçados pelo papel de representação que a UPP, na figura do Capitão, estava assumindo na cena política e, nesse contexto, as lideranças lutavam por espaço para se colocarem como legítimos interlocutores da comunidade nesse acirrado campo de disputas.

Além da insurgência dessas lideranças, o caso acima levanta a questão de que estas se relacionam com o Estado cada uma à sua maneira, podendo esse ser amigo ou inimigo dependendo dos interesses em jogo. Isso fica evidente no caso das duas lideranças que se candidatam a vereadores através de partidos coligados com a Prefeitura, a quem por vezes

se opõe e, por outras, se aliam. Há uma forma específica, portanto, através da qual essas lideranças percebem e se relacionam com essas políticas que podem ser melhor analisadas a partir da descrição dos canais oficiais de participação a eles oferecidos, por exemplo, pelo PAC social.

4.4. "Tem que participar para tentar mudar! Criticar de fora é mole!": atuação das lideranças no CCOMP diante da retórica da "gestão participativa" do PAC.

O material etnográfico das reuniões realizadas pela "equipe de trabalho social" do PAC 2 trouxe importantes contribuições para pensar na forma como essas lideranças e associações de moradores se relacionam com os agentes interventores representantes do poder público. Buscaremos descrever e analisar como se dá a "participação" desses nas reuniões do Conselho Consultivo do Projeto (CCOMP) das obras do PAC. Qual papel desempenhado por lideranças e associações nessas reuniões? Quais as formas de "participação" dessas lideranças e qual a margem de interferência delas na implementação dessa política?

As reuniões relacionadas ao chamado PAC social ocorreram, pela primeira vez, ao longo do ano de 2009, quando do início das obras nas duas favelas. Essas reuniões voltaram a ser realizadas a partir de novembro de 2011, período em que as obras do PAC, até então ainda não concluídas, foram retomadas nas duas favelas, sob a alcunha PAC 2. Essas reuniões foram propostas pela "equipe de trabalho social do PAC" como um "canal de comunicação" entre moradores, lideranças locais e os agentes interventores do PAC,

tendo por objetivo estabelecer o chamado "processo participativo das intervenções do PAC 2 nessa comunidade".

Ao longo de todo o ano de 2012, acompanhei essas reuniões e pude observar os "canais oficiais" que são disponibilizados pelo PAC aos moradores e lideranças para que possam expor suas demandas e "participar" da implementação dessa política pública. Há uma série de conflitos de percepções e interesses em torno das intervenções das obras físicas implementadas pelo PAC que, por vezes, representam valores e razões "extra-locais", ou seja, que não correspondem à percepção de muitos moradores locais . O acompanhamento dessas reuniões possibilitou pensar não apenas na retórica acionada pelos agentes do PAC de "incentivo à participação comunitária", mas também nos mecanismos e estratégias alternativos possíveis de serem acionados por eles diante desse processo na busca por assegurar objetivos.

Antes do "1º Fórum Popular" do PAC 2 ser realizado, em janeiro de 2012, outras três reuniões o precederam. O 1º Fórum Popular seria uma grande reunião aberta a todos os moradores das duas favelas para a apresentação pública da retomada do projeto e da equipe de trabalho social; e também para o esclarecimento de dúvidas dos moradores presentes. Já as reuniões que o precederam contavam com a participação de algumas autoridades, mas, sobretudo da "equipe de trabalho social", dos presidentes das duas associações e de lideranças que se articularam a fim de preparar as condições de realização do 1º Fórum.

A primeira reunião deu-se ainda em novembro de 2011, no prédio que havia sido reformado para abrigar a base da UPP, localizado no Cantagalo. Nela estavam presentes autoridades do Governo do Estado e da Prefeitura da Cidade, representantes da "equipe de

trabalho social", presidentes das duas associações de moradores e algumas poucas lideranças que, apesar de não terem sido convidadas, ficaram sabendo do evento. Em um pequeno, mas todo reformado auditório do prédio, antes das 14h, horário marcado para o início da reunião, as lideranças, apesar de não convidadas, já estavam presentes. Aos poucos foram chegando os presidentes das duas associações, os membros da equipe de trabalho social, engenheiros e técnicos da construtora contratada. Por fim, chegaram as "autoridades" da Prefeitura e do governo do Estado, acompanhadas pelo Capitão da UPP, que fazia o papel de cicerone e apresentava o prédio reformado.

Após a chegada de todos, o pequeno auditório ficou lotado. As cadeiras da frente estavam reservadas para essas autoridades, uma vez que não cabiam todos no palco. Essas autoridades se revezaram entre essas cadeiras e o palco, no momento de suas falas. Muitos fotógrafos oficiais da Prefeitura e do governo circulavam buscando um lugar adequado para registrarem tudo. Nessa reunião foi oficialmente anunciado para os presentes que no Pavão-Pavãozinho seriam construídos dois novos prédios e um ginásio, além da reforma do chamado "casarão" e do alargamento da Avenida Pavãozinho. Já para o Cantagalo, onde o PAC 1 desenvolvera grande parte de suas intervenções e dois blocos de prédios, estaria reservada a conclusão do alargamento da Rua Custódio Mesquita e a reforma do entorno da quadra da escola de samba Alegria da Zona Sul. Grande parte dessas obras anunciadas para o PAC 2 fazia parte do projeto inicial do PAC, que ali começou a atuar em 2008, mas que, apesar de ter o orçamento liberado, não foi devidamente concluído, sobretudo no que diz respeito às intervenções no Pavão-Pavãozinho.

Para o PAC 2 foi aberto um outro processo de licitação, tendo vencido uma nova construtora, a C.R. Almeida. Além disso, a supervisão do trabalho social também não mais

ficaria sob a responsabilidade da construtora contratada. No PAC 2, o trabalho social passou a ser supervisionado pela EGP (Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro- Casa Civil do Estado) . Dessa maneira, os relatórios da equipe de trabalho social precisavam ser aprovados pela EGP, antes de ir para Caixa Econômica e ter seu orçamento liberado. O orçamento do PAC 2 é de 43 milhões para 12 meses de obra física e de 1 milhão para os 18 meses de "trabalho social".

Figura 13: Imagem do, então, vice-governador "Pezão" anunciando início das obras do PAC 2. Foto: Juliana Blasi Cunha, [2011].

Após a apresentação das obras pelos técnicos do governo e da construtora, a palavra foi passada aos presidentes das duas associações, que agradeceram muito ao vice-governador pelos investimentos já realizados e pelos que ainda estavam por ser feitos, destacando a importância dessas obras em suas comunidades. Na sequência, a palavra foi passada ao vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, que logo deu o "tom participativo" que se buscava estabelecer na realização dessas obras. Segundo o vice-governador e atual candidato ao governo do Estado, Luís Fernando de Souza, conhecido

como Pezão: “Não há demandas inventadas aqui e tudo que está no projeto foi discutido com a comunidade. A equipe de trabalho social está aqui para ouvir e conversar com vocês e nenhuma ação será tomada sem o diálogo com as lideranças daqui”.

As lideranças presentes assistiram a tudo e, ao final, contrariando o que estava previsto para aquela reunião, uma delas pediu a palavra e enumerou uma série de problemas “deixados para trás” pelo PAC 1, como vazamentos de esgotamento sanitário, caixas d’águas que não funcionam, rachaduras nas paredes dos prédios construídos, falta de escoamento de águas da chuva e outros. Enquanto essa liderança falava, algumas outras interferiram acrescentando mais problemas do chamado PAC 1. Afora os presidentes das duas associações, essas lideranças não haviam sido convidadas para essa reunião e aquela “participação” não estava de forma alguma prevista.

Com as falas das lideranças em um forte tom de descontentamento e cobrança, pairou no ar por alguns instantes um clima de mal-estar. Diante disso, o vice-governador Pezão, no entanto, procurou rapidamente restabelecer a ordem da reunião, pedindo àquelas lideranças um voto de confiança, pois todos os problemas apontados seriam selecionados pelo PAC 2. Uma liderança seguiu tentando continuar a expor alguns problemas, mas Pezão rapidamente a cortou, argumentando que aquele não era momento para isso e que todas as queixas deveriam ser passadas para a “equipe de trabalho social”, que estaria presente no “território” a partir daquela data para ouvi-los e buscar solucionar os problemas enumerados. A reunião foi encerrada num clima tenso colocado pela insatisfação de algumas lideranças em relação ao PAC 1.

Após a primeira reunião com autoridades do governo realizada no prédio base da UPP no Cantagalo, as duas outras que precederam o 1º Fórum Popular, foram realizadas na Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho, uma vez que grande parte das intervenções do PAC 2 está relacionada a essa favela. Na primeira das reuniões realizada na Associação do Pavão-Pavãozinho, as atividades a serem realizadas pela "equipe de trabalho social" foram apresentadas. Apesar da coordenação da equipe de trabalho social ter mudado, a equipe em si é basicamente a mesma do PAC 1 e logo no início da reunião apresentaram o que consideravam a ação mais exitosa da sua experiência anterior: a fundação do MUF (ONG - Museu de Favelas) .

Os agentes da equipe de trabalho social enfatizaram a importância de "pactuarem" com os moradores uma "visão de futuro comunitário" ou de estabelecerem um "pacto cívico comunitário". Para que esse "pacto" entre eles fosse estabelecido, a equipe de trabalho social apresentou às lideranças locais os cinco canais de participação disponíveis a eles no projeto: o canteiro social, o CCOMP, as comissões temáticas, o 1º Fórum Popular e as oficinas do imaginário.

O "canteiro social" é a base ou o escritório da equipe de trabalho social nas favelas e local onde os moradores podem ir tirar suas dúvidas e expor demandas. Apesar de terem procurado um espaço no Pavão-Pavãozinho para alocar a base do "canteiro social", ela acabou sendo estabelecida no Cantagalo, num dos apartamentos construídos no PAC 1 e ainda vazio. O CCOMP é o Conselho Comunitário do Projeto do qual as lideranças locais participam através de reuniões, assim como das comissões temáticas de seus interesses, sendo elas: 1.Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO), 2.Comissão de educação sanitária, ambiental e patrimonial e 3.Comissão de trabalho e renda. Tais comissões teriam

cada uma 12 reuniões às quais seus integrantes deveriam comparecer a fim de "participar" e, "junto à equipe, pensar em um jeito melhor de fazer as coisas acontecerem". O "Fórum Popular" seria realizado em breve e nele o projeto seria apresentado aos moradores e lideranças para que esses pudessem expor dúvidas e demandas em relação ao projeto. Já a "oficina do imaginário", segundo descreveu a equipe, seria uma metodologia na qual, através de desenhos, os moradores e lideranças poderiam expressar o ideal de "comunidade que sonham para o futuro".

O trabalho social ali desenvolvido por essa equipe é condição obrigatória para a realização das obras físicas do PAC. Segundo a coordenadora da "equipe de trabalho social": "Desde o governo Lula, todas as obras do governo federal tem como obrigação serem acompanhadas por trabalho social. Caso isso não ocorra, a verba para a obra mesmo não é liberada". O documento que orienta a ação do trabalho social chama-se COTS (Caderno de Orientação Técnica Social- Programas Setor Público) e é elaborado pela Caixa Econômica Federal, que é o agente operador e tem como atribuição analisar o Projeto de Trabalho Técnico Social, acompanhar, atestar e avaliar sua execução. Em tal documento fica claro o objetivo geral que norteia o trabalho social das obras do PAC:

> "O Trabalho Técnico Social é o conjunto de ações educativas planejadas pelo proponente (...) adequadas à realidade socioeconômica e cultural da população e às características da área de intervenção, respeitando as diretrizes dos Programas, com o intuito de promover a mobilização e organização comunitária, a educação sanitária e ambiental, a capacitação profissional e/ou geração de trabalho e renda, procurando atender às principais demandas sociais existentes. Seu objetivo é a criação de mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade dos grupos sociais

> atendidos, bem como incentivar a gestão participativa, garantindo a sustentabilidade do empreendimento" (p. 5).

Além da apresentação do trabalho social do PAC aos líderes, o objetivo central daquela reunião era que se conseguisse "tirar" os nomes para formar o Conselho Comunitário do Projeto, o CCOMP. Os líderes deveriam se apresentar para integrar o CCOMP e as comissões temáticas de seus interesses, tornando-se, assim, na fala de um dos agentes da equipe, "multiplicadores do projeto". Ao mesmo tempo em que nessas primeiras reuniões o objetivo do trabalho social e seu "tom participativo" são expostos pela equipe, nelas logo também se evidenciam as insatisfações dos líderes locais presentes, em relação à experiência de "participação" que vivenciaram no PAC 1.

Nessa reunião, antes mesmo que os membros da "equipe de trabalho social" terminassem a sua exposição sobre o projeto e sobre a importância de suas comissões, um dos líderes do Pavão-Pavãozinho, Flávio, colocou uma questão que deu início a uma tensa discussão entre as lideranças e a coordenadora da equipe. Em meio à apresentação em que a coordenadora destacava a importância do CCOMP, Flávio perguntou se dessa vez teriam acesso ao "cronograma físico-financeiro da obra", para que pudessem saber quanto estava sendo gasto em cada etapa e avaliar se o dinheiro estava sendo bem empregado. Flávio é nascido no Pavão-Pavãozinho, possui graduação em administração e trabalha no projeto Criança Esperança. A coordenadora da equipe respondeu que as lideranças não teriam "acesso ao financeiro", pois nem eles "do social" o teriam. Ironicamente, o líder disse: "Bom, sem acesso ao cronograma físico-financeiro dessas obras, a Comissão de Acompanhamento das Obras é um Caô e não CAO, como vocês chamam".

A coordenadora da equipe tentou retomar a ordem da reunião pedindo, em tom ríspido, que Flavio deixasse aquela questão para o final, quando poderiam falar mais sobre esse assunto. Flavio, no entanto, seguiu em sua fala articulada, enfatizando que a transparência nos gastos das obras era a única maneira de poder ser dito que as lideranças estavam de fato acompanhando as obras. Nesse momento, surgiram conversas paralelas entras as lideranças e, em meio ao barulho, Flavio elevou seu tom de voz e insistiu em sua argumentação, perguntando se os membros da CAO poderiam de fato alterar alguma coisa no projeto das obras.

Nesse momento, a coordenadora da equipe tomou a palavra e, em tom de orgulho, fez questão de lembrar o exemplo do PAC 1, no qual a CAO conseguira incluir um corrimão nas escadas que não estava previsto no projeto inicial. Esse corrimão foi citado outras vezes em reuniões pela equipe de trabalho social como exemplo do atendimento das demandas dos moradores por parte do PAC, tornando-se praticamente um símbolo da "gestão participativa". A coordenadora ressaltou, no entanto, que "interferências maiores" nas obras teriam que ser avaliadas pelos técnicos e que isso exigia uma certa burocracia, nem sempre fácil e rápida de ser solucionada. Ela lembrou ainda que é por essa burocracia que algumas queixas das lideranças em relação ao PAC 1 ainda não haviam sido resolvidas.

Após a fala da coordenadora, o soldado Rosas, um policial da UPP que assistia à reunião, interveio fazendo o seguinte questionamento:

> "Por que as coisas acontecem assim na nossa comunidade? Falo nossa comunidade porque eu trabalho aqui dia-a-dia ao lado deles. Por que as coisas não são discutidas antes do

> início da obra? As demandas tem que ser ouvidas antes do início da obra e não depois, porque depois tem que pedir autorização para paralisar a obra e assim as coisas não funcionam como a senhora mesmo está dizendo".

Antes que o soldado prosseguisse em sua fala, a coordenadora o interrompeu:

> "Acho que você não está entendendo o que estamos dizendo. As demandas dos moradores serão encaminhadas sim, mas não é fácil parar uma obra e é isso que estamos tentando explicar. Não estou entendendo por que você está falando nesse tom! Nós também trabalhamos pela comunidade como você! Nós estamos todos do mesmo lado!".

Nesse momento, a voz de uma liderança do Cantagalo ecoou na sala: "Nós também estamos aqui do lado do governo. Aqui não tem ninguém contra o PAC. Só queremos ser ouvidos!". O soldado Rosas retomou a palavra enfatizando que achava que as demandas deviam ser ouvidas antes do início das obras, porque todos ali sabiam que depois era muito difícil de parar obras e mudar alguma coisa. Ao fim de sua fala, foi aplaudido pelos moradores e lideranças presentes.

Essa reunião tinha por objetivo eleger os integrantes do CCOMP e das comissões temáticas. A função do CCOMP, no entanto, passou a ser amplamente questionada após as colocações iniciais de Flávio, enquanto a equipe de trabalho social tentava, sem sucesso, retomar a ordem da reunião. Fazendo coro às lideranças que questionavam a margem de interferência que poderia ser exercida através da "participação" no CCOMP e na CAO, Seu Dionísio tomou a palavra. Como de costume, ele se levanta e fala alto e pausadamente:

> "O projeto já veio pronto para nós e agora a gente integrar essas comissões e participar disso é bem complicado porque a

> comunidade vai cair de pau no projeto, mas só que ele já está pronto! O projeto já chegou até nós pronto e não podemos mudar muita coisa! Então teremos que engolir de repente algo que não achamos bom para a comunidade sem poder mudar e pedir outro projeto. A realidade dessas comissões é essa!".

Seu Dionísio foi aplaudido e, logo depois, sem tomar a palavra, em meio a muito barulho de conversas paralelas, Bezerra disse: "Eu acho que essa comissão tem que ser indicada pela Associação de Moradores". Nesse momento, uma líder do Cantagalo, Deise, gritou do fundo da sala: "É a panelinha do Bezerra! Eu vi a vergonha que foi o PAC 1. Vamos é fazer uma comissão para tirar o Bezerra!". Ela seguiu fazendo acusações aos integrantes do CCOMP do PAC 1 e disse que os membros da comissão "começaram a ganhar dinheiro com o MUF (Museu de Favelas) e o trabalho de acompanhar, cobrar e criticar as coisas erradas das obras do PAC ficou de lado. Eles agiram pelo bem estar do bolso deles e não da comunidade".

Em meio à fala de Deise, Sidnei, integrante do CCOMP no PAC 1 e um dos fundadores-diretores do MUF disse: "Não adianta ficar metendo o pau na comissão e não botar a cara. Assim é mole! Tem que participar para tentar mudar. Criticar de fora é mole!". A equipe assistia já sem saber como tentar restabelecer a ordem e, nesse momento, Alzira, presidente da Associação do Pavão-Pavãozinho, tomou a palavra tentando retomar o objetivo central da reunião: formar o CCOMP e as comissões. Aos berros, Alzira falou: "Vocês vão ficar só reclamando e não vão participar, é? Ao invés de ficar reclamando aqui, entrem na comissão para cobrar!".

Aproveitando a deixa de Alzira, um membro da equipe do trabalho social abriu no PowerPoint a lista com as comissões para que os moradores fossem se inscrevendo nas que tivessem interesse em participar. Apesar das críticas e questionamentos, lideranças do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho foram colocando seus nomes para integrar as comissões temáticas, de acordo com seus interesses e disponibilidade. Ao fim da reunião, outro ponto de discussão foi em relação ao horário em que se dariam as reuniões. A maioria preferia à noite, mas alguns queriam de manhã. A reunião foi encerrada pela equipe em meio a um conturbado debate sobre esse assunto, que ficou para ser resolvido na próxima reunião.

Logo na primeira das reuniões com as lideranças, destacou-se a forte relação de desconfiança delas em relação ao caráter participativo que a "equipe de trabalho social" buscava estabelecer em relação às obras realizadas pelo PAC. Baseando-se em sua experiência em relação ao PAC 1 e ainda em outra passadas, tais lideranças demonstravam uma postura absolutamente cética em relação ao que lhes estava sendo apresentado. É interessante notar que nesse contexto aparecem outras lideranças, algumas como Elisângela só participam do 1º Grande Fórum e outras como Seu Dionísio participam de todas as reuniões do CCOMP e das comissões. Apesar das críticas e desconfiança amplamente esboçadas pelas lideranças, elas acabaram por integrar o CCOMP, acreditando ser essa uma das únicas oportunidades de tentar estar perto para acompanhar e buscar expor demandas e assegurar objetivos em relação ao PAC.

A reunião seguinte, também realizada na Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho, tinha por objetivo a apresentação do formato do 1º Grande Fórum a ser realizado com os moradores das duas favelas. Tal fórum foi apresentado tal como havia sido planejado pela equipe de trabalho social. Segundo os agentes da equipe, o fórum teria

início com a fala dos presidentes das duas associações de moradores e, logo depois, viria a apresentação do projeto do PAC pelos técnicos e agentes interventores. Primeiro esses falariam sobre o que já havia sido realizado no PAC 1 e, na sequência, sobre o projeto a ser desenvolvido pelo PAC 2. Além dos representantes da equipe de trabalho social, arquitetos, engenheiros e diretores da construtora responsáveis fariam suas devidas apresentações. Após a apresentação do projeto pelos interventores, estava previsto um "coffee break" e, após essa pausa, o Fórum seria retomado para que os moradores pudessem expor suas dúvidas e demandas em relação ao projeto.

Essa reunião transcorria com certa tranquilidade, até o momento em que Seu Dionísio interveio para perguntar, em tom de crítica, o porquê da realização desse "coffee break" antes do momento reservado pela equipe à "participação" das lideranças e moradores. Logo, outros líderes começaram também a se manifestar, dizendo que isso era estratégia deles para "esvaziar a reunião". Uma liderança do Cantagalo disse: "É assim que vocês querem que a gente participe, né? Rapidinho e no finalzinho?!". A inclusão planejada de tal "coffee break" antes da fala dos moradores foi percebida pelos líderes presentes como uma estratégia para que esses fossem embora após o intervalo e lanche. Um líder do Cantagalo chegou a dizer: "Vocês sabem que muitos moradores só ficam por causa da comida e que depois disso vão logo embora. O lanche tem que ser só no final, para não esvaziar antes dos moradores falarem!".

Os agentes do PAC tentavam se explicar dizendo que o momento do coffee break após a fala dos interventores, havia sido pensado na intenção de que a reunião não fosse cansativa para os participantes. Após uma discussão bem tumultuada, os agentes da equipe

cederam e ficou “pactuado” entre líderes e a equipe que o coffee break se daria somente após a “participação” dos moradores.

Esse momento de acordo entre lideranças e a equipe não durou muito, pois logo veio à tona uma outra questão. Essa, porém, ainda mais controversa que a anterior. Os agentes da equipe explicaram que o Fórum seria realizado na Quadra da Alegria da Zona Sul, no Cantagalo, e que, ao ali entrarem, os moradores e lideranças receberiam um material explicativo sobre as obras do PAC 2. Nesse material, haveria ainda um papel onde os interessados poderiam “colocar suas dúvidas”. Os papéis com as dúvidas dos moradores e lideranças seriam recolhidos e dez perguntas seriam selecionadas pela equipe de trabalho social para serem lidas no microfone pela cerimonialista responsável por presidir a reunião. De acordo com a proposta da equipe, nem lideranças e nem moradores poderiam, portanto, “fazer uso da fala” no Fórum.

O formato da participação dos moradores e lideranças, concebido pelos agentes da equipe de trabalho social do PAC, buscava, segundo a própria equipe, apenas “evitar repetições de questões e não ultrapassar o tempo previsto para a realização do Fórum”. O formato do Fórum estava sendo apresentado às lideranças na intenção de que tomassem conhecimento de como a reunião havia sido planejada pela equipe. O tom da apresentação da equipe era mais informativo do que consultivo ou de um planejamento coletivo em relação ao formato do 1º Fórum Popular.

Após receberem essa informação, no entanto, os líderes se indignaram através de falas e também por meio de atitudes corporais. A desaprovação em relação ao que fora reservado para eles como “participação” nesse Fórum era generalizada. Muitos

balançavam a cabeça, inclinavam seus corpos e abriam os braços demonstrando sua indignação. As conversas entre eles foram tomando conta da reunião, que assumiu um forte clima de descontentamento. Os líderes não se sentiam representados pela fala dos dois presidentes das associações e queriam garantir que eles e os outros moradores pudessem expor suas demandas, dúvidas e críticas no Fórum. As lideranças queriam ter o direito a "fazer uso da palavra", que era o "mínimo que se esperava de um Fórum".

Tentando chegar a algum acordo, alguém da equipe de trabalho social lembra que em relação ao horário do coffee break eles haviam cedido, mas que em relação a isso nada poderia ser feito. O argumento da equipe era o de que havia um tempo limite estipulado para a duração do Fórum e que se "abrissem para a fala", seria impossível para eles respeitar tal tempo. A reunião ameaçava desmoronar e terminar em meio a uma forte discussão sem que nada ficasse decidido, até o momento em que alguém da equipe sugere a participação de um dos integrantes do CCOMP na mesa junto aos presidentes das duas associações, os membros da equipe PAC social e os técnicos que apresentariam o projeto. Seu Dionísio foi a liderança do Pavão-Pavãozinho indicada pelas outras lideranças para essa função, mas negou-se a ocupar esse lugar dizendo que não se sentaria ao lado "deles", pois considerava que seu lugar era ao lado dos moradores. Em suas palavras: "Não vou sentar à mesa na frente porque é como se eu tivesse do lado deles e não estou!".

As lideranças insistiram em seus descontentamentos, dizendo que era um absurdo eles não poderem falar e que as perguntas deles e de outros moradores fossem selecionadas pela equipe de trabalho social. Diante da impossibilidade de mudar esse quadro apresentado pela equipe e na tentativa de salvar minimamente alguma forma de participação, um dos líderes sugeriu, então, que um deles se integrasse à equipe no

processo de seleção das perguntas que seriam lidas. Após mais uma rápida discussão para saber quem seria esse líder, ficou decidido que Flávio, liderança do Pavão-Pavãozinho, desempenharia essa função no dia do 1º Fórum Popular.

O formato do Fórum havia sido apresentado às lideranças na intenção de que elas apenas tomassem conhecimento de como se daria o 1º Fórum planejado pela "equipe de trabalho social". Durante a apresentação do formato do Fórum para as lideranças, o tom da equipe era claramente mais informativo do que consultivo ou de um planejamento coletivo. As lideranças, no entanto, demonstraram todo seu descontentamento em relação ao formato no qual estava prevista a "participação" delas no Fórum. Através de uma conturbada reunião, as lideranças conseguiram ali expor suas demandas e negociar, minimamente, alguns de seus objetivos. Numa ocasião de embate como essa, com a equipe de trabalho social do PAC, os líderes do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho costumavam atuar unidos, deixando em segundo plano a hostilidade e rivalidade existentes entre eles.

No dia 14/01/12, às 14h de um sábado, foi realizado o 1º Fórum Popular na quadra da escola de samba Alegria da Zona Sul, no Cantagalo. Uma cerimonialista foi contratada para conduzir o Fórum e, após uma breve saudação aos presentes, a palavra logo foi passada aos presidentes das duas associações de moradores. Sentados de frente para os moradores, em uma mesa junto com representantes do PAC e da construtora, os dois presidentes abriram o 1º Fórum ressaltando a importância das obras para a comunidade, agradecendo ao governo e ainda recomendando aos moradores que fizessem perguntas "dentro do objetivo e sem brigar por coisas pequenas".

Em seguida, a palavra foi passada à equipe de trabalho social, arquitetos e engenheiros da construtora responsáveis pelo projeto. Esses, de uma maneira geral, apresentaram tudo que havia sido realizado pelo PAC 1 e, na sequência, as principais obras que seriam realizadas nas duas favelas, o orçamento geral e o prazo para a conclusão das obras do PAC 2.

Figura 14: Imagens do 1º Fórum Popular do PAC 2, "Quadra do Cantagalo".
Foto: Juliana Blasi Cunha, [2012].

Os moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho assistiram atentos à exaustiva apresentação dos muitos técnicos que, através do recurso de PowerPoint, apresentaram dados estatísticos sobre o PAC 1, com belas projeções de como seriam os novos prédios, as duas ruas que seriam alargadas, o ginásio a ser construído, a reforma do "casarão" e do entorno da quadra. Em momento algum, no entanto, ao longo das tais projeções futurísticas apresentadas no PowerPoint, surgiu o assunto que havia atraído grande parte dos moradores que ali estavam naquele quente sábado de sol: o "remanejamento" de famílias por conta do alargamento de ruas projetadas pelo PAC.

Enquanto a apresentação do projeto era feita, em um canto da quadra, membros da equipe de trabalho social, junto com o líder Flávio do Pavão-Pavãozinho, liam em voz baixa as perguntas que os moradores haviam feito nos papéis distribuídos para tal no início da reunião. Feito isso, juntos chegaram a um acordo sobre quais seriam as dez perguntas que seriam lidas publicamente ao final da apresentação para que os técnicos e responsáveis pelas obras respondessem.

As dez perguntas de moradores e lideranças foram divididas em três blocos. No primeiro deles foram reunidas perguntas relacionadas às insatisfações da experiência das obras do PAC 1, como por exemplo, a caixa d`água construída que não funciona, as rachaduras nas paredes dos prédios e promessas feitas que não haviam sido concluídas. Em geral, as respostas dos membros da mesa foram no sentido de pedir aos moradores que esquecessem a experiência passada e que acreditassem na proposta deles, pois agora essas questões seriam solucionadas.

Já no segundo bloco, as questões dos moradores refletiram as dúvidas e insatisfações em relação ao remanejamento dos moradores, causadas pelas obras do PAC. Os moradores queriam saber quais casas de fato iriam "ter que sair" e ainda quando isso iria ocorrer. Uma pergunta colocava o seguinte: "Por que os prédios não são construídos antes de derrubar nossas casas, para que a gente possa ir direto para lá?". As respostas dos agentes indicaram que o projeto detalhado com a indicação das casas que seriam demolidas seria apresentado a eles em breve. A engenheira da construtora foi muito clara ao adiantar, no entanto, que não haveria possibilidade de esperar os prédios ficarem prontos para começar a demolir as casas, pois dessa maneira seria impossível para a construtora realizar o alargamento das ruas dentro do prazo estabelecido pelo cronograma das obras.

Em tal momento, Flávio, liderança do Pavão-Pavãozinho, quebrando a ordem que havia sido "pactuada" para a reunião, tomou a palavra e interveio dizendo que se eles têm tanto interesse e compromisso com o cronograma, que deveriam disponibilizar para os moradores o "cronograma físico-financeiro" das obras e cobrou transparência nos gastos do projeto. Os técnicos responderam que, conforme já haviam explicado a Flávio, esse cronograma era fictício porque ele dependia da boa vontade dos moradores negociarem ou não suas casas e que isso "entravava" a demolição das casas e, consequentemente, o alargamento das ruas. Ao final da discussão, um dos técnicos disse que iria disponibilizar esse cronograma na semana seguinte.

As questões do terceiro bloco foram todas sobre a situação dos moradores de uma região do Pavão-Pavãozinho chamada Caranguejo. Essa região foi considerada pela Geo-Rio e marcada pela Prefeitura da Cidade como área de risco, mas nenhuma solução foi apresentada aos moradores. Alguns moradores nessa situação reivindicaram sua ida para os

apartamentos do PAC. Os agentes do PAC deixaram claro que essa era uma questão a ser resolvida com a Prefeitura e esclareceram que os prédios construídos pelo PAC eram para alocar exclusivamente os moradores que tiveram que sair de suas casas por conta do alargamento de ruas do mesmo projeto. Um dos representantes das obras disse, no entanto, que eles poderiam se comprometer a encaminhar essa demanda para os responsáveis na Prefeitura.

Quando o Fórum se aproximava do fim, uma moradora interrompeu e começou a expor insatisfações em relação a um dos prédios do PAC 1, onde mora. Ela discursou mostrando fotos que apontavam uma série de defeitos do prédio (vazamentos e rachaduras) e cobrando uma solução. Os agentes e engenheiros disseram que herdaram os problemas do PAC 1 e que fariam os devidos reparos nos prédios. O Fórum terminou e, como de costume no final desse tipo de reunião, com a presença de autoridades responsáveis pela obra; muitos moradores foram até a mesa onde esses estavam e expuseram suas situações individuais, apelando por uma solução para seus casos. Outros moradores conversavam entre si, enquanto comiam e bebiam algo no planejado "coffee-break" e, em seguida, deixaram a reunião.

Após o 1 º Fórum Popular, nas reuniões seguintes do CCOMP foram discutidos problemas como, por exemplo, o do lixo e o do estacionamento de carros de policiais da UPP nas vagas em frente aos prédios do PAC, mas, sobretudo, foram enaltecidos pela equipe de trabalho social os valores da "organização e mobilização comunitária". Nessas reuniões do CCOMP, quando as lideranças não estavam diante de algum assunto crítico, era comum que as disputas e rivalidades entre moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho aparecessem. Por vezes, em tom de brincadeira e, outras, em tom mesmo de

discussão. Palestrantes foram chamados pela equipe de trabalho social para falar aos moradores sobre a importância de se articularem e de terem um "projeto de futuro comum" bem definido com suas demandas para a "comunidade".

Através de palestras, os moradores eram incentivados nessas reuniões a se unirem, a "deixarem de lado suas diferenças" e a "participarem" do projeto do PAC. A tendência do PAC de tratar esse espaço como um todo coeso, integrado e uniforme era expressa em falas e orientações de seus agentes que, diante das rivalidades entre as duas favelas, orientavam os moradores da seguinte maneira: "vocês precisam parar com essa besteira e se unir! Essa coisa de Cantagalo para lá e Pavão-Pavãozinho para cá é coisa do passado! Agora isso acabou!". Diante dessa perspectiva que os homogeneizava, quando não diante de assuntos críticos como os decretos e as remoções, moradores e lideranças faziam questão de reafirmar suas identidades de pertencimento ao Cantagalo e ao Pavão-Pavãozinho através de claras demonstrações de hostilidade.

Em todas essas reuniões do CCOMP, fotografias eram feitas, assinaturas recolhidas e atas elaboradas pelos agentes da equipe de trabalho social. Todo esse material servia de base para os relatórios que essa equipe precisava encaminhar a fim de serem avaliados e, caso aprovados, a verba liberada. A equipe de trabalho social organizou ainda uma "visita a campo" com os membros do CCOMP e engenheiros para que visitassem as obras que já estavam em curso. Em fevereiro de 2012, percorremos a Avenida Custódio Mesquita, no Cantagalo, onde vimos os funcionários do PAC 2 trabalhando na demolição das casas que já haviam sido negociadas e seus moradores ou foram morar em outro lugar com o dinheiro da indenização ou estavam no aluguel social esperando o seu apartamento do PAC ficar pronto.

Vimos também, no entanto, algumas casas de moradores que ainda não haviam chegado a um acordo e ali permaneciam. Tais moradores, não satisfeitos com o valor da indenização ou com os apartamentos do PAC que lhes foram oferecidos, resistiam em suas casas que, por vezes, ficavam isoladas em meio a escombros e lixo dos vizinhos que já haviam deixado suas moradias, sendo considerados como "entraves" ao prosseguimento das obras.

Figura 15: Imagens da visita do CCOMP às casas em demolição na Rua Custódio Mesquita, Cantagalo. Foto: Juliana Blasi Cunha [2012].

Após o 1º Fórum, quatro encontros do CCOMP, como esses acima citados, foram realizados até que finalmente, em março de 2012, foi realizada uma reunião para que o projeto de alargamento da Avenida Pavãozinho fosse, finalmente, apresentado aos moradores do Pavão-Pavãozinho. Quatro meses se passaram desde o anúncio oficial da retomada das obras em novembro de 2011 e a primeira reunião em que o "remanejamento" foi apresentado aos moradores, em março de 2012. Tal reunião foi realizada na Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho, uma vez que era ali que estava por começar o processo de alargamento da rua que remanejaria moradores. No Cantagalo, grande parte dos moradores da Rua Custódio Mesquita já havia sido cadastrada no PAC 1 e o processo de negociação de suas casas estava bem mais adiantado, pois o PAC 2, quando retomou às negociações, o fez por aquela rua.

Alguns moradores da Custódio Mesquita já haviam saído de suas casas e ido para os apartamentos do PAC construídos no Cantagalo e algumas casas já estavam sendo demolidas para possibilitar o início do alargamento da rua. Já no Pavão-Pavãozinho, também o PAC 1 havia feito um cadastramento de moradores, mas o projeto ainda não havia sido claramente apresentado aos moradores e nem o processo de (re)cadastramento havia sido retomado.

A Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho estava repleta de moradores e lideranças. Antes mesmo de dar início à apresentação do projeto de alargamento da Avenida Pavãozinho, uma das agentes da equipe do PAC social ressaltou aos moradores a importância de abrirem as portas de suas casas e receberem a equipe para que o cadastramento pudesse ser realizado. A agente explicou ainda que o processo de

“negociação do remanejamento” estava dividido em duas fases. Primeiro seria feito o cadastramento dos membros da família (social) e da planta da casa (físico) e, somente depois, num segundo momento, é que eles seriam chamados para negociar suas casas. Ao explicar isso, a agente buscava acalmar e convencer os moradores de que não havia nenhum risco em receber os agentes e realizar o cadastro. Segundo ela, nada seria resolvido nessa “visita” da equipe à casa deles, pois a negociação de fato sobre valores ou outras formas de indenização da casa apenas se daria num momento posterior.

Após essa explicação e pedido dessa agente da equipe, um dos coordenadores tomou a frente da reunião e, através do recuso do PowerPoint, deu início a apresentação do trecho da Avenida Pavãozinho que teria as casas demolidas para possibilitar o alargamento dessa via. A engenheira da construtora responsável pela execução do projeto estava presente na reunião e juntos os dois apresentaram o mapa com o trecho da rua que seria alargado.

Figura 16: Imagem do agente do PAC social apresentando o “mapa do remanejamento” aos moradores. Foto: Juliana Blasi Cunha [2012].

Ninguém melhor, no entanto, que os próprios moradores para identificarem no mapa as suas casas e as dos seus colegas presentes e também ausentes. Os moradores mais jovens fizeram-na e anunciaram àqueles com a vista mais cansada as casas que sairiam. Em tom de deboche e revolta, o líder Flávio, que também teria sua casa demolida, falava para os moradores que não conseguiam localizar suas casas no mapa: "Ali naquele pedaço pega a casa de vocês quatro aí. Só naquele trechinho ali desse mapa bonito, lambeu a casa de vocês quatro!".

Muitas foram as perguntas dos moradores e pouco satisfatórias eram as explicações dos técnicos, por não possuírem um bom conhecimento das marcações espaciais que orientavam a percepção dos moradores da área em questão. Seu Dionísio traduziu para os moradores o que estava no mapa, fazendo uso de uma referência espacial bem conhecida de todos: o bondinho ou Plano Inclinado. Em suas palavras: "Todas as casas do lado direito da Avenida Pavãozinho até a primeira estação do bondinho serão demolidas".

Surgiram dúvidas por parte dos moradores sobre casas localizadas depois do "bondinho" e os agentes explicaram que questões técnicas desse trecho estavam sob estudo e que, portanto, tal trecho ainda não havia sido definido pelos engenheiros. Tal trecho gerou certa revolta entre os moradores pelo prolongamento da indefinição de uma situação tão delicada como essa. A indefinição em relação a ter que sair ou não de suas casas foi uma situação diante da qual os moradores demostraram enorme descontentamento. O prolongamento daquela situação de dúvida em relação ao futuro deles pareceu incomodar mais do que a triste certeza daqueles que, naquele momento, souberam que sairiam de suas casas.

Os agentes da equipe social tentaram acalmar os moradores, dizendo que em breve os estudos seriam concluídos e a situação definida. Um dos agentes retomou o assunto com o qual a reunião havia sido aberta: a explicação sobre como se dava o processo de negociação das casas, seguido do pedido para que os moradores abrissem a porta de suas casas para a equipe, permitindo assim o avanço do cadastramento. Tais agentes começaram, então, a explicar as três opções disponíveis no processo de negociação das casas. Além dos prédios que seriam construídos, o PAC ofereceu ainda duas outras opções: a indenização e a compra assistida.

O valor da indenização oferecida foi estipulado por um decreto do Governo Estadual, que é geral para a avaliação de casas a serem remanejadas em diferentes regiões do Estado. A indenização é calculada de acordo com as benfeitorias e qualidade de cada construção, não sendo levada em consideração a localização dessas casas e nivela, portanto, o preço desses imóveis por baixo. Os imóveis dali já eram caros pela localização das favelas em bairros nobres da cidade. Com a "PACificação", os imóveis se tornaram ainda mais caros e, dessa maneira, com os baixos valores de indenização pagos pelo PAC, não é possível comprar imóveis no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". Além disso, a opção de compra assistida também não é viável porque quase não há imóveis disponíveis à venda nessas favelas e os que existem estão com preços bem além do que o PAC está disposto a pagar.

Dessa maneira, das três opções oferecidas pelo PAC aos moradores, apenas uma é realmente viável àqueles que desejam permanecer morando no chamado "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo": os apartamentos. Os moradores entenderam rapidamente a situação e, após a apresentação das três opções, um diálogo entre uma moradora e a

engenheira responsável pela execução da obra trouxe à tona a situação dramática que envolveu todo o processo de alargamento dessa rua:

> ***Moradora***: - "Tem apartamento do PAC para todos que vão ter que sair de suas casas? Vocês estão trabalhando com a ideia de todos quererem ir para os apartamentos? Por que não constrói prédio para aonde vamos primeiro?!".
> ***Engenheira***: -"Não sei se há apartamentos para todos que sairão de suas casas porque não sabemos quantos são. O que eu sei é que a construtora foi contratada para executar o projeto dentro de um prazo. Se eu for esperar terminar a construção dos prédios para iniciar a negociação e futura demolição das casas, eu não consigo concluir a abertura da rua no prazo do cronograma.".

Logo após esse diálogo, o líder Flávio chamou atenção dos moradores para essa situação:

> "Quando vocês forem negociar a casa de vocês, lembrem-se disso! Não sabemos se tem apartamentos para todos e nem quando estarão prontos. Se tiver 100 apartamentos e 150 famílias para sair, a gente não sai! Estamos falando das nossas casas e cada um aqui é que sabe o quanto ralou para construir! São nossas casas! Não são figurinhas que tira daqui e bota lá!".

Na sequência, um morador gritou do fundo da sala em tom de revolta: "Eu tenho que sair da minha casa sem saber para onde vou e nem quando vou?! Esquece! Não saio!". Os agentes da equipe buscaram acalmar os moradores explicando que, aqueles que optassem pelos apartamentos do PAC, deveriam começar a buscar uma casa para alugar até que os apartamentos ficassem prontos. Tais moradores receberiam do governo o chamado "aluguel social", no valor de 450 reais, para pagamento mensal por essa moradia provisória. O anuncio do aluguel social, ao invés de acalmar gerou ainda mais revolta entre eles, pelo seu baixo valor. Alguns moradores e líderes começaram a reclamar em voz alta

do valor pago pelo aluguel social e das indenizações pagas pelo PAC, alegando que elas não condizem com a realidade dos preços do "Complexo-Pavão-Pavãozinho-Cantagalo".

Nesse momento, uma agente da equipe de trabalho social tentou tomar a palavra e procurou explicar o decreto e como é feito o cálculo da indenização, mas os moradores e lideranças logo a interromperam. Em tom de indignação, um morador se levantou e disse o seguinte: "Aluguel de 400 reais aqui?!" Se você encontrar, me avisa logo, tá?! Esse negócio de fazer a rua primeiro e só depois os prédios está por fora! Os prédios tem que ser primeiro! Assim eu não saio da minha casa". Dito isso, tal morador virou-se e foi embora da Associação, dando início ao que acabou sendo um tumultuado encerramento dessa reunião.

Nas seguintes reuniões do CCOMP, todos esses assuntos críticos relacionados ao chamado "remanejamento" dos moradores voltaram a aparecer em perguntas das lideranças para a equipe de trabalho social. Algumas reuniões e muitas reclamações depois, em maio de 2012, aconteceu uma reunião para tratar especificamente do valor da indenização e do aluguel social. As lideranças haviam cobrado em reuniões anteriores que essa demanda fosse encaminhada para os responsáveis e essa situação revista. Seu Dionísio, líder do Pavão-Pavãozinho, havia sugerido que fosse redigido e encaminhado um ofício para o Governo do Estado expondo essa demanda.

Na reunião de maio de 2012 uma agente da equipe de trabalho social disse que concordava que o valor não era adequado à realidade deles e que "o que podemos fazer enquanto PAC social é apoiar a luta de vocês. Podemos redigir esse ofício com vocês e encaminhar. A Associação tem legitimidade para mandar esse ofício e podemos mandar

juntos". A presidente da Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho, Alzira, perguntou se poderia incluir também no ofício a questão da situação dos moradores do Caranguejo. Já Bezerra, presidente da Associação do Cantagalo, perguntou se o documento seria um ofício ou um abaixo-assinado e, caso fosse um ofício, quem assinaria o documento. Bezerra estava preocupado com a possibilidade dos moradores quererem encaminhar o ofício em nome da Associação de Moradores e ele ter que assinar tal documento, tornando-se o responsável por essa demanda que estava sendo solicitada ao Governo. Bezerra argumentou que desfrutava de um "bom relacionamento com o governo" e que temia ainda que esse ofício pudesse paralisar ou mesmo atrapalhar as obras do PAC, o que lhe traria enorme desgosto. Seu Dionísio, líder do Pavão-Pavãozinho e responsável pela ideia do ofício, disse que o documento seria um ofício e que seria encaminhado em nome do COOMP porque, em suas palavras: "nós temos poder para isso e não precisamos da Associação para isso".

Após terem chegado ao acordo que o ofício seria encaminhado em nome do CCOMP, agentes da equipe de trabalho social e lideranças redigiram coletivamente o ofício que buscava uma diferenciação no valor das indenizações e do aluguel social pagos aos moradores dali. Nesse ofício tentaram deixar claro que o valor de mercado dos imóveis do "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" era elevado e não poderia ser equiparado com o de favelas distantes da valorizada Zona Sul onde o PAC também atua como, por exemplo, Manguinhos.

Na reunião seguinte, os agentes do PAC disseram que o ofício havia sido encaminhado e que ficaram sabendo que os responsáveis estavam buscando soluções para aumentar o valor do aluguel social, mas que o da indenização seria impossível. Os

moradores continuaram sendo incentivados a receberem a equipe para fazer o cadastro e depois negociarem suas casas. Diante dessa situação desfavorável e de indefinição, no entanto, muitos moradores negaram-se a receber os agentes da equipe de trabalho social para a realização do cadastro. A situação tornou-se, portanto, uma espécie de "bola de neve", na qual os moradores não aceitavam se cadastrar por conta da indefinição em relação ao número de apartamentos disponíveis do PAC e dos baixos valores de aluguel social e indenização. Sem o cadastro, não se sabia quantas eram as famílias que sairiam e, com isso, não se sabia quantos ficariam sem apartamentos e assim a situação seguia indefinida.

No mês de agosto, os moradores receberam a informação da equipe de trabalho social de que haviam conseguido o reajuste do aluguel social de R$450,00 para 650,00, mas que, em relação aos valores da indenização, nada pôde ser feito. Em novembro de 2011 foi anunciado na reunião do CCOMP que o cronograma da obra estava sendo revisto e as obras passariam de 12 para 24 meses, enquanto o "trabalho social" de 18 para 30 meses.

Dessa reunião participou um engenheiro da construtora responsável pela fiscalização do projeto que, até então, não era conhecido pelas lideranças. Esse engenheiro esclareceu que o PAC 2 vinha intervindo na comunidade há um ano e que esse era o prazo estipulado inicialmente para a conclusão das obras. Nesse ano de atuação do PAC 2, no entanto, segundo o engenheiro, apenas 5% do projeto havia sido executado. Dessa maneira, a Caixa Econômica Federal havia cobrado resultados e, diante disso, ficou decidido que a supervisão do trabalho social seria substituída, passando das mãos da EGP-Rio para as da SEOBRAS (Secretaria de Estado de Obras) .

Ao longo da reunião, o engenheiro falou em um tom bastante agressivo sobre o problema do atraso das obras e atribuiu claramente a responsabilidade desse atraso ao fato de muitos moradores estarem se negando a negociar suas casas, "entravando", assim, a execução do alargamento da Avenida Pavãozinho. Diferente do tom de fala habitual dos outros técnicos da construtora e, sobretudo dos agentes da equipe do trabalho social, tal engenheiro, ao longo dessa reunião, disse que "os moradores não querem sair e estão sacaneando a obra, mas nós vamos construir essas ruas! Os moradores vão ter que sair! Nós estamos aqui para resolver isso!". Dito isso, tal engenheiro colocou ainda que estavam sendo "bastante tolerantes" ali e citou um exemplo em Minas Gerais, onde 200 famílias haviam sido remanejadas, em seus termos, "na base da porrada" alguns meses atrás.

No ano de 2013, a obra foi abandonada pela construtora e, portanto, paralisada bem antes de ser concluída. Aqui buscou-se, no entanto, descrever o tipo de "participação" que está sendo, não apenas permitida, mas, de alguma maneira, imposta pelo PAC a essas lideranças. Sem essas reuniões e comissões que caracterizam o chamado "processo participativo", a obra não pode ser realizada. Dessa maneira, a participação desses líderes não é apenas um direito dos moradores, mas também uma obrigação para o poder público e lideranças.

Conforme visto acima, essas reuniões, por vezes, apresentam de fato um caráter muito mais informativo do que consultivo. Como bem advertiu Seu Dionísio logo na primeira dessas reuniões: "o projeto já veio pronto e agora pouco podemos fazer". Tal projeto das obras físicas em momento algum foi discutido previamente com os moradores e lideranças. Foi apresentado e negociado em 2008, quando da entrada do PAC nas duas

favelas, entre os agentes interventores, os presidentes das duas associações de moradores e, segundo informações que não desenvolverei aqui, os traficantes locais.

Se algo em relação às obras foi negociado, isso se deu em outro momento e apenas com a interlocução direta das associações, consideradas representantes por excelência da comunidade pelo poder público. A entrada do PAC em 2008 deu-se, portanto, através de interlocução com as associações de moradores, instituições que vêm tendo sua representatividade amplamente questionada pelos moradores e lideranças. Ao longo das reuniões do CCOMP, a construção de elevador panorâmico, playgrounds e o alargamento das ruas foi apresentado em reuniões de caráter informativo, nas quais nada era passível de alteração conforme a demanda dos moradores. Fotografias foram tiradas e assinaturas recolhidas nessas reuniões do CCOMP, buscando, através desses, comprovar o caráter "participativo" da intervenção do PAC. Na prática, os moradores e lideranças estavam, na maioria das vezes, apenas sendo informados sobre as intervenções que, em relação às grandes decisões, já chegavam até eles aprovadas em esferas heterônomas.

Nas palavras de CAVALCANTI (2013: p. 220):

> "Os efeitos dessas acomodações vão além da reestruturação das relações locais de poder. Eles criam um mecanismo perverso em que a implementação de políticas públicas conta com o apoio de uma instituição – a associação de moradores de favelas – que há muito perdeu sua legitimidade política, seja devido à subjugação ao tráfico de drogas, seja devido às relações escusas com a política partidária. Desse modo, os mecanismos de participação política que sustentam projetos como o PAC tornaram-se reféns das estruturas locais de poder e de regimes da informalidade urbana".

Até mesmo o caráter informativo dessas reuniões pode ser questionado, uma vez que, como vimos acima, as informações sobre o tema que mais mobiliza os moradores, o chamado "remanejamento", são vagas e bastantes confusas. Muitos moradores foram notificados ainda em 2008 que sairiam de suas casas e vivem até hoje na angústia da espera, pois a "rua ainda não chegou". Há casos ainda de moradores que tiveram suas casas demolidas, mudaram-se para os apartamentos do PAC, mas a rua que passaria em suas casas não mais será alargada e convivem com a imagem das ruinas de suas antigas casas.

Alguns autores vêm buscando pensar como se dá a negociação de moradores e lideranças com o poder público no contexto das UPPs. Trabalhos como o de Machado da Silva (2013), Fleury (2013) e Rodrigues et al. (2012) vêm discutindo o associativismo e as formas de vocalização das demandas dos moradores nesse contexto. Esses autores chamam atenção para o protagonismo policial nesses processos locais que acabaria por dar origem a um "intercâmbio de papéis" entre as UPPs e as associações (RODRIGUES et al., 2012).

Em geral, essas análises alertam para uma submissão dos moradores das favelas aos policiais e para os perigos que o protagonismo desses pode representar para a democracia. Em relação aos grandes fóruns realizados em favelas pela UPP, por exemplo, Fleury (2013) destaca que estaria em curso um modelo de mediação negociada, que, como visto, inviabiliza em sua estrutura a discussão política sobre o projeto de "pacificação" e as demais ações de desenvolvimento em curso. A participação seria ela mesma "pacificada":

> "Nesses espaços, é permitido vocalizar angústias e desejos sobre a ação governamental, mas não há brecha real para definir prioridades e ação substantivas das políticas públicas. Em suma, essas instâncias consistem em instrumento apaziguador dos conflitos, procurando referendar as decisões já vinculadas à política em curso" (FLEURY, 2013: p.24).

Em sua dissertação de mestrado sobre as mudanças na política da favela, Araujo Silva (2013) analisa o papel exercido pelos agentes comunitários do Borel de, simultaneamente, representação e parceria. Segundo ARAUJO SILVA (2013: p.102), os agentes comunitários "são um novo formato de um velho fenômeno. Novo porque substituem a Associação na interlocução política. Mas velho, porque não passam de reinvenção das formas de controle dos moradores das favelas".

Tal trabalho sobre o papel dos agentes comunitários traz importantes contribuições para pensar na ambiguidade do papel desempenhado pelas lideranças no CCOMP. Ao mesmo tempo em que são convidados a "participar" como lideranças representando os moradores, são também considerados como "multiplicadores" do projeto pela equipe de trabalho social. A ideia de que apenas reproduziriam e legitimariam o projeto do PAC, que já chega até eles aprovado em outras esferas, perpassa de forma bastante clara o título que as lideranças recebem como "multiplicadores" do projeto. As reuniões do CCOMP poderiam também ser pensadas, portanto, como "novas formas de legitimação de antigos mecanismos de dominação".

Esses trabalhos acima citados estão alinhados à ideia de um padrão de mediação consolidado entre o Estado e as organizações associativas das favelas que Machado da Silva (2002) definiu como "controle negociado". Em um claro debate com a máxima "a favela venceu" colocada por Zaluar&Alvito (2006 [1998]), Machado da Silva desenvolveu o conceito de "controle negociado", argumentando que:

> "A 'vitória da favela' ocorreu à custa da constituição de uma categoria social subalterna, cuja intervenção na cena pública, duramente conquistada, não mexeu no padrão básico da sociabilidade urbana, pouco alterando sua posição relativa na estratificação social e seu papel como força social" (MACHADO DA SILVA, 2002: p.224).

Sem negar os mecanismos de reprodução de um modo fragmentado e hierarquizado de integração urbana utilizados pelo PAC, através da descrição etnográfica dessas reuniões, busquei, no entanto, colocar o foco da análise na noção de agência e competência na atuação desses líderes. Se as associações de moradores estão bem alinhadas com as obras do PAC e o comando exercido pelo Capitão das UPPs em reuniões comunitárias, por outro lado, essas lideranças fomentam um quadro de inflexão sobre a situação atual da política nessas favelas. Concentrar o foco da análise na atuação dessas lideranças em cada situação de negociação, não significa negar que as suas conquistas não deixam de ser novas formas dos antigos mecanismos de "controle negociado", uma vez que seguem assegurando a reprodução do problema favela (Machado da Silva, 2002).

Participando, por exemplo, de reuniões para as quais não foram convidados e através de muita discussão, encaminhamento de ofícios e embate nas reuniões, as lideranças negociam e asseguram alguns de seus objetivos, como o aumento do aluguel social, que não estava previsto. A descrição das reuniões do CCOMP buscou destacar a racionalidade da ação dessas lideranças que, conscientes da "participação" que lhes estava sendo proposta, não se ausentaram e entraram em cena, buscando, através de seu engajamento pessoal, em cada interação com os membros da equipe do PAC social, levá-los a agir de acordo com suas intenções e objetivos possíveis diante daquele projeto. Críticos e conscientes das limitações de sua "participação" no projeto desde a primeira

reunião, tais líderes aceitam integrar o CCOMP encarando esse como uma das possibilidades existentes dentro de um universo restrito para, através de qualquer possibilidade de margem de manobra, buscar expor suas demandas e assegurar seus objetivos.

Na sociologia clássica, Weber (2000) foi o primeiro a perceber a importância da noção de ação. Para Weber o indivíduo é provido de um certo número de atributos, especialmente o de combinar meios e fins e de avaliar as eventualidades que lhe apresentam e, por isso, é racional. O racionalismo supõe que o sentido de nossas ações se determine em relação a nossas intenções e em relação a nossas expectativas, referente às intenções e às expectativas dos outros.

O material etnográfico das reuniões do PAC social traz contribuições por fazer pensar na noção de agência dos líderes e moradores dessas duas e de outras favelas. Em matéria de 3/5/2014, o Jornal do Brasil destaca: "MPF vai investigar governo do Rio e empreiteiras nas obras do PAC" . O inquérito civil movido por lideranças do Alemão e da Rocinha, portanto, investigará a não conclusão das obras e investigação das verbas federais do PAC 1. Além disso, a matéria destaca que:

> "Os representantes do movimento 'Rocinha Sem Fronteiras' entraram com as representações de resistência à implantação do Teleférico na comunidade aliados ao Instituto Raízes em Movimento do Complexo do Alemão. As entidades procuraram o MPE-RJ para denunciar o governo do Rio de praticar violação dos direitos humanos e pelo não cumprimento de lei federal 10.257, que determina a participação da população em decisões nas obras de intervenção governamental".

A matéria acima e material dessas reuniões do PAC social fazem pensar que, se por um lado, a participação dos moradores apenas serve para legitimar decisões já tomadas em outras esferas e para reproduzir uma integração hierarquizada e restrita, por outro, lideranças e moradores lutam buscando outros mecanismos e estratégias para expor suas demandas e assegurar seus objetivos num contexto, que sabem, de limitadas possibilidades. Pensar na agência dessas lideranças e moradores não significa negar toda a estrutura que sustenta esse processo. A tentativa aqui foi apenas de buscar melhor descrever e analisar em detalhes a perversidade desse conjunto de ações e as possibilidades de articulação e representação dos moradores e lideranças diante das mesmas.

Ao descrever as ações dessas lideranças, buscou-se ressaltar a consciência e a noção de escolha implícitas na ação dessas lideranças, como já havia sido feito por Machado da Silva (2011 [1967]) em sua clássica análise sobre a "burguesia favelada" ou o "político favelado". Segundo o autor, esse ator social:

> "percebe muito claramente que o problema das favelas tem amplitude e profundidade muitíssimo maiores do que o mero problema habitacional, mas também compreende que sua capacidade de influência política está longe de lhe permitir influir eficazmente no nível estrutural. Ela percebe, além disso, que os acordos políticos trazem benefícios realmente muito pequenos e muitas vezes apenas pessoais. De qualquer maneira, pode conseguir algumas vantagens quase imediatamente. Em consequência, opta por uma ação política em curto prazo e imediatista" (MACHADO DA SILVA, 2011: p.713).

Ao ressaltar que o político favelado não é absolutamente ingênuo nem inábil, mas que, pelo contrário, é extremamente perspicaz, Machado da Silva (2011 [1967]) trouxe

uma importante contribuição para os estudos da época sobre a política na favela. Buscaremos aqui, no entanto, nos afastar da perspectiva que limita a atuação dessas lideranças como sendo orientanda para obtenção de resultados "em curto prazo" ou "imediatistas". Da mesma forma que o Estado se relaciona de uma forma específica com esses lugares da cidade , a resposta desses moradores a essas políticas também apresenta características típicas, que penso que precisam de descrições etnográficas em maior profundidade e análises dentro do seu universo de significação, antes de classificadas como "individualistas", "imediatistas", "alienadas" ou "cooptadas".

Mais do que ressaltar a racionalidade da atuação dessas lideranças, houve um esforço nessa análise para não tratar a busca dessas lideranças por alcançar seus objetivos como "pragmática", "imediatista", "em interesse próprio" ou mera reprodutora de desigualdades estruturais. Ao invés de classificá-la a partir dessas categorias, buscamos descrevê-la e analisá-la dentro da lógica acionada pelos mesmos em cada interação social, aproximando a análise de uma concepção de relações de poder que, assim como a de Weber, não é sinônimo de reprodução de dominação. Dessa maneira, nos aproximamos da perspectiva da representação teatral de Goffman (1985 [1959]) e procuramos descrever a atuação dessas lideranças de acordo com as tentativas de controle das impressões quando se apresentam nessas reuniões, buscando levar a "equipe social" a agir de acordo com seus objetivos. Procurei descrever o "desempenho" desses atores buscando influenciar os participantes envolvidos na interação social, a que o autor define como: "a influência reciproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata" (GOFFMAN, 1985 [1959]: p.23).

Tais lideranças e moradores não se colocam o tempo todo contrários à atuação do PAC e do Estado de uma maneira geral. Possuem a competência de saber se aproximar do poder público como "multiplicadores" do projeto para assegurar objetivos específicos, particulares ou não. Sabem, no entanto, também se afastar e posicionar-se contra ele, evidenciando, assim, como as barreiras entre eles são borradas e definem-se contextual ou situacionalmente. Mais do que uma ambiguidade na atuação das lideranças do CCOMP, procurei descrever a ambivalência na atuação simultânea dessas lideranças como representantes da comunidade e parceiros do Estado. Ao invés de ressaltar a imprecisão e o que poderia ser tomado como incerto e duvidoso, busquei pensar em como "se valem" ou utilizam a seu favor a indeterminação dessa condição, buscando expor demandas e assegurar objetivos em cada interação com os agentes do poder público.

O que pensar da atuação de Elisângela, que se candidata a vereadora por um partido que está apoiando a candidatura do Prefeito, cujo mandato foi responsável pela demolição de sua casa? E de Seu Dionísio que, em sua campanha a vereador, aceita o material doado pelo partido do Prefeito e decide distribuir "santinhos" com e sem o rosto do Prefeito? Tais atuações, assim como a do MUF e muitas outras das lideranças, ressaltam que, na perspectiva desses agentes, o Estado pode ser amigo ou inimigo dependendo dos interesses em jogo.

Cefai, Veiga e Mota (2011) analisando uma série de etnografias da vida associativa mostram que pesquisas mais recentes recorrem a descrições da ação coletiva que insistem nas múltiplas limitações do campo de ação, na indecisão e na indeterminação das regras do jogo e na ambiguidade das preferências e das motivações. Segundo os autores:

> "Elas são arenas de troca e de conflito, de cooperação e de competição, de invenção de soluções a problemas, de negociação de convenções coletivas e de composição de racionalidades múltiplas. Estas "anarquias organizadas" não têm um objetivo, uma estratégia e uma ideologia. Elas são atravessadas por ambiguidades e, às vezes, por contradições. Elas podem perseguir diversas finalidades não compatíveis entre si e ser confrontadas com os dilemas da escolha dos meios em relação aos fins." (CEFAI; VEIGA&MOTA, 2011: 35).

Buscou-se aqui descrever e analisar como essas lideranças com trajetórias, interesses e perspectivas tão distintos atuam, ora competindo, ora cooperando, buscando negociar, produzir acordos e assegurar objetivos diante dessas políticas públicas. A atuação política dessas lideranças é, por vezes, classificada como "individualista", "pragmática" e "utilitarista" por, supostamente, não estar preocupada com o chamado "interesse público", representando, assim, a máxima do "pouca farinha, meu pirão primeiro". Busquei ao longo desse capítulo, no entanto, descrever e analisar as atuações e práticas dessas lideranças tal como são e não como gostaria que fossem. Dessa forma, pretendi afastar-me de um modelo ideal do fazer político democrático-ocidental, que estaria baseado em uma única ideologia e não na composição de racionalidades múltiplas, tal como acontece na prática.

É necessário contextualizar categorias como "interesse coletivo" e "interesse pessoal", frequentemente pensadas por oposição, no debate marxista durante a década de 1970 dos estudos de movimentos sociais no Brasil. Busquei aqui relativizar essa dicotomia e problematizar a ideia do que seria a busca por um dito "interesse público". Busquei, ao descrever a trajetória de Elisangela e de Seu Dionísio, pensar o quanto pode haver de individual num projeto que se diz coletivo, ressaltando que essas perspectivas na prática se

interpenetram. Como adverte Cefai (2009: p.24) o significado daquilo que é público deve ser buscado em seu contexto:

> "As categorias do privado, do comum e do público, do pessoal e do político não são exportáveis enquanto tais, e quando parecem ser, podem esconder falsos cognatos. Um exemplo dentre muitos outros que impõe prudência metodológica: o uso da expressão "organizações comunitárias", comum a Estados Unidos, Québec e Brasil, remete a modalidades de "estar junto", de identificar indivíduos e de se associar em coletivos, de fazer o comum, de transigir com poderes, de carregar interesses, de se referir a direitos, de pedir e prestar contas, que têm pouco a ver umas com as outras".

Descrever a atuação dessas lideranças tal como se dão, não significa negar a perversidade da reprodução dos mecanismos de dominação ocultos sob a retórica da "gestão participativa" do PAC. Buscou-se aqui descrever com riqueza de detalhes o processo através do qual essas lideranças tornam públicas nessas arenas as suas demandas, ressaltando a sua competência e a encenação acionada para tal. A sociologia pragmatista francesa e em especial o trabalho de Boltanki&Thévenot (1991) oferecem uma interessante ferramenta analítica que permite abordar esses processos a partir da percepção dos próprios atores de situação em situação. Os autores destacam que a confrontação a uma situação problemática, chamado de "momento de prova", coloca em evidencia os procedimentos de transação através dos quais os atores apaziguam suas diferenças e, mesmo de forma conflitual, produzem modos de "se engajar" numa situação selecionando finalidades e objetivos. Tais autores colocam o foco da análise em situações nas quais acordos são estabelecidos buscando o "bem comum" e o "viver junto", que não estariam orientados por uma simples racionalidade instrumental.

A ideia nessa tese foi evidenciar como acordos são produzidos entre partes em uma reunião e, em outra situação, tais acordos são facilmente quebrados e questionados pelos atores que nela agora se colocam em lados conflitantes do processo de negociação. O acordo a que se chega entre lideranças e os agentes do PAC em uma reunião, em outra ou (frequentemente) na mesma, é facilmente questionado e o mesmo se dá entre as próprias lideranças. É importante destacar a não formação de um "nós" dessas lideranças colocando-se o tempo todo como um grupo unívoco contra o Estado. A atuação delas é perpassada por múltiplas lógicas, podendo o Estado ser amigo ou inimigo, com quem se produz alianças ou rupturas, dependendo dos interesses em jogo. Livrar-se das nossas categorias de entendimento sobre como tais práticas deveriam se dar, permite conhecer em maior profundidade a forma como os moradores dessas favelas de fato concebem, experienciam e atuam diante dessas políticas públicas em específico e da política de uma maneira geral.

Capítulo V. Considerações Finais.

Questões sobre a organização social dos grupos e sobre aquilo que torna a sociedade possível fazem parte do repertório da Antropologia desde seu princípio enquanto disciplina, conforme demonstramos ao longo dessa tese, ao trazer os autores clássicos para o debate. A partir da década de 1980, alguns autores dedicaram-se a buscar avaliar a pertinência, a capacidade heurística e os limites de proposições teóricas da Antropologia. Dentro desse contexto "reflexivista", certos conceitos centrais na antropologia, como sociedade, cultura e estrutura passaram a ser problematizados por antropólogos oriundos de diferentes tradições da disciplina. Para além dos conhecidos pós-modernos e de suas críticas à autoridade e à escrita etnográficas, outros autores da mesma época dedicaram-se a pensar a questão da conceitualização dos nativos sobre a formação de suas próprias coletividades.

Autores como o norte-americano Roy Wagner [1974 e 1975] e a inglesa Marylin Strathern [1989] passaram a questionar conceitos fundantes na Antropologia como o de grupo social, sociedade e cultura, tal como eram concebidos pela tradição funcionalista britânica e culturalista norte-americana. Esses autores partilham um questionamento sobre o alcance e aplicabilidade desses conceitos quando se trata de compreender a vida social dos nativos não ocidentais. Na proposta por eles apresentadas, o conceito de sociedade e o de cultura passa a ser tratado mais como paradigma de criatividade e invenção, e menos em termos sistêmicos e estruturais.

A proposta alternativa apresentada pelos autores aponta na direção do conceito de socialidade. Roy Wagner, em 1974, em "Are there social groups in the New Guinea

Highlands?", percorre histórica e criticamente a forma como o conceito de sociedade foi trabalhado pela antropologia social britânica, ressaltando que essa se baseava em algumas suposições sobre a importância da sociedade, de sua coesão, integração e manutenção. Wagner [1974] estende a critica feita à antropologia social britânica, também ao estruturalismo de Lévi-Strauss, enfatizando que ambas as tradições ocuparam-se em buscar descobrir nas culturas estudadas algum tipo de ordem sistêmica.

Segundo o autor, a invenção e projeção de tal "ordem" por parte do antropólogo é decorrente de seu próprio processo de entendimento. Wagner [1974] sugere que nos interroguemos sobre se os grupos existem de fato, independentemente da necessidade do antropólogo de explicar as coisas através dele. A proposta do autor é que devemos nos preocupar com a forma como os nativos conceitualizam sua socialidade e não com quais seriam os tipos de grupos que melhor descreveriam seus arranjos da coletividade. É na obra de Wagner [1974] que o conceito de socialidade aparece pela primeira vez enunciado como uma proposta alternativa de tentar não jogar o jogo heurístico de chamar socialidades desconhecidas de grupos, apenas para aliviar nosso senso explicativo.

Noções como "análise" ou "exame", com suas pretensões de objetividade absoluta são por ele criticadas e abandonadas na obra "The invention of culture", originalmente publicada em 1975 e traduzida no Brasil, em 2010. Nela, o autor desenvolve a ideia de que o estudo da cultura é (nossa) cultura, uma vez que cria em nossos termos e opera por meio das nossas formas. O autor propõe que ao invés de impor nossas próprias percepções a outros povos, optemos por:

> "uma experiência aberta e de criatividade mútua, na qual a cultura em geral é criada por meio das culturas que criamos com o uso desse conceito. (.....) toda vez que fazemos com que outros se tornem parte de uma 'realidade' que inventamos sozinhos, negando-lhes sua criatividade ao usurpar seu direito de criar, usamos essas pessoas e seu modo de vida e as tornamos subservientes a nós. E se criatividade e invenção emergem como as qualidades salientes da cultura, então é para elas que nosso foco deve voltar-se agora" (WAGNER, 2010: p. 46).

A ideia de Leach [1957] de que a sociedade e a estrutura não existem tal como uma realidade concreta em equilíbrio, mas sim enquanto uma ficção acadêmica ("como se") ou recurso metodológico necessário à descrição de outros povos é central para o entendimento desse debate[85]. A virada de Wagner é propor não apenas que reconheçamos esse "como se" implícito em nossas análises, mas também que nos comprometamos com a ideia de que se nossa cultura é criativa, então, as culturas que estudamos também têm de sê-lo. Isso significa dizer que os nativos também "criam", também teorizam e constroem modelos e, sobretudo que isso deve ser levado a sério pelo antropólogo.

O livro "O gênero da dádiva" (2006 [1998]), de Marylin Strathern, é atualmente considerado uma das maiores criticas já feitas ao conceito de sociedade, tanto do ponto de vista teórico, como etnográfico. A autora dialoga com as críticas pós-modernas, com a virada reflexivista e com a crise da representação pela qual passa a antropologia na contemporaneidade. Logo nas primeiras linhas desse livro a autora adverte que:

[85] Foi a Leach, por exemplo, que Tim Ingold (1996) dedicou o famoso debate sobre o conceito de sociedade por ele próprio organizado, em 1989, na Universidade de Manchester. Em suas palavras: "More than any other recent anthropologist, it was Edmund Leach who contrived to place the status of society at the top of the theoretical agenda, at a time when – for most of his colleagues - the existence of societies "on the ground" was a simple fact of life that required no further justification." (INGOLD: 1996: p.57). [Tradução da autora: Mais do que qualquer outro antropólogo contemporâneo, foi Edmund Leach quem conseguiu situar o status da sociedade em lugar de destaque no debate da teoria antropológica. Isso, num período em que, para a maioria dos seus colegas, a existência de sociedades era um dado que não necessitava maiores justificativas].

> "pode soar absurdo que uma antropóloga social sugira ser possível imaginar um povo que não tenha sociedade. Contudo, o argumento deste livro é que, por mais útil para análise que o conceito de sociedade possa ser, não justificaremos seu uso apelando para as contrapartes nativas" (STRATHERN, 2006: p. 27).

O trabalho de Strathern (2006 [1998]), em muitos pontos, se aproxima ao de Wagner [1974 e 1975]. Os dois autores estão basicamente preocupados em confrontar criticamente o uso de conceitos (ocidentais) das ciências sociais como sociedade e cultura com os modelos elaborados pelos nativos, ressaltando que isso deve se dar numa via de mão dupla. Trata-se de uma relação entre o modelo nativo e o do observador, na qual o segundo não se impõe ao primeiro, mas sim inventa uma nova linguagem mais apropriada para dar conta do "outro" em questão. A autora defende a ideia de que os melanésios não têm sociedade tal como nós a entendemos, argumentando que aquilo que eles possuem, de fato, é a socialidade.

A crítica de Strathern ganha contornos radicais no famoso debate proposto e organizado por Tim Ingold, em 1989, na Universidade de Manchester, no qual a autora defende a ideia de que o conceito de sociedade é teoricamente obsoleto, assim como o de indivíduo. Tal debate deu origem ao texto "1989 Debate: The concept of society is theorectically obsolete" (1996). Na ocasião, Sthathern nega não apenas a perspectiva sócio centrada ou coletivista durkheimiana, mas também a perspectiva individualista. Ao criticar a dicotomia indivíduo X sociedade, a autora argumenta que não há sociedade e nem indivíduos, mas sim relações sociais nas e através das quais nós nos tornamos quem somos. O foco da análise deve ser, portanto, na noção de relação social.

Nesse debate fica claro que a autora se opõe ao conceito de sociedade, tal como elaborado por Durkheim, ignorando que essa não é a única forma como o conceito foi utilizado nas ciências sociais. A ênfase na relação social não é novidade na Sociologia e nem na Antropologia. Simmel (1983), por exemplo, já bem no início do século XX, utiliza o conceito de sociação, trabalhando com uma perspectiva relacional, que não se limita à dicotomia indivíduo e sociedade. Em oposição ao foco da sociologia nos grandes modelos sistêmicos, Simmel (1983: p. 83) já chamava atenção para o fato de que a sociologia deve tratar "dos processos microscópicos-moleculares (...) de descobrir os delicados fios das relações mínimas entre os homens". A perspectiva na qual as relações sociais devem ser submetidas ao estudo formal é também encontrada na Escola de Chicago (por Simmel influenciada), sobretudo na obra de Erving Goffman [1957] e em sua proposta interacional.

Da mesma forma, a perspectiva de estrutura contra a qual Wagner [1974 e 1975] se coloca é também a de algo rígido e em equilíbrio estável que paira coercitivamente sobre a cabeça dos indivíduos, tal como a concebida por Durkheim. Assim como Sthathern [1989], Wagner ignora que outras propostas, como a da Escola de Manchester, já se afastavam dessa perspectiva, concebendo as estruturas sociais de forma processual e dinâmica.

Conforme vimos ao longo dessa tese, o movimento de afastamento do estrutural-funcionalismo começa ainda na década de 1940, na Inglaterra, com as propostas de Evans-Pritchard [1940] e Gluckman [1940] que já apontavam para o princípio da relatividade estrutural e para uma perspectiva de análise situacional. A geração seguinte da antropologia britânica, a da Escola de Manchester, levou esses ensinamentos a sério, através de abordagens como as de Turner [1974] e Leach [1957], em que a estrutura social não é negada, mas sim concebida em termos processuais e dinâmicos, nos quais o foco é

colocado na manipulação das regras e normas pelos indivíduos que, através de suas práticas e da noção de agência nelas implicada, alteram essa estrutura. Os conflitos não mais são analisados com base em suas contribuições para a coesão ou a integração em uma única estrutura estática, mas sim como a chave para os processos de mudança social.

As abordagens de Wagner [1974 e 1975] e Sthathern [1989] se aproximam em suas criticas ao fato de que temos o hábito de confundir o modo como estudamos o fenômeno, com o próprio fenômeno. Os autores deixam uma instigante contribuição ao problematizarem os limites dos nossos recursos teóricos e colocarem o foco na conceituação nativa sobre como eles próprios constroem suas coletividades. Ao criticar, no entanto, o uso de ferramentas analíticas totalizantes e sistêmicas, como cultura e sociedade, esses autores se colocam contra a uma forma específica de conceber tais conceitos: a tradição culturalista norte-americana e a funcionalista britânica.

Pretendeu-se aqui ressaltar que essas tradições já haviam sido amplamente criticadas e que muitos foram os autores que dela se afastaram e desenvolveram propostas nas quais conceitos como estrutura, grupo e sociedade são concebidos de uma forma, radicalmente, distinta. A ruptura por eles proposta em relação aos grandes sistemas e rígidas estruturas sociais, assim como a alternativa proposta de se colocar o foco da análise na relação social não são propriamente novidades na teoria antropológica.

Buscou-se nessa tese ressaltar a centralidade da abordagem situacional e dinâmica desenvolvida por diferentes tradições da teoria sociológica e antropológica, sobretudo por Manchester e Chicago, para o debate de muitas questões atuais da Antropologia. As contundentes críticas de Sthathern e Wagner aos conceitos fundantes da Antropologia

parecem sugerir uma ruptura de paradigma na teoria antropológica. O caminho apontado por eles, através do conceito de socialidade, no entanto, retorna a vários aspectos da análise situacional, uma proposta já bem conhecida no repertório teórico da Antropologia.

A análise situacional é o referencial teórico-metodológico no qual essa tese se inspira para analisar a forma como os moradores das duas favelas vizinhas se organizam por esse espaço. Foi através da perspectiva relacional que busquei analisar a forma como concebem (discurso) e como vivenciam (práticas) o tipo de relação existente entre eles. A rigidez postulada pelos moradores das duas favelas em seus discursos para apresentar a relação existente entre eles não encontra correspondência em suas práticas, que compõem uma quantidade incrível de variações.

O discurso de apresentação dos moradores sobre si próprios indica a formulação de um único sistema social estável: antigos (Cantagalo) X novos (Pavão-Pavãozinho). Na prática, no entanto, há uma fluidez ou mobilidade entre dois princípios que se interpenetram: 1. antigos X novos moradores; e 2. antigos do Cantagalo X antigos do Pavão-Pavãozinho. O fluxo constante entre esses princípios é observado nas práticas da complexa dinâmica existente entre esses moradores e entre eles e o espaço do qual se apropriam. Na prática, esses princípios se inter-relacionam, misturando-se num fluxo constante. Frequentemente, os moradores manipulam essas regras rígidas dando origem a uma complexa dinâmica: a da "casaca dupla face", através da qual se diferenciam, embora também possam, em algumas situações, se articular.

Pretendeu-se construir uma abordagem que destaca os conflitos e alianças acionados em cada situação social, ressaltando, assim, a forma relacional como constroem

suas coletividades. Ao descrever e analisar os conflitos de interesses, as articulações e a multiplicidade de situações presentes nessas duas favelas buscou-se, assim, ressaltar toda a diversidade e complexidade envolvidas na dinâmica organizacional dessas favelas vizinhas.

Ao enfatizar a complexidade e diversidade de situações entre os moradores das duas favelas, além do diálogo com questões centrais da teoria antropológica clássica e contemporânea, a tese buscou também contribuir para a problematização de uma das mais consolidadas representações sociais sobre as favelas: a sua pretensa homogeneidade. De acordo com Valladares (2005: p.157), o "dogma da unidade" da favela atua tanto nas análises científicas, como no plano político, fazendo com que ela seja sempre pensada no singular. Segundo a autora, frequentemente, o conjunto das favelas é comparado ao restante da cidade, sem a devida consideração das diferenças entre as mesmas, nem aquelas que demarcam diferentes espaços sociais dentro delas. Valladares (2005) enfatiza, no entanto, que esse "dogma da unidade" precisa ser problematizado e que as diferenças inter e entre favelas não podem ser negligenciadas pelos pesquisadores e pelo poder público.

Ainda que, na prática, as fronteiras e distâncias construídas pelos/entre os moradores das duas favelas não sejam tão rígidas como as que apresentam em seus discursos, o fato é que esses moradores não percebem esse espaço como um todo indiferenciado ou amorfo. Através de suas práticas sociais cotidianas, recorrentemente, tais moradores constroem suas alteridades e não vinculam um pertencimento a um único grupo coeso e integrado, tal como sugere a atuação homogeneizadora do PAC, ao negligenciar as diferenças internas ao "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo".

Ao propor o "remanejamento" de moradores do Pavão-Pavãozinho para o Cantagalo, torna-se evidente que o projeto de PAC foi concebido e implementado sob a concepção do "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" como um todo uniforme. Não são consideradas na intervenção urbanística do PAC as categorias e nem as práticas espaciais locais, frutos de uma complexa dinâmica, que articula uma série de diferenciações e disputas historicamente estabelecidas entre os moradores dessas duas favelas vizinhas. Essas intervenções urbanas, que ali vem sendo implementadas pelo PAC, trazem à tona, portanto, um conflito de percepções em torno da concepção e das formas de utilização desse espaço pelos moradores e pelos idealizadores dessa política pública. A forma como os moradores constroem sua coletividade não é considerado pelo poder público, que, através do termo "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo", pressupõe uma homogeneidade e unidade interna às duas favelas vizinhas, eliminando todo e qualquer tipo de diversidade de interesses, clivagens, divergências políticas ou diferentes estilos de vida existentes na vida social desses.

Como demonstrou Valladares (2005) muitas foram e são as representações sobre as favelas cariocas que orientam a ação do poder público sobre as mesmas. Ao longo dessa história, as percepções sobre elas alternaram-se e sobrepuseram-se entre problema sanitário, de ordem pública, estético, habitacional, de segurança ou social. O fato, no entanto, é que sempre são percebidas como um problema a ser superado.

Além do "dogma da unidade", pretende-se aqui destacar outra representação sobre as favelas, que orientam a atual ação do poder público sobre elas: a de seu suposto isolamento. Tal representação tem orientado o poder público no sentido de promover a "integração" das favelas à "comunidade nacional" e à "cidade formal". Atualmente, a

proposta de “integração” vem sendo amplamente exaltada através do PAC e da UPP, que, por meio da urbanização e militarização, estariam transformando as favelas em espaços aptos a fazerem parte da cidade. Tal ideia é perpassada pele pressuposto de que as favelas são autônomas, com uma vida própria e independente.

Disfarçada sob o discurso da “integração” está a relação, desde sempre existente, entre a favela e a cidade, que, inclusive, é condição de sua própria existência. Já em 1967, Machado da Silva (2011 [1967]) chamava a atenção para os perigos de se abordar a favela como algo que precisa ser integrado, pois essa percepção:

> “tende a ignorar ou reduzir a importância das íntimas vinculações entre a favela e o sistema global. A favela não é uma comunidade isolada: sua própria existência depende muito mais de determinadas condições estruturais da sociedade global do que dos mecanismos internos desenvolvidos para mantê-la” (MACHADO DA SILVA, 2011 [1967]: p.699).

Machado da Silva (2011 [1967]) destaca, portanto, que a favela não é uma comunidade isolada ou à parte do contexto urbano, pois não é fruto de mecanismos internos desenvolvidos para mantê-la. O autor ressalta, com isso, que a existência da favela está condicionada à estruturas mais amplas da sociedade em que se localiza. Foi nesse sentido que, ao longo da tese, buscou-se descrever os encontros fortuitos, relações de amizade e vínculos empregatícios entre os moradores dessas favelas e dos bairros onde se localizam.

A ideia foi ressaltar que não existe uma ausência de relação entre a favela e a cidade, mas sim uma forma específica através da qual, historicamente, as favelas se integraram ou participaram da cidade, quase sempre numa relação assimétrica de poder.

Pensar as formas através das quais os moradores das favelas se integram ao bairro que habitam através do mercado de trabalho, dentre outras possibilidades estratégicas, é problematizar a percepção de que os favelados são isolados; evidencia-se não apenas a existência de uma relação entre esses, mas também aspectos da complexidade que a perpassa.

Apesar do propalado discurso da integração ser central nas atuais políticas do PAC e da UPP, ele não constitui uma novidade em si mesmo. Ja na década de 1990, a retórica da integração foi amplamente anunciada em programas de urbanização como o Favela-Bairro. A conjugação atual de políticas de urbanização (PAC) e de militarização (UPP), tão pouco são uma novidade, uma vez que o próprio "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" já fora palco do "policiamento comunitário" do GPAE e da urbanização do Favela-Bairro, em fins 1990 e início de 2000.

No contexto de preparação da cidade para eventos como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olimpícos de 2016, a atuação do PAC e da UPP nas favelas assumiram uma centralidade no quadro político da cidade e do país, atingindo proporções antes ainda não vistas. Além dessas dimensões significativas, quanto ao atual momento pelo qual passam as ações públicas em favelas, chama atenção pela forma como a remoção volta ao repertório político possível na cidade, agora articulada, no entanto, aos processos de urbanização. Os rocessos de remoção e de urbanização pareciam fazer parte de momentos distintos da história da intervenção pública nas favelas da cidade. Na prática, sabemos que as interveções públicas de outros períodos foram perpassadas por ações contraditórias como, por exemplo,

a existência da CODESCO[86] em plena "era das remoções". Em geral, no entanto, a remoção e a urbanização eram pensadas de forma polarizada, sob a crença de que a "consolidação" das políticas de urbanização significava o fim ou a superação de práticas remocionistas.

A partir de 2010, no entanto, os processos de remoção voltam a fazer parte das intervenções públicas nas favelas cariocas. Processos de remoção e de urbanização aparecem, agora, justapostos, não apenas no mesmo período em favelas diferentes, mas ainda em uma mesma favela. Na mesma semana em que títulos de propriedade foram distribuídos a 44 moradores do "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" pelo Governo do Estado, outros moradores aguardavam, sem muitas informações, por "remanejamentos" de suas casas, em virtude de obras de alargamento de vias realizadas pelo PAC.

A forma como as práticas de remoção e urbanização têm sido justapostas nessas favelas é ainda notada em relação à situação da região do Caranguejo, no Pavão-Pavãozinho. O PAC investiu em acessibilidade, construindo escadas e recapeando partes do caminho que levam até essa região; ao mesmo tempo, um decreto da Prefeitura de "uso e ocupação do solo", classificou essa região como "de risco", e passível, portanto, de ser removida. As antigas práticas remocionistas retornam em conjunção, agora, às políticas de urbanização. As duas atuam juntas e, como vimos, em sobreposição a regiões de uma mesma favela, ainda que apresentadas sob o propolado discurso da integração das favelas à cidade.

Uma outra característica das atuais políticas públicas que a difere das anteriores é a forma como são divulgadas, com ênfase em sua dimensão "participativa". Diante desse

[86] Organismo público cuja missão era buscar manter as favelas e organizar a participação dos favelados nos trabalhos de remanejamento de seus espaços quando da urbanização de seu território. Tal órgão sobreviveu por três anos (1968-1971) em meio a um contexto político declaradamente anti-favela. Para maiores detalhes sobre a atuação da CODESCO, ver SANTOS (1981).

processo, procurou-se, nessa tese, descrever e analisar a forma como as lideranças locais se relacionam com essas políticas públicas, buscando expor suas demandas e assegurar seus objetivos. Mostrou-se a forma como velhos e novos atores da política local percebem e "participam" dessas políticas públicas, com especial atenção às práticas políticas das lideranças comunitárias e evidência à noção de agência nelas encontrada. O processo através do qual essas lideranças tornam públicas nessas arenas as suas demandas foi descrito na tese, ressaltando a sua competência e a encenação acionadas para tal. Buscou-se descrever também a forma como essas lideranças se articulam com as próprias dinâmicas da intervenção, evitando analisar suas atuações apenas como formas de resistência a essa política.

É importante destacar que essas lideranças não atuam de forma integrada, colocando-se o tempo todo como um grupo unívoco diante do Estado. A tese procurou mostrar que a atuação delas é orientada por múltiplas lógicas e, nessa dinâmica, o Estado pode ser amigo ou inimigo, com quem se produz alianças ou rupturas, a depender dos interesses em jogo em cada situação. A ação dessas lideranças é orientada, assim, por uma heterogeneidade dos regimes de ação.

Procurou-se mostrar que as lideranças "participam" desse processo, articulando-se de múltiplas maneiras, que não podem ser interpretadas como marionetes movidas por condições estruturais às quais obedecem, nem tampouco como indivíduos que, a todo tempo, fazem cálculos racionais, em termos de rentabilidade ou de produtividade. Dessa forma, buscou-se mostrar que a ação das lideranças é perpassada por uma multiplicidade de lógicas possíveis, com a problematização, assim, da polarização, recorrente em análises desse tema, entre práticas individualistas e coletivistas. Tratou-se, portanto, de descrever e

analisar como esses atores, com trajetórias de vida, interesses e perspectivas distintos, encontram formas possíveis de engajamento na vida política local.

Referências bibliográficas.

ABRANTES, Paulo. Novo período de redemocratização: política de urbanização. O novo e o velho, 1974-1980. In: Valla, V.V. (org.). *Educação e Favela*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986 [1980].

AGIER, Michel. *Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ALBERNAZ, E.; CARUSO, H. & PATRÍCIO, L. Tensões e Desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro. O caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais. *São Paulo em Perspectiva*, v. 21, n. 2, p. 39-52, jul./dez. 2007.

ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

_____. "Um bicho de sete cabeças". In: ZALUAR, A. & ALVITO, M. (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 [1998].

AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

ARAUJO SILVA, Marcella Carvalho. *A transformação da política na favela: um estudo de caso sobre os agentes comunitários*. Dissertação de metrado em Sociologia. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 2013.

BANCK, Geert. Poverty, politics and the shaping of urban space: a Brazilian example. *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford, v. 10, n.4, p. 541-562, 1986.

BONDUKI, Nabil. *Habitação e autogestão: construindo territórios de utopia*. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

BARBOSA, B.; RENOLDI, B. & VERÍSSIMO, M. *(I)legal: etnografias em uma fronteira difusa*. Niterói: Editora UFF, 2013.

BECKER, Howard. A história de vida e o mosaico científico. In: *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994.

BOLTANSKI, L. & THEVENOT, L. *De la justification*. Paris: Gallimard, 1991.

BOSCHI, Renato Raul & VALLADARES, Lícia do Prado. "Movimentos associativos de camadas populares urbanas". In: BOSCHI, R. R. (org.) *Movimentos coletivos no Brasil urbano.* Debates Urbanos. Rio de Janeiro, Zahar, N.° 5, 1983, p. 103-43.

BOURGOIS, Philippe. *In search of respect: selling crack in El Barrio*. Cambridge University Press, 1995.

BRUM, Mário. “Despertar e Incentivar: A Pastoral de Favelas e o movimento comunitário de favelas comunitárias na Redemocratização”. *Revista Cantareira- Revista Eletrônica de História*. Vol.2. Nº3, Ano 3, dez. 2005.

BRUM, Mário. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. *O social em questão*. Ano XVI. Nº 29, 2013, p. 179-208.

BURGOS, Marcelo. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: ZALUAR, A. & ALVITO, M. (org.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2006 [1998], p. 25-60.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.* São Paulo: Ed.34/Edusp, 2000.

CARDOSO, Marcus. *Como more um projeto de policiamento comunitário: o caso do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho*. Tese de doutorado em Antropologia. Brasília: UNB, 2010.

CARDOSO, Ruth C. "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico". *In:* SORJ, B. & ALMEIDA, M. H. T. (org.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 215-39.

CARVALHO, Eduardo Guimarães. *O negócio da terra. A questão fundiária e a justiça.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, Paulo Rabello de. *Galo Cantou! – a conquista da propriedade pelos moradores do Cantagalo.* Rio de Janeiro: Record, 2011.

CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’. *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Vol. 6 , N _2 , ABR/MAI/JUN 2013, p. 191-228.

_____. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social.* V. 1, 2008, p. 35-59.

CEFAI, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social***.** Vol. 2, N. 4, ABR-MAI-JUN 2009, p. 11- 48.

CEFAI, D.; VEIGA, F.; & MOTA, F. Introdução. In: CEFAI, Daniel; MELLO, Marco Antonio; MOTA, Fábio Reis & BEROCAN, Felipe (orgs). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa.* Niterói: EdUff, 2011.

CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.

_____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHINELLI&MACHADODASILVA. “O vazio da ordem: relações políticas e organizacionais entre as escolas de samba e o jogo do bicho”. *Revista Rio de Janeiro*. N 12, jan-abril 2004, p. 207-228

CLIFFORD, *James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora URJ, 2002 [1994].

Da Matta, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar editor, 1979.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (eds.). *Anthropology in the margins of the state*. New Delhi: Oxford University Press, 2004.

DAWSEY, John. O teatro em Aparecida: A santa e o lobisomem. *Mana. Estudos de Antropologia Social.* Vol. 12, N.1, 2006, p. 135-149.

DAVIES, Frank Andrew. “Rituais de pacificação: uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs”. *Revista brasileira de segurança pública*. São Paulo v. 8, n. 1, Fev/Mar 2014, p. 24-46.

DINIZ, Eli. "Favela: associativismo e participação social". In: BOSCHI, R. R. (org.) *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Debates Urbanos. Rio de Janeiro, Zahar, N. 5, 1983, p. 27-74.

DO NASCIMENTO, Vânia Regina. Dos tribunais do tráfico a mediações de conflito. Um estudo das representações sobre a administração institucional de conflitos em uma Unidade de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado em Antropologia. Niterói: PPGAS-UFF, 2013.

DOWDNEY, Luke. *Crianças do tráfico. Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

DURKHEIM, Émile & MAUSS, Marcel. “Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas”. In: MAUSS, Marcel. *Ensaios de Sociologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

ELIAS, Norbert &. SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições de um povo nilota.* São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002 [1940].

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo. N.*13, 2005, p. 155-161.

FLEURY, Sonia. Rio: marca registrada da participação pacificada. *Le Monde diplomatique Brasil*, fev. 2013

FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução. In: Feldman-Bianco, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos.* São Paulo: Global, 1987.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *A construção da favela carioca como um destino turístico.* Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2006.

FOOTE-WHYTE, William. *Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 [1943].

FRÚGOLI JR., Heitor. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

_____. A arena em torno do futuro Plano Diretor de São Bento do Sapucaí (SP): novos significados da relação entre cidade e campo. In: FRÚGOLI JR., H.; ANDRADE, L. T.; PEIXOTO, F. A. (Org.). *As cidades e seus agentes*: práticas e representações. Belo Horizonte: PUC Minas: Edusp, 2006b, p. 277-304.

_____. *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

GANS, Herbert J. *The Urban Villagers*. New York/London: The Free Press, 1962.

GLUCKMAN, Max. "Análise de uma situação social na Zululândia moderna". In: FELDMAN-BIANCO, B., (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos.* São Paulo: Global, 1987, p. 227-344. [1940/1958]

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985 [1959].

GONÇALVES, Rafael. *Favelas do Rio de Janeiro*: *História e Direito*. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013.

GUIMARAES, A. Passos. As favelas do distrito federal. *Revista Brasileira de Estatística*, Ano XIV, nº. 55, jul/set. 1953, p. 250-277.

HANNERZ, Ulf. *Exploring the city. Inquiries towards an urban anthropology*. New York: Columbia University Press, 1980.

_____. Being There... and There... and There!: Reflections on Multi-Site Ethnography. Vol. 4, N. 2, Jun 2003, p. 201-216.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

INGOLD, Tim (ed.). "1989 Debate: The concept of society is theorectically obsolete". In: *Key Debates in Anthropology*. London: Routledge, 1996.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. [1961]

JOSEPH, Isaac. "A respeito do bom uso da Escola de Chicago". In: VALLADARES (orgs) *A Escola de Chicago: Impacto de uma tradição no Brasil e na França.* Belo Horizonte & Rio de Janeiro, Ed. UFMG/ IUPERJ, 2005 [1998].

KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KOWARICK, Lucio. *Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura.* São Paulo, 1986.

KOWARICK, L. & MARQUES, E. (orgs.) *São Paulo: novos percursos e atores, sociedade, cultura e política*. São Paulo: ed. 34, 2011, pp. 105-130.

KUPER, Adam. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdade e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise.* Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

LEACH, Edmund. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia.* São Paulo: Edusp, 1996. [1954].

LEEDS, Anthony e Leeds, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano.* Rio de Janeiro: Zahar,1977.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969. [1968]

_____. *A revolução urbana*. Minas Gerais: Editora UFMG, 2008 [1970]

LEITÃO, G. & DELECAVE, Jonas. O programa Morar Carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas? *O Social em Questão*. Ano XVI , Nº 29, 2013, p. 265-284.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana.* São Paulo: Martins Fontes, 1981 [1977].

MACHADIDASILVA, L. A. & LEITE, Márcia. Favelas e Democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: Machado da Silva, L.A. et alii (org.). *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. "A política na favela". *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social.* Vol. 4, N. 4, OUT/NOV/DEZ 2011, p. 699-716. [1967]

_____. O controle do crime violento no Rio de Janeiro. 2013. Disponível em http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1348

_____. "Sociabilidade Violenta: Uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas". In: Machado da Silva, L.A. et alii (org.). *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

_____. "A continuidade do problema da favela". In: Oliveira, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002.

_____. "Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública". In: Machado da Silva, Luiz Antônio. *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

_____. Afinal, qual é a das UPPs? Observatório das Metrópoles. 2010.

MAGALHÃES, Alexandre**.** "Legado dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro". *Horizontes Antropológicos.* Porto Alegre, ano 19, n. 40, jul./dez. 2013, p. 89-118.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no Pedaço: Cultura popular e lazer na cidade.* São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.

MARCUS, George E.; FISCHER, Michael M. J. *Anthropology as cultural critique*: an experimental moment in the Human Sciences. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

MARQUES, E. & TORRES, H. (orgs.). *São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Ed., SENAC, 2005.

MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a dádiva". In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Ed. Cosac e Naify, 2011.

MEDINA, Carlos Alberto de. *A favela e o demagogo*. São Paulo: Martins, 1964. (coleção leituras do povo)

MELLO, Marco Antonio; VOGEL, Arno & SANTOS, Carlos N. F. et alii. *Quando a Rua Vira Casa.* FINEP/ IBAM, 3ª. Edição. São Paulo: Ed. Projeto, 1985. [1981]

MELLO, Marco Antonio & VOGEL, Arno. *Gente das areias: História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Marica, RJ-1975 a 1995*. Niterói: EdUFF, 2004.

MELLO, Marco Antonio; SIMÕES, Soraya Silveira; FREIRE, Leticia de Luna. Um endereço na cidade: a experiência urbana carioca na conformação de sentimentos sociais e de sensibilidades jurídicas. KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía; PIRES, Lenin (orgs). *Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Garamond, vol. 2, p.51-86, 2010.

MELLO, Marco Antonio & DA CUNHA, Neiva Vieira. Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* . Vol. 4, N. 3, JUL/AGO/SET 2011, p. 371-401.

MIRANDA, M. & MAGALHÃES, P. Reflexões a partir da agenda social. In: Machado da Silva, L.A. et alii (org.). *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

MITCHELL, J.C. *The Kalela Dance*. Manchester: Manchester University Professor Rhodes Livingstone Institute, 1956.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. (org). *UPPs, direitos e justiça: um estudo de caso das favelas do Vidigal e do Cantagalo.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *MANA* 20(1): 125-161, 2014.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1955.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ROCHA, Lia. *Uma favela diferente das outras? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão*. Tese de doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

_____ Uma favela sem tráfico? Os limites da ação e da opressão do tráfico. In: Machado da Silva, Luiz Antônio (org.). *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

RODRIGUES, André et al. Pensando as associações de moradores no contexto das UPPs. *Revista Comunicações do ISER*, ano 31, n. 67, 2012. Edição Unidades de Polícia Pacificadora – Debates e Reflexões.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: Moraes Filho, Evaristo (org.), *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. O estrangeiro. In: Moraes Filho, Evaristo (org.), *Simmel*. São Paulo, Ática, 1983.

_____. As grandes cidades e a vida do espírito. *MANA. Estudos em Antropologia Social,* 11(2), p. 577-591, 2005 [1903].

SIMÕES, Júlio Assis. *O dilema da participação popular: A etnografia de um caso*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1992.

SILVA, I. & ROCHA, L. Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo. In: *Justiça Global. Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll., 2008.

SILVANO, Filomena. *Antropologia do Espaço*. Lisboa: Assirio&Alvim, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. (org.) *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER, 1996.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia.* [1988] Campinas: Ed.Unicamp, 2006.

TELLES, Vera da Silva [e] CABANES, Robert (orgs). *Nas tramas da cidade: Trajetórias urbanas e seus territórios.* São Paulo: Humanitas, 2006.

TORQUATO, Shirley. *Casa nova, vida nova: Consumo, despesas e orçamento doméstico entre moradores do PAC do Morro do Preventório*. Tese de doutorado em Antropologia. Niterói: IFCH - UFF, 2013.

TURNER, Victor. *Schism and Continuity in an African Society*. Manchester: Manchester University Press, 1996 [1957].

_____"Social Dramas and Stories about them" in Critical Inquiry, Vol 1, N.7, 1980.

_____ *Dramas, campos e metáforas*. Ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Editora Universidade Federal Fluminense, 2008.

WAGNER, Roy. "Are there social groups in the New Guinea Highlands?". In: LEAF, M.J. (ed): *Frontiers of anthropology*. New York: Van Nostrand, 1974.

_____. *A invenção da cultura*. [1975]. São Paulo: Cosac Naiy, 2010.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.* Brasília: Editora UNB, 2000.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *A invenção da favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____ "Associações voluntárias na favela". *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 29, n. 12, dez. 1977.

VALLADARES, Licia do Prado & BOSCHI, Renato Raul. "Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos". In: BOSCHI, R. R. (org.) *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Debates Urbanos. Rio de Janeiro, Zahar, nº 5, 1983, p.103-143.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, B., org., *Antropologia das sociedades contemporâneas-métodos*. São Paulo: Global, 1987 [1967], p. 345-374.

VARELA, ALEX. O dever de cidadania: politicas públicas de planejamento urbano e participação popular no Brasil. In: CEFAI, Daniel; MELLO, Marco Antonio; MOTA, Fábio Reis & BEROCAN, Felipe (orgs). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa.* Niterói: EdUff, 2011.

VELLO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2002 [1989]).

_____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1985].

_____. Crime, medo e política. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 [1998].

Outras fontes utilizadas:

Documentos:

CHISAM. Metas alcançadas e novos objetivos do programa. Rio de Janeiro: BNH /Ministério do Interior, 1971.

Programa Favela-Bairro – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.

Estatuto do Grêmio Recreativo Escola de Samba Alegria da Zona Sul (G.R.E.S.A.Z. Sul), 1992.

Jornal do Projeto Social, 2008: "Perguntas e Respostas da Primeira Grande Reunião de

Moradores do Cantagalo Pavão-Pavãozinho – Mais informações sobre a obra do PAC".

Mídia Impressa:

ALVES, Maria Elisa. (9/05/12), "Vidigal terá hotel de charme 5 estrelas". Jornal O Globo, Caderno "RIO": p. 18.

DAFLON, Rogério. (29/05/2011), "Cidade ganha 44 ex-favelas". Jornal O Globo, Caderno "RIO": p.19.

GOULART, Gustavo. (15/6/11), "Cinco unidades da PM vão atuar na ocupação da Mangueira". Jornal O Globo, Caderno "RIO": p.19.

Mídia digital:

http://www.midiaindependente.org (29/03/2009)

http://www.dnit.gov.br/menu/pac/pac_inicio(15/04/2008)

http://www.transportes.proderj.rj.gov.br/noticia_29.html (21/08/2008)

http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2008/11/12/policia-faz-operacao-no-complexo-pavao-pavaozinho-139794.asp (21/5/2011)

http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=140043 (14/04/2011)

http://iatlantico.blogspot.com/search/label/Favelas (02/03/2011)

www.googlemaps.com (07/08/2009)

http://portalgeo.rio.rj.gov.br/mapa_risco/ (21/04/2012)

http://upprj.com/wp/?page_id=591 (15/07/2012)

http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/02/sem-upp-suburbio-do-rio-tem-taxa-de-homicidio-20-vezes-maior-do-que-area-pacificada.htm (28/05/2012)

http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D33015M.PDF(30/05/2011)

http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D33866M.PDF(30/05/2011)

http://ademi.webtexto.com.br/IMG/pdf/doc-1213.pdf (30/05/2011)

www.degase.rj.gov.br/quem_somos.asp (10/04/2014)

http://www.rj.gov.br/web/seobras/exibeconteudo?article-id=140626 (14/04/2013)

https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1354 (24/03/2014)

http://www.apublica.org/2012/06/elisangela-chegou-tempo-de-ver-sua-casa-cair-veja-minidoc/ (21/03/2014)

https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/publicacao/texto/programa/Cots_setor_publico.pf (10/01/2013)

http://www.egprio.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=326 (12/02/2013)

http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/05/03/mpf-vai-investigar-governo-do-rio-e-empreiteiras-nas-obras-do-pac/?fb_action_ids=10152380080543104&fb_action_types=og.recommends&fb_source=aggregation&fb_aggregation_id=288381481237582 (09/05/2014)

http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/06/no-rio-m-de-imovel-de-luxo-pode-custar-mais-que-o-dobro-do-de-sp.html (18/06/2014)

http://www.redecontraviolencia.org/. (12/04/2011)

http://www.odebrecht.com/sala-imprensa/noticias/noticia-detalhes-81) (acessado em 12/05/2011)

www.ibge.gov.br – (acessado em 14/05/2014)

http://uppsocial.org/territorios/pavao-pavaozinho-cantagalo/?secao=inicio (acessado em 10/04/2014)